



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Faculdade de Engenharia

## **Aldeias de Montanha:**

### **Revitalização das Aldeias de Salgueirais, Figueiró da Serra e Melo**

**André Emanuel Rebelo Sousa**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitetura**  
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato

**Covilhã, Outubro de 2018**



*“Esta beyra de serra, própria beyra, Patria foi do Pastor, que agora canto”*

*Viriato Trágico, Brás Garcia de Mascarenhas*



# Dedicatória

Este trabalho é dedicado a José, a Fernanda, a Marlene, avós e tios, e em especial a Mafalda Babo.



## Agradecimentos

Na concretização de mais uma etapa, com momentos de alegria e outros de angústia, não podia deixar de expressar a minha gratidão a todos quantos me apoiaram e ajudaram neste percurso.

À minha orientadora, a Professora Cláudia Beato, o meu agradecimento pela compreensão, ajuda e paciência durante todo este trabalho, sem a qual não seria possível a realização desta dissertação.

Aos meus amigos de curso, em especial para Marcelo, Sandra, Rodrigo, João pelos anos que passaram, pela amizade e pelo apoio nesta etapa.

A toda a minha família, em especial aos meus pais, pelo seu incondicional apoio e confiança em todas as etapas da minha vida.

À minha irmã, pela paciência que tem e que me tira.

À Mafalda, pela paciência, compreensão, suporte e amor que sempre deram a força e motivação para a realização deste trabalho.



## Resumo

Nos últimos anos, o turismo em espaço rural, modalidade em grande crescimento, aliado ao local em que se insere, apresenta-se inevitavelmente, como forma de revitalização dos espaços rurais, funcionando como uma ferramenta de desenvolvimento, promovendo a proteção, preservação e recuperação de um património material e imaterial necessário ao seu funcionamento.

Neste ponto, surge o território das Aldeias da Serra da Estrela, que se distingue pela sua riqueza natural, pela diversidade da sua paisagem, pelo potencial do seu património natural e cultural, pelo carácter das suas populações, e pela tipicidade do seu território. São elementos únicos da vida do homem, testemunhos da homogeneidade entre o natural e o construído, da cultura e da tradição dos nossos antepassados.

Cada uma das aldeias, é proprietária de uma traça urbanística, arquitetónica e paisagística singular, que importa preservar e valorizar. No entanto devido à sua interioridade, pela proximidade a grande polos urbanos, à emigração e ao envelhecimento, estas aldeias foram vítimas do esquecimento e do abandono. Resultado da análise efetuada, deparou-se que estas aldeias se foram descaracterizando, abandonaram-se as atividades tradicionais - principal elemento das economias locais, destruí-se o património rural, ou reconstruí-se o mesmo sem qualquer critério e preocupação com a identidade do mesmo e do próprio lugar.

A criação de uma Rede das Aldeias de Montanha pela ADIRAM, tem como objetivo a valorização destas aldeias como unidades paisagísticas e arquitetónicas, como um todo, que se relacionam entre si, criando uma imagem de marca que procura promover o desenvolvimento turístico e económico destes pequenos aglomerados, assim como a valorização e conservação de todo um património natural, cultural e histórico destas aldeias.

O objetivo desta dissertação passa pela análise das características de cada aldeia, dissonâncias e mais valias, para posteriormente se proceder à elaboração de um Manual de Boas Práticas de Revitalização das Aldeias de Salgueirais, Figueiró da Serra e Melo. O objetivo será superar os efeitos negativos provocados pela degradação e despovoação destes locais, contribuindo para a revitalização e valorização destas aldeias, reforçando a sua identidade e fomentando a fixação de população, promovendo o turismo como uma ferramenta de desenvolvimento sustentado.

## Palavras Chave

Aldeia de Montanha; Arquitetura Vernacular; Património, Revitalização; Turismo.



## Abstract

In the recent years, tourism in rural areas, a fast-growing modality, allied to the place where it is located, inevitably presents itself as a way of revitalizing rural spaces, functioning as a development tool, promoting protection, preservation and recovery of material and immaterial heritage necessary for its operation.

In this point, the territory of the Villages of Serra da Estrela appears, distinguished by its natural richness, by the diversity of its landscape, by the potential of its natural and cultural heritage, by the feature of their populations and by the typicality of their territory. These are unique elements in man's life, testimonies of the homogeneity between the natural and the constructed, the culture and tradition of our ancestors.

Each Village, owner of a unique urban, architectural and landscape, which is important to preserve and enrich. However, due to its interiority, to the proximity to large urban poles, to emigration and the ageing, these villages were victims of oblivion and abandonment. As the result of the analysis carried out, was encountered that these villages were mischaracterized, the main element of local economies - the traditional activities - were abandoned, and the rural heritage was destroyed, or was rebuilt without any concern for the identity itself identity of the identity of the place.

The creation of a network of mountain villages by ADIRAM, aims to enhance these villages as landscape and architectural units, as a whole, that relate to each other, creating a brand image seeking to promote the tourist and economic development of these small clusters, as well as the valorization and conservation of the natural, cultural and historical heritage of these villages.

The purpose of this dissertation is to analyze the characteristics of each village, the dissonances and the strengths, to subsequently proceed to the elaboration of Manual of Good Practices for Revitalization of the villages of Salgueirais, Figueiró da Serra and Melo. The goal is to overcome the negative effects caused by degradation and depopulation of these places, contributing to the revitalization and valorization of these villages, reinforcing their identity and encouraging population fixation, promoting tourism as a sustainable development tool.

## Keywords

Mountain village; Patrimony; Revitalization; Tourism; Vernacular Architecture.



# Índice

Lista de Figuras	xvii
Lista de Gráficos	xxi
Lista de Tabelas	xxiii
Lista de Acrónimos	xxv
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
Contextualização	1
Justificação do tema	1
Objetivo	2
Metodologia	3
<b>CAPÍTULO 1 - As origens e conceitos de Turismo</b>	<b>5</b>
Introdução	7
1.1 - O turismo	7
1.2 - Definição de turismo	7
1.3 - Definição de turista	9
1.4 - Tipos de turismo	10
1.5 - Sistema turístico	12
1.6 - Recurso turístico/Produto, turístico	13
1.7 - História do Turismo	15
1.7.1 - Introdução	15
1.7.2 - Origem do turismo	15
1.7.3 - História do turismo em Portugal	19
1.7.4 - Etapas do desenvolvimento do turismo em Portugal	19
1.8 - Planos nacionais de turismo	23
1.8.1 - PENT	23
1.9.1.1 Linhas orientadoras para as diferentes regiões	24
1.9.1.2 Objetivos para a região Centro	25
1.9.1.3 Linhas orientadoras para os diferentes polos.	26
1.9.1.4 Polo Turístico da Serra da Estrela	26
1.8.2 - Estratégia turismo 2027	27
<b>CAPÍTULO 2 - Desenvolvimento sustentável e Turismo em espaço Rural</b>	<b>29</b>
Introdução	31

2.1 - Desenvolvimento - Conceito	31
2.2 - Desenvolvimento Sustentável	32
2.2.1 - Agenda 21	34
2.2.2 - Compromisso para o Crescimento Verde (CCV)	35
2.2.3 - Agenda 2030	36
2.3 - Desenvolvimento Rural	36
2.3.1 - Cork 2.0	39
2.4 - Turismo em Espaço Rural (TER)	40
2.4.1 - Turismo rural em Portugal	42
2.4.2 - Problemas do TER em Portugal	44
2.4.3 - Turismo em espaço rural em Números	47
2.4.4 - Turismo em espaço rural como ferramenta de desenvolvimento rural	48
2.5 - Áreas rurais como lugares de lazer	49
<b>CAPÍTULO 3 - O Mundo Rural e o Vernacular</b>	<b>51</b>
Introdução	53
3.1 - O Mundo Rural	53
3.2 - Conceito de Património rural	54
3.3 - Arquitetura Vernacular	56
3.3.1 - O papel da tradição na arquitetura	57
3.3.2 - Arquitetura Vernacular no Mundo.	58
3.4 - Arquitetura Tradicional em Portugal	60
3.5 - A Arquitetura erudita e as influências beirãs	63
3.6 - Reabilitação do Património rural edificado	65
3.6.1 - Programa de Aldeias Históricas	66
3.6.2 - Programa de Aldeias de Xisto	68
3.6.3 - Programa Aldeias de Montanha	70
<b>CAPÍTULO 4 - Parque natural da Serra da Estrela</b>	<b>71</b>
Introdução	73
4.1 - Enquadramento geográfico	73
4.2 - Parque Natural da Serra da Estrela	74
4.2.1 - Criação do Parque Natural da Serra da Estrela	74
4.2.2 - Ampliação do Parque Natural da Serra da Estrela	75
4.2.3 - Plano de Ordenamento Preliminar	76
4.2.4 - Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela	76
4.2.5 - Reclassificação do Parque Natural da Serra da Estrela	77

4.2.6 - Rede Natura 2000	77
4.2.7 - Redução do Parque Natural da Serra da Estrela	78
4.3 - História do Parque Natural da Serra da Estrela	79
4.3.1 - Clima	79
4.3.2 - Fauna e Flora	80
4.3.3 - Principais atividades económicas	80
4.3.4 - Património Cultural e Contruído	81
<b>CAPÍTULO 5 - Casos de Estudo</b>	<b>85</b>
Introdução	87
5.1 - Enquadramento Geral das Aldeias	87
5.2 - Aldeia de Salgueirais	88
5.3 - Aldeia de Figueiró da Serra	91
5.4 - Aldeia de Melo	95
5.5 - Análise morfológica das Aldeias	98
5.5.1 - Espaço não Edificado	99
5.5.2 - Estado atual do não edificado	111
5.5.3 - O Edificado	112
5.5.3.1 - Uso/Função do Edificado	116
5.5.3.2 - Altura do Edificado	120
5.5.3.3 - Principal Material de construção	124
5.5.3.4 - Estado de conservação	128
5.5.3.5 - Valor arquitetónico	133
5.5.4 - Estado atual do Edificado	139
5.6 - Análise SWOT	140
5.7 - Principais Espaços e Construções - Guia turístico	142
5.7.1 - Guia turístico - Salgueirais	142
5.7.2 - Guia turístico - Figueiró da Serra	143
5.7.3 - Guia turístico - Melo	144
5.8 - Reflexão crítica sobre o estado atual das aldeias	145
<b>CAPÍTULO 6 - Guia de Boas Praticas para Revitalização das Aldeias de Montanha</b>	<b>149</b>
Índice	151
<b>Conclusão</b>	<b>235</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>239</b>

<b>Anexos</b>	245
Anexo 1 - Estatísticas gerais das Aldeias	247
Anexo 2 - Exemplo de uma Tabela de Levantamento Valor Arquitetónico	249
Anexo 3 - Exemplo de uma Tabela de Resumo do Edificado	251
Anexo 4 - Exemplo de uma Ficha de Levantamento do Não Edificado	253

## Lista de Figuras

Figura 1 - Aspetos que definem o turismo (Santana, 2003)	9
Figura 2 - Síntese da Classificação dos Visitantes/Turistas (adaptado de Beato, 2009)	9
Figura 3 - Modelo de análise (segundo Leiper, 1990)	13
Figura 4 - Manual do Viajante em Portugal (in Lobo, 2012)	20
Figura 5 - Cartaz de Propaganda Turística em Portugal (in Lobo, 2012)	20
Figura 6 - Principais recursos por região (NUTS II) (in PENT, 2007)	25
Figura 7 - Proposta de Potenciais ações a aprofundar - Centro (in PENT, 2007)	25
Figura 8 - Principais fatores distintivos por polo de desenvolvimento turístico (in PENT, 2007)	26
Figura 9 - Principais interações do desenvolvimento sustentável, segundo a ENDS (in Martins, 2012)	33
Figura 10 - Elementos Característicos do Turismo em áreas rurais (a partir de Leal, 2001)	40
Figura 11 - Tendências demográficas (adaptado de PNCT, 2016)	45
Figura 12 - Casas em forma de Colmeia, Harran, Turquia (a partir de Google Images, 2018)	58
Figura 13 - Casas nos Penhascos de Bandiagara, Mali (a partir de Google Images, 2018)	59
Figura 14 - Casas de pedra, Chibotte, Haute-Loire, França (a partir de Google Images, 2018)	59
Figura 15 - Casas típicas em Duas igrejas (in Arquitetura Popular em Portugal, 1988)	60
Figura 16 - Sortelha (in Arquitetura Popular em Portugal, 1988)	61
Figura 17 - Esquerda - Igreja de Santo Isidoro, Melo; Direita - Capela de Santa Marta, Melo (Autor, 2018)	64
Figura 18 - Paço de Melo, Melo (Autor, 2018)	64
Figura 19 - Enquadramento geral do PNSE (Autor, 2018)	73
Figura 20 - Primeiros limites do PNSE (Decreto-Lei nº 167/79, 1979)	74
Figura 21 - Ampliação dos limites do PNSE (Decreto-Lei nº 167/79, 1979))	75
Figura 22 - Plano de Ordenamento do PNSE (Portaria nº 583/90, 1990)	77
Figura 23 - Limites atuais do PNSE (INCF, s.d.)	78

Figura 24 - (A) - Pisco de Peito Ruivo, <i>Eritachus rubecula</i> ; (B) - Lobo, <i>Canis Lupos</i> ; (C) - Teixo, <i>Taxus Baccata</i> ; (D) - Pardo da beira, <i>Quercus purenaica</i> . (ICNF)	80
Figura 25 - Aldeias de Granito - Salgueirais e Melo (Autor, 2018)	82
Figura 26 - Aldeias de Xisto - Vide (Autor, 2018)	83
Figura 27 - Aldeia Mista - Videmonte (Airbnb, 2018)	83
Figura 28 - Esquema de localização do PNSE e relação com os conselhos onde se localizam as aldeias em análise (Autor, 2018)	87
Figura 29 - Aldeia de Salgueirais (a partir de Google Maps, 2018)	88
Figura 30 - Localização da Aldeia de Salgueirais no conselho de Celorico da Beira (Autor, 2018)	88
Figura 31 - Aldeia de Figueiró da Serra (a partir de Google Maps, 2018)	91
Figura 32 - Localização da Aldeia de Figueiró da Serra, no conselho de Gouveia (Autor, 2018)	91
Figura 33 - Aldeia de Melo (a partir de Google Maps, 2018)	95
Figura 34 - Localização de Melo (Autor, 2018)	95
Figura 35 - Ruas e Quelhos. A - Salgueirais, B - Figueiró da Serra, C - Melo (Autor, 2018)	99
Figura 36 - Ruas e Quelhos de Salgueirais (Autor, 2018)	100
Figura 37 - Ruas e Quelhos de Figueiró da Serra (Autor, 2018)	101
Figura 38 - Ruas e Quelhos de Melo (Autor, 2018)	102
Figura 39 - A - Largo da Capela Salgueirais, B - Largo da Capela Figueiró da Serra, C - Largo da Igreja Melo, D- Largo da Igreja Melo (Autor, 2018)	103
Figura 40 - A - Parque Infantil Salgueirais, B - Parque Infantil Melo	103
Figura 41 - A - Largo da junta Salgueirais, B - Largo do Pelourinho Figueiró da Serra, C - Praça de Melo, D - Largo do Pelourinho Melo (Autor, 2018)	104
Figura 42 - A - Zona de estar Melo, B - Zona de estar junto à fonte Melo, C - Zona de estar junto à fonte Salgueirais, D - Zona de estar junto ao polidesportivo Figueiró da Serra (Autor, 2018)	104
Figura 43 - Tipo de pavimento não edificado - Salgueirais (Autor, 2018)	105
Figura 44 - Tipo de pavimento não edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	106
Figura 45 - Tipo de pavimento não edificado - Melo (Autor, 2018)	107

Figura 46 - Não edificado - Salgueirais (Autor, 2018)	108
Figura 47 - Não edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	109
Figura 48 - Não edificado - Melo (Autor, 2018)	110
Figura 49 - Edifícios de caracter tradicional (Autor, 2018)	113
Figura 50 - Edifícios de caracter dissonante (Autor, 2018)	114
Figura 51 - Exemplo de uma Ficha de Levantamento da Estrutura Edificada (Autor, 2018)	115
Figura 52 - Uso/Função dos edificios da aldeia de Melo (Autor, 2018).	117
Figura 53 - Uso/Função dos edificios da aldeia de Figueiró da Serra (Autor, 2018).	118
Figura 54 - Uso/Função dos edificios da aldeia de Melo (Autor, 2018)	119
Figura 55 - Número de pisos do edificado - Salgueirais (Autor, 2018)	121
Figura 56 - Número de pisos do edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	122
Figura 57 - Número de pisos do edificado - Melo (Autor, 2018)	123
Figura 58 - Principal material de construção do edificado - Salgueirais (Autor, 2018)	125
Figura 59 - Principal material de construção do edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	126
Figura 60 - Principal material de construção do edificado - Melo (Autor, 2018)	127
Figura 61 - Estado de conservação do edificado - Salgueirais (Autor, 2018)	130
Figura 62 - Estado de conservação do edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	131
Figura 63 - Estado de conservação do edificado - Melo (Autor, 2018)	132
Figura 64 - Levantamento do valor arquitetónico edificado - Salgueirais (Autor, 2018)	135
Figura 65 - Levantamento do valor arquitetónico edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	136
Figura 66 - Levantamento do valor arquitetónico edificado - Melo (Autor, 2018)	137
Figura 67 - Mapa turístico - Salgueirais (Autor, 2018)	142
Figura 68 - Mapa turístico - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	143
Figura 69 - Mapa turístico - Melo (Autor, 2018)	144
Figura 70 - Aldeia de Corippo, Suíça (In Telegraph, 2018)	147
Figura 71 - Extrato adaptado da Planta de Síntese do POPNSE (ICNF, 2008)	158



## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Balança turística Portuguesa, 2013-2017 (adaptado de ET, 2017)	23
Gráfico 2 - Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de Turismo de Habitação e do TER, por modalidades (nº de camas) (in Pordata, 2018)	45
Gráfico 3 - Dormidas no Turismo em espaço rural e de habitação, 2017 (INE, 2018)	48
Gráfico 4 - Uso/Função dos Edifícios analisados (Autor, 2018)	116
Gráfico 5 - Relação Uso/Função dos Edifícios - Salgueirais (Autor, 2018)	117
Gráfico 6 - Relação Uso/Função dos Edifícios - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	118
Gráfico 7 - Relação Uso/Função dos Edifícios - Melo (Autor, 2018)	119
Gráfico 8 - Relação entre o número de pisos na totalidade das Aldeias analisadas (Autor, 2018)	120
Gráfico 9 - Relação entre o número de Pisos - Salgueirais (Autor, 2018)	121
Gráfico 10 - Relação entre o número de Pisos - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	122
Gráfico 11 - Relação entre o número de Pisos - Melo (Autor, 2018)	123
Gráfico 12 - Relação entre o Material de construção na totalidade das Aldeias Analisadas (Autor, 2018)	124
Gráfico 13 - Relação entre o Material de construção - Salgueirais (Autor, 2018)	125
Gráfico 14 - Relação entre o Material de construção - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	126
Gráfico 15 - Relação entre o Material de construção - Melo (Autor, 2018)	127
Gráfico 16 - Relação do estado de conservação na totalidade das Aldeias Analisadas (Autor, 2018)	129
Gráfico 17 - Relação do estado de conservação - Salgueirais (Autor, 2018)	130
Gráfico 18 - Relação do estado de conservação - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	131
Gráfico 19 - Relação do estado de conservação - Melo (Autor, 2018)	132
Gráfico 20 - Valor Arquitetónico na totalidade das Aldeias Analisadas (Autor, 2018)	134
Gráfico 21 - Valor Arquitetónico - Salgueirais (Autor, 2018)	135
Gráfico 22 - Valor Arquitetónico - Figueiró da Serra (Autor, 2018)	136
Gráfico 23 - Valor Arquitetónico - Melo (Autor, 2018)	137



## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Principais motivos de deslocação dos Turistas (Beato, 2008)	10
Tabela 2 - Recursos Turísticos segundo (Beato, 2008)	14
Tabela 3 - População da Freguesia de Salgueirais (INE, 2012)	90
Tabela 4 - População da Freguesia de Figueiró da Serra (INE, 2012)	93
Tabela 5 - População da Freguesia de Melo (INE,2012)	97
Tabela 6 - Níveis de conservação do edificado (Autor, 2018)	128
Tabela 7 - Critérios de classificação do Valor arquitetónico para as aldeias em análise (Autor, 2018)	133



## Lista de Acrónimos

ADIRAM	Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha
CCRC	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CCV	Compromisso para o Crescimento Verde
CE	Comissão Europeia
CISE	Centro de Interpretação da Serra da Estrela
CMAD	Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
DL	Decreto lei
DGADR	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
INE	Instituto Nacional de Estatística
OCDE	Organização da Cooperação Económica e Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PAH	Programa Aldeias Históricas
PAM	Programa Aldeias de Montanha
PAX	Programa Aldeias de Xisto
PENT	Plano Estratégico Nacional de Turismo
PIENDS	Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PNSE	Parque Natural da Serra da Estrela
PNT	Plano Nacional do Turismo
PNTN	Plano Nacional do Turismo de Natureza
POPSE	Plano de Ordenamento do Território do Parque da Serra da Estrela
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
S.d	Sem data



# INTRODUÇÃO

Esta Tese é apresentada à Universidade da Beira Interior como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura.

## Contextualização

A região da Serra da Estrela é um lugar de grande importância para o país, não só pela vertente turística do Parque Natural, mas também pelo património natural, material e imaterial que apresenta. No entanto, ao contrário dos grandes polos que vão sobrevivendo graças à sua dimensão, as pequenas aldeias dispersas entre estes grandes núcleos, vão se perdendo na serra. São locais com história, repletas de riquíssimos exemplos de arquitetura vernacular, de produtos e saberes tradicionais, que foram moldados pelos séculos de existência das mesmas.

Inseridas em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, perto do seu limite nordeste, as aldeias de Salgueirais, Figueiró da Serra e Melo são o objeto de estudo deste trabalho, que tem como objetivo, devolver a importância destes locais, não só como elementos pontuais, mas como um todo, que se relacionam com o território envolvente, que as influencia e pelas qual é influenciado. O estudo, de forma a entender melhor as tipicidades destes locais, iniciou-se pelo estudo de toda a região do PNSE, assim como pela visita das principais aldeias da mesma, na impossibilidade de visitar a sua totalidade. Após esta análise mais geral, avançou-se para a análise pormenorizada das aldeias, recorrendo a levantamentos da estrutura edificada e dos espaços não edificados, de forma a entender melhor estes locais.

Todo este trabalho de campo juntamente com a análise destes espaços, mostra a importância de intervir nestes locais. São aldeias com várias carências, mas com um vasto e valioso património que deve ser preservado e recuperado. Como resultado, e na procura desta mesma preservação e recuperação, surge inevitavelmente um manual de boas práticas, que servira como guia para futuras intervenções, não como resultado final, mas como ponto de partida para algo mais pormenorizado.

## Justificação do tema

A temática dos espaços rurais, o património e a natureza têm sido objeto de vários estudos, contudo, contribuir para a dinamização das aldeias do interior, nomeadamente no território da Serra da Estrela, é um trabalho particularmente atraente devido às dificuldades a que estes locais estão sujeitos.

Ao longo do meu percurso profissional e académico, com os conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação no Curso de Arquitetura, é inevitável não ficar sensibilizado para os problemas do Interior. Sendo residente no interior no país, no entanto mais a norte, o património rural sempre suscitou um elevado interesse, devido principalmente ao constante abandono que o interior tem sido sujeito. Assim, tenho procurado ajudar na prática e na busca de propostas/soluções que proporcionem melhores condições de vida a estas populações, sem descurar a autenticidade e as mais-valias patrimoniais e humanas destas áreas do país, de forma a combater este progressivo abandono destes locais.

A escolha de aldeias do PNSE, mais concretamente, Salgueirais, Figueiró da Serra e Melo, recai nas suas potencialidades, sobretudo a nível do ambiente, da localização e das suas características rurais. Contudo, apresentam várias lacunas ou nível do edificado e do espaço não construído, torna-se um desafio reverter a situação atual e contribuir para a manutenção e valorização da sua autenticidade, procurando soluções únicas e que se complementem entre si, terminando numa revitalização integrada do território.

## **Objetivo**

Com este trabalho pretende-se definir, orientar e controlar a preservação e recuperação do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico das Aldeias inseridas na Rede de Aldeias de Montanha do PNSE-Parque Natural da Serra da Estrela.

Uma vez que se trata de um tecido urbano consolidado, pretende-se de uma forma generalizada preservar e disciplinar alterações ao tecido existente e propor alternativas com vista à melhoria da qualidade da imagem urbana e paisagística da aldeia, de forma a assumir um papel fundamental na sua valorização e revitalização.

Com esta estratégia de recuperação, reabilitação e preservação do tecido construído e não construído, inserido numa lógica de preservação da imagem urbana, muito associada ao turismo e ao comércio local, privilegiando a arquitetura tradicional e a envolvente paisagística, poderá perspetivar-se uma nova dinâmica de desenvolvimento socioeconómico local e por sua vez trazer novos habitantes e empreendedores.

Conjugando os fundamentos da pesquisa teórica e do trabalho de campo, definiram-se objetivos principais: O primeiro relacionado com a caracterização das Aldeias em estudo, com a sua caracterização espacial e construtiva; com a análise de todos os elementos da mesma, assim como a sua envolvência, com o objetivo de encontrar lacunas e mais-valias destas mesmas aldeias. O segundo objetivo, vem de encontro ao primeiro, tem como objetivo a criação de um manual de boas práticas, com estratégias a seguir, de forma a guiar a revitalização destas aldeias de forma adequada, procurando devolver a autenticidade característica destas aldeias,

e ao mesmo tempo, servir de base para a aplicação das mesmas ideias noutras aldeias com as mesmas características.

## Metodologia

Para a elaboração deste trabalho procura-se utilizar um método de pesquisa constante/integrado: análise arquitetónica, paisagística, social e histórica, recorrendo a uma pesquisa documental da região, da aldeia e de boas práticas; recolha de material in loco; á elaboração de fichas de levantamento do edificado e do não edificado (disponíveis em formato digital); levantamentos fotográficos; entrevistas com a população; pesquisa e análise de boas práticas noutros locais, conceitos teóricos recolhidos em fontes secundárias sobre arquitetura vernacular, turismo, património, entre outros.

O trabalho será estruturado de seguinte forma:

- Inicialmente, apresentar-se-á o trabalho e a metodologia presente aquando da sua elaboração;
- No primeiro, segundo e terceiro capítulo, centrar-se-á no estudo teórico, na exposição do turismo, turismo em espaço rural e desenvolvimento, Património e Arquitetura Vernacular, nomeadamente a nível rural. (Num contexto do geral para o particular, o Turismo, seguindo-se do Turismo em espaço rural como vértice de desenvolvimento do interior rural, passando pela Arquitetura Vernacular e alguns exemplos de revitalização de aldeias no interior Português.)
- No quarto capítulo, será focado no Parque Natural da Serra da Estrela e nas suas características, local onde se inserem as aldeias em estudo.
- No quinto capítulo, será dedicado aos casos de estudo, as aldeias selecionadas do PNSE e á sua análise, com o intuito de definir um manual de boas práticas e regras, acessível, de fácil leitura e aplicação para os espaços contruídos e não contruídos da aldeia.
- No sexto capítulo, será apresentado o Manual de boas praticas, recorrendo a bons e a maus exemplos, assim como a sugestões do autor.
- Por fim, apresentar-se-á algumas conclusões fruto da reflexão teórica e do trabalho pratico elaborado.



# **CAPÍTULO 1 - Origens e conceitos de turismo**

Dos inícios aos tempos de hoje



## **Introdução**

O turismo tem sido uma actividade que tem sido apontada por diferentes programas governamentais e europeus, como um dos vectores principais de desenvolvimento de áreas debilitadas económica e socialmente, mas que possuem grande potencial quer a nível patrimonial, natural e construído, quer pela sua localização. Este capítulo tem como objetivo definir bases de entendimento sobre o turismo, e a sua história. A sua evolução no tempo no contexto Mundial e ao nível Português, e na compreensão dos diferentes planos existentes para a melhoria do mesmo em território nacional, nas suas mais variadas vertentes..

### **1.1 O turismo**

A palavra - turismo - surgiu apenas no século XIX, porém, esta prática estende as raízes pela história. O turismo em si, existe desde as grandes civilizações, contudo foi a partir do século XX, mais precisamente após a segunda guerra mundial, que o turismo evoluiu, como consequência dos aspetos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da restauração da paz no mundo (Rushmann, 1997).

A visibilidade global e a importância económica do turismo, assim como a maior indústria mundial, tornam-no num fenómeno cada vez mais estudado.

Associamos o turismo à movimentação de indivíduos que se deslocam para locais distintos do que vivem, por um período limitado de tempo, seja por motivos quer de lazer, ou negócios, entre outros.

### **1.2 Definição de turismo**

A definição de turismo tem variado ao longo do tempo, de fonte para fonte, não existindo, portanto, um consenso para a definição geral de turismo. Apesar da maioria da população dos países desenvolvidos ser “turista” em algum ponto da sua vida, definir o que é o turismo torna-se difícil. Defini-lo como englobando as facilidades utilizadas, e as atividades dos indivíduos viajando e permanecendo em locais fora da sua residência habitual, por menos de um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios, entre outros, é uma forma que reúne amplo consenso.

O turismo enquanto fenómeno humano amplamente difundido tem vindo a assumir uma crescente importância na economia mundial o que, por sua vez, se traduziu num maior estudo sobre o mesmo, o que tem levado à criação de definições mais precisas, que se têm acrescentado fatores como a distância, a duração, e o propósito das viagens.

A primeira definição de turismo terá surgido em 1905 por Guyer e Feuler, que definiram o turismo como:

*“Um fenómeno único do tempo moderno, que depende da crescente necessidade de mudança e relaxamento do indivíduo, o desejo de reconhecer a beleza da natureza e da arte, e a crença de que a natureza dá felicidade aos seres humanos e que ajuda as nações e comunidades a se aproximarem uma da outra graças ao desenvolvimento do comércio, da indústria e das ferramentas de transporte e comunicação que se estão tornado excelentes”. (Cunha, 2010, p. 32)*

Com o decorrer dos anos, foram estudadas novas dimensões do turismo, levando a novas interpretações, como Matieson e Wall (1982), que definiram o turismo como sendo não só o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais habituais de residência e de trabalho, como ainda as atividades e as infraestruturas criadas para satisfazer todas as suas necessidades durante a sua estadia. Assim, esta definição evidencia a complexidade da atividade turística e as relações que esta envolve.

Embora não exista uma definição única do que seja o turismo, a Organização Mundial de Turismo/Nações Unidas-OMT, define-o como sendo, o “Conjunto de atividades praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens e permanência em locais situados fora do seu ambiente habitual, por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros”.

Em 2008, na 39ª Reunião da Comissão Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), foram revistos aspetos relacionados com o turismo, destacando-se algumas definições que otimizam o conceito de “turismo”, nomeadamente ao referir-se à atividade dos visitantes, como um subconjunto do ato de viajar, e, embora esta distinção já existisse, ficou a partir de então mais evidente, ao se discriminar os conceitos de viagem e visita. Assim, a partir de então, considera-se como viagem turística a deslocação de um viajante, para um destino diferente daquele que é o seu ambiente habitual, por um período inferior a um ano, e por motivos não remunerados. Uma visita turística, refere-se, no entanto, a uma estadia num lugar visitado durante uma viagem turística. Esta definição de Viagem/Turismo, segundo Martins (2012), distingue três categorias: (Martins, 2012)

- Turismo doméstico ou **interno** - Quando o movimento se realiza pelos residentes de um dado país, dentro dos limites do mesmo.
- Turismo recetivo ou **Inbound** - Quando os visitantes não residentes viajam para outro país, do ponto de vista do país de destino.
- Turismo emissivo ou **Outbound** - Quando residentes do país viajam para outro país, do ponto de vista do país de origem.

Segundo Agustín Santana (2003), o turismo é um fenómeno sociocultural complexo, que pode ser definido em quadro aspetos fundamentais (Figura 1):

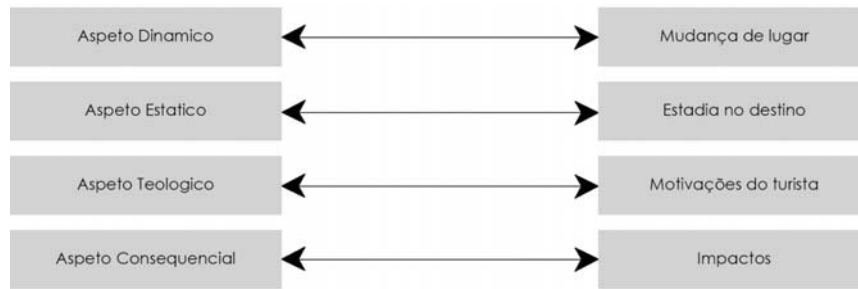


Figura 1 - Aspetos que definem o turismo (Santana, 2003)

Todas as definições apresentadas não estão livres de alterações, pois, dependem também da definição de turista, e esta pode variar de país para país.

### 1.3 Definição de turista

O termo - turista - surgiu pela primeira vez em 1772, sendo definido pela Comissão Económica da Sociedade das Nações, apenas em 1973, como “Toda a pessoa que viaja, por uma duração não inferior a 24 horas, para um país que não o local da sua residência habitual.” É importante notar que nem todo o viajante é visitante, e por sua vez, nem todo o visitante é um turista, e este último deve satisfazer simultaneamente certos critérios que se baseiam na duração da sua estadia, na sua origem e no principal motivo da sua viagem (figura 2).

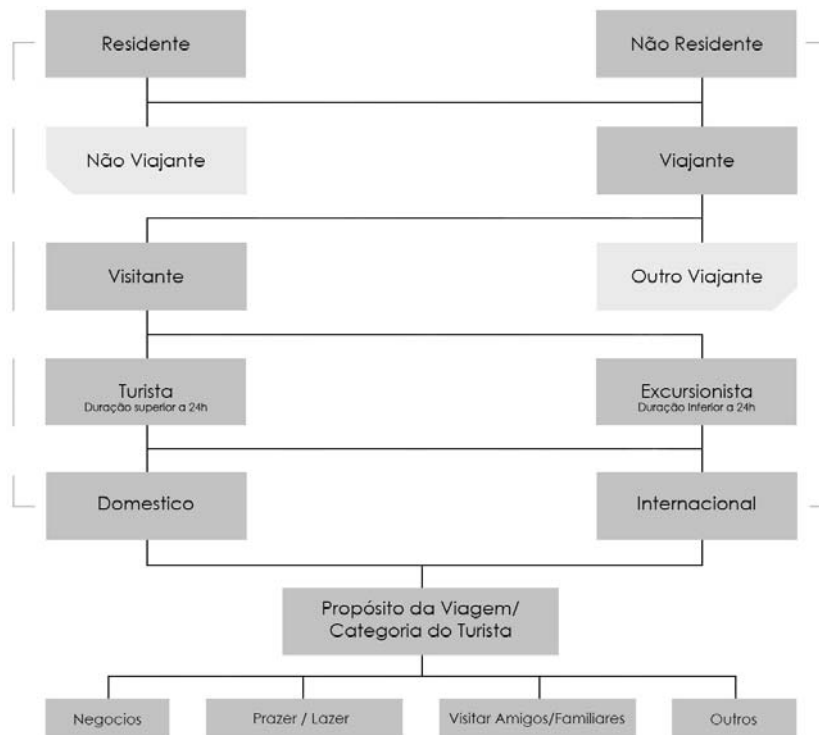


Figura 2 - Síntese da Classificação dos Visitantes/Turistas (adaptado de Beato, 2009)

Inicialmente, a definição da ONU para este termo apenas se aplicava ao turismo internacional, não incorporando o turismo doméstico. Porém, em 1983, face à insuficiência da definição a mesma foi atualizada de modo a englobar tanto o turismo doméstico como o internacional. Assim, a ONU distinguiu os termos Visitante, turista e excursionista como:

- **Visitante** - Qualquer pessoa que se desloca voluntariamente por um período de tempo inferior a 1 ano, para um local diferente da sua residência e do seu trabalho, e com finalidade que não seja uma atividade remunerada no local que visita.
- **Turista** - Todo o visitante temporário que permanece por mais de 24 horas no local visitado.
- **Excursionista** - É todo o visitante temporário que permanece fora da sua residência habitua, por menos de 24 horas.

## 1.4 Tipos de turismo

De um modo geral, o turismo assume o nome do motivo da viagem apesar de, por vezes, não se tratar apenas de um motivo, mas de um conjunto de vários motivos. A nível mundial, os motivos que ocupam os lugares de principal destaque como motivo da prática turística são o turismo por lazer/ferias, visitar familiares e/ou amigos e motivos de saúde. É preciso ter em conta que nem todos os propósitos de uma viagem justificam a inclusão como turista, como por exemplo as viagens de tripulantes de empresas de transportes, sejam aviões, navios ou autocarros, viagens de militares em atividade ou mesmo a deslocações de migrantes.

Principais motivos da deslocação dos visitantes:

Fator	Descrição
Recreação / Prazer	Descanso Relaxamento Experiências e aventuras
Cultural / Educativo	Conhecimento de novos povos e culturas Acontecimentos atuais Locais de interesse especial Locais de acontecimentos especiais Passatempos ou interesses pessoais
Étnico	Visita de países de origem da família ou da própria cultura Visita a lugares já visitados por familiares ou amigos Visita a lugares remotos com costumes e culturas invulgares
Diversos	Acontecimentos desportivos Mudança de tempo ou de clima Aventura Sociológicos Viagens de negócios / Conferencias / Congressos Saúde

Tabela 1 - Principais motivos de deslocação dos Turistas (Beato, 2009)

Dada a estreita relação entre a designação e a motivação da viagem, podemos dizer que existem os seguintes tipos de turismo (Beato, 2009):

- **Turismo de recreio:** Engloba o maior conjunto de motivos para viajar, uma vez que, são inúmeras as possibilidades pelas quais se viaja por motivos de recreio, nomeadamente, lazer, gastronomia, visitar familiares ou amigos.
- **Turismo cultural:** Tem como principal motivo a procura pelo conhecimento e cultura presente num determinado destino. As motivações estão relacionadas com o património histórico e natural.
- **Turismo étnico:** Turismo usualmente realizado por residentes e seus descendentes fora do país de origem, para observar culturas e costumes invulgares.
- **Turismo desportivo:** Viagens diretamente relacionadas com práticas desportivas, tanto para a prática, como para se assistirem eventos desportivos.
- **Turismo de saúde/Turismo de repouso:** Relacionado com a saúde e bem-estar, procura locais com infraestruturas no campo da medicina e ambientes calmos e propícios ao relaxamento, como as estâncias termais ou balneares.
- **Turismo de negócios:** Associado a reuniões, convenções seminários, conferências, congressos, feiras e exposições, vendas, marketing, ensino, consultoria, ou até cursos profissionais que as empresas necessitem de realizar para fins de potencialização da mesma.
- **Turismo político:** Assemelha-se ao turismo de negócios, mas apresenta um grau mais elevado na organização, devido ao nível de segurança exigido nesta área.
- **Turismo religioso:** Turismo relacionado com visita a locais de culto, peregrinações, e a eventos religiosos. É exemplo a peregrinação a Fátima, durante a qual os peregrinos utilizam os meios de alojamento disponíveis e os serviços existentes para realizar esta prática.
- **Turismo de espaço rural:** Entendido como um produto completo e diversificado que integra as componentes de alojamento, restauração, animação e lazer, baseado no acolhimento hospitaleiro e personalizado e nas tradições mais genuínas da gastronomia, do artesanato, da cultura popular, da arquitetura, do folclore, e da história. Este tipo de turismo relaciona-se em parte com o turismo Cultural, Étnico e de Natureza.
- **Turismo de natureza:** Tem como principal objetivo o contacto com a natureza, nomeadamente, a preservação ambiental e o turismo ecológico/ecoturismo.

## 1.5 Sistema turístico

A teoria dos sistemas surgiu através dos estudos do biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy, tendo por base procurar produzir teorias e formulações conceptuais, que possam ser aplicadas na realidade empírica, e não procurar solucionar problemas ou criar soluções praticas. O sistema funciona como um conjunto de partes que se inter-relacionam e que são interdependentes, funcionando como um todo, com um determinado objetivo e função.

A conceção de o turismo como um sistema que se organiza como um todo, e não somente em departamentos ou setores, permite a simplificação e o entendimento útil para o seu planeamento, ao possibilitar a visualização das características dos diferentes componentes que o compõem, e das inter-relações das diferentes entidades, elementos e variáveis que evoluem de forma dinâmica. Desta forma, o turismo, ao ser concebido como um sistema, pode sê-lo de várias formas, de acordo com a escala, com a importância atribuída a cada área de estudo ou conforme os limites que se estabeleçam (Page, 2002; Law, 2003; Weaver e Lawton, 2006).

Foram elaborados vários modelos de sistemas que tem sido utilizado nos estudos sobre o turismo e de acordo com os temas tratados, nomeadamente os que realçam: questões de oferta e da procura; sectores da economia ou de uma indústria; ou o nível geográfico. É exemplo o caso específico do modelo de Leiper (1979), e atualizado em 1990, que segundo Martinez (2005), (Martínez, 2005) alcançou notoriedade Nos estudos de turismo dentro da abordagem sistémica, principalmente pela sua simplicidade e lógica funcional, e também, por permitir descrever implicações que ajudam a identificar, esclarecer e relacionar os limites e as temáticas próprias do fenómeno turístico.

Para o modelo mencionado anteriormente, o sistema turístico (Figura 3), possui 5 elementos:

Um elemento Social:

1. O turista.

Três elementos geográficos que permitem identificar os fluxos entre três regiões diferentes:

2. **A região que gera a viagem** - Local onde as viagens começam e acabam.
3. **A região de destino** - Local para onde o turista se desloca.
4. **A região de transição** - Local/locais que o turista deve atravessar para chegar ao seu destino.

E um elemento relacionado com o turismo:

5. **Indústria do turismo** - Agências de viagens, hotéis, transportes.

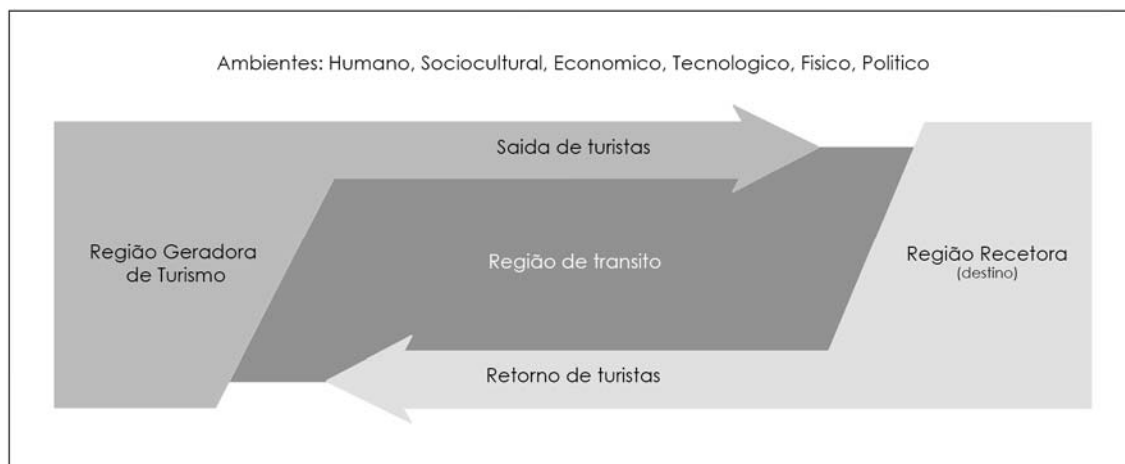


Figura 3 - Modelo de análise (segundo Leiper, 1990)

Assim, neste modelo, o sistema é uma estrutura dinâmica, com um fluxo constante entre a origem e o destino. Existe não só o fluxo de turistas, como também constantes modificações provocadas por umas regiões nas outras, como por exemplo a criação ou fecho de unidades hoteleiras na região de destino, ou a criação de novas entidades de promoção turística. Cada parte do sistema é ela própria um sistema ou um conjunto de sistemas que se inter-relacionam (Beato, 2009).

## 1.6 Recurso Turístico/Produto Turístico

Implícito a estas conceções de sistema, está o assumir de que a atividade turística se baseia na existência de recursos (naturais, culturais, artísticos, históricos, tecnológicos e outros) os quais, estando acessíveis, provocam a deslocação, ou satisfazem as necessidades decorrentes dessa movimentação, convertendo-se numa atração turística. Distinguem-se dois conceitos: património turístico e recurso turístico (Beato, 2009).

O património turístico refere-se a todos os bens materiais e imateriais, que mediante um processo de transformação possam vir a ser utilizados para satisfazer as necessidades dos visitantes. Por outro lado, o recurso (Tabela 2), será todo aquele bem e serviço que por intermédio da atividade humana torna possível a atividade turística e satisfaz as necessidades da procura (Beato, 2009).

Tabela 2 - Recursos Turísticos segundo (Beato, 2008)

Categoria	
<b>Natural</b>	Geomorfológicos e litológicos: montanhas, vales profundos, praias, vulcões, grutas, vestígios fosseis, rochas e minerais.
	Clima: temperatura, exposição solar, precipitação, ventos, humidade.
	Hidrologia: lagos, rios, quedas de água, fontes termais, geises, mares.
	Vida selvagem: mamíferos, insetos, aves, peixes.
	Localização: central, afastada
<b>Cultural</b>	Pré-histórica: grutas, pinturas, artefactos pré-históricos.
	Histórico: lugares de batalhas, edifícios e sítios históricos, museus, monumentos, gravuras, estatuas, igrejas, santuários.
	Etnográficos: cantares, danças e folclores, artesanato
	Economia: quintas, minas fabricas
	Recreio: resorts, campos de golfe, pistas de esqui e demais desportos de inverno, parques temáticos, complexos desportivos, casinos.
	Comercio: grandes centros comerciais, grandes feiras, exposições.

## 1.7 História do Turismo

### 1.7.1 Introdução

O turismo é geralmente visto como um fenómeno global, com uma gigante infraestrutura praticamente incompreensível. A importância do mesmo é evidente pelo facto que a sua influência penetrar profundamente a sociedade, a política, a cultura e, acima de tudo, a economia. É uma estrutura, a nível mundial, complexa e interligada, dedicada a satisfazer as necessidades turísticas, e específicas, dos indivíduos.

Não sendo um fenómeno recente, o turismo cresceu na sociedade ocidental a partir da Revolução industrial, uma vez que a sociedade se foi tornando cada vez mais orientada para o consumo de lazer, principalmente depois da II Guerra Mundial. Desde o seu aparecimento, o turismo sofreu de um crescimento praticamente constante na expansão territorial e na importância a nível mundial, principalmente a nível económico, mudando constantemente, de forma a poder se adaptar às modificações das sociedades, em cada época.

O crescimento do turismo a nível mundial tem sido praticamente contínuo, com escassas exceções, como o ocorrido: após o atentado 11 de setembro, de 2001, que originou um clima de instabilidade e insegurança; ou as crises económicas de 2008 e 2009, com a quebra de rendimento disponível (OMT).

### 1.7.2 Origem do turismo

O turismo como se conhece, tem as suas raízes na história, desde o Antigo Egipto aos Impérios Grego e Romano.

Logo após a construção das pirâmides do Antigo Egipto, por volta de 2700 a.C., foram atraídos ao local, milhares de visitantes, quer por motivos religiosos, quer pela pura curiosidade. Mais tarde em 1800 a.C., os Egípcios começavam a deslocar-se para participar em eventos festivos, por caminhos simples, originando, assim, as primeiras estradas entre as cidades da Mesopotâmia (Junior, 2008).

Na antiguidade clássica, a ocupação do tempo livre, dedicado ao lazer, foi tido como algo muito importante para a qualidade de vida da população, sendo parte integrante do estilo de vida grego. Os Jogos Olímpicos, de quatro em quatro anos, provocavam grandes deslocamentos à cidade de Olimpia. Estas deslocações originavam um grande afluxo de turistas que se alojavam em acampamentos, albergues ou nas habitações de residentes locais. Com estas atividades, as primeiras consequências da atividade do turismo começavam a surgir (idem).

Porém, os jogos olímpicos não eram o único motivo de deslocação das populações gregas. Os Filósofos e os Poetas eram motivados a deslocarem-se em busca do conhecimento de outros

povos; ao mesmo tempo, estas regiões recebiam, além de filósofos e poetas, comerciantes, músicos, bailarinos e atletas. As viagens não eram motivadas apenas pela cultura, negócios, ou desportos, mas também: por motivos religiosos, observados em toda a região da Grécia Antiga, especialmente em Delfos, onde se situava o Oráculo sagrado de Apolo; e viagens voltadas para a saúde, como por exemplo, para o centro de cura da cidade de Cos., onde os médicos da antiguidade buscavam promover o bem-estar e curar os seus pacientes (ibidem).

Nesta continuidade das viagens provocadas pela busca do bem-estar, por exemplo, ao longo das estradas do império romano entre 27 a.C. a 476 d.C., foram criadas várias unidades hospedeiras e centros de tratamento termal (SPA), especialmente após a descoberta da utilização de águas termais para tratamentos de saúde e relaxamento (ibidem).

É durante o Império Romano que o turismo é incrementado, principalmente devido ao que se chama “Pax Romana”. No seu auge, a capital do Império, usufruía de cerca de 200 dias de férias por ano (Beato, 2009).

As cidades costeiras do mediterrâneo, como Nápoles, Pompeia e Herculano, eram alguns dos principais destinos escolhidos para as deslocações do Império durante os meses de verão, em busca de repouso e fuga do cotidiano. Contudo, os jovens romanos de classes mais privilegiadas, realizavam viagens motivadas pela busca de conhecimento, realizando assim, a sua “*Grand Tour*”, na qual seguiam, na maioria dos casos, os escritos de autores clássicos, que descreviam a maravilha desses locais, sobretudo *As Histórias* de Heródoto, que se pode considerar como um dos primeiros guias de viagem conhecidos (idem).

Com a queda do Império Romano, a perda da segurança e da qualidade nos transportes, a instabilidade provocada, e a fragmentação do território, provocaram uma redução acentuada nos movimentos pela Europa. A sociedade feudal que acabou por emergir, seguindo ordem religiosas monásticas, não apela à viagem nem a qualquer atividade de lazer. Contudo, mesmo assim, existiam alguns festivais, acontecimentos religiosos, feiras e torneios, que atraíam visitantes, assim como as peregrinações a vários lugares “Santos” da cristandade, obrigaram à criação de uma série de infraestruturas de alojamento e restauração ao longo dos seus percursos (Stock, 2003).

Com o fim da idade média, a atividade turística foi aumentando com o retomar da valorização do tempo de lazer, sobretudo em Itália, onde o rendimento disponível, fruto sobretudo do comércio, permite a criação de vilas de férias, um pouco por todo o território (idem).

Contudo, esta ideia era contrariada fortemente em países influenciados pela reforma de 1500, onde o lazer era visto como um “pecado” aos olhos de deus. Ideia que permaneceram até ao séc. XIX em vários países, graças à ética protestante de trabalho, apoiada pelos sistemas de produção capitalistas, que viam o lazer como um impedimento ao aumento dos lucros (Beato, 2009).

Contudo, ainda por esta altura, reinicia-se um movimento, inicialmente exclusivo das classes aristocráticas da Grã-Bretanha e, posteriormente alargado a membros de clero e das artes, de forma a completarem a sua formação e obterem um maior grau de enriquecimento cultural. Dava-se então reinício ao “*Grand Tour*”.

*“(...) a educação dos filhos devia ser coroada com uma viagem por todos os lugares cultos e importantes da Europa. Inicialmente, a denominada Grand Tour clássica tinha uma duração média de três anos e seu itinerário incluía uma demorada estadia em França, especialmente em Paris, seguida de visitas a Génova, Florença, Roma e Veneza. O retorno era feito através da Alemanha e dos Países Baixos, via Suíça. Com as descobertas de novas terras, os mais abastados passaram a incluir nas suas Grand Tours, viagem às Américas, às Índias Orientais, ao Extremo Oriente.” (Fratucci, 2008, p. 33)*

Durante esta altura, surge então, um fenómeno, ligado ao renascer da cultura clássica, denominado “termalismo”. Desenvolvido por toda a Europa, aproveitando as antigas termas Romanas, a sua maioria abandonadas durante a idade média (ibidem).

É importante realçar que, nesta fase, o destino turístico vai continuar a recair, por um lado sobre regiões inexploradas ou pouco conhecidas no interior dos diferentes países, onde a natureza tem um forte impacto em quem a observa, muito de acordo com os princípios naturalistas da época, como forma de fuga ao cotidiano das grandes metrópoles, e por outro lado, pela busca de conhecimento e história, levando pessoas á procura de locais com vestígios históricos, um pouco por todo o mundo (Beato, 2009). Contudo, esta procura pelo interior, pela natureza, entra em declínio, à medida que o interesse pelo litoral vai aumentando. As estâncias balneares são, de novo, o novo destino emergente do séc. XIX (Yelles, 1999).

Durante este século, surgem os transportes a vapor, consequência da revolução industrial. Esta forma de transporte mais barata, cómoda e segura, juntamente com o aumento da capacidade financeira de mais classes sociais, permite que o número de viagens aumente, e que a prática turística se alastre pelo continente europeu. Thomas Cook torna-se um dos agentes responsáveis tanto pela criação dos primeiros pacotes de férias, levando a um aumento turístico, assim como pelo início de toda uma indústria relacionada com a organização e difusão de viagens. Thomas Cook foi o responsável pela primeira viagem internacional organizada, em 1861, entre Londres e Paris, e em 1866 pela primeira viagem de circuito à América (Page & Connell, 2006).

*“Um elemento importante na invenção do turismo moderno foi o papel dos escritores e publicistas, que contribuíram para a criação de uma mentalidade coletiva na procura do estranho e do desconhecido. Do mesmo modo, estes escritores participaram na criação das ideias românticas de reencontro com a*

*natureza e a história, as águas, o mar e o património cultural.” (Pérez, 2009, p. 53)*

Nos finais do século XIX, com a pós-Revolução industrial, o turismo cresce devido à introdução do período de férias na classe trabalhadora, sendo que, até então, apenas as sociedades rurais tinham períodos livres, os quais, estavam ligados às paragens e aos tipos de colheitas e das estações do ano.

Este aumento vai ser interrompido momentaneamente durante o período das grandes guerras mundiais durante o séc. XX.

Nos anos sessenta, os países novos, cujas economias permitiram criar condições para o aumento salarial das famílias, começaram a contribuir para os fluxos mundiais do turismo, como é o caso do Japão, gerador de fluxos turísticos que se alastraram para os países asiáticos e, mais tarde, até à Europa (Fletcher et al., 2013).

O crescimento do turismo verificado até então, é travado pela crise petrolífera dos anos setenta, posteriormente pelas crises económicas do início dos anos noventa e no seguimento dos atentados terroristas em Nova Iorque, em setembro de 2001 (Beato, 2009).

Nos anos noventa, os mercados asiáticos abrem as portas ao turismo, como o caso da China e da Coreia do Sul, que de certa forma vem colmatar a estagnação turística provocada pelas crises económicas e petrolíferas. Este abrir de portas para o exterior, coincide em parte com o desenvolvimento económico dos países referidos (Stock, 2003; Fletcher, et al., 2013).

Devido à globalização e conseqüente mudanças nas sociedades ocidentais, assistiu-se: ao aumento da oferta de produtos turísticos, provocada tanto pela mudança na procura como na despesa provocada pelo turista; à melhoria constante dos transportes; ao aparecimento de novas unidades e modalidades de alojamento; às inovações por parte dos operadores turísticos; a melhor publicidade e promoção turística; e a uma melhoria da proteção dos turistas. Todos estes fatores contribuíram, assim, para o desenvolvimento turístico das sociedades ocidentais, facilitado pelo livre trânsito nas fronteiras dentro do espaço da União Europeia e pela introdução da moeda única (Stock, 2003).

O turismo é, portanto, um fenómeno integrante da sociedade, e que está implicitamente ligado às transformações resultantes da Revolução industrial. Ianni, em 2004, resumiu, então, a origem histórica do turismo:

*“(…) a história dos povos está atravessada pela viagem, como realidade ou metáfora. Todas as formas de sociedade, compreendendo tribos e clãs, nações e nacionalidades, colónias e impérios, trabalham e retribuem a viagem, seja como modo de descobrir o “outro”, seja como modo de descobrir o “eu”.”*  
(Ianni, 2004, p. 11)

### 1.7.3 História do Turismo em Portugal

Fora dos roteiros clássicos de viagem do “*Grand Tour*”, a Península Ibérica marcava a fronteira, física e psicológica, entre o mundo civilizado e o mundo primitivo. Portugal, neste contexto, assumia uma posição duplamente marginal; na periferia e da periferia, onde poucos se aventuravam a atravessar esta fronteira, distanciando Portugal e Espanha do progresso do resto da Europa (Lobo, 2012).

A localização geográfica de Portugal ajuda a explicar o porquê do turismo, assim como a maioria dos movimentos, ter surgido atrasado em relação ao resto da Europa. As primeiras infraestruturas turísticas surgem nos finais do séc. XIX, apenas se evidenciando um maior interesse turístico após a implantação da República em 1910 (idem).

### 1.7.4 Etapas do desenvolvimento do turismo em Portugal

#### I. Até 1950

Até ao séc. XX, o turismo em Portugal não assumia um papel revelante para a economia do país. Apesar do relativo desenvolvimento da rede de transportes alcançado com a política de obras públicas de Fontes Pereira de Melo, na segunda metade do século XIX, melhorando o mais possível de infraestruturas para a reabilitação comercial, industrial e agrícola, a oferta turística nacional carecia de um plano objetivo e de incentivos adequados. Os poucos locais objeto de prática turística internacional reservavam-se às regiões da Madeira e à zona do Estoril, sendo que o turismo doméstico se concentrava sobretudo nas estâncias termais localizadas na região centro e norte do país. Apesar de alguns esforços com vista a fomentar o turismo, quer interno como externo, a instabilidade resultante da passagem de uma Monarquia de oito séculos, para uma República ainda instável, não permitiu a implementação de medidas necessárias para a vitalização turística do país (Lobo, 2012).

São destas tentativas, exemplo a campanha promocional de viagens pelo país, que permitiam visitar monumentos históricos, estabelecimentos de águas minerais, praias para banhos, promovida pela *Companhia real de Caminhos de Ferro Portuguezes* em 1890. Ou as primeiras iniciativas associadas ao universo automobilístico, influenciadas pela criação, em 1903, do Real Automóvel Clube de Portugal. Ainda em 1903 surgiu, pela primeira vez, um guia turístico do país em língua portuguesa, o *Guia ilustrado do Viajante em Portugal ou o Manual do Viajante* (Figura 4), a que lhe segue um outro, dois anos depois, intitulado *Manual do Viajante em Portugal*, de Leonildo Mendonça e Costa (Idem).

Em 1906, foi criada a Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP), uma sociedade de iniciativa privada, com a função de promover e organizar todo um inventário de monumentos, riquezas turísticas e artísticas, curiosidades e lugares históricos do país, de forma a incentivar a prática turística dentro do país, seja por residentes como estrangeiros. Em 1907, aproveitando as novas ligações ferroviárias com o resto da Europa, a SPP financiou a edição do primeiro cartaz de

propaganda turística português, visível na Figura 5, anunciando em vários países estrangeiros: *Portugal, the shortest way between America and Europe*. (Lobo, 2012)

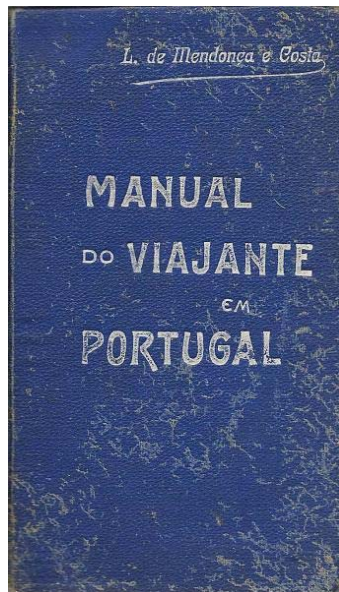


Figura 4 - Manual do Viajante em Portugal (in Lobo, 2012)



Figura 5 - Cartaz de Propaganda Turística em Portugal (in Lobo, 2012)

Em 1909, a SPP esteve presente no II Congresso Internacional de Turismo, na cidade espanhola de San Sebastian, tendo aderido à Federação Franco-Hispânica dos Sindicatos de Iniciativa. Com a colaboração da Casa Pia, promoveu-se o primeiro curso de formação profissional para o pessoal da hotelaria, e criaram-se as primeiras ligações internacionais com vista à abertura de Portugal ao turismo internacional (idem).

Mais tarde, em maio de 1911, o IV Congresso Internacional de Turismo, em Lisboa, trouxe o reconhecimento externo que Portugal necessitava. Neste congresso mostrou-se a intenção de criar um organismo nacional de turismo, como dita o *Diário do Governo* de 18 de maio de 1911: Criação no Ministério do Fomento, de um Conselho de Turismo, auxiliado por uma Repartição de Turismo, com o objetivo de fomentar o turismo a nível nacional e internacional (idem).

Em 1929, criou-se o Conselho Nacional de Turismo que surgiu em resposta à exposição Ibero-Americana em Sevilha, na qual se esperava que trouxesse milhares de americanos a Portugal, o que mais tarde não se veio a registar (Beato, 2009). E, no ano seguinte, fundou-se a Comissão de Propaganda do Turismo no estrangeiro, levando à criação de Casas de Portugal em Paris, Londres e Antuérpia, numa tentativa de aumentar o número de turistas em Portugal (idem).

Em janeiro de 1936, com a realização do I Congresso Nacional de Turismo, propunha-se uma análise da situação da indústria em Portugal, revindicando-se a necessidade do Estado em organizar o setor. Entretanto, com o deflagrar da Guerra Civil Espanhola, em 1936, a atividade turística estagnou, uma vez que Espanha funcionava como corredor do fluxo turístico Europeu

em direção a Portugal, crise essa, agravada pela Segunda Guerra Mundial. (Cunha & Abrantes, 2013; Lobo, 2012)

## II. Fim da Segunda Guerra Mundial, de 1950 a 1974

O atraso Português em relação ao resto da Europa, no que diz respeito a infraestruturas, produção de bens e serviços, revelou-se como principal motivo do fraco desempenho português no que diz respeito ao turismo (Cunha & Abrantes, Introdução ao Turismo, 2013).

Contudo, o regime no poder, começou a ver no turismo uma forma não só de aumentar as receitas de forma a equilibrar a balança comercial, mas também como uma forma de propaganda do mesmo, à semelhança do que ocorria em Espanha. Assim, em 1954, era promulgada a lei 2073, que isentava de alguns impostos as empresas relacionadas com o turismo, sendo posteriormente criada, uma linha de crédito para o seu desenvolvimento e promoção (Pina, 1988).

O Fluxo de turistas vai aumentando, sobretudo com a aposta progressiva, no sol e praia/mar na região do Algarve, sendo o ano de 1964, visto por muitos autores, como o ponto mais marcante do desenvolvimento do turismo Português, com a vinda de 1 milhão de estrangeiros, uma duplicação no número, em relação ao ano anterior, passando Portugal, devido à sua posição geográfica e pelas suas condições climáticas, a ser um dos destinos escolhidos para férias pelos europeus da altura (Cunha & Abrantes, 2013).

Deu-se então início à construção de infraestruturas como Aeroportos, como o caso do Funchal e do Algarve (idem).

O número continuou a crescer e, em 1973, Portugal já ultrapassava a marca dos quatro milhões de turistas estrangeiros, sendo praticamente metade deles oriundos do Reino Unido e Estados Unidos. Importante referir que, em 1964, o turismo interno era responsável por 61% das dormidas, número que sofreu uma redução para apenas 45% em 1974 (idem)

Consequentemente à ascensão do turismo em Portugal, principalmente na procura pelo Sol, Mar em Praias de areia fina, algo existente em abundância no Sul do país, todo o desenvolvimento e população nacional foi-se fixando nestes locais, levando ao abandono do turismo no interior, e, por sua vez, dos valores turísticos que estas regiões ofereciam, como o termalismo, a gastronomia, a cultura, a natureza e o património material e imaterial (idem).

### III. De 1974 à atualidade

Como se verificou até agora, o desenvolvimento turístico nunca teve uma evolução existindo, momentos agitados da sua evolução, como voltou a suceder em meados da década de setenta, com a crise petrolífera. Esta crise, diretamente ligada aos cortes no petróleo por parte da Arábia Saudita, e que resultaram em graves quebras de produção industrial nos países ocidentais, conjugada com a instabilidade política gerada pela Revolução Portuguesa de 1974, iria provocar grandes transformações económicas, sociais e políticas, nomeadamente com a vinda de um grande número de desalojados das ex-colónias, que acabariam por ocupar muitos dos alojamentos existentes para a prática turística. Contudo, a partir de 1976, com a recuperação económica das sociedades ocidentais, o turismo nacional voltou a recuperar, atingindo em 1979, o valor de 2,2 milhões de turistas, valor sempre em crescendo até, praticamente, ao fim do milénio (Cunha & Abrantes, 2013).

Este crescimento foi, não só gerador de economia, como também de euforia, produzindo efeitos perversos e desenvolvendo um espírito de lucro fácil. O aumento da procura foi ultrapassado pela oferta, provocando o estabelecimento de infraestruturas inadequadas como o desordenado aproveitamento dos espaços, e a concentração em certos países como principais investidores, sobretudo Britânicos e Espanhóis (idem).

As vulnerabilidades do turismo em Portugal resultariam, portanto, das excessivas concentrações, tanto de origem de mercado, como da concentração territorial - O Algarve e Lisboa absorviam 70% de todas as estadias de estrangeiros em 2006. (INE, 2006)

Para combater estas vulnerabilidades, foi criado o Plano Nacional de Turismo, como forma de estimulação ao turismo em Portugal, quer por residentes como não residentes, mas também com os objetivos de atenuar os défices cambiais, contribuir para reduzir os desequilíbrios e assimetrias regionais e contribuir para a proteção e valorização do património natural e cultural (Ministério da Economia e da Inovação, 2007).

A promoção turística, acompanhada da oferta de um serviço de qualidade nos serviços mais utilizados nacionalmente, evidenciando-se as estâncias balneares um pouco por todo o país, em especial na zona sul; assim como o termalismo, o touring, o turismo religioso (Fátima) e festivais culturais, resultaram num crescimento contínuo até 2001. No entanto, essa situação reverteu-se até 2006. Curiosamente, apesar do número de turistas ter diminuído desde 2001 até 2006, em termos absolutos, registou-se um aumento significativo da receita do turismo. (idem)

Em 2006, como a evolução do turismo não estava a seguir o plano previsto pelo PNT, foi necessário atualizar o mesmo, levando ao surgimento do PENT - Plano Estratégico Nacional de Turismo, como forma de delinear o desenvolvimento sustentável do turismo. O PENT veio a ser aprovado pelo governo em 2007. Este plano serviu como referência para o ordenamento e qualificação do território, dinamização dos acessos, qualificação humana, desenvolvimento de

produtos e serviços, investimento público e privado, assim como para a promoção do turismo do país. (idem)

Com a crise económica de 2008, que se alastra até aos dias de hoje, o PENT foi atualizado como forma de colmatar os efeitos da crise no setor e de salvaguardar o turismo nacional, para que este pudesse continuar a ser um dos principais motores da economia do país.

Até aos dias atuais, segundo o INE, o turismo em Portugal cresceu de forma consecutiva, atingindo os 15,2 mil milhões de euros, e os 24,1 milhões de turistas em 2017 (Gráfico 1). Quando comparados com os valores registando no início do séc. de 5,7 mil milhões de euros e 12,1 milhões de turistas respetivamente, o número de turistas duplicou, contribuindo para a triplicação das receitas no setor do turismo (ET, 2018).

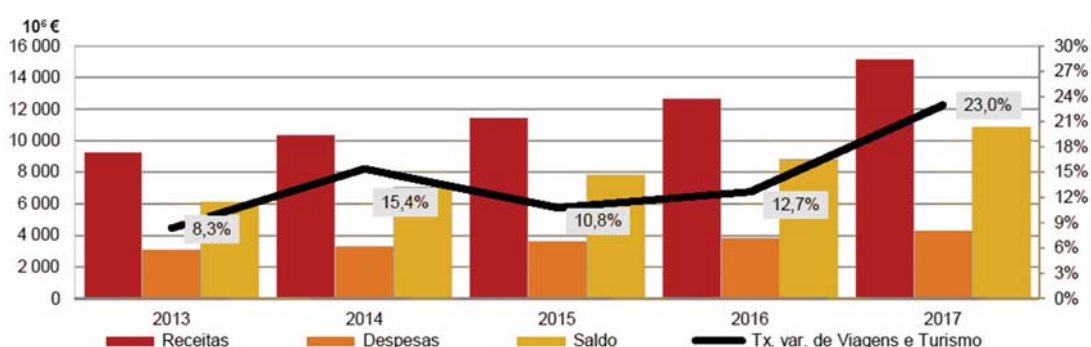


Gráfico 1 - Balança turística Portuguesa, 2013-2017 (adaptado de ET, 2017)

Em 2017, elabora-se aprova-se a Estratégia Turismo 2027, plano desenvolvido com o objetivo de tornar Portugal num destino cada vez mais competitivo, e o turismo numa atividade em contínuo crescimento, atenta às mudanças internacionais e ao ambiente tecnológico (Turismo de Portugal, 2018).

## 1.8 Planos Nacionais de Turismo

### 1.8.1 PENT

Como referido já anteriormente, o PENT foi uma iniciativa do Governo com o objetivo de servir de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do turismo em Portugal, até 2015.

O PENT definia como metas, os seguintes parâmetros: (Ministério da Economia e da Inovação, 2007)

- Crescimento anual de 5% de turistas internacionais, atingindo entre 20 a 21 milhões de turistas em 2015.
- Crescimento Anual de 9% das receitas, atingindo os 15 mil milhões de euros em 2015.

- Lisboa, Algarve e Porto e Norte com maior contribuição absoluta para o crescimento.
- Aumento da contribuição do sector na economia, constituindo-se como um dos principais motores do crescimento da economia Portuguesa.
- Crescimento anual do Turismo nacional na ordem dos 2,5%, potenciando o desenvolvimento sustentado das regiões e polos e combatendo a sazonalidade.

Como forma de atingir os objetivos traçados, definiram-se estratégias de desenvolvimento do setor, divididas em 5 eixos principais, através dos quais se deu a implementação do PENT. (idem)

- I. **Território, Destinos e Produtos** - Visa potenciar as valências turísticas de todo o país, definindo-se seis polos de desenvolvimento turístico: Douro, Serra da Estrela, Alqueva, Oeste, Litoral Alentejano e Porto. O PENT identifica onze produtos estratégicos a consolidar e desenvolver em Portugal: Sol e Mar; Cultural e Paisagístico; *City Break*; Turismo de Negócios; Turismo de Natureza; *Touring*; Turismo Náutico; Saúde e Bem-estar; Golfe; Gastronomia e Vinhos; e Turismo Residencial.
- II. **Marcas e Mercados** - Afirmar a marca “*Destino Portugal*” no mundo, e desenvolver e consolidar os mercados alvo, designadamente através de iniciativas culturais e de estratégias empresariais e de internacionalização de marcas, através de parcerias público-privadas.
- III. **Qualificação de Recursos** - Qualificação dos serviços e destinos, mediante a sua certificação e aposta em recursos humanos qualificados e na modernização da administração pública.
- IV. **Distribuição e Comercialização** - Ajuste das empresas e dos destinos nacionais aos novos modelos de negócio.
- V. **Inovação e Conhecimento** - Uso do conhecimento como fator de inovação e de orientação da atividade turística, desenvolvendo sistemas de informação, monitorização e avaliação, bem como ferramentas complexas de gestão do território.

#### 1.8.1.1 Linhas orientadoras para as diferentes regiões

Com o objetivo de definir com mais pormenor os moldes como o PENT iria atuar, as linhas orientadoras foram divididas por regiões (NUTS II). Cada região tem um conjunto de recursos diversificados, sendo que alguns constituem fatores de diferenciação, assim sendo, esta separação, permite o desenvolvimento de ofertas distintas, capitalizando através daquilo que de melhor cada região tem para oferecer e explorar (Figura 6). (idem)

### Principais recursos por região (NUTS II)

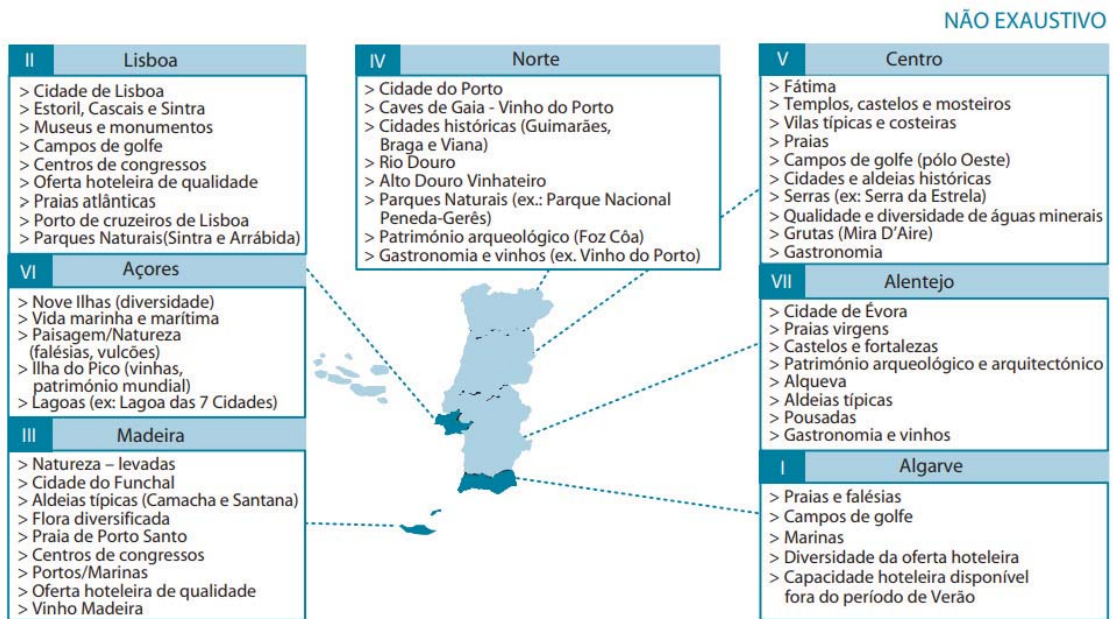


Figura 6 - Principais recursos por região (NUTS II) (in PENT, 2007)

#### 1.8.1.2 Objetivos para a região Centro

Os principais produtos de crescimento para a região centro, são o *Touring* e o Turismo de Natureza, complementados por produtos como Turismo Residencial, Saúde e Bem-estar, e Gastronomia e Vinhos. De destacar ainda o pólo de desenvolvimento da Serra da Estrela, e da importância do *Cross-Selling* com Lisboa e Porto, como forma de aumentar a percentagem de turistas estrangeiros. Estimava-se um aumento anual de 10% de receitas associada a um aumento crescimento de 7.3% de turistas. (Ministério da Economia e da Inovação, 2007)

#### Proposta de potenciais acções a aprofundar - Centro

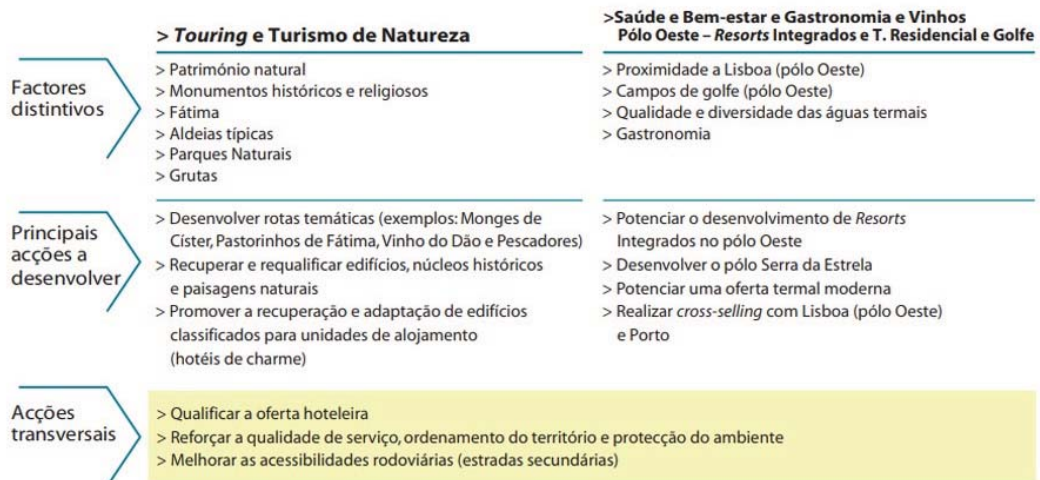


Figura 7 - Proposta de Potenciais acções a aprofundar - Centro (in PENT, 2007)

### 1.8.1.3 Linhas orientadoras para os diferentes polos.

Como forma de diversificação da oferta turística e de reduzir a dependência em relação às três principais regiões do Turismo Nacional, e de maneira a que desse resposta às principais motivações da procura, e ainda, possibilitar um desenvolvimento da oferta de qualidade, de forma a que ocorresse um desenvolvimento sustentado, foram definidos seis pólos de desenvolvimento turístico: Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo (Ministério da Economia e da Inovação, 2007).

#### Principais factores distintivos por pólo de desenvolvimento turístico

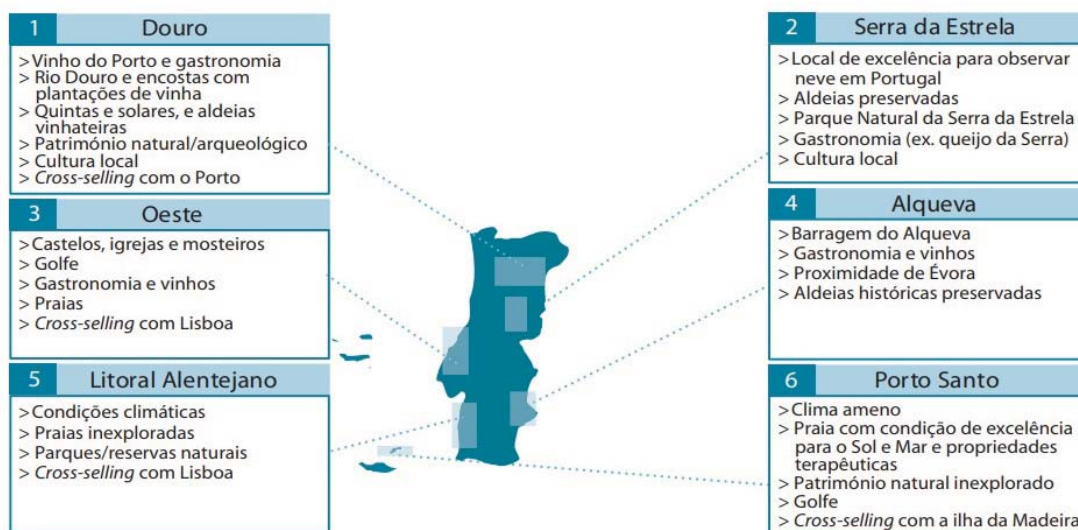


Figura 8 - Principais fatores distintivos por polo de desenvolvimento turístico (in PENT, 2007)

### 1.8.1.4 Polo Turístico da Serra da Estrela

Segundo o Plano Estratégico Nacional do turismo, o pólo turístico da Serra da Estrela, que compreende toda a área do Parque Natural da Serra da Estrela e municípios circundantes com importantes recursos naturais, culturais e paisagísticos, foi criado com o objetivo de se tornar no destino de neve de referência no mercado português, desenvolvendo economicamente uma região marcada pela interioridade (Ministério da Economia e da Inovação, 2007).

Neste pólo devem desenvolver-se dois produtos turísticos: o *touring* e o Turismo de Natureza. O mercado alvo do polo da Serra da Estrela é o mercado nacional. Foi tido em consideração que deveriam ser melhorados os acessos, aumentada a diversificação, nomeadamente, com a criação de rotas turísticas e serviços de apoio ao turista, para o aproveitamento das características específicas da Serra da Estrela (Ministério da Economia e da Inovação, 2007).

## 1.8.2 Estratégia Turismo 2027

Os resultados obtidos em 2016 confirmam a importância do turismo como a maior atividade exportadora do país, fruto de um trabalho articulado e de um investimento forte efetuado por privados e públicos. Deste modo, liderar o turismo do futuro implica afirmar Portugal como um destino sustentável, com um território coeso, inovador e competitivo. A Estratégia Turismo 2017 (ET27) identifica cinco eixos estratégicos: (Turismo de Portugal, 2017)

- I. **Valorizar o território** - permitindo o usufruto do património histórico-cultural e preservação da sua autenticidade; a regeneração urbana; a potenciação económica do património natural e rural, a afirmação do turismo na economia do mar a estruturação da oferta turística para melhor responder à procura.
- II. **Impulsionar a economia** - que respeita à competitividade das empresas; à simplificação, desburocratização e redução dos custos de contexto; à atração de investimento; à qualificação da oferta; à economia circular; ao empreendedorismo e inovação.
- III. **Potenciar o conhecimento** - em que se inclui a valorização das profissões do turismo; a formação de recursos humanos; a capacitação em contínuo os empresários e gestores; a difusão de conhecimento e informação; a afirmação de Portugal como *smart destination*.
- IV. **Gerar redes e conectividade** - através do reforço de rotas aéreas ao longo do ano e da mobilidade no território; da promoção do «turismo para todos», numa ótica inclusiva; do envolvimento da sociedade no processo de desenvolvimento turístico e de cocriação; do trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores.
- V. **Projetar Portugal** - aumentando a notoriedade de Portugal nos mercados internacionais enquanto destino para visitar, investir, viver e estudar e de grandes eventos e posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional.

Elabora-se, então, o Plano Estratégia Turismo 2027, desenvolvido com o objetivo de tornar Portugal num destino cada vez mais competitivo numa atividade em contínuo crescimento, atenta às mudanças internacionais e ao ambiente tecnológico. A estratégia deste plano passa pelos seguintes parâmetros:

1. **Pessoas** - Promover o emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos dos profissionais do turismo.
2. **Coesão** - Alargar a atividade turística a todo o território e promover o turismo como fator de coesão social.

3. **Crescimento em valor** - Ritmo de crescimento mais acelerado em receitas *versus* dormidas.
4. **Turismo todo o ano** - Alargar a atividade turística a todo o ano, de forma a que o turismo seja sustentável.
5. **Acessibilidades** - Garantir a competitividade das acessibilidades ao destino Portugal e promover a mobilidade dentro do território.
6. **Procura** - Atingir os mercados que melhor respondem aos desafios de crescer em valor e que permitem alargar o turismo a todo o ano e em todo o território.
7. **Inovação** - Estimular a inovação e empreendedorismo.
8. **Sustentabilidade** - Assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural e da identidade local, enquanto ativo estratégico, bem como a compatibilização desta atividade com a permanência da comunidade local.
9. **Simplificação** - Simplificar a legislação e tornar mais ágil a administração.
10. **Investimento** - Garantir recursos financeiros e dinamizar o investimento.

## **CAPÍTULO 2 - Desenvolvimento Sustentável e Turismo em espaço Rural**

Turismo rural como um vetor de desenvolvimento



## Introdução

O desenvolvimento sustentável é um dos pontos principais que cada local deve almejar. Assim, neste capítulo busca fazer uma ligação entre o desenvolvimento sustentável, aproveitando o turismo em espaço rural como vetor para o desenvolvimento dos espaços em análise nesta dissertação.

## 2.1 Desenvolvimento - Conceito

*“Quanto à vida consagrada ao ganho, é uma vida forçada, e a riqueza não é evidentemente o bem que procuramos; é algo de útil, nada mais, e ambicionado no interesse de outra coisa.” Aristóteles*

O conceito de desenvolvimento remonta à origem da própria civilização. A “Outra coisa” a que Aristóteles se refere é o próprio desenvolvimento sendo que, a partir deste momento, este conceito ganha uma nova dimensão, passando a ser alvo de estudo.

O desenvolvimento entende-se como um processo que designa a ação social e política na mobilização de recursos de diversa ordem, para benefício de determinados contextos ou grupos sociais, agregando dimensões e fenómenos materiais e imateriais, com base num processo dinâmico (Figueiredo, 2003).

Esta ideia de desenvolvimento, associa-se à ideia de progresso económico, servindo de base ao paradigma do crescimento económico, perspectiva que prevaleceu até meados da década de 70. Este crescimento, contudo, não se fez sem consequências a nível social, cultural e ambiental, tornando-se cada vez menos humano. Até então, o conceito de desenvolvimento confundia-se como o crescimento económico, modernização, urbanização e industrialização, existindo a ideia de desenvolvimento que se traduziria como um progresso científico e tecnológico ilimitado, capaz de resolver todos os problemas. Esta forma de pensar evidenciava-se das seguintes formas, de acordo com (Figueiredo, 2003):

- **Economicista:** Os critérios e cálculos económicos sobrepõem-se a todos os outros, já que o objetivo pretendido é o crescimento económico.
- **Industrialista:** Uma vez que assenta no crescimento industrial.
- **Produtivista:** Os resultados são medidos em função da produtividade alcançada.
- **Tecnologista:** Mobilização de capacidades tecnológicas de ponta.
- **Funcionalista:** Visa a determinados fins sectoriais e funcionais.

- **Centralista:** Postula que o desenvolvimento deve ser coordenado a partir de cima (*Top-Down, Centre-down, From above*), subordinando-se os interesses locais aos nacionais.

Os resultados provocados pelas ideias anteriormente descritas, como o desequilíbrio entre países, tanto a nível económico como social, a preservação ambiental, a igualdade e desequilíbrios territoriais, resultaram na procura de um novo conceito de desenvolvimento. Desta procura surgiram várias cadeias conceptuais, originando a nova abordagem de desenvolvimento. Perante as várias conceções, o conceito de desenvolvimento que mais se afirmou, em fins da década de 80 e consolidando-se ao longo da década de 90, foi o desenvolvimento sustentável, na sequência da publicação do *Relatório de Brundtland* em 1987 e da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Humano em 1992 (Figueiredo, 2003).

## 2.2 Desenvolvimento Sustentável

*“Há só uma Terra, mas não um só mundo. Todos nós dependemos de uma biosfera para conservarmos nossas vidas. Mesmo assim, cada comunidade, cada país luta pela sobrevivência e pela prosperidade quase sem levar em conta o impacto que causa sobre os demais. Alguns consomem os recursos da Terra a um tal ritmo que provavelmente pouco sobrarão para as gerações futuras. Outros, em número muito maior, consomem pouco demais e vivem na perspectiva da fome, da miséria, da doença e da morte prematura.” (CMMAD, 1991, p. 29).*

A procura por um modelo mais sustentável de evolução da população tem constituído uma enorme preocupação nas últimas décadas, quer pelas oportunidades que oferece, quer pelas ameaças que afetam a sociedade, as atividades económicas e o equilíbrio ambiental. O desenvolvimento sustentável pressupõe uma preocupação não só com o presente, mas também com o futuro, nomeadamente, com a qualidade de vida das futuras gerações, protegendo os recursos vitais, promovendo a coesão social e equidade, e garantindo um crescimento económico favorável ao ambiente e às pessoas.

Esta questão do desenvolvimento sustentável, remonta ao século XIX, contudo, devido ao modelo da época (neoliberal), a mesma continuou adormecida até inícios da década de 70. Este acordar para a sustentabilidade, relacionado com os graves acidentes e impactos ambientais e os problemas de insustentabilidade do modelo neoliberal, manifestava-se na forma de movimentos sociais, que promoviam chamadas de atenção sobre a situação em que o ambiente se encontrava. Segundo o relatório *The limits of Growth*, publicado em 1972 por uma associação formada por cientistas, intelectuais e empresários de todo o mundo, previa-se que os recursos naturais esgotariam dentro de 100 anos (Martins, 2012).

Nesse mesmo ano, realizou-se a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, resultando no estabelecer de uma base teórica para o conceito de Desenvolvimento Sustentável (CMMAD), levando à criação dez anos mais tarde, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, organização responsável pelo estudo de problemas do meio ambiente e pela elaboração de estratégias ambientais realísticas para abordá-los (Martins, 2012). A CMMAD, refere o desenvolvimento sustentável como um processo de exploração de recursos, de desenvolvimento tecnológico, de investimentos e alterações instituições (Figura 9), sendo que este conjunto, devidamente orientado visa a promoção de harmonia e satisfação face a necessidade dos recursos. Esta mesma Comissão elabora ainda os principais fundamentais do desenvolvimento, conhecidos como “Declaração de Tóquio”:

- Reavivar o progresso;
- Mudar a qualidade do progresso;
- Conservar e melhorar a base de recursos;
- Assegurar um nível populacional sustentável;
- Reorientar a tecnologia e controlar os riscos;
- Integrar o ambiente e a economia na tomada de decisões;
- Reformar as relações económicas internacionais;
- Intensificar a cooperação internacional.

Posteriormente, em 1994, assinou-se a Carta da sustentabilidade das Cidades Europeias, também conhecida como Carta de Aalborg, baseando o desenvolvimento sustentável em três pilares essenciais: o Ambiental, o económico e o social.

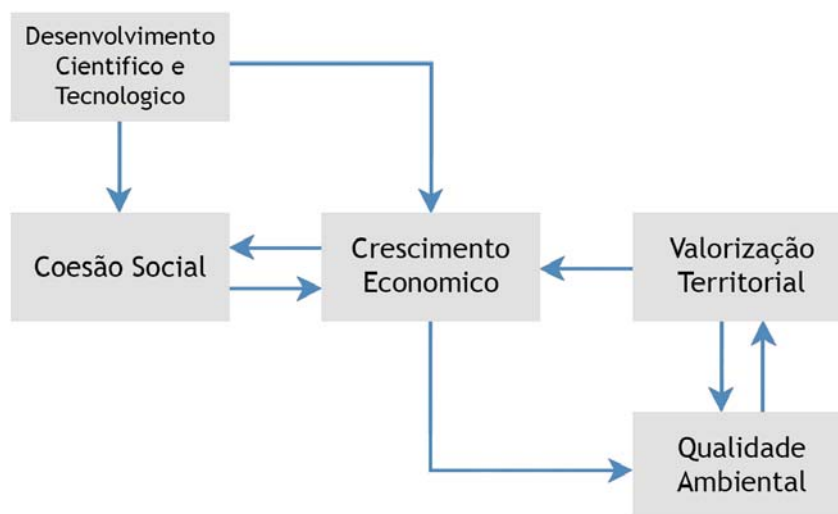


Figura 9 - Principais interações do desenvolvimento sustentável, segundo a ENDS (in Martins, 2012)

## 2.2.1 Agenda 21

Na busca pela definição mais correta de desenvolvimento sustentável, termo nem sempre aplicado na sua forma mais correta, surge a Agenda 21, documento oficial aprovado decorrente da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, que considera que o Estado deve promover a participação de todos os cidadãos nas decisões de interesse comum.

Este documento expressa a necessidade de os cidadãos participarem nas estratégias ou programas de desenvolvimento sustentável, e que a mesma deverá adaptar-se às características da população alvo, implicando a implementação de estratégias educativas que passam por uma reorientação do ensino para o desenvolvimento sustentável, para que a mensagem se torne clara para todos. Esta estratégia conseguiu o consenso internacional, já que se focava na preservação dos seres vivos, da diversidade e vitalidade dos sistemas ecológicos, dos recursos, e, simultaneamente, na melhoria da qualidade de vida do homem (Martins, 2012).

Mais tarde, entre 2005 e 2015, dá-se início ao que se chamou “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, um movimento organizado pela Organização das Nações Unidas, com o principal objetivo de integrar princípios, valores e práticas de desenvolvimento sustentável em todos os aspetos da educação, aplicada pelos estados membros nas seguintes estruturas: (idem)

- Melhorar o acesso à educação básica de qualidade;
- Reorientar os programas educativos existentes;
- Desenvolver a sensibilização e compreensão pública sobre o tema;
- Providenciar formação.

Ao nível Português, dando seguimento a este movimento das Nações Unidas, publicou-se a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), aprovada em 2007 pela Resolução de Conselho de Ministros 109/2007, a qual se encontrava em elaboração desde 2002, refletindo os vários problemas do país, nomeadamente o desequilíbrio territorial, e as consequências que o mesmo acarreta (idem).

Neste documento, e no âmbito do “Quinto Objetivo - Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território” elabora-se um Plano de Implementação (PIENDS), organizado em torno dos seguintes sete objetivos: (ENDS, 2006)

- Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”;
- Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;

- Melhor Ambiente e Valorização do Património;
- Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;
- Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;
- Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional;
- Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.

### 2.2.2 Compromisso para o Crescimento Verde

Portugal lançava-se, então, no novo roteiro global para a sustentabilidade. O Compromisso para o Crescimento Verde segue as bases do ENDS, com o objetivo de contruir para o desenvolvimento sustentável de Portugal, promovendo a competitividade do país e a sua afirmação internacional enquanto referencia do crescimento verde mundial (Ministerio do Ambiente, 2015)

Este modelo de desenvolvimento, além de incluir a prevenção e a penalidade de comportamentos ambientais negativos, procura implementar processos ambientalmente sustentáveis, capazes de gerar novas oportunidades económicas e sociais, e expandir a oferta de bens e serviços amigos do ambiente e que assegurem o bem-estar. É uma perspetiva integrada, assente no binómio economia-ambiente, reconhecendo através do investimento público e privado, da inovação e da tecnologia, das infraestruturas e das instituições, que é possível alterar o paradigma contemporâneo de desenvolvimento de uma forma estrutural. Este modelo de desenvolvimento assenta-se sobre os seguintes objetivos: (idem)

- Estimular sectores de atividade verdes;
- Promover eficiência no uso dos recursos;
- Contribuir para a sustentabilidade.

O CCV define dois conceitos:

- **Economia verde** - Um sistema económico compatível com o ambiente natural, socialmente justo, resultando numa melhoria do bem-estar e da equidade social, e reduzindo, simultaneamente, os riscos para o ambiente e a escassez ecológica;
- **Crescimento verde** - Um tipo de crescimento que acentua a componente dinâmica (investimento e inovação) do processo de transição para uma Economia Verde, aproveitando as oportunidades de criação de valor associadas à exploração do binómio Economia/Ambiente.

### 2.2.3 Agenda 2030

O documento “Transformando o Nosso Mundo: A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” é um plano de ação para as Pessoas, o Planeta e a Prosperidade. Desenvolvido em 2015, durante a Cimeira de Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, prevê a participação do governo, de empresas privadas, dos cidadãos, com o objetivo de tornar um mundo mais justo, desenvolvido, e principalmente, mais sustentável, com dignidade e qualidade de vida adequada para a maioria da população mundial (United Nations, 2015).

Esta agenda foca-se principalmente em:

- Acabar com a fome e a pobreza extrema no planeta;
- Combater a desigualdade e a injustiça;
- Possibilitar a proteção do clima (contenção das mudanças climáticas) e da natureza;
- Viabilizar ações em conjunto (parcerias) entre os países-membros;
- Possibilitar o desenvolvimento sustentável, ou seja, crescimento económico com a proteção do meio ambiente;
- Promover a paz, a justiça e a inclusão na sociedade.

## 2.3 Desenvolvimento Rural

Apesar de os espaços rurais, na maioria dos países ocidentais e também em Portugal, terem sofrido transformações muito profundas, continuam a ser vistos tradicionalmente como sendo o contexto físico e social para a prática de atividades agrícolas, e, conseqüentemente, para a produção de alimentos. Este facto é comprovado por, nas últimas décadas, as políticas de desenvolvimento para as áreas rurais resumirem-se à aplicação de políticas agrícolas de modernização da atividade (Martins, 2012).

De certa forma, Portugal é exceção, uma vez que o conservadorismo ruralista, exaltado pelo regime ditatorial, nunca deu a conhecer impulsos de modernização, nem em termos globais, nem mesmo no sector agrícola. Esta situação manteve-se após o 25 de Abril, em que os esforços de modernização continuaram a limitar-se à industrialização e na urbanização, negligenciando o sector agrícola e as áreas rurais, nas quais continuava a verificar-se um declínio e um envelhecimento da população, resultado, também, da emigração (Figueiredo, 2003).

*“Portugal e em particular a sua agricultura e regiões rurais atravessaram, a partir do início dos anos sessenta, profundas e sucessivas mudanças: significativo crescimento económico, acompanhado de industrialização e de forte aumento das transações económicas com o exterior; intensos êxodos agrícola e rural, associados à explosão da emigração e ao grande crescimento das áreas metropolitanas; alteração rápida dos níveis e dos modelos de consumo; envelhecimento demográfico; transição de um regime ditatorial para uma democracia representativa; descolonização; retorno e emigração; forte diversificação de redes e meios de comunicação e de circulação de pessoas e bens; elevação das aspirações sociais e culturais e maior democratização da escola; extensão e mudança da intervenção administrativa do Estado” (DGDR, 1997: 17-18, citando em Figueiredo, 2003).*

O facto de a zona rural ser fundamentalmente caracterizada pela sua atividade principal, a agricultura, pensa-se que só é possível o desenvolvimento favorecendo-se a agricultura. Esta identificação entre o rural e o agrícola tem sido um traço predominante em termos dos programas e medidas propostas para as áreas rurais do país (Mota, 1999).

Esta estruturação de modelos de desenvolvimento sustentável, principalmente no caso do desenvolvimento rural, tornou-se uma questão cada vez mais proeminente que, até à data, não expressava resultados com nenhum dos modelos de desenvolvimento estabelecidos, os quais se baseavam tanto no crescimento económico, assim como, na aplicação de políticas agrícolas (idem).

Posteriormente, e devido a mudanças nas sociedades, percebe-se que o espaço rural é mais que um meio onde se pratica atividade agrícola, evidenciando-se principalmente a partir da publicação do documento “The Future of Rural Society” em 1988. As questões associadas ao desenvolvimento rural ganhavam um maior ênfase, levando à criação de um modelo de desenvolvimento baseado e a partir do local. Esta nova abordagem teve como base, segundo (Figueiredo, 2003):

- Valorização dos produtos locais;
- Reforço da capacidade das pessoas residentes;
- Capacidade para atrair pessoas;
- Intensificação da cooperação entre agentes locais;
- Criação de estratégias de ação que permitam um modo participativo das populações em áreas fundamentais.

Esta abordagem apresenta, pela primeira vez, resultados positivos no que diz respeito ao desenvolvimento rural, sendo que, no lugar de graves consequências provocadas pelo progressivo abandono dos campos, envelhecimento da população e do êxodo rural, verificaram-se mudanças positivas, resultando em espaços mais homogêneos, com menos assimetrias, redirecionados para o lazer, e para uma melhor qualidade de vida (Martins, 2012).

A articulação entre o ambiente e a economia com fim a viabilizar as comunidades no sentido do desenvolvimento sustentável que, desta forma, devem saber manter os recursos biofísicos e os elementos da paisagem rural que o homem foi lapidando ao longo dos séculos, tirando partido económico das suas potencialidades (idem).

A existência de várias ideias não facilita a redução a uma única estratégia de desenvolvimento rural. Segundo Terluin (2003), podem-se aplicar três teorias de desenvolvimento, ambas do cariz de crescimento financeiro, no espaço rural::

- I. A teoria do desenvolvimento de base comunitária - incide sobre o reforço dos residentes, sendo essa a base para o crescimento económico local; isto é, são as próprias competências organizacionais das comunidades rurais que promovem a resolução de conflitos, mediação, liderança e compreensão das questões de governança, conseguindo uma visão partilhada.
- II. A teoria de Bryden - baseia-se na manutenção dos recursos não móveis para a criação de vantagens competitivas a fim de potencializar o desenvolvimento rural, sendo estes recursos contrários aos recursos capitais, com mão-de-obra especializada, informação e outros fatores da economia globalizada.
- III. O modelo de desenvolvimento comunitário de destruição criativa - considera um desenvolvimento relativo às “povoações como lojas de património”, assentando em três variáveis: empreendedorismo, consumo do património rural e destruição do “rural idílico”.

Todas estas abordagens procuram combater as diferenças a que as populações destes locais estão sujeitas, sob a possibilidade de agravamento de problemas como a exclusão social, ou o próprio êxodo rural, que tem vindo a manter-se na maioria de Portugal, onde grande parte da população ativa sai à procura de estudos ou emprego (Martins, 2012). Desta forma, considera-se a sustentabilidade destas zonas dependente de vários fatores, como: (Figueiredo, 2003)

- Aceitação da diferença;
- Cooperação;
- Identidade coletiva;
- Sentido de pertença;

- Equilíbrio da estrutura etária;
- Manutenção da população;
- Manutenção de serviços e de equipamentos;
- Sentido de futuro;
- Representatividade política;
- Aspectos ambientais; a viabilidade económica;
- Oportunidades de emprego;
- Atividades coletivas;

### **2.3.1 Cork 2.0**

Em 2016 realizou-se a conferência sobre o Desenvolvimento Rural, Cork 2.0, onde se discutiu a importância das zonas rurais na preservação da variedade da paisagem e do património natural e cultural; as diferenças entre os centros urbanos e as zonas rurais, dos quais resultam ativos diferentes, mas complementares; a necessidade da existência de melhores inter-relações, que constituem um pré-requisito importante para a viabilidade económica, do desempenho ambiental e para a coesão social da sociedade como um todo. Esta conferência originou a criação das seguintes orientações, sobre as quais a União europeia deveria guiar-se: (Comissão Europeia, 2016)

- Promover a Prosperidade Rural;
- Reforçar as Cadeias de Valores Rurais;
- Investir na Viabilidade e Vitalidade Rurais;
- Preservar o Ambiente Rural;
- Gerir os Recursos Naturais;
- Incentivar o Combate as alterações Climáticas;
- Estimular o Conhecimento e a inovação;
- Estimular o Conhecimento e a inovação:
- Reforçar a governança rural;
- Melhorar o Desempenho e a Prestação de contas

## 2.4 Turismo em Espaço Rural

O Turismo no Espaço Rural apresenta características próprias, pouco tendo em comum com as modalidades convencionais de turismo. Com efeito, esta atividade tem como objetivo essencial oferecer aos utentes a oportunidade de reviver as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades rurais, beneficiando da sua hospedagem e de um acolhimento personalizado.

Sendo o turismo em áreas rurais, assim como outros assuntos já abordados, alvo de um grande número de definições, é possível, no entanto, encontrar alguns pontos em comum entre as várias. De um modo geral, o TER é considerado como sendo toda as atividades que ocorrem em espaços rurais. Em ligação com o próprio Turismo em espaço rural estão outras tipologias turísticas, como o Turismo de Natureza, o Turismo Cultural, o Ecoturismo, o Ecoturismo, entre outras. Esta ligação evidencia-se pelo facto de a área rural ser o palco principal para a prática destas tipologias de turismo, evidenciando-se, cada vez mais, os pequenos museus locais, rotas temáticas, percursos históricos, feiras e festivais, a gastronomia, a prática de desportos de aventura e natureza (Silvano, 2006).

A procura pela área rural como local de lazer e descanso é cada vez maior, numa sociedade altamente industrializada, onde tudo funciona a um ritmo extremamente alto, em espaços congestionados, poluídos e distantes da natureza. O espaço rural é assim visto, segundo Figueiredo (2003), como um espaço de salvaguarda da tradição e das memórias, rico em recursos naturais e culturais únicos, apelativos ao sossego, de calma e tranquilidade. É um tipo de turismo de pequena dimensão e personalizado, de forma a que os visitantes possam participar nas atividades, costumes e modo de vida do local, de forma a vivenciar um quotidiano autêntico da vida rural (Figura 10).



Figura 10 - Elementos Característicos do Turismo em áreas rurais (a partir de Leal, 2001)

Este tipo de turismo, é atualmente reconhecido pela União Europeia, principalmente devido à expressão económica e social que representa em alguns países, como no caso de Portugal. O Tratado de Roma (1957) e a Política Agrícola Comum, deram contributos importantes a esta temática turística, contudo, a realidade do TER só conheceu um impulso importante, mais tarde, após o Tratado de Maastricht, assinado em 1992 (idem).

Atualmente, o turismo em áreas rurais é um ramo económico e social em crescimento, sendo necessária, para a sua evolução, a consideração do lado da oferta e da procura. Do lado da oferta, se planeada tendo em conta os critérios da sustentabilidade, pode representar um contributo relevante para o desenvolvimento de algumas das áreas rurais, na medida em que o êxodo rural registado, conduziu a um atraso económico, social e cultural, donde se impor a necessidade de revitalizar e tirar partido dos recursos naturais, transformando-os em atividades económicas viáveis, competitivas, atrativas e alternativas (Leal, 2001). Por outro lado, do lado da procura, o TER tem registado um aumento considerável. Esta aumento de procura deve-se às motivações derivadas da procura deste tipo de produto, ligado ao autêntico e tradicional, à necessidade de contacto com a natureza, associando-se a um “regresso ao passado” (Figueiredo, 2003).

A Comissão Europeia (CE) adotou a designação de “*rural tourism*” (Turismo rural) para definir todas as atividades turísticas que se desenrolem nas áreas rurais.

Por sua vez, a Organização de Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE) indica, como principais fatores da estimulação da procura deste tipo de turismo, o interesse pelo património, desporto, aventura e recreio, aliado a um maior tempo livre, e a uma consciência ambiental e o melhoramento das infraestruturas e transportes. Desta forma, de acordo com Silvano, (2006), são tomados em conta os seguintes aspetos motivadores de um crescente desenvolvimento turismo em áreas rurais: (Silvano, 2006)

- Maior interesse no património e tradição;
- Aumento do tempo de férias;
- Progresso tecnológico dos transportes e comunicações;
- Maior nível de educação e formação;
- Procura de férias saudáveis;
- Procura do turismo rural por pessoas mais velhas, mas ainda ativas;
- Gosto por viagens de aventura e de descobrimento;
- Maior interesse pela ecologia;

- Mercado do “individualismo” em crescimento em detrimento do turismo de massas.

Visto pela perspetiva do desenvolvimento rural, o turismo no espaço rural é uma das atividades mais bem colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico rural, sendo tanto mais forte, quanto conseguir endogeneizar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região.

Importa, pois, promovê-lo de forma harmoniosa e sustentada, no respeito pelas diferenças que caracterizam cada região e pelos requisitos de qualidade e de comodidade exigidos pela clientela que o procura.

### **2.4.1 Turismo rural em Portugal**

O turismo em Portugal, como já referido, é uma atividade antiga, e com alguma história, remontando, enquanto atividade organizada, a 1911, com a criação da Repartição do Turismo, um organismo oficial, integrado no Ministério do Fomento (Figueiredo, 2003).

O turismo em áreas rurais de Portugal tem um percurso histórico semelhante ao resto da Europa: Inicialmente, praticado apenas pelas classes mais altas da sociedade que se deslocavam as suas residências no meio rural para repousar; mais tarde a prática estendeu-se a um maior número de pessoas, principalmente por motivos de saúde para a prática de termalismo (Martins, 2012).

A emigração e o êxodo rural ocorridos em Portugal, juntamente com o abandono da atividade agrícola nas áreas rurais, provocou uma série de vulnerabilidades potenciadas pela falta de investimento nestes locais, aparecendo o turismo rural como motor de desenvolvimento (Kastenholz, 2002).

A partir da década de setenta, o turismo em espaço rural, juntamente com as suas atividades de lazer, apareceram como uma alternativa, fornecendo uma maior diversidade da procura turística, como resposta ao declínio e desagregação das comunidades rurais, contribuindo para a promoção dos recursos existentes, para a sua revitalização económica e social, e para o próprio desenvolvimento destes locais (idem).

O alojamento turístico, surgiu no seguimento desta intenção de reanimar as áreas rurais, promovendo o património natural e cultural. Mais tarde, em 1979, este tipo de turismo apareceu sob a forma de alojamento ligado á recuperação de casas particulares características da arquitetura e da cultura local, revelando a preocupação em proteger e valorizar a arquitetura local, melhorar a qualidade de vida da população residente, sob a forma de rendimento extra (Cunha, 2001).

A partir de 1986, com a entrada na União Europeia, o Turismo em espaço rural em Portugal ganhou uma grande relevância, que através dos fundos estruturais existentes, e aos quais os residentes se podiam candidatar, permitiu a obtenção de subsídios, que possibilitaram a

recuperação do património rural para fins de abertura a um maior número de alojamentos inseridos no TER (Silvano, 2006).

A publicação do Plano Nacional de Turismo em 1986 veio legalmente instituir a designação TER, consagrando o conceito de espaço rural como espaço de turismo, sugerindo um produto distinto daqueles que dominavam o mercado turístico português.

Nesse mesmo ano, por meio do Decreto - Lei nº256/86 de 27 de agosto, surge o TER como uma forma de alojamento turístico em áreas rurais, sendo dividido em três modalidades diferentes: Turismo de habitação, Turismo Rural e Agroturismo. Mais tarde, em 1997, com a revisão do anterior diploma, originam-se novas modalidades como: Turismo de Aldeia, Casas de Campo, Hotéis Rurais e Parques de Campismo Rural.

Estas modalidades de alojamento em espaço rural, e autorizadas pela Direção Geral de Turismo, definem-se como: (Decreto-lei n.º 54 / 2002)

- **Turismo de Habitação** - Designa-se por turismo de habitação, o serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e as casas apalaçadas.
- **Turismo Rural** - Designa-se por turismo rural, o serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas rústicas particulares que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitetura típica regional.
- **Agroturismo** - Designa-se por agroturismo, o serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas particulares integradas em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.
- **Turismo de Aldeia** - Designa-se por turismo de aldeia, o serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores.
- **Casas de Campo** - Designam-se por casas de campo, as casas particulares situadas em zonas rurais que prestem um serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores.
- **Hotéis Rurais** - São hotéis rurais os estabelecimentos hoteleiros situados em zonas rurais e fora das sedes de concelho cuja população, de acordo com o último censo realizado, seja superior a 20000 habitantes, destinados a proporcionar, mediante

remuneração, serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com fornecimento de refeições

- **Parques de Campismo Rural** - São parques de campismo rurais os terrenos destinados permanentemente ou temporariamente à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas, cuja área não seja superior a 5000 m.

A definição de TER, resultado do Plano Nacional de Turismo, focaliza-se exclusivamente o produto na vertente do alojamento. Posteriormente, no Decreto-lei n.º 169/97, de 4 de julho, o conceito de TER é estendido aos domínios da animação, estando implícita a ideia da necessidade de criar e desenvolver ofertas complementares ao alojamento, de forma a criar condições para aumentar a permanência dos turistas.

Contudo, o programa do TER tem-se expressado de forma muito estrita e redutora, uma vez que não considera nem a hotelaria clássica (Hotéis, pensões, residenciais), nem os meios complementares de alojamento como lojas de artesanato, atividades de lazer, atividades desportivas, percursos pedestres, entre outros (Martins, 2012).

#### **2.4.2 Problemas do TER em Portugal**

Na atualidade, torna-se evidente que as zonas urbanas são locais privilegiados em detrimento das zonas mais rurais, sendo as zonas urbanas marcadas pelo seu dinamismo e inovação, proporcionando melhores oportunidades para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Segundo a ONU, em 2016, 55% da população mundial vivia em cidades, prevendo-se que este número ultrapasse os 70% em 2050. (ONU, 2016)

As zonas rurais verificaram os seus máximos demográficos previamente à década de cinquenta, antes das grandes correntes de êxodo rural e da emigração em massa para o resto da Europa. O meio rural tornou-se, assim, vítima do esquecimento, passando a funcionar como um local de passagem, para onde as pessoas se deslocavam para escapar aos problemas das cidades (Figura 11).

Estes fatores, como se pode observar no gráfico 2, resultaram numa evolução do TER em Portugal, aquém das expectativas criadas, provocadas por constrangimentos ao seu desenvolvimento mais acentuado, como a emigração da população mais jovem e qualificada, o envelhecimento da população nestes locais. Estes fatores formam um cenário propício à exclusão e destruturação social, desemprego e pobreza. No entanto, nos últimos três anos assistiu-se a um aumento significativo na oferta deste domínio (idem), resultado nas políticas criadas, na nova mentalidade turística, na procura pelo interior.

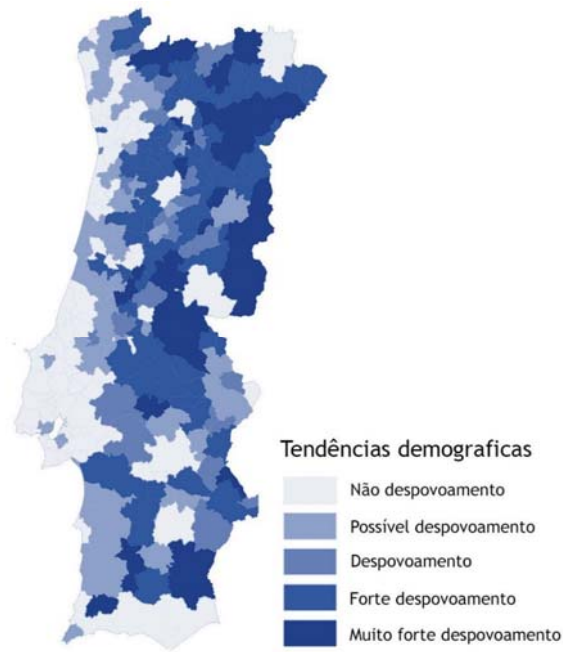
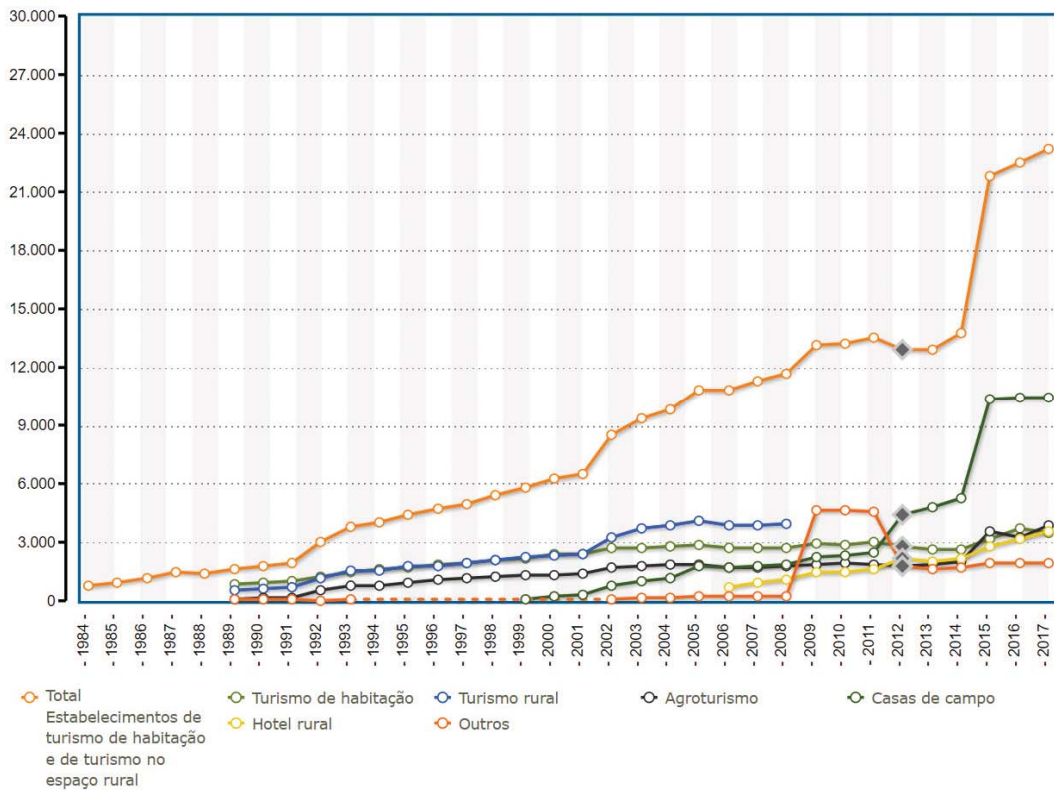


Figura 11 - Tendências demográficas (adaptado de PNCT, 2016)

Gráfico 2 - Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de Turismo de Habitação e do TER, por modalidades (nº de camas) (in Pordata, 2018)



Num meio onde a agricultura continua a ser uma das principais ocupações, sendo um dos principais fatores de gestão dos recursos naturais, de configuração das paisagens rurais e de desenvolvimento social e económico, torna-se importante a criação de políticas que permitam o seu crescimento sustentado.

Para Correia e Figueiredo (2008), considera-se, portanto, a transformação do espaço rural, tipicamente agrícola, num espaço de usufruto ambiental e de lazer: um espaço rural pós agrícola, criando oportunidades para agentes exteriores que vão tomando iniciativas (não tomadas pelas próprias populações residentes) motivadas por uma ideia do rural em oposição ao urbano.

No entanto, esta atração pela ruralidade foi uma realidade que chega tarde aos países do sul da Europa. Os agentes exteriores são atraídos pelas potencialidades deste ambiente rural, em contacto direto com a natureza, e pelas perspectivas de negócio que apresenta.

*“(…) as zonas rurais da Europa têm muito para nos oferecer: desde matérias-primas essenciais a espaços de indiscutível beleza, onde podemos descansar, recuperar energias e entregar-nos a múltiplas atividades de lazer. São os nossos pulmões e, por essa razão, uma das frentes de batalha da luta contra as alterações climáticas” (Figueiredo, 2003, p. 163).*

Tal pensamento em preservar o património natural e a cultura ganha uma maior dimensão quando se trata de áreas classificadas, como o caso das áreas protegidas, como espaços rurais profundos, preservação dos valores naturais, ou das condições do meio e das práticas tradicionais, que assumem hoje em dia, um grande potencial de atração e de valorização económica. Esta preocupação levou à criação do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, que considera a prática agrícola e florestal importantes veículos na conservação da natureza do país (Martins, 2012).

Desta forma, o turismo rural é visto como uma solução ao declínio da agricultura na economia rural. A Comissão Europeia considera que a Estratégia de Lisboa relativa à Política Agrícola Comum (PAC) deve privilegiar o ambiente e o turismo como sendo as principais fontes de rendimento nas áreas rurais. Contudo, esta intenção torna-se problemática como o afirma (Martins, 2012) dado que:

- Verifica-se ainda uma dificuldade em se calcular o valor dos serviços exercidos neste espaço para os visitantes;
- Algumas áreas deste mercado, no meio rural, sofrem opressões, devido ao fraco papel que ainda assumem nas sociedades desenvolvidas, apesar de ser um mercado em ascensão;

- A crescente concorrência direta com instituições dentro de uma dada região, no país ou mesmo entre países;
- A elitização do turismo em espaço rural, provoca um fraco enraizamento local e escassos impactos, em termos de resultados económicos e de criação de emprego, devido ao fato de os fundos serem produzidos lá, mas por gentes de fora;
- A má coordenação entre os agentes interferentes na cadeia turística, com efeitos na atração dos turistas e coerência na disposição dos seus gastos;
- Verifica-se, também, um grande conflito entre as opiniões dos intervenientes (proprietários, visitantes e agentes políticos) nesta prática turística face às questões nos espaços rurais.

Apesar dos problemas apresentados, houve um esforço nacional com o objetivo de inverter o abandono rural, como por exemplo, com a implementação do Plano FEADER, que financiou várias iniciativas de desenvolvimento rural, permitiu mobilizar recursos, possibilitando, de certa forma, a reconstrução do tecido económico e social nestas zonas, e também, do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR20). Foram ainda implementadas medidas tendo como objetivos o aumento do valor acrescentado do setor agroflorestal, contribuir para o equilíbrio da balança comercial, assegurar condições que permitam melhorar a gestão sustentável dos recursos nomeadamente através de uma utilização mais eficiente dos mesmos, assegurando a sua proteção, e a dinamização económica e social do espaço rural.

### **2.4.3 Turismo Rural em Números**

O turismo rural em Portugal, segundo os dados revelados pelo INE, apresentava a 31 de julho de 2017, 1419 estabelecimentos de turismo em espaço rural e turismo de habitação. As casas de campo representavam a grande maioria deste segmento (54%) com 766 estabelecimentos, seguindo-se do agroturismo, com 230 unidades. O turismo de habitação apresentava 226 estabelecimentos, e os hotéis rurais apenas 85 (INE, 2018).

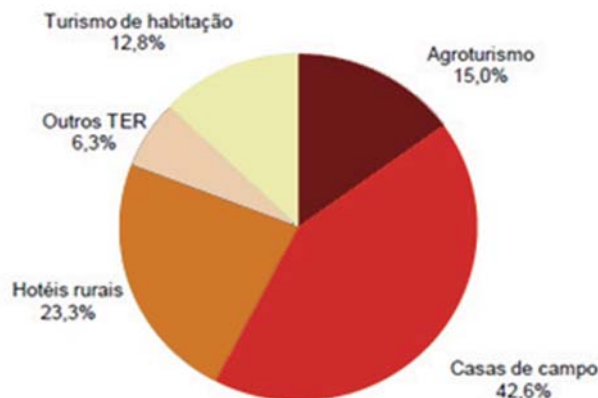
A capacidade total de alojamento deste tipo de turismo, atingiu as 23,2 mil camas, com as casas de campo a representarem 44,8% da capacidade deste segmento de alojamento. Seguiram-se as unidades de agroturismo (16,6%), os hotéis rurais (15,3%) e o turismo de habitação (14,9%) (idem).

O turismo no espaço rural e de habitação representou 24,3% do total de estabelecimentos do setor de alojamento, a que corresponderam apenas 5,8% das camas oferecidas (idem).

Os estabelecimentos de turismo no espaço rural e turismo de habitação registaram 794,7 mil hóspedes (+18,8%) que no ano anterior, que proporcionaram 1,7 milhões de dormidas, (+17,0%) que no ano anterior (idem).

As regiões com maior procura foram o Norte (30,2% do total de dormidas), Alentejo (24,8%) e Centro (22,0%) (ibidem).

Gráfico 3 - Dormidas no Turismo em espaço rural e de habitação, 2017 (INE, 2018)



Neste segmento de alojamento, as casas de campo foram a modalidade com maior procura (42,6%), seguindo-se os hotéis rurais com (23,3%) (ibidem).

#### 2.4.4 Turismo Rural como uma Ferramenta de Desenvolvimento Rural

*“(...) A nível estatal era visto como um remédio universal, face à crise agrícola dos anos 80 e ainda como um meio de desenvolvimento e diversificação das economias rurais. Contudo, o entusiasmo inicial terá provocado alguma desilusão face às dificuldades e ao constatar-se que os resultados obtidos não correspondiam às expectativas.” (Mesquita, 2009, p. 81).*

O turismo, por si só, é visto como um facto de desenvolvimento, quer de forma direta como indireta, tanto ao nível económico como social, sendo um fenómeno que interfere nas dinâmicas demográficas, do património natural e cultura, quer no ordenamento e funcionamento dos territórios, como nos comportamentos das populações (Cavaco, 1999).

Esta forma de ver o turismo, como espécie de salvador universal, torna-o num fator decisivo nas políticas de desenvolvimento rural. Este facto está associado à capacidade desta atividade de poder controlar as assimetrias nas áreas rurais, como combater os motivos que provoquem um atraso económico e social das mesmas, vítimas da desvalorização da atividade agrícola, do êxodo rural, da emigração, do despovoamento, do envelhecimento da população e da inexistência de alternativas de emprego (Cavaco, 1999; Figueiredo, 2003).

Esta prática turística faz-se sentir a variados níveis, nomeadamente ao nível económico, resultando da entrada de turistas, na criação de emprego. Deste ponto de vista, o turismo apresenta-se como uma vantagem, principalmente pela criação de emprego e fixação de população para o efeito. Contudo, também se constata desvantagens, ao nível da riqueza,

em que a mesma não se fixa no local, sendo a maioria deslocada, revertendo a favor de outro local (Figueiredo, 2003).

De acordo com Barke (2004), o impacto do turismo rural, ao nível do desenvolvimento rural, depende sobretudo do tipo de atividades desenvolvidas, referindo ainda que, apesar do turismo ser promovido em nome do desenvolvimento e preservação do espaço e património rural, na maioria dos casos, prevalece os interesses dos proprietários.

Ao nível cultural, destaca-se a própria troca de cultura entre os visitantes e os residentes, sendo que quanto maior forem as diferenças culturais, maiores serão as diferenças sentidas. Este impacto sociocultural é passível de vantagens e desvantagens, sendo que a melhoria da qualidade de vida trazida pelo turismo aos residentes locais e a preservação do património cultural se apresentam como vantagens. Porém, revelam-se como desvantagens a perda de autenticidade provocada pela comercialização excessiva dos produtos artesanais, a inflação dos preços no comércio, serviços e o desemprego sazonal por força da atividade turística (Mathieson e Wall, 1990; Martins, 2012).

Ao nível ambiental, é observável a interação resultante deste tipo de turismo, existindo um apelo à preservação do património natural, que está inerente a todas as atividades realizadas no contexto rural. Contudo, esta prática também acarreta impactos negativos para os locais: na maioria das vezes, os espaços não estão habilitados para certas atividades, resultando na extinção da atividade agrícola, na destruição da biodiversidade e erosão do solo, na poluição, no esgotamento de recursos, e possivelmente até na transformação da paisagem, vítima da construção de novas infraestruturas, por vezes originando novos estilos arquitetónicos (Martins, 2012).

## **2.5 Áreas rurais como Lugares de Lazer**

Durante muito tempo que a ideia de lazer se associava à igreja, ao café e ao mercado, percebendo-se que o espaço rural apenas estava preparado para certos eventos, como batizados, casamentos e funerais, e festividades anuais, como as festas da vila, que mobilizavam uma pequena parte da população urbana, mas com raízes rurais. Contudo, na atualidade, as atividades de lazer nestes locais, centram-se genericamente em visitar locais históricos e culturais, festividades, percursos pedestres, andar a cavalo, andar de barco, apreciar a natureza, entre outros (Silvano, 2006).

É importante entender que lazer é diferente de turismo, sendo que a prática de atividades de lazer, mesmo em ambiente rural, não implica uma estadia turística; no entanto, é possível que decorram atividades de lazer na prática turística (Martins, 2012). Desta forma, verifica-se a criação de atividades de lazer associadas ao turismo que surgiram como complemento à agricultura e, conseqüentemente, proporcionam uma melhoria do TER, isto é, as áreas rurais

procuram a autopromoção de modo a tornarem-se mais atrativas e apoiadas na imagem simplista e rural, na cultura e tradições que representam (Sirgado, 1996).

Atualmente, o que se entende por rural mudou, pois deu-se uma grande evolução daquilo que era, para o que é nos tempos de hoje. Inicialmente, a ruralidade era vista como um sinónimo de pobreza, atraso, exclusão social, analfabetismo; porém, hoje em dia, o rural é visto como um espaço de turismo, de preservação do património cultural e natural, de lazer, de desporto, de cultura, e não dependente de uma agricultura de subsistência para a sua sobrevivência (Pereira, 2002).

O turismo é, então, visto como uma espécie de “remédio” para os principais problemas destas zonas rurais, incentivado pelo governo através de medidas e programas específicos, como por exemplo, o Programa de Aldeias Históricas, onde algumas aldeias beneficiaram de um conjunto de apoios com o objetivo de viabilizar funções ligadas principalmente ao turismo. No entanto, a conceção do turismo como ferramenta de desenvolvimento rural tem sido posta em causa, uma vez que, como já referido, a revitalização económica e social destes espaços é pouco significativa (Cavaco, 1999).

O turismo em espaços rurais revela-se como um importante fator de diversificação da oferta, contudo, não tem cumprido o seu papel na totalidade, no sentido de tentar encontrar novas potencialidades para o espaço rural. Por outro lado, o facto de o TER ser, ainda, uma atividade promovida por pessoas exteriores a esses locais, e criada por entidades não rurais, leva a que os fundos destinados a esta prática não se fixem nestes locais, não conduzindo à sua melhoria e desenvolvimento (Joaquim, 1999; Martins 2012).

## **CAPÍTULO 3 - O Mundo Rural e o Vernacular**

O Património Rural contruído



## Introdução

Neste terceiro capítulo procura-se fazer uma contextualização do Mundo rural enquanto património, do ponto de vista da Arquitetura Vernacular, da cultura, dos saberes, da Tradição, e na procura de programas já existentes de recuperação de aldeias no interior português, que possam servir de exemplo para o objetivo deste trabalho.

### 3.1 O Mundo Rural

As áreas rurais ocupam uma vasta extensão do território português, representando a maioria do território nacional, contudo residindo nela apenas 32% da população nacional, número que tem vindo a diminuir com os anos. Estas áreas apresentam grandes debilidades ao nível demográfico, económico, infraestrutural e de serviços, mas, que ao mesmo tempo, são locais de elevada potencialidade, sobressaindo-se os seus recursos endógenos naturais, os recursos humanos e culturais, o ambiente, o tipo de vida saudável.

Vários autores definem o conceito de espaço rural de diferentes formas. Pedroso (1998), define o espaço rural como sendo um espaço com baixas densidades populacionais, com diversas formas de povoamento, com paisagens virgens, onde a economia é dependente da exploração dos próprios recursos naturais, e em que o modo de vida se centra nas relações locais, no interconhecimento, na ligação à natureza, criando uma identidade coletiva e de pertença a esse lugar.

Para Ferrão (2000), o espaço rural é caracterizado, também, pela baixa densidade, associada ao despovoamento intenso que caracteriza estas áreas, provocado pelo êxodo rural e pela emigração, locais historicamente caracterizados pela agricultura como atividade económica dominante, em que a principal função da mesma, é a produção de alimentos para consumo próprio, e que se caracteriza por um grupo social de referência - a família camponesa - com modos de vida, valores, e comportamentos próprios, e um tipo de paisagem que reflete o equilíbrio entre o natural e a atividade desenvolvida.

Ferrão defende, ainda, que este mundo rural se opõe claramente ao mundo urbano, marcado por funções, atividades, grupos sociais e paisagens não só distintos, mas, em grande medida, contruídos “contra” o mundo rural. Esta oposição tende a ser vista como natural e, por isso, geralmente associada a relações de natureza simbólica - O campo e a cidade.

Contudo, a partir dos anos 80, assiste-se ao aparecimento de uma nova realidade: O mundo rural não agrícola. O espaço rural deixa de depender da prática agrícola como atividade principal. Rompe-se a ideia que o espaço rural é um local de produção de alimentos e que a atividade predominante é a agrícola. A nova valorização do espaço rural não agrícola é contruída socialmente a partir da ideia de património, que assenta na renaturalização, centrado na conservação e na proteção da natureza e no desenvolvimento sustentável; na

procura pela autenticidade, que leva a encarar a conservação e proteção dos patrimónios históricos e culturais, como via principal para valorizar as memórias e identidades; e na mercantilização das paisagens, como resposta à rápida expansão de novas práticas de consumo decorrentes do aumento dos tempos livres, e dos níveis de vida de importantes segmentos da população, como consequência da valorização das atividades de turismo e lazer. (idem)

Como apresentado, as áreas rurais, apresentam vários problemas assim como várias potencialidades. Os problemas associados ao envelhecimento da população; ao abandono dos mais jovens à procura de melhores condições de vida; ao baixo nível de qualificação dos recursos humanos existentes; à falta de emprego não agrícola; ao abandono rural; à carência de equipamentos sociais, culturais, recreativos e de serviços; à fraca rede de transportes; e aos baixos rendimentos. Do outro lado da balança, surgem as potencialidades, como o património histórico, natural e paisagístico rico e diversificado, com baixos níveis de poluição, e com elevado nível de preservação ambiental, a existência de um saber-fazer tradicional, que valoriza os recursos da região, recursos naturais e humanos que estas áreas rurais contêm, que se apresentam como um dos principais motores para o desenvolvimento destes lugares.

### 3.2 Conceito de Património Rural

*“Não vendam, disse-lhes, a herança que os nossos pais nos deixaram. Nela está escondido um tesouro. Não sei onde, mas com um pouco de trabalho descobri-lo-ão...”. (Jean de La Fontaine, Fábulas).*

O espaço rural, tal como se conhece, é constituído por elementos materiais e imateriais, composto por um património edificado, cultural, natural e paisagista, de grande abundância e importância que deve ser preservado. A palavra “Património” liga-se intimamente à herança e deve ser preservado, valorizado e transmitido às futuras gerações, para que as mesmas possam usufruir do mesmo. É uma herança do passado, que vivemos hoje, e preservamos para o futuro.

O reconhecimento do valor do passado, a preservação e valorização do património rural, conhecer e dar a conhecê-lo, aceder e torná-lo acessível e comum à sua população rural, para que esta possa participar ativamente e conscientemente, surgem como um verdadeiro fator de desenvolvimento social, económico e cultural dos territórios e das populações (DGADR, 2009).

Segundo o guia de Observação do Património Rural, publicado pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), os territórios rurais são abrangidos por diferentes tipos de património rural, como a paisagem, o património edificado, as práticas tradicionais ligadas à agricultura, pecuária, floresta e pesca, os produtos e a gastronomia local, o artesanato e pequenas indústrias locais tradicionais, e a vida privada e coletiva (idem).

Inicialmente, o conceito de património rural era algo restritivo, considerando apenas os edifícios associados à exploração agrícola, sobretudo, o “pequeno património rural”, como

lavadouros, moinhos ou espigueiros. Atualmente, o conceito de património rural, mais amplo, compreende simultaneamente elementos materiais e imateriais, que testemunham as relações que uma comunidade estabeleceu no decurso da história com o território em que se insere (Ibidem).

O património material pode ser entendido como:

- **As paisagens** - frequentemente modificadas com o decorrer dos tempos pelas populações rurais que vivem da terra, explorando os recursos da natureza;
- **Os bens imóveis** - que tanto podem ser as construções da exploração agrícola como os ligados ao artesanato, à indústria, ao lazer ou à vida coletiva, podendo testemunhar atividades locais específicas ou, simplesmente, um estilo arquitetónico;
- **Os bens móveis** - dos quais salientam-se os de uso doméstico (por exemplo o mobiliário de estilos regionais), os religiosos (mobiliário das igrejas, capelas) ou os festivos (símbolos ou ícones rurais ou corporativos);
- **Os produtos** - de origem vegetal ou animal, que resultam duma adaptação às condições locais às tradições culturais, assim como da sua preparação e transformação. São exemplos de produtos as variedades vegetais (plantas, frutos, legumes, etc.), as raças autóctones e os produtos transformados (vinhos, queijos, produtos de charcutaria, etc.)

O património imaterial é composto por um conjunto de bens que, por vezes, são indissociáveis do património material, como:

- As técnicas e os “Saberes-Fazer” que contribuem para a criação das paisagens, a construção de casas, o fabrico de mobiliário, a transformação de produtos da terra;
- Os dialetos locais, as músicas, a literatura oral proveniente de tradições não escritas, são formas de expressão que testemunham um sistema identitário presente no território. Incluem-se aqui os contos e lendas que dão importância aos indivíduos ou aos sítios que fazem parte da história local, bem como os nomes dos locais (toponímia) que refletem usos ou representações particulares;
- Os meios de sociabilidade e as formas particulares de organização social como os hábitos e costumes e as festas (de calendário, agrícolas, etc.)

Todos estes elementos formam um património vivo, do próprio mundo rural. Estes diferentes intervenientes do espaço rural, interligam-se, conferindo um sentido de identidade e coletividade.

### 3.3 Arquitetura Vernacular

*“Já não era apenas uma questão de potenciar o artesanal, de integrar o desenho de todos os elementos - exteriores, interiores e objetos decorativos, de elevar o artesão à categoria de artista. O que se tornava importante era procurar a herança da arquitetura de cada lugar.” (Marijuan, 2014, p. 10).*

A Arquitetura Vernacular é, na sua simplicidade, o resultado da relação do homem com o meio em que se insere, utilizando os materiais e recursos do próprio ambiente, apresentando um carácter local.

Este tipo de arquitetura, é nada mais que uma “Arquitetura sem Arquitetos”. É uma arquitetura, construída pelo próprio indivíduo e para o meio em que se insere. É uma construção de tentativa e erro, de conhecimento das leis da natureza, que se ajusta ao carácter geográfico, climático, económico e sociais das comunidades que as constroem e habitam, recorrendo os recursos existentes do meio em que se localiza. Estas implicações resultaram na diferenciação regional pela utilização de materiais e técnicas locais, pela adaptação ao clima, aos costumes e à própria economia do local. O vernáculo, é então a expressão de um povo, dos costumes, da sabedoria, das ideias construtivas, atribuindo-se à arquitetura vernacular, um valor de identidade, uma marca cultural, associada diretamente a um povo (Fernandes & Mateus, 2016).

A casa vernacular é mais do que os materiais que a moldam, os conhecimentos que a estruturam, que por vezes pode ser interpretada como uma presença temporária para comunidades nómadas, para as quais o abrigo é a base da sua vida, da sua cultura e da sua sociedade. Ao mesmo tempo, pode apresentar um carácter permanente, que se constrói e transmite de geração em geração, que se marca pelos materiais, pela forma, e pela maneira como se adapta ao local e às necessidades do povo. A arquitetura vernacular não é apenas o facto de habitar aquele espaço, mas o ato de o contruir. (Oliver, 2003)

Contudo, todas as valências deste tipo de arquitetura não se mostraram suficientes. Assistiu-se ao abandono destas abordagens arquitetónicas, à perda do conhecimento que acarretava, em direção a uma arquitetura mais universal, que não se enraíza no seu meio, utilizando materiais de qualquer local.

Torna-se necessário mudar a forma como se vê o mundo rural, recorrendo às suas potencialidades, seja do contexto natural, económico, social e cultural, como ao nível dos recursos disponíveis, que devem ser usados como meios de desenvolvimento, de forma a valorizar o património como a cultura destes locais.

Numa altura em que se procuram formas de energia mais verdes e edifícios mais eficientes, é importante olhar para o passado e compreender estas formas de construção ligadas ao lugar, ao clima e à economia, como objetivo de adaptar e desenvolver a arquitetura do presente e futuro.

### 3.3.1 O papel da tradição na Arquitetura

*“A arquitetura ainda é uma das artes mais tradicionais. Um trabalho de arquitetura é feito para ser utilizado, sua forma é em grande parte determinada pelos seus antecedentes (...) o arquiteto deveria respeitar a obra de seus antecessores e a sensibilidade das pessoas não usando sua arquitetura como um meio de propaganda pessoal. Na verdade, nenhum arquiteto pode deixar de utilizar o trabalho dos arquitetos que o precederam; por mais que ele se esforce para ser original, a maior parte de seu trabalho existe em alguma tradição (...) os homens levaram um tempo enorme para chegarem, por exemplo, ao tamanho certo de uma janela dentro de várias tradições arquitetônicas.” (Fathy, 1982, p. 41)*

Quando se fala em Arquitetura vernacular não se pode esquecer o que existe para além do objeto arquitetónico. Estes outros valores não devem ser ignorados, como a tradição, que tal como Hassan Fathy aponta, é algo inerte à arquitetura de um modo geral. (Fathy, 1982)

A partir dos anos 20 do século XX, com os novos movimentos vanguardistas, a arquitetura vernacular é reconhecida como o absoluto da racionalidade, nada sobrava na arquitetura vernacular, resultado do acumular de séculos de experiência. A relação com a envolvente era mais adequada, uma vez que o edifício era a fonte de vida para todos o que o habitavam, o meio era preservado, e transformado com sensibilidade, sem esquecer que o que seria feito, seria transmitido às próximas gerações (Cenicacelaya & Baganha, 2004).

Esta atitude preocupada com o futuro explica o porquê de o solo agrícola manter a mesma utilização ao longo dos séculos, sem ser transformado para outros fins diferentes da produção agrícola, que era a base da sobrevivência do povo local. (idem)

É notável o crescente interesse pela arquitetura vernacular e do próprio urbanismo tradicional. O interesse pela identidade de um local, pela sua tradição, tem vindo a ser um direito reclamado pelo pensamento contemporâneo, como uma necessidade, como fuga das cidades sem identidade, sem tradição, onde a globalização procura padronizar tudo e todos, como forma de fuga ao “normal”, permitido pela singularidade destes locais e edifícios. Este interesse é marcado pela preocupação do desenvolvimento sustentável, que estes locais históricos apresentam, uma vez que a sustentabilidade era a base da sua imagem (idem).

Esta dinâmica da arquitetura vernacular, que evolui com o tempo e se molda às necessidades e circunstâncias da sociedade, evidencia o papel do arquiteto, importantíssimo na credibilização das novas soluções perante as comunidades. Recorrendo a princípios da arquitetura vernacular, como a forma, materiais e técnicas, o arquiteto pode devolver a arquitetura ao edifício abandonado, valendo-se agora de técnicas, formas e materiais da arquitetura moderna (Oliver, 2003).

Esta forma de adaptação por si só não deve interferir com a tradição e imagem do local - a sua identidade - mas sim a potenciar, desenvolvendo novas práticas construtivas com o objetivo de renovar, atualizar, potenciar o próprio objeto arquitetónico, quer através de técnicas modernas, quer vernaculares.

### 3.3.2 Arquitetura Vernacular pelo Mundo

Sendo a arquitetura vernacular parte do próprio homem, a mesma acompanhou a sua evolução. Assim sendo, se existem um número indeterminado de culturas e povos, existe também na mesma proporção um número de diferentes formas de contruir. Na impossibilidade de apresentar todos os casos, apresentam-se alguns exemplos:

- Casas em Forma de Colmeia, Harran, Turquia

Na figura 12 podemos observar as casas em forma de colmeia em Harran, na Turquia. Construídas com pedras e areia do local, sendo uma estrutura resistente ao frio e calor. Era utilizado pelas populações nómadas inicialmente, devido á sua rápida construção. As aberturas para ventilação nas laterais, proporcionavam uma circulação de ar cruzada, e a abertura na parte superior do domo, funcionava como uma espécie de chaminé. A pequena proporção entre a superfície/volume resulta numa perda menor de calor durante os meses frios. (Archdaily, 2017)



Figura 12- Casas em forma de Colmeia, Harran, Turquia (a partir de Google Images, 2018)

- Penhasco de Bandiagara, Mali

Estas construções em terra (figura 13), cobrem planaltos de arenito, escarpas e planícies um pouco por toda a paisagem do Mali, sendo conhecidas mais de 289 aldeias deste género. Os *Dogon* é um povo que se adapta ao ambiente hostil, que se torna como forma de defesa, contra qualquer ataque externo. Apesar dos séculos de conhecimento a contruir em locais desfavoráveis, fatores socioeconómicos e ambientais levaram parte do povo Dogon a migrar para um ambiente mais urbano. Isto resultou numa produção reduzida de arquitetura

vernacular, a perda de conhecimento, como um recurso “contaminado”, à medida que estes locais entraram em rotas turísticas. Como fim de preservar este património, o Penhasco de Bandiagara, foi designado como Património Mundial da UNESCO em 1989. (ibidem)



Figura 13 - Casas nos Penhascos de Bandiagara, Mali (a partir de Google Images, 2018)

- Chibotte, Haute-Loire, França

Este tipo de casas (figura 14), foi contruído pelos vinicultores franceses de Haute-Loire. Este tipo de construção em pedra, era usada como habitação temporária durante as colheiras. Os seus proprietários normalmente utilizavam estas edificações aos domingos, e durante o verão até á década de 1920, altura que começaram a ser substituídas por construções com mais comodidades. Estes tipos de casas, devido aos planaltos vulcânicos da região, eram geralmente contruídos utilizando a rocha vulcânica como o basalto, removida da terra durante as plantações. (ibidem)



Figura 14 - Casas de pedra, Chibotte, Haute-Loire, França (a partir de Google Images, 2018)

### 3.4 Arquitetura Tradicional em Portugal

A casa é um reflexo da maneira de viver e de ser do homem. A casa sintetiza o que se vivencia no lugar em que se insere, correspondendo a casa às necessidades do homem que a habita.

A casa rural, é um património significativo da evolução do homem, resultado da relação do homem em comunhão com a natureza, influenciado por motivos geográficos, geológicos, económicos e culturais. A casa rural era um elemento de habitação, como um instrumento para o trabalho agrícola. Eram construções multifacetadas, com identidade própria, e a relação entre a casa e o trabalho desenvolvido pelo dono era evidenciada na própria construção que se adaptava as necessidades do mesmo.

O território português, é um local de grandes contrastes, climatéricos, tipológicos geológicos, culturais, de materiais e de tradições, todos estes fatores influenciaram a arquitetura portuguesa. A “casa portuguesa” é resultado de todos estes fatores e apenas revela a identidade do local que se insere.

Segundo o Inquérito à arquitetura Popular em Portugal, e de forma generalista, a norte a casa popular portuguesa caracterizava-se pela utilização dos materiais mais abundantes na área. O granito, o xisto, a madeira. Eram casas de planta retangular, onde o piso inferior era utilizado para a guarda de animais e como armazém agrícola, e o piso superior utilizado a habitação. Era comum observar varandas e escadarias exteriores em granito (figura 15).



Figura 15 - Casas típicas em Duas igrejas (in Arquitetura Popular em Portugal, 1988)

*“A pedra que, penosamente, foi cortada sob o Sol escaldante; a madeira, contando toda a sua história centenária, no emaranhado dos seus veios; a telha humilde que formas toscas e mãos calejadas ofereceram em holocausto ao Sol, nos terreiros da cozedura... Portanto, nobreza na humildade e majestade, na presença que cada um de tais elementos acusa fortemente para si. E sabedoria, na maneira como os homens souberam deixá-los falar por si mesmos, e os sujeitaram às vicissitudes das necessidades e às contingências da sua utilização.” (Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, p. 167)*

Assim como acontecia no Norte, a casa típica das beiras (figura 16), e devido a sua proximidade geográfica, e pelo modo de vida do igual, que partilhava algumas parecências arquitetónicas. Eram casas que utilizavam os materiais da região como o granito e o xisto. De dois ou três pisos, em que o primeiro piso era usado para a guarda animal ou armazém agrícola, sendo os pisos superiores de habitação. As aberturas eram pequenas, devido as grandes amplitudes térmicas, verões muito quentes, e invernos muito frios.



Figura 16 - Sortelha (in Arquitetura Popular em Portugal, 1988)

*“Superar á estrita função é, pois, uma condição fundamental para que as construções se transformem em obras de Arquitetura. Superá-la sem a obliterar, é óbvio. Dar aos elementos funcionais poder emotivo, mas sem para isso os mascarar ou lhes anular as razões de ser. Na Beira, fora dos povoados de maior vulto, não são correntes as edificações em que as bases materiais tenham sido francamente sublimadas pelo poder da Arte. Hábitos seculares de estrita economia e desconforto fazem com que o rural da Beira se contente com soluções construtivas rudimentares, sem preocupações estéticas a enobrecê-las. Contudo, apesar da escassez de meios e da ausência de solicitações espirituais, aparecem, aqui e além, soluções que se impõem pela harmonia dos volumes simples, pelos efeitos de claro-escuro, pela riqueza dos paramentos, pela elegância das varandas, pelo lançamento das escadas exteriores, ou por outros aspetos menos comuns.” (Arquitetura Popular em Portugal, V2, 1988, p. 93)*

Keil Amaral, termina o seu inquérito à arquitetura Beirã, de certa forma concluindo, que a partir da arquitetura deste local se pode entender toda a arquitetura popular em Portugal, partindo da análise de edificações típicas da beira.

*“O mais antigo desses edifícios foi construído há dez séculos e o mais recente há dez anos. São diversas, portanto, as respectivas funções e as épocas em que os ergueram. É fora de dúvida, apesar disso, que evidenciam traços comuns.*

*Não os de um estilo determinado, nem os que poderiam resultar duma função idêntica, mas os que decorreram das imposições do meio. A simplicidade dos volumes e das composições salta à vista, bem como o geometrismo elementar das articulações das massas construtivas e dos elementos que as definem, completam ou valorizam. Robustos, sólidos e sem devaneios, os edifícios assentam pesadamente na terra. É uma Arquitetura máscula e humilde, a da Beira Alta e da Beira Baixa. De proporções modestas, dominantes horizontais, disciplinada e sem arrogância. Até os solares barrocos revelam continência e humildade nas fantasias da composição. Exibem enquadramentos de vãos mais ricos de molduras, brasões mais aparatosos, tetos mais enfeitados e decorações de talha dourada nas capelas; mas os volumes, a modulação, as proporções, a horizontalidade, permanecem sem grandes alterações. Continuam humildes no aparato. (...) Outro especto a acentuar é o do hermetismo das edificações. Do absoluto predomínio das paredes sobre os vãos, só contrariado nas varandas envidraçadas, que são, aliás, elementos exteriores a paredes pouco rasgadas. Imposições de ordem técnica, climatérica e económica, encontram-se na base dessas soluções fechadas, maciças, que um nível primevo de existência e de conceções fizeram perdurar. «Livra-te dos ares que eu te livrarei dos males» - diz-se ainda na Beira. E é raro abrir-se uma janela numa alcova ou num quarto. Cremos bem, de resto, que de um modo geral (embora mais acentuadamente no interior do País) as características apontadas são típicas da Arquitetura portuguesa. A sobriedade, a horizontalidade e o hermetismo caracterizam, com efeito, as edificações típicas de regiões mais vastas do que as da Zona em estudo. (...).” (Arquitetura Popular em Portugal, V2, 1988, p. 117)*

Por fim, a sul, a casa contrastante com a do norte e centro, tanto a nível formal como funcional. Os materiais utilizados já não são os granitos e os xistos, uma vez que não existem nestas zonas, mas sim os arenitos, material local, o tijolo, as taipas. Devido ao calor que existe durante todo o ano, as casas são rebocadas e caiadas de branco, cor que reflete o calor, de forma a impedir o aquecimento excessivo no interior. As aberturas, portas e vãos, devido ao problema acima referido, são reduzidos e escassos. É uma casa tipicamente de um piso, e de uso exclusivo à habitação (Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).

Todos os exemplos apresentados, revelam a relevância histórica, cultural e arquitetónica da habitação rural, devendo a mesma ser preservada e valorizada, sendo de elevada importância a reabilitação destas construções, não só pelo seu valor, mas pela melhoria das condições de vida das populações rurais.

### 3.5 A Arquitetura erudita e as influências beirãs

Apesar do foco principal do trabalho não se direcionar as construções Eruditas, as mesmas, e pelo seu elevado valor arquitetónico, são de extrema importância para os locais onde se inserem.

Considera-se como o contraposto do vernáculo Arquitetura Erudita, aquela que obedece às normas e padrões estabelecidos, que definem um estilo, seja barroco, manuelino, ou clássico, entre outros. Contudo esta simples obediência aos padrões técnicos não classifica a arquitetura como erudita. A construção do elemento arquitetónico, deve ter a intenção consciente de outorgar a obra a um significado que transcenda a sua materialidade.

Em territórios da Beira Interior, a Arquitetura erudita e a Arquitetura popular influenciam-se mutuamente, assim como nos restantes lugares do mundo, onde ambas as mesmas existiam em simultâneo, contudo, sem que as mesmas perdessem as suas próprias feições. (Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988)

Na época do Império romano, os grandes edifícios contruídos em moldes clássicos, num e noutra local de maior relevo, devem ter fornecido ensinamentos e sugestões formais aos construtores das redondezas. Mais tarde, durante a Idade Média, as construções religiosas e as residências acasteladas, como forma de defesa durante este período, continuam a ser erguidas: é nestas que os habitantes mais pobres se influenciam, recolhendo elementos para valorizar as suas humildes realizações arquitetónicas. Observando-se um pouco o território da beira interior, o enriquecimento das guardas de certas escadas em pedra, as grades de ferro numa ou noutra porta mais cuidada, a delicadeza decorativa de certos pelourinhos e cruzeiros, ou de certas fontes, são disto exemplo (idem).

Desta forma, a Arquitetura Popular Beirã, influencia, de certa forma, as construções eruditas, de intuítos estilísticos, principalmente as que ergueram fora dos grandes centros. No entanto, a transposição nem sempre é feita da forma correta. Por vezes, as preocupações de valorização formal sobrepõem-se excessivamente às da função e desvirtuam-na, como aconteceu, nos séculos XVII e XVIII nas casas ricas, com varandas alpendradas, onde se substituiu os pilares de madeira ou pedra populares, por colunas baixas e graciosas de recorte erudito. Aos poucos estas varandas perderam a sua função, transformando-se em simples ornamentos. sobreposição das preocupações formais às da eficiência, surge em oposição a certas características fundamentais da Arquitetura popular (idem)

- As Igrejas

A igreja conta em terras da Beira interior com edifícios de vulto e de interesse, traduzindo o valor e preponderância do clero, como classe, na estrutura da Nação, durante séculos.

Desde as pequenas capelas, que surgem de local em local, desde locais revestidos em tojo e urze, até as Sés de Viseu, da Guarda, ou de lamego, até ao paço episcopal de Castelo Branco. São diversos os graus de riqueza, de imponência e de cuidados estéticos destas edificações, na sua maioria, de arquitetura de padrões correntes ou eruditos, do que nos espécimes da arquitetura local, que se vinculam mais ao meio. Estes edifícios, mesmo quando não erigidos sob respeito absoluto pelos cânones estilísticos, não atenuam o seu carácter erudito. No entanto, existem casos, um pouco por toda a beira interior que apresentam pormenores típicos desta região, seja nas proporções, nos materiais, nas técnicas de edificar e até em pormenores regionais (ibidem).



Figura 17 - Esquerda - Igreja de Santo Isidoro, Melo; Direita - Capela de Santa Marta, Melo (Autor, 2018)

- Casas nobres

As casas nobres, na sua maioria, não se relacionam em nada com a arquitetura do local. São peças arquitetónicas ricas, eruditas, belas, que dão relevo aos povoados, influenciam-nos, revelam aqui e ali, tem influências locais, mas que não são resultado específico da região (idem).



Figura 18 - Paço de Melo, Melo (Autor, 2018)

### 3.6 - Reabilitação do Património rural edificado

Nas últimas décadas tem-se verificado uma crescente preocupação na recuperação e requalificação das aldeias rurais portuguesas. Estas aldeias cheias de história e riqueza patrimonial, com muito para oferecer, são objeto de valorização e promoção, e tornam-se pontos fundamentais na estratégia de desenvolvimento do interior rural.

Esta preocupação pelo interior e pela recuperação do interior rural português leva à criação de alguns programas por parte da CCDRC (Comissão Coordenadora e Desenvolvimento da Região Centro) e suportados pelo FEADER, pelo Orçamento Geral do Estado, Orçamentos Municipais e de investimentos privados, com o objetivo de recuperar diversas aldeias esquecidas no interior do país, como o PAH (Programa de Aldeias Históricas), o PAX (Programa das Aldeias de Xisto) e muito recentemente a ADIRAM (Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha). Estes programas tinham como objetivo principal, o de funcionarem como um motor socioeconómico em contextos rurais deprimidos e fragilizados, procurando valorizar os lugares e a sua memória, identidade, bem como o imenso património existente, potenciar os recursos existentes, sejam naturais ou culturais, reavivar as tradições, com o envolvimento da população local, numa perspetiva de dinâmica local de promoção e desenvolvimento destas áreas rurais (CCRC, 1998).

Estes programas pretendiam desenvolver políticas de intervenção que permitissem reverter a situação de decadência do interior rural, territórios fragilizados, com dificuldades estruturais provocadas pela emigração e pelo êxodo rural e pela desvalorização das atividades tradicionais. A necessidade de criação de políticas ligadas à fixação de população, ao desenvolvimento económico, à criação de emprego, à sustentabilidade, investimento no património, em infraestruturas e equipamento capazes de desenvolver o turismo em espaço rural, na melhoria da qualidade de vida e na valorização dos recursos naturais e humanos.

Estes programas, de acordo com a CCRC (1998), tinham como principal objetivo a dinamização de diversos ambientes diferenciados como: (CCRC, 1998; PAX, s.d.)

- A recuperação do património construído;
- A requalificação urbanística, melhoria económica, cultural e social, no sentido de melhorar as condições de vida das populações;
- A expansão e valorização do turismo através dos recursos particulares de cada aldeia;
- A maximização das sinergias entre diferentes aldeias;
- A maximização de sinergias entre as diferentes aldeias fazendo-as funcionar em forma de maneira a existir uma maior promoção e divulgação de um território mais amplo e diversificado de potencialidades.

### 3.6.1 Programa de Aldeias Históricas (PAH)

*“O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal é uma das intervenções mais emblemáticas no património rural do interior do país. Partindo da identificação de um conjunto dos melhores exemplos simbólicos daquilo que são as nossas mais profundas e remotas raízes aldeãs - enquanto património construído, enquanto ambientes de vida, enquanto capital de culturas partilhável pelas memórias individuais e coletivas de todos nós, este programa veio mostrar que há lugar no nosso país para uma política ativa de qualificação do "urbanismo rural", recuperando as aldeias enquanto conjuntos simbólicos e materiais, através da valorização dos seus edifícios, dos seus monumentos, das suas praças e largos.” (CCRC, 1998, p. 5).*

Na década de 90, no âmbito do Programa de Potencial de Desenvolvimento Regional, lança-se o Programa de Aldeias Históricas de Portugal. É de referir que, como visto anteriormente, esta necessidade de recuperar e revitalizar as aldeias rurais, já existia desde o Plano Nacional de Turismo para 1985-1988, onde se afirmavam as “aldeias típicas” como “um testemunho cultural de inegável interesse turístico”, que constituíam “em algumas regiões (...) o mais valido recurso turístico”.

Este programa tinha como função reafirmar a identidade do interior, contribuindo para superar os efeitos negativos da degradação do património e do abandono das próprias aldeias, contribuindo para a valorização patrimonial e dos elementos de interesse histórico-cultural específico de cada aldeia, de forma a melhorar as condições de vida das povoações, e de fomentar o início de novas atividades complementares às tradicionais, reativando profissões em extinção (CCRC, 1998). Inicialmente o PAH iniciou-se em 10 aldeias da Beira Interior: Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha. Posteriormente, em 2003, foram adicionadas a este projeto as aldeias de Belmonte e Trancoso (Decreto-Lei nº 23/96, 1996).

O Programa tem por objetivo principal a valorização do património rural existente no interior do país, através de intervenções tais como: (CCRC, 1998)

- **Qualificação dos espaços públicos** - pavimentação e arranjo das praças (pelourinhos), largos e ruas; colocação de mobiliário urbano adequado;
- **Valorização do património** - recuperação de muralhas (conservação e limpeza), de alguma arquitetura militar, do edificado (intervenção nas fachadas e telhados), conservação de solares ou casas de interesse, igrejas, etc.;
- **Dinamização cultural** - criação de espaços de museu e venda de artesanato;

- **Dinamização turística** - criação de postos de turismo e de alojamento, como a construção de pousadas ou a adaptação de edifícios para turismo de habitação rural;
- **Melhoria das acessibilidades** - melhoramentos das estradas de acesso, de forma a facilitar a chegada a estes locais por vezes muito isolados e, dentro das aldeias, criando constrangimentos à circulação viária;
- **Dotação de infraestruturas** - remodelação de redes de abastecimento de águas, de esgotos domésticos e pluviais, enterramento das infraestruturas elétricas e de comunicações, tornando assim as aldeias mais habitáveis

A escolha das aldeias acima referidas foi feita através dos seguintes critérios: (ibidem)

- A existência de um património arquitetónico, arqueológico ou ambiental classificado;
- Uma unidade formal do tecido urbano e construído;
- Um interesse histórico-cultural;
- Uma integração em percursos turísticos ou culturais temáticos;
- Um elevado índice de desertificação
- Carência de infraestruturas turísticas.

A base deste projeto apoia-se nas valências do património edificado de reconhecido valor histórico, patrimonial e cultural, como forma de dinamizar o seu uso enquanto produto turismo, que dessa forma, e através das atividades necessárias e complementares ao mesmo, visassem o desenvolvimento social e económico do local. Inicialmente implementou-se um conjunto de planos de intervenção com a realização de obras públicas de carácter infraestrutural, de recuperação de edifícios ao nível das fachadas e coberturas, de arranjos urbanísticos e da melhoria das acessibilidades, de combate ao desemprego e melhoria das condições de vida das populações. Posteriormente, tornou-se fundamental juntar-lhe duas novas dimensões: a animação socioeconómica, envolvendo os atores locais através das Associações de Desenvolvimento Local existentes e a promoção turística no mercado nacional e internacional. (CCRC, 1998)

Como resultado deste programa, deu-se uma recuperação do património edificado das várias aldeias, valorizando-as enquanto recursos estratégicos de promoção do próprio território, e afirmando-as como uma forte marca no território - “As Aldeias Históricas de Portugal”.

### 3.6.2 Programa de Aldeias de Xisto (PAX)

Depois do sucesso obtido com o Programa das Aldeias históricas de Portugal, surge em 2001 no Programa Operacional da Região Centro (PORC), um novo programa específico para as aldeias de xisto, o PAX (Programa de Aldeias de Xisto) do qual resulta a constituição da “Rede de Aldeias de Xisto (RAX)”. Este programa apresentava como principais linhas de ação:

- O reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico;
- O apoio à animação turística;
- Infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades;
- Promoção turística do território;
- Acessibilidades locais e transversais.

Assim como no PAH, no PAX procura-se valorizar o próprio mundo rural, neste caso nas aldeias de xisto, território este, fragilizado economicamente, socialmente e demograficamente, definindo estratégias de desenvolvimento local, e explorando as potencialidades de cada aldeia, de forma a afirmarem-se como destino turístico. (ADXTUR, 2009)

A origem das Aldeias de Xisto, advém da principal característica geológica das mesmas, o xisto, que como rocha metamórfica, funciona como elemento de identidade comum entre as próprias aldeias. Além do xisto, estas aldeias, localizam-se maioritariamente em zonas montanhosas, em que se destacam as Serras da Lousã, do Açor e do Muradal (idem).

Assim, o PAX tinha como objetivo a constituição de uma Rede de Aldeias de Xisto (RAX), um projeto de desenvolvimento sustentável, de âmbito regional, liderado pela ADXTUR (Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto), em parceria com 21 Municípios da Região Centro e com mais de 100 operadores privados que atuam no território, visando criar uma marca no território partindo da forte identidade de um conjunto de povoações e inovando nos métodos e na forma de o requalificar (idem).

Este programa funcionava em três vertentes: (idem)

- **Vertente Social** - envolver os residentes no processo, melhorar a sua qualidade de vida, fixá-los na região, elevar a sua autoestima, atrair novos residentes, qualificar os residentes para um melhor relacionamento com o exterior e potenciar as pequenas economias locais;
- **Vertente Patrimonial** - considerar o conjunto edificado “aldeia” como um valor patrimonial em si, considerar como “valor patrimonial” o construído e o imaterial e enquadrar/ligar a aldeia no meio envolvente (património natural);

- **Vertente Turística** - fomentar o surgimento de unidades de alojamento (TER), criar elementos informativos na aldeia e motivar a atenção de agentes turísticos (empresas de animação) para a constituição de uma Rede das Aldeias do Xisto como "marca" de identidade do território.

O PAX, tinha como objetivo final, melhorar a qualidade de vida dos residentes, da economia do local, e de preservar a própria aldeia como património contruído, cultural e natural. Definiam-se assim os desafios a vencer, resumidos em quatro missões: (ibidem)

- Crescimento e Sustentabilidade da marca turística emergente «Aldeias do Xisto» no mercado nacional e internacional e todas as submarcas associadas (ex.: lojas, praias, percursos verdes);
- Utilizar a notoriedade da marca para à volta dos recursos endógenos atrair, orientar e valorizar novos investimentos e investidores;
- Apostar fortemente na inovação, valorização humana, e cooperação como forma de criar novos serviços, novas atrações, novas oportunidades de investimento, concentrar capital de conhecimento no território e equacionar formatos e soluções específicas para o Pinhal Interior;
- Reforçar e melhorar o sistema de governança da parceria local e aprofundar e qualificar o modelo de cooperação técnica previsto.

As 24 Aldeias de Xisto abrangidas pelo PAX são: Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira, Pena (Município de Góis), Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro, Talasnal (Município de Lousã), Casal de S. Simão (Município de Figueiró dos Vinhos), Benfeita (Município de Arganil), Sarzedas, Martim Branco (Município de Castelo Branco), Janeiro de Cima, Barroca (Município de Fundão), Gondramaz (Município de Miranda do Corvo), Álvaro (Município de Oleiros), Fajão, Janeiro de Baixo (Município de Pampilhosa da Serra), Ferraria de São João (Município de Penela), Figueira (Proença-a-Nova), Pedrógão Pequeno (Município de Sertã), Água Formosa (Município de Vila de Rei), Foz do Cobrão (Município de Vila Velha de Ródão) têm sido objeto de uma profunda requalificação tendo em vista a sua saída do anonimato para uma afirmação enquanto pontos de elevado interesse e de atração turística. (ibidem)

Estas aldeias possuidoras da mesma arquitetura vernacular ligada ao xisto, realçada pelas portadas, janelas e varandas em madeira, de ruas estreitas e becos, foram potenciadas por este programa, que tinha como objetivos: a melhoria da qualidade de vida dos residentes; a recuperação das tradições e dos saberes; a valorização do património arquitetónico contruído; a proteção e preservação da paisagem envolvente; desenvolver a própria aldeia, tornam-se agora polos de atração turística suficientemente dinâmicos para garantir a sua sustentabilidade.

### 3.6.3 Programa Aldeias de Montanha (PAM)

*“Bem-vindo às aldeias rodeadas de vales, onde viviam homens e mulheres da montanha habituados a transpor obstáculos para sobreviver, que aproveitavam a terra e se agasalhavam com casacos de lã retirada do gado que ali apascentavam, se alimentavam de enchidos e do famoso queijo da Serra, que tantos visitantes ainda atraindo ao lugar.” (Turismo centro Portugal, 2017)*

O território das Aldeias de Montanha é caracterizado pela sua riqueza natural, pela diversidade da sua paisagem e pelo potencial do seu património cultural para o desenvolvimento de atividades económicas e sociais de base diversificada. São mesmo tempo, vítimas da delapidação deste potencial natural e cultural. É neste contexto que se pretendeu desenvolver um instrumento orientador que permitisse interpretar e compreender a globalidade da paisagem natural e cultural das Aldeias de Montanha, definindo formas de intervenção valorizadoras da paisagem, da arquitetura e do urbanismo de cada uma das aldeias.

Neste âmbito, surge a ADIRAM (Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha), com o objetivo, assim como nos programas apresentados anteriormente, criar uma rede de aldeias de montanha, que se relacionem entre si, criando esta imagem de marca, afirmando este território turisticamente, utilizando o turismo como um fator de desenvolvimento económico e social das aldeias, através da preservação e valorização dos recursos naturais, históricos, patrimoniais e culturais destas aldeias.

A ADIRAM, tem como área de atuação, as aldeias pertencentes ao Território da Serra da Estrela e beira interior, tendo como objetivo o desenvolvimento de ações que permitam:

- Promover o desenvolvimento turístico e integrado da Rede de Aldeias de Montanha.
- Promoção e criação de estratégias de marketing territorial da Região da Serra da Estrela e beira interior.
- Valorização e conservação da riqueza natural, cultural, histórica e patrimonial destas aldeias e de todo o território abrangido.
- Promover o desenvolvimento regional dos territórios de montanha, de uma forma, sustentável, integrada e com respeito pela tradição.
- Gerar e criar emprego, e fixar população.
- Afirmar os territórios de montanha como locais atrativos e de enormes potencialidades.

## **CAPÍTULO 4 - Parque Natural da Serra da Estrela**

A Serra, evolução e características



## Introdução

O Parque Natural da Serra da Estrela, é um local rico em recursos naturais, e apesar da dificuldade em habitar esta região, a mesma acabou por ser dominada pelo Homem. Neste capítulo, tem como objetivo a apresentar a formação ao que hoje se chama PNSE, assim como as tipicidades da região, local onde se inserem as aldeias em estudo.

## 4.1 Enquadramento

A Serra da Estrela localiza-se na região centro de Portugal (figura 19), sendo a montanha mais importante do continente. Esta região montanhosa sobressai em relação ao resto da região que é relativamente mais plana e pouco elevada, integrando na vasta cordilheira denominada Sistema Central, iniciando-se na Serra da Guadarrama em Espanha, e terminando na terra da estrela em Portugal. Este sistema montanhoso orienta-se no sentido NE-SW, destacando-se principalmente o Planalto da Torre, atingindo uma altitude máxima de 1993m. Esta altura vai diminuindo gradualmente em direção à região da Guarda, onde a mesma se confunde com os planaltos da Beira Transmontana. A Serra da Estrela integra-se, na sua maioria, no Distrito da Guarda e, parcialmente, no distrito de Castelo Branco.



Figura 19 - Enquadramento geral do PNSE (Autor, 2018)

O ponto mais alto da Serra da Estrela, a 1993m de altitude, forma o limite de quatro freguesias: Unhais da Serra (Covilhã) São Pedro (Manteigas), Loriga (Seia) e Alvoco da Serra (Seia). Este local é partilhado pelos três municípios aos quais estas freguesias pertencem: Seia, Manteigas e Covilhã.

A Serra da Estrela é uma zona de paisagem integrada no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), instituída a maior área protegida portuguesa a 16 de julho de 1976.

## 4.2 Parque Natural da Serra da Estrela

### 4.2.1 Criação do Parque Natural da Serra da Estrela

O PNSE foi instituído a 16 de julho de 1976, documentado pelo Decreto-Lei n.º 557/76, com uma área inicial de 52 000 hectares. A sua criação prendeu-se com: *“O maciço da Serra da Estrela constitui uma região de característica económica de montanha, onde vive uma população rural que conserva hábitos e formas de cultura local que interessa acautelar e promover. (...) Sob o aspeto natural, subsistem ainda nesta serra refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional. O interesse desta região como zona privilegiada e tradicional de recreio e cultura é outro aspeto a ter em conta no ordenamento físico da região e do País. (...) Considerando ser ainda possível, através de um ordenamento da Serra da Estrela, promover uma mais racional utilização da mesma, não descurando os problemas da conservação da Natureza, proteção da paisagem e sítios e o bem-estar das populações.”* (Decreto-Lei nº 557/79, 1976)

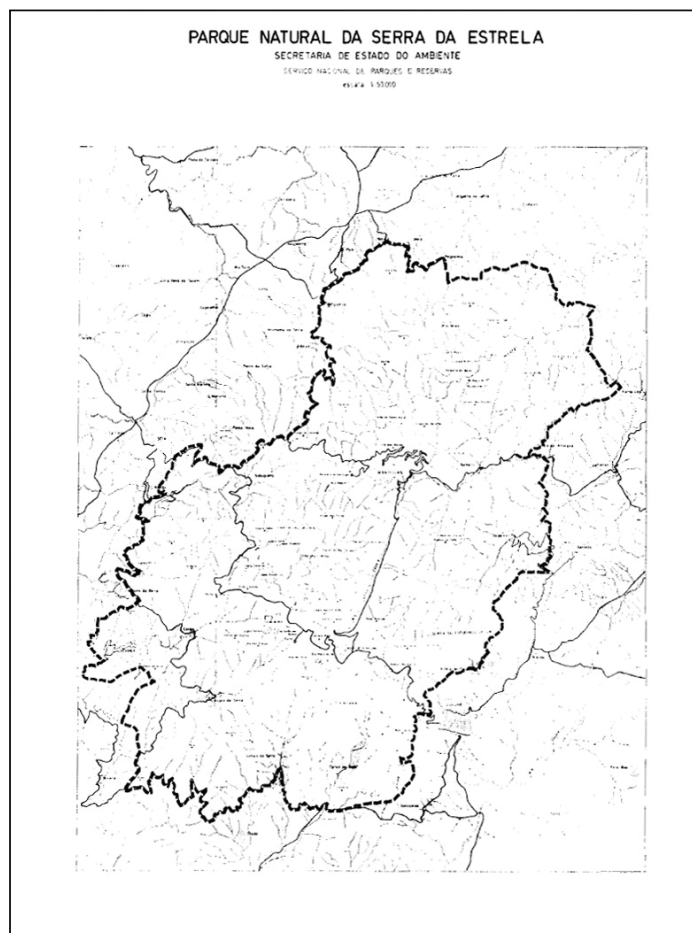


Figura 20 - Primeiros limites do PNSE (Decreto-Lei nº 167/79, 1979)

#### 4.2.2 Ampliação do Parque Natural da Serra da Estrela

Mais tarde, em 1979, e com o objetivo de abranger novos locais e paisagens com interesse, principalmente nos conselhos da Guarda e Celorico da Beira, os limites do PNSE foram expandidos, passando a sua área de 52 000 para 101 060 hectares, competindo “às *autarquias locais uma importante posição na contenção de situações de degradação, podendo recorrer aos serviços técnicos do Parque Natural para mais eficaz atuação.*” Importante referir também que “*Dentro das povoações incluídas no PNSE (...) cabe às autarquias locais promover a salvaguarda do património arquitetónico e paisagístico...*” (Decreto-Lei nº 167/79, 1979)

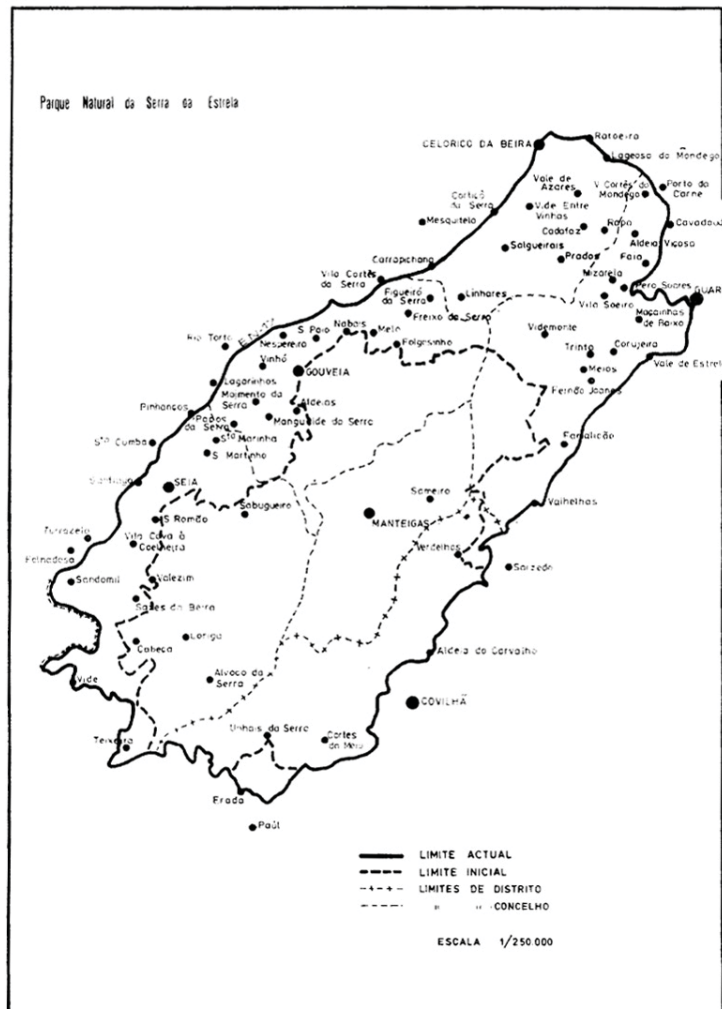


Figura 21 - Ampliação dos limites do PNSE (Decreto-Lei nº 167/79, 1979)

### 4.2.3 Plano de Ordenamento Preliminar

No seguimento do Decreto-Lei nº 167/79, é elaborado um Plano de Ordenamento Preliminar e aprovado o Regulamento geral do PNSE. A Portaria nº 409/79 define a “(...) *necessidade de dotar o Parque Natural com os seus órgãos definitivos, institucionalizando-o e permitindo a sua implantação em termos efetivos, foram elaborados um primeiro ordenamento preliminar que será a pouco e pouco completado e ajustado até se atingir um plano de ordenamento final da região, e o regulamento geral, que define as grandes linhas programáticas do Parque Natural.*”

De acordo com o Regulamento Geral do PNSE, incluído na Portaria suprarreferida, apresentam-se como objetivos fundamentais do Parque Natural: (Portaria nº 409/79 , 1979)

- O desenvolvimento rural;
- A proteção da Natureza;
- A proteção, renovação e valorização do património arquitetónico e cultural;
- A animação sociocultural;
- A promoção do repouso e do recreio ao ar livre.

### 4.2.4 Plano de Ordenamento do PNSE

Decorridos 11 anos, com a Portaria nº 583/90 de 25 de julho de 1990, devido à necessidade de dotar o PNSE de um plano final de ordenamento com a função de melhorar a prossecução dos fins para que foi criado, aprova-se o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE). (Portaria nº 583/90, 1990)

De acordo com o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, incluído em anexo nesta Portaria, o regulamento apresenta como objetivos fundamentais: (Portaria nº 583/90, 1990):

- O desenvolvimento rural;
- A proteção da Natureza;
- A proteção, renovação e valorização do património arquitetónico e cultural;
- A animação sociocultural;
- A promoção do repouso e do recreio ao ar livre.

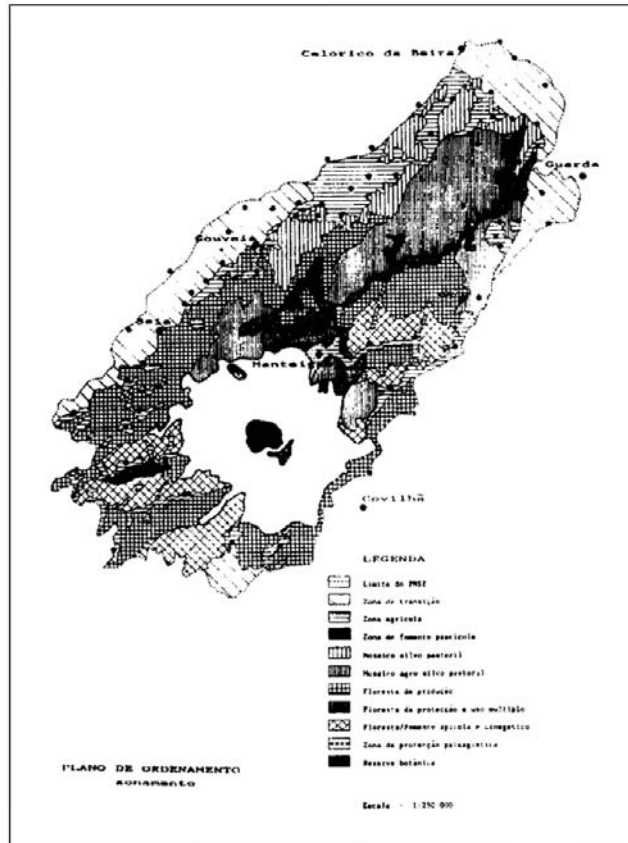


Figura 22 - Plano de Ordenamento do PNSE (Portaria nº 583/90, 1990)

#### 4.2.5 Reclassificação do Parque Natural da Serra da Estrela

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro, cria-se um novo quadro de classificação das áreas protegidas nacionais, regionais e locais, o que impõe a reclassificação do Parque Natural da Serra da Estrela, adiante denominado por Parque Natural.

O carácter único das zonas mais elevadas da serra, e a sua situação geográfica, determinam um isolamento reprodutor de populações de fauna e de flora, o que conduz à diferenciação em espécies, subespécies e variedades exclusivas. Consequentemente, o Conselho da Europa, em 1993, designou 10 610 hectares como Reserva Biogenética, representando 12% do total do Parque Natural. (CISE, s.d.)

#### 4.2.6 Rede Natura 2000

Como forma de reforçar a importância internacional da conservação da natureza, foram designados outros instrumentos de ordenamento e gestão na área da serra como *Sítio de Interesse Comunitário*, sendo que é estabelecida pela Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, uma rede ecológica europeia, a Rede Natura 2000, visando a conservação da biodiversidade, através da proteção dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens do território da União Europeia. Prevê-se, então, a criação das zonas especiais de conservação, que integrarão a Rede Natura 2000, pressupondo a prévia elaboração e aprovação de uma lista

nacional de sítios, representativa dos habitats e espécies a proteger e de onde serão, posteriormente, selecionados os sítios de importância comunitária. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000)

#### 4.2.7 Redução do Parque natural da Serra da Estrela

Em 2007, os limites do PNSE voltaram a ser redefinidos, considerando que “se verifica, através dos estudos técnicos que fundamentam a referida revisão, que as «zonas de transição» apresentam escasso valor natural e uma elevada humanização, tendo -se concluído que estas zonas devem ser excluídas da área protegida. Os referidos estudos técnicos vieram demonstrar, ainda, a importância de proceder aos acertos dos limites do Parque Natural pelos do Sítio da Rede Natura PTCON0014 Serra da Estrela. Com a presente alteração dos limites do Parque Natural da Serra da Estrela, confere -se uma maior coerência em termos de conservação da natureza e de gestão da área protegida, com a introdução de habitats importantes no Parque Natural e a eliminação de áreas sem interesse em termos de valores naturais” (Decreto Regulamentar nº 83/2007, 2007) levando a uma redução de 101 060 para 88 850 hectares.

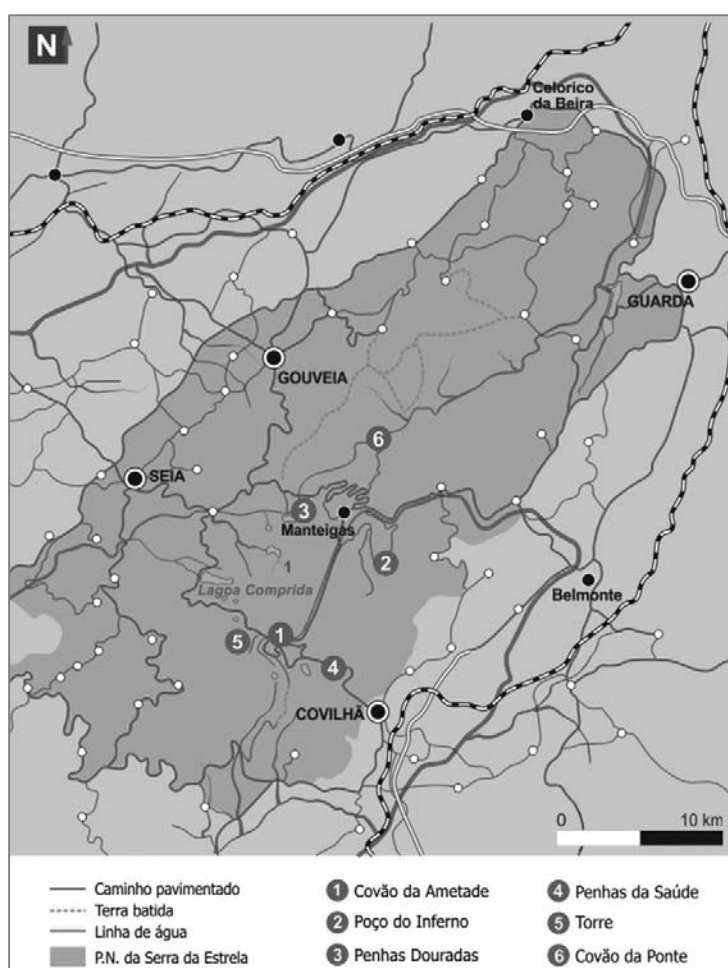


Figura 23 - Limites atuais do PNSE (INCF, s.d.)

## 4.3 História do Parque Natural da Serra da Estrela

*"Uma paisagem de tipo alpino encravada no coração de Portugal" - Suzanne Daveau.*

O Parque Natural da Serra da Estrela é marcado pelas zonas planas, polidas, lagoas, vales glaciares, que são marcas de uma evidente glaciação. Este ambiente marcado pela natureza, apresenta-se como hostil à atividade humana, sendo apenas utilizada por pastores como alimento para os rebanhos nos meses de verão.

A originalidade do PNSE perde-se em direção aos limites do maciço da Serra da Estrela, marcado pela presença humana.

Na zona superior do Planalto, a 1200m de altitude, surgem as freguesias de Videmonte e Folgoso, onde o cultivo do centeio, a floresta, a criação de gado e produção de queijo artesanal, são as principais atividades da população residente.

A nascente, junto às encostas do Zêzere, surge a Exploração Florestal como atividade principal, sendo a prática agrícola relegada apenas nos vales de aluvião e encostas soalheiras.

Nos vales de Alvoco e Loriga, a sudoeste, encontra-se uma paisagem de vales encaixados numa zona de contacto entre o granito e o xisto, onde o homem escavou para a criação de socalcos para a prática agrícola.

Contudo, é a noroeste que vive a maioria da população do PNSE, numa encosta mais suave, favorável à prática agrícola, policultura, criação de rebanhos e para fabrico do famoso Queijo da Serra da Estrela. É o local das Aldeias em Granito, das pontes Romanas, dos Castelos, dos Pelourinhos, da Casa Rural, elementos testemunhos da História Cultural, e da adaptação dos povos à vida de montanha (ICNF, s.d.).

### 4.3.1 Clima

A zona do Parque Natural da Serra da Estrela, encontra-se na zona de transição entre as regiões amenas e húmidas do domínio temperado oceânico, a norte, e as regiões quentes e de verões secos e de influência mediterrânica, a sul. A sua altitude elevada em relação à envolvente, o relevo, e a proximidade do Atlântico, desempenham um papel decisivo no complexo clima da região.

A precipitação média anual inicia-se nos 1000mm na zona mais baixa do PNSE, atingindo os 2500mm nas áreas de maior altitude do Planalto Superior. O regime de precipitação na região é caracterizado pela influência mediterrânica, resultado em verões quentes e secos, e invernos húmidos. A queda de neve é mais frequente entre dezembro e março (CISE, s.d.).

### 4.3.2 Fauna e Flora

- Fauna

A fauna ao nível do Parque Natural da Serra da Estrela caracteriza-se por uma riqueza e elevada diversidade, constituindo, a nível nacional, uma das áreas de montanha mais importantes para a conservação da natureza. Esta riqueza resulta, em grande medida, da significativa diversidade de habitats existentes numa área extensa, com uma topografia acidentada, em que a ação do homem sobre os ecossistemas naturais é pouco expressiva. Assim, na Serra da Estrela e áreas envolventes estão inventariadas cerca de 250 espécies de vertebrados terrestres e aquáticos e mais de 2100 espécies de invertebrados, muitas das quais possuem um estatuto de conservação prioritário a nível europeu (CM-Covilha, s.d.).

- Flora

A flora e a vegetação do Parque Natural da Serra da Estrela apresentam características únicas em Portugal, que se traduzem, por um lado, na existência de cinco espécies, duas subespécies e sete variedades estritamente endémicas da serra da Estrela e, por outro lado numa zona altitudinal muito característica, que é fruto da elevada altitude da serra (idem).

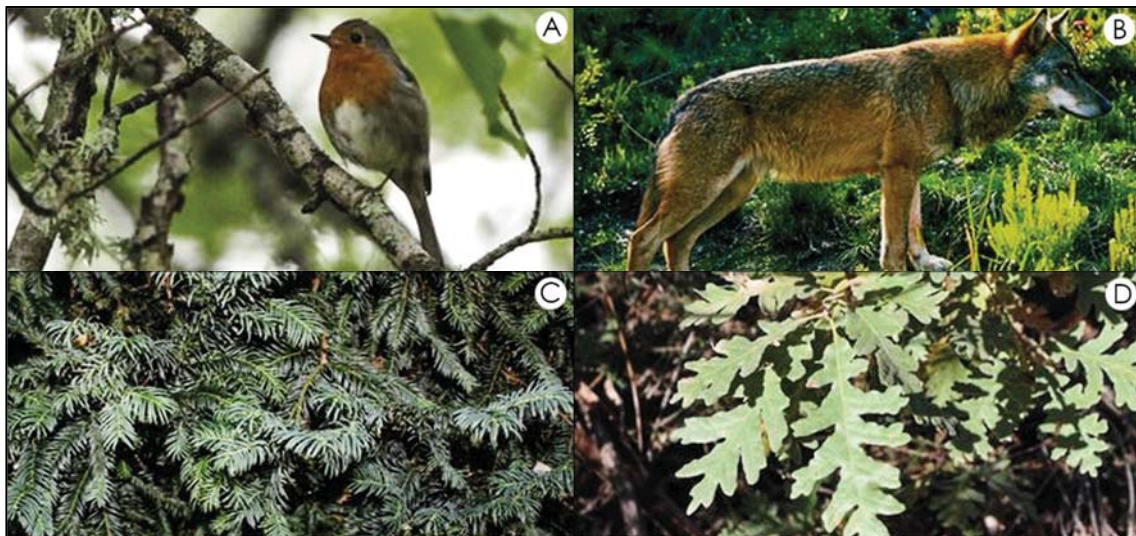


Figura 24 - (A) - Pisco de Peito Ruivo, *Eritachus rubecula*; (B) - Lobo, *Canis Lupos*; (C) - Teixo, *Taxus Baccata*; (D) - Pardo da beira, *Quercus purenaica*. (ICNF)

### 4.3.3 Principais atividades económicas

O Parque Natural da Serra da Estrela, é por si mesmo, um enorme espaço natural, parcialmente humanizado, onde sempre foi possível compatibilizar os valores naturais e a salvaguarda dos recursos existentes.

Como atividades principais desta região, destacam-se a fabricação têxtil, o pastoreio e derivados e a agricultura. Estas duas últimas, práticas com longa tradição, com influência

decisiva na evolução das características da flora e fauna da região. A agricultura viu a sua atividade reduzida, resultado da emigração e do êxodo rural a que o interior foi sujeito.

Entre a redução da atividade agrícola, o encerramento de várias fábricas têxteis, decorrentes da emigração e do êxodo rural, aliado ao abandono sistemático dos jovens, que saem do interior á procura de melhores condições de vida, resultaram num desequilíbrio da região durante décadas.

O setor terciário, foi o único que se viu reforçado nas últimas décadas, principalmente relacionado com o aumento do turismo nestas zonas, assim como, também existiu o aumento da procura pelos produtos tradicionais da região (ICNF, s.d.).

#### **4.3.4 Património Cultural e Contruído**

O Parque natural da Serra da Estrela, é um palco de várias civilizações que por lá passaram. A herança dos Romanos é visível nas pontes e vias que contruíram, na introdução da tenha e do arado de madeira e no desenvolvimento do castanheiro e vinha. A influência dos árabes é notável no cultivo de pomares, nos sistemas de irrigação e nas técnicas de tecelagem e, até a influência judaica, é refletida pelo desenvolvimento dos mercados e feiras regionais. Esta região caracteriza-se por uma intervenção humana centenária, dominada por pastores e agricultores, que transformaram a paisagem e os habitats serranos (INCF, s.d.).

De uma forma genérica, o modo de fixação e desenvolvimento dos núcleos populacionais no território situa-se abaixo dos 900m de altitude, com a exceção de quatro aldeias: Sabugueiro, Folgoso, Videmonte e Trinta. É importante verificar que a estrutura e modo de ocupação da população é distinto relativamente ao tipo de pedra do local, seja Xisto ou Granito (idem).

A maioria das aldeias encontram-se implantadas em locais em que os declives não ultrapassam os 25%. Estruturalmente, na maioria dos casos, possuem uma rua principal que atravessa toda a aldeia e que alarga na zona do largo da igreja ou capela. Para além de este espaço, e conforme a sua importância, aparecem outros locais de carácter administrativo/representativo/social/económico, como o largo do pelourinho, o largo da feira, do jardim público, da fonte. Assim, dispõem-se a população ao longo da encosta, com ruas pouco inclinadas, cortadas por pequenas travessas. Nas zonas centrais dos núcleos populacionais, os edifícios vernaculares são geralmente em banda, por razões de economia energética, construtiva e espacial, fugindo apenas à regra os edifícios mais importantes, como igrejas, capelas, casas senhoriais, e alguns edifícios públicos (idem).

Ao nível da arquitetura, a maioria das habitações é feita em dois pisos, em planta retangular, em alvenaria de granito de blocos maior ou menor dimensão, conforme a qualidade do material e o poder económico do proprietário inicial (figura 25). É comum a existência de uma varanda, também ela em granito. A cobertura, na maioria dos casos, é de duas águas e em telha vã. O

aparecimento de cantaria nos vãos, cunhais e cornijas, só se começa a verificar em edifícios posteriores ao séc. XVII. A divisão interior do espaço é geralmente feita em taipa rebocada a cal ou em madeira. No caso de aldeias mais desenvolvidas, aparece uma tipologia mais urbana, que se faz representar por edifício de três pisos, e uma escadaria interior, oferecendo um pé direito maior, e geralmente uma varanda no último piso. Estas edificações, na sua maioria contruídas após 1850, e apesar da passagem dos tempos, mantém a técnica e os materiais tradicionais, assim como a qualidade geral da construção (ibidem).



Figura 25 - Aldeias de Granito - Salgueirais e Melo (Autor, 2018)

Nas regiões em que o xisto se faz sobressair em relação aos granitos (Figura 26), nota-se uma ocupação humana mais distribuída no território, sendo raras as aldeias com população superior a 500 habitantes. A existência de vales muito íngremes, com declives a atingir os 70% a 80% de inclinação, obriga à criação de uma malha urbana muito mais apertada que em zonas graníticas, resultando em ruas que o único trânsito possível é o pedonal. Os espaços públicos são quase inexistentes, sendo as ruas em rampa, ligadas entre si por escadarias (ibidem).

As habitações adaptam-se aos terrenos, resultando habitualmente em acesso direito aos vários pisos dos mesmos. Esta adaptação do terreno é facilitada devido em parte ao material utilizado - pequenos pedaços de xisto - permitindo grande liberdade e rigor na conceção dos volumes, como são exemplo as paredes curvas. As coberturas podem apresentar vários níveis, mas são frequentemente de uma só água. Os vãos, na sua maioria, são efetuados de madeira de castanheiro ou carvalho. As divisões interiores são também elas efetuadas em madeira, dividindo os espaços, mas permitindo a comunicação entre si - da sala, cozinha, alcovas - economizando o espaço. É habitual a existência de varandas em madeira. A maioria das coberturas são finalizadas utilizando grandes lascas de xisto, dispostas umas sobre as outras sem qualquer tipo de fixação. Atualmente este tipo de cobertura tem vindo a ser substituída por telha cerâmica (ibidem).



Figura 26 - Aldeias de Xisto - Vide (Autor, 2018)

Nas zonas de transição geológica, locais onde é comum existir granito e xisto, os edifícios apresentam uma alvenaria mista, em que os vãos e os cunhais são em granito, e o enchimento em xisto (figura 27) (ibidem).



Figura 27 - Aldeias Mista - Videmonte (Airbnb, 2018)



## **CAPÍTULO 5 - Casos de Estudo**

As Aldeias de Montanha



## Introdução

Neste quinto capítulo, apresentar-se-á os objetos de estudo, assim como uma análise pormenorizada, precedida pelo levantamento de todo o edificado e não edificado das aldeias em estudo, com o objetivo de posteriormente apresentar conclusões críticas sobre o estado das mesmas e propor soluções para os problemas encontrados.

## 5.1 Enquadramento geral das Aldeias

A maioria do Parque Natural da Serra da Estrela localiza-se, na sua generalidade, no distrito da Guarda e, assim sendo, praticamente todas das aldeias existentes no plano de ação da ADIRAM (Associação para o desenvolvimento integrado da rede de aldeias de montanha) localizam-se neste mesmo distrito.

As três aldeias selecionadas localizam-se no limite nordeste do PNSE, mais concretamente nos conselhos de Celorico da Beira - Aldeia de Salgueirais; e no conselho de Gouveia - Aldeias de Figueiró da Serra e Melo (figura 28).

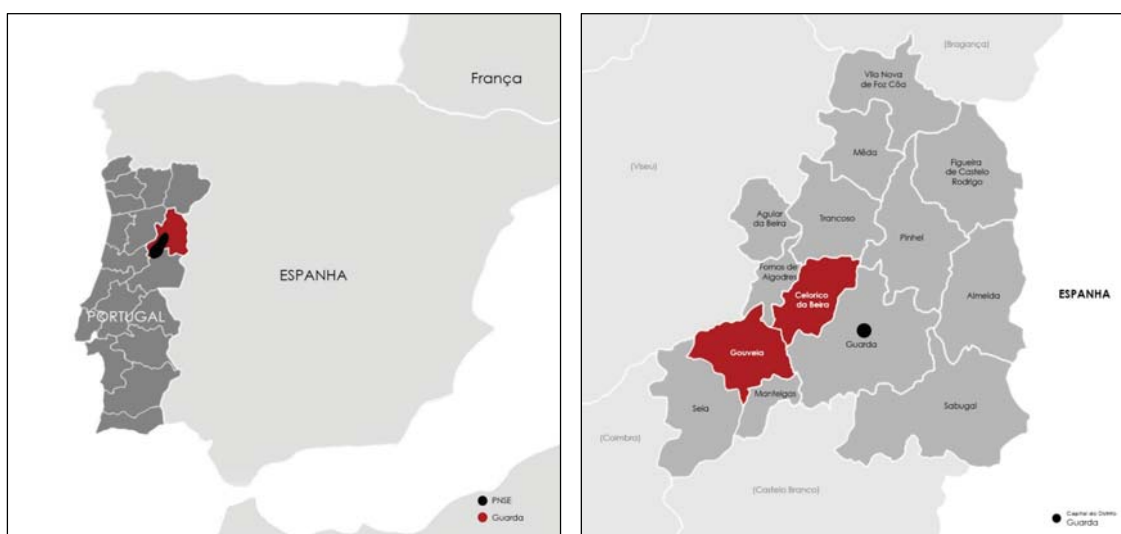


Figura 28 - Esquema de localização do PNSE e relação com os conselhos onde se localizam as aldeias em análise (Autor, 2018)

Estas aldeias, tipicamente graníticas, têm em comum viverem de uma ribeira que as atravessa, com a exceção de Figueiró da Serra. No seu passado viveram da agricultura, da pastorícia e do pequeno artesanato, algo que se foi perdendo com o tempo. Demograficamente, apresentam populações bastante envelhecidas: vítimas do abandono rural por parte dos mais novos que saíram em busca de melhores condições de vida, ficaram apenas os mais idosos, sujeitando-se ao que a aldeia lhes oferece. São, assim, aldeias pacatas e de certa maneira, apáticas.

As aldeias em estudo são apresentadas, seguindo uma lógica geográfica, de Este para Oeste.

## 5.2 Aldeia de Salgueirais



Figura 29 - Aldeia de Salgueirais (a partir de Google Maps, 2018)

A aldeia de Salgueirais foi uma freguesia pertencente ao concelho de Celorico Da Beira, distrito da Guarda, extinta em 2013 no âmbito da reforma administrativa nacional, sendo agregada às freguesias de Cortiçô da Serra e Vide entre Vinhas, formando uma nova freguesia denominada de União das Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais. (Diário da República, 2013, p. 37). Esta aldeia encontra-se rodeada pelas aldeias de Prados, Linhares, Mesquiteta, Cortiçô da Serra e Vide entre Vinhas. Situa-se na parte montanhosa do conselho de Celorico da beira, na extremidade nordeste da Serra da estrela, a cerca de 750m de altitude e 11km da sede do concelho (figura 30). A ligação às aldeias circundantes dá-se pelas estradas municipais 555 e 553.

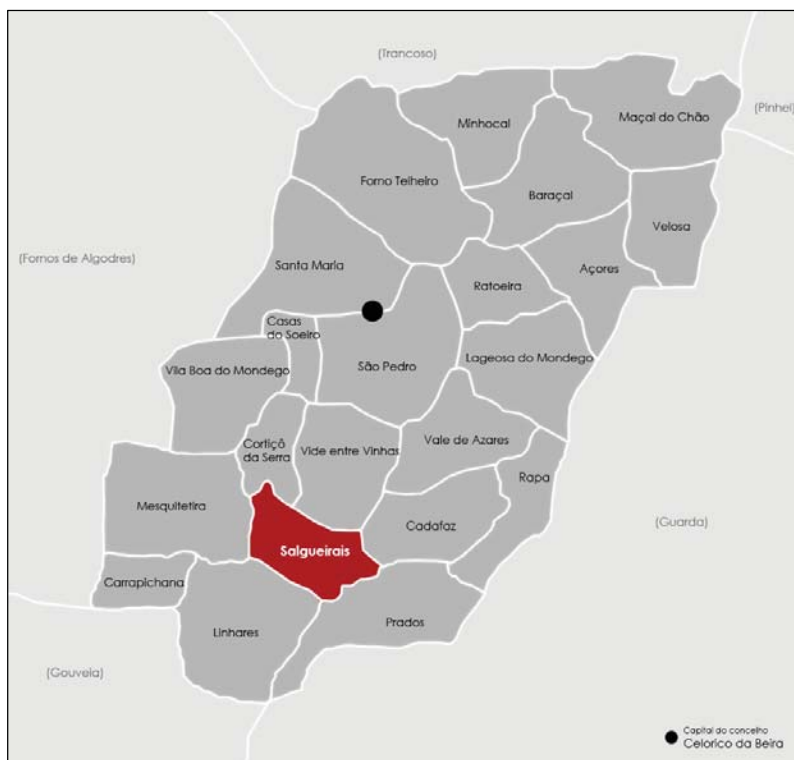


Figura 30 - Localização da Aldeia de Salgueirais no concelho de Celorico da Beira (Autor, 2018)

Esta freguesia pertencia ao concelho de Linhares até 1855, altura em que foi extinto, passando para o atual concelho de Celorico da Beira. Trata-se de uma terra de agricultores e pastores e, como tal, o queijo da Serra da Estrela, a batata e a oliveira, são os alimentos principais da maioria das famílias da localidade (Camara municipal de Celorico da Beira, s.d.).

Segundo Manuel Ramos (1939), Salgueirais era uma terra sem história, nem sequer possuiria tradições pelas quais pudesse aferir-se a sua importância. Tinha Juiz de Vintena, mas, em 1838, dividindo-se o Termo da Vila em Sete distritos judiciais, ficou a povoação incluída no primeiro, juntamente com Linhares (Oliveira, 1997).

Apesar da inexistência de dados histórico existe, em compensação, uma anedota que é-lhe atribuída, a qual as pessoas residentes atestam a sua veracidade. No século XIX existiu um padre pouco satisfeito com a generosidade dos seus paroquianos, ameaçando-os delatá-los ao Diabo quando morressem, exclamando numa voz de estentor: “- Agarra-o que é de Salgueirais!”, esta frase deu origem ao poema de autor desconhecido:

“Eu já fui a Salgueirais

Fui e vim pro mesmo lado;

Uma vez, por nunca mais

Não quero ser agarrado”.

O nome Salgueirais surgiu da abundância de Salgueiros, árvore que ocupava antigamente o local da aldeia e as suas redondezas. No presente, a floresta que envolve este local é constituída principalmente por castanheiros e pinheiros, terrenos estes absorvidos na maioria pela Junta de freguesia (Camara municipal de Celorico da Beira, s.d.).

Os documentos antigos davam *Salgueirais* como pouco fértil em razão, talvez, pelo desaproveitamento do seu solo, apesar de o mesmo ser bastante irrigado. Contudo, no *Livro de Actas* da Camara de Linhares de 1821, que contém o *Termo de Manifesto* da tulha desta freguesia, declara-se ter em depósito o seguinte: Centeio - 327 alqueires; milho grosso - 220 alqueires; trigo - 14 alqueires; feijão branco - 35 alqueires (idem).

Como na maioria das aldeias, nas últimas décadas, o êxodo rural levou a que Salgueirais visse a sua população reduzida a uma escassa centena de habitantes, como se pode observar na tabela 3, atingindo o seu máximo demográfico após o fim da segunda guerra mundial. A imagem apática desta aldeia é, de certa forma, explicada pela idade dos seus habitantes que são, na sua maioria, com mais de 60 anos (INE, 2011).

Tabela 3 - População da Freguesia de Salgueirais (INE, 2012)

População da freguesia de Salgueirais														
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
403	462	514	502	469	456	439	484	529	422	312	195	192	156	114

Dados principais a ter em conta:

- **População em 2011:** 114 habitantes;
- **Principais Atividades económicas:** Pastorícia e Agricultura;
- **Festas e Romarias:** Santo António (1º Domingo de Junho);
- **Património Cultural e Edificado:** Igreja Matriz de Salgueirais, Capela de Nossa Senhora do Ouvido, Alminhas, Casa dos Saraivas e Moinhos;
- **Locais de interesse turístico:** Barragem da Póvoa;
- **Gastronomia:** Borrego Ensopado;
- **Artesanato:** Queijo da Serra;
- **Coletividades:** Junta de Agricultores.

### 5.3 Aldeia de Figueiró da Serra

Partindo da Aldeia de Salgueirais em direção a Gouveia, encontramos a aldeia de Figueiró da Serra, localizando-se no limite ocidental do concelho de Gouveia, fazendo fronteira com as terras do concelho de Celorico da Beira e da Guarda.



Figura 31 - Aldeia de Figueiró da Serra (a partir de Google Maps, 2018)

A aldeia de Figueiró da Serra desenvolve-se a cerca de 600m de altitude, inicia-se pelos 500m chegando a atingir os 1100m metros a sul. Situa-se a 16km de Gouveia (figura 32), sede do concelho, sendo a quinta maior freguesia, com cerca de 7,2 km<sup>2</sup>. De acordo com os censos de 2011, conta com 263 habitantes. A sua localização privilegiada permite à população chegar, em cerca de 30 minutos, a grandes centros urbanos como Viseu e Guarda, ou mesmo à Serra da Estrela para a prática de desportos de inverno.

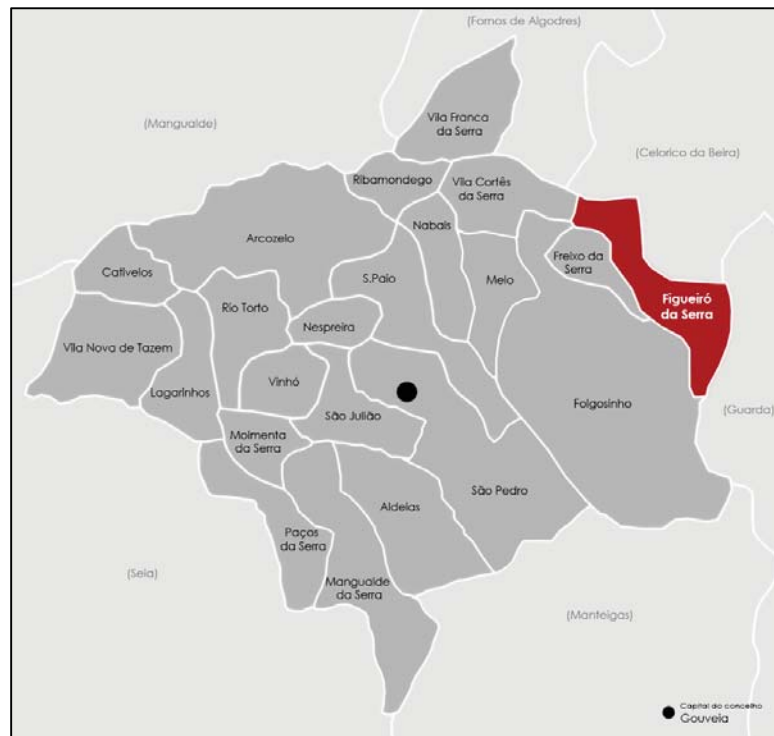


Figura 32 - Localização da Aldeia de Figueiró da Serra, no concelho de Gouveia (Autor, 2018)

Esta freguesia pertencia ao concelho de Linhares até 1855, altura em que foi extinto, passando para o atual conselho de Gouveia, como tal, a história de Figueiró da Serra encontra-se profundamente associada à história de Linhares (Figueiró da Serra, 2018).

Esta zona, onde se insere Figueiró, foi ocupada inicialmente pelos lusitanos, posteriormente ocupada e desenvolvida pelos romanos, presença marcada pela calçada romana que liga o lugar da Ribeira a Linhares. Mais tarde, estas terras foram conquistadas pelos árabes, reconquistadas pelos reis cristãos das Astúrias e Leão, sendo posteriormente retomadas pelos muçulmanos. Mais tarde, no reinado de D. Afonso Henriques, as mesmas passaram a fazer parte do reino português, sendo que em 1169, no foral dado a Linhares, vê-se a existência das terras de Figueiró como parte de Linhares (idem).

A presença árabe nesta região, marca-se no próprio nome desta aldeia, Figueiró da Serra, em que Figueiró, significará pequena figueira, planta, que não existia nesta região e que terá sido trazida pelos árabes e que perdura até aos dias de hoje (idem).

Por volta de 1200, Figueiró da Serra, não seria mais do que uma pequena quinta com meia dúzia de habitantes que se integrou de imediato no concelho de Linhares (idem).

Logo no início da sua existência, a aldeia de Figueiró da Serra tornou-se um Curato da Ordem de Malta, pertencente ao baliado de Leça, hoje Leça do Balio. A este Curato pertencia Freixo da Serra, Misarela, Prados, Videmonte e Monsanto. A existência deste Curato da Ordem de Malta, implicava o pagamento de diversos foros e dízimos em todas as freguesias pertencentes (idem).

O seu crescimento foi muito lento até ao século XVI, contando com 67 habitantes em 1527, aumentando até aos 440 habitantes no séc. XVIII, tornando-se numa das mais numerosas freguesias do conselho de Linhares. Sabe-se que, por meados do séc. XVIII, a aldeia já se chamava Figueiró da Serra (idem).

No século XIX, e de acordo com os dados disponíveis, Figueiró da Serra apresentava:

- 1862 - 157 habitações e 682 habitantes;
- 1864 - 711 habitantes;
- 1890 - 199 habitações e 867 habitantes.

Em agosto de 1881, é atribuída a Bula Papal a Figueiró da Serra pelo Papa Leão XIII. Esta bula seria prémio pelo fervor cristão que os residentes da aldeia sempre manifestaram ao longo da sua história, sendo a bula válida durante dez anos (idem).

No início do século XX, Figueiró da Serra era uma aldeia “moderna”, onde as necessidades básicas se encontravam satisfatoriamente avançadas para a época. Existia uma rede de abastecimento de água, um dos principais recursos destas terras da serra da estrela; bocas-de-

incêndio; rede de esgotos; serviço de eletricidade; Correios: Fábricas de lacticínios, Lanifícios; Lagares de azeite. Existiam, também, poços públicos para lavar a roupa, e fornos para cozedura do pão (idem).

De acordo com os censos de 15 de dezembro de 1950 (tabela 4), Figueiró da Serra tinha 947 habitantes, repartidos em 434 homens e 513 mulheres. As principais atividades económicas desta aldeia eram a agricultura e a pastorícia, assim como, o trabalho mineiro nas minas de Volfrâmio da zona. Este último seria o principal contribuinte para o desenvolvimento económico da região, mas que destruiu aos poucos os que se aventuravam à prática desta atividade.

Como na maioria das aldeias, e assim como em Salgueirais, nas últimas décadas, o êxodo rural levou a que Figueiró da Serra visse a sua população reduzida a duas centenas e meia de habitantes, como se pode observar na tabela 4, atingindo o seu máximo demográfico no virar do século XX, vindo desde então a perder população, este declínio apenas contrariado momentaneamente após o fim da segunda guerra mundial. Esta aldeia apresenta uma imagem menos apática que Salgueirais, explicada de certa forma pelo seu maior desenvolvimento e pela proximidade à cidade de Gouveia, centro de concelho. De referir que não é uma aldeia tão marcada pela idade dos seus habitantes, comparativamente com Salgueirais, existindo ainda uma escola básica em funcionamento (INE,2011).

Tabela 4 - População da Freguesia de Figueiró da Serra (INE, 2012)

População da freguesia de Figueiró da Serra														
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
891	1032	1150	1188	1054	1074	895	1010	947	806	572	399	379	303	263

Economicamente, a aldeia de Figueiró da Serra sempre esteve ligada maioritariamente à agricultura e pastorícia. Com a desertificação da maioria das quintas, o número de habitantes foi reduzido drasticamente, sendo que a principal atividade económica praticada pelos habitantes é relacionada com a construção civil. No início do século XX existiam duas fábricas de lanifícios, que encerraram a sua atividade, uma nos inícios do século XX e outra em meados do mesmo século (Figueiró da Serra, 2018).

Durante a segunda Grande Guerra, e com a exploração das minas, conheceu-se uma certa prosperidade, que acabaria por trazer consequências negativas para a freguesia. Viram-se dezenas de habitantes e trabalhadores das minas morrerem, vítimas da silicose, resultante da esterilização das terras por onde as águas de lavagem do minério passavam, muitas dessas terras continuam assim ainda hoje (idem).

Em meados do século XX, Figueiró era uma aldeia muito evoluída, existindo muitas atividades, como alfaiates, ferradores, ferreiros, eletricitas, padeiras, pedreiros, tecelões, serralheiros, sapateiros. Era uma aldeia em desenvolvimento, que se encontrava numa situação mais avançada que a maioria das aldeias do concelho (idem).

Dados principais a ter em conta:

- **População em 2011** - 263 habitantes;
- **Principais Atividades económicas** - Pastorícia, Agricultura, Construção civil;
- **Festas e Romarias** - Santa Eufémia;
- **Património Cultural e Edificado:** Igreja matriz, Capela de Santa Eufémia, Cruzeiro, Alminhas e Casa da Junta;
- **Locais de interesse turístico** - Penedos dos Mouros, Moinhos de água, Minas de Volfrâmio, Sepulturas Antropomórficas, calçada Romana;
- **Gastronomia:** Cabrito, Borrego, Batatas com couve branca e Bacalhau à Lagareira, Queijo da Serra, Presunto e Chouriço;
- **Artesanato:** Queijo da Serra e Alfaiataria;
- **Coletividades:** Grupo Desportivo de Figueiró.

## 5.4 Aldeia de Melo

Continuando de Figueiró da Serra, passando Freixo da Serra, chegamos a Melo. Localizados nas faldas da Serra da Estrela, entre duas ribeiras, a 9km das margens do Mondego, e a 7km do centro de concelho (Figura 34), Gouveia, o qual atualmente integra.



Figura 33 - Aldeia de Melo (a partir de Google Maps, 2018)

A aldeia de Melo foi vila e sede de conselho até ao início do século XIX, sendo até 2013 uma freguesia pertencente ao concelho de Gouveia, distrito da Guarda, sendo extinta em 2013 no âmbito da reforma administrativa nacional, sendo agregada à freguesia de Nabais, formando uma nova freguesia denominada de União de Freguesias de Melo e Nabais. (Diário da República, 2013, p. 54)

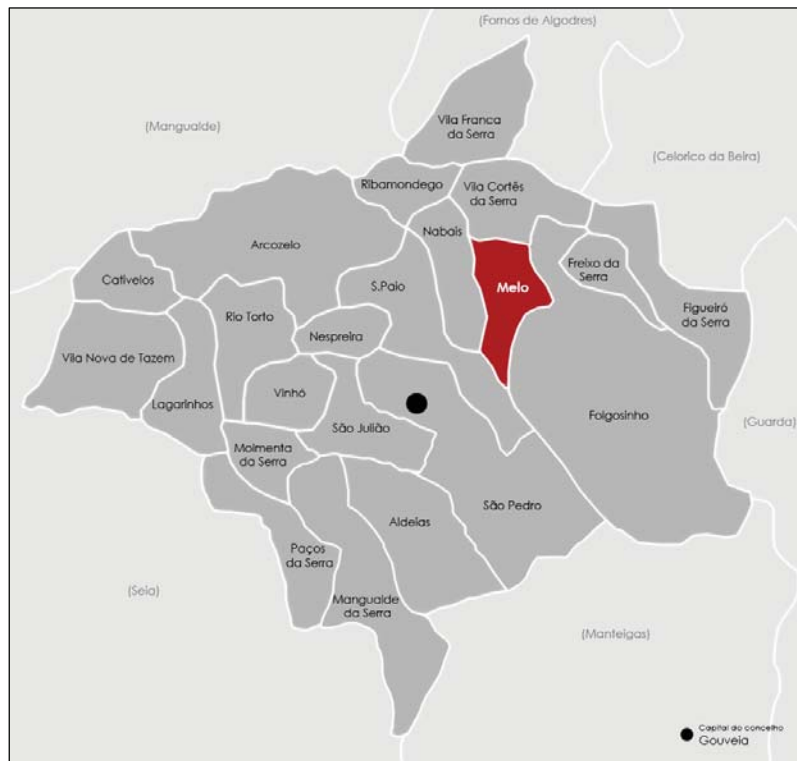


Figura 34 - Localização de Melo (Autor, 2018)

Melo desenvolve-se a uma altitude de 500m: inicia-se pelos 400m, chegando a atingir os 1000m. É a quarta maior do concelho, com cerca de 7.52 km<sup>2</sup>. De acordo com os censos de 2011, conta com 498 habitantes. Assim como Figueiró da Serra, a sua localização privilegiada, permite aos habitantes viajar rapidamente aos grandes centros urbanos da região interior assim como ao topo da Serra da Estrela.

Na origem desta aldeia, assim como em Figueiró da Serra, está uma quinta que se fundou no local no ano de 1204, pertencente ao cruzado de D. Soeiro Raimundo, de Riba de Vizela. Este Fidalgo, acompanhou o Rei de Inglaterra, em 1191, na conquista da Terra Santa, e passando a ser conhecido pelo “Melo”. Terá ganho esta alcunha devido aos atos de valentia que praticou em Jerusalém no combate a um baluarte (forte ou muro), que tomava o nome de um vale que lhe ficava próximo com o nome de “Melo”. Após regressar a Portugal, D. Soeiro Raimundo decide dar continuidade ao povoamento do lugar que hoje se chama Melo, já iniciado anteriormente por D. Gonçalo de Sousa (Fraga, 2003).

Nos tempos do reinado de D. Dinis, constata-se no julgado de Folgoso, a cujo termo Melo pertencia, já existia o lugar de Merloa “(...) a *vila de merloa he no termo de felgoso*(...)”. Como referido, o nome primitivo do local era “Merlôa”, do latim merulu. O vocábulo acaba por se ficar na forma de Melo, depois de evoluir para Merlo (idem).

Mais tarde, e pelos imensos serviços prestados à Coroa portuguesa, foram atribuídos inúmeros privilégios e concessões, aos antigos Senhores de Melo, sendo dada carta de foral à povoação, por D. Manuel I, a 19 de Julho de 1515 (idem). O foral, como se sabe, correspondia a uma carta de lei ou diploma que os monarcas concediam às terras conquistadas, aquelas que e desenvolviam e pela qual os seus habitantes passavam a gozar das prerrogativas de liberdade e independência ou autonomia da instituição municipal, regulando a forma de se administrar, lançar tributos e estabelecer quaisquer outros privilégios.

Melo foi, durante muitos anos, sede de concelho, com câmara, juizes e outros empregados municipais, Casa da Câmara, pelourinho, e mais distintivos da sua autonomia administrativa, sendo, estes direitos suprimidos por Decreto de 6 de novembro de 1836, baixando Melo à Categoria de Freguesia da circunscrição municipal de Gouveia, terminando assim a administração jurisdicionalmente autónoma da vila (idem). A juntar a tantos títulos, a antiga vila de Melo teve, ainda, a suprema honra de ser alcandorada, nos inícios do séc. XIX, sede do prestigioso bispado da Guarda (idem).

Assim como nas duas aldeias mencionadas anteriormente, Salgueirais e Figueiró da Serra, Melo não foge à exceção e vê a sua população reduzida a cerca de 500 habitantes, quando no seu auge atingiu três vezes este número, como se pode observar na tabela 5. Assim como nas aldeias anteriores, e na maioria das aldeias portuguesas, os máximos demográficos foram atingidos no início do século XX, ou momentaneamente após o fim da segunda grande guerra. Assim como Figueiró, e ao contrário de Salgueirais, esta aldeia ainda apresenta uma escola básica em

funcionamento, explicada pelo número de habitantes superior a ambas as aldeias já apresentadas, pelo desenvolvimento da própria aldeia, e pela maior proximidade á sede de conselho (ibidem).

Tabela 5 - População da Freguesia de Melo (INE,2012)

População da freguesia de Melo														
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
1201	1302	1309	1466	1440	1227	1275	1457	1500	1274	637	714	668	673	498

Economicamente, assim como Figueiró da Serra, as principais atividades de Melo passaram pela agricultura e pela Pastorícia, esta última muito importante para o surgimento das fábricas de lanifícios, espalhadas um pouco por toda a área da serra das estrelas. Em Melo existiram três fábricas de lanifícios, ambas criadas em meados do século XIX. No presente, pode-se observar a existência de um pequeno número de atividades no próprio local, de tipologia de pequeno comércio, algo ausente em Salgueirais, e em número muito escaço em Figueiró da Serra.

Dados principais a ter em conta:

- **População em 2011** - 498 habitantes;
- **Principais Atividades económicas** - pastorícia, agricultura, pequeno comercio e pequena Indústria;
- **Festas e Romarias** - Senhora do Calvário, Santa Eufémia e Senhora do Coito;
- **Património Cultural e Edificado:** Igreja Matriz, Capela da Misericórdia, Capela de Santa Marta, casa da Câmara de Melo, edifício Paço do Melo e Pelourinho de melo.
- **Locais de interesse turístico** - Miradouro de Marrã, Casa de Nasarinhos e Casa de Melo.
- **Gastronomia:** Cozido à portuguesa e arroz doce;
- **Artesanato:** Queijo da Serra e miniaturas de madeira dentro de garrafas
- **Coletividades:** Clube de Desporto e Cultura de Melo, Rancho Folclórico Águas de Melo e Bombeiros Voluntários de Melo.

## 5.5 Análise Morfológica das Aldeias

As aldeias como as conhecemos, não são a imagem que outrora foram. A Serra, influenciou o homem, e as suas construções, já que oferecia inúmeras vantagens que levaram à sua fixação: os terrenos férteis, os pastos, a imensidão de água, a pedra, as árvores. Todos estes fatores superavam qualquer dificuldade que o terreno pudesse apresentar, não existindo encosta que não pudesse ser vencida.

A Serra condicionava assim, a forma como as aldeias se desenvolviam, as construções e os caminhos. Ao contrário do que acontece hoje em dia, a casa adaptava-se ao terreno, assim como a aldeia, e não o oposto. A aldeia surgia naturalmente integrada na paisagem, como um pequeno monte de pedra.

Estas aldeias, já referidas, integram a Rede de Aldeias de Montanha, um território caracterizado pela sua riqueza natural, pela paisagem e pelo potencial do seu património cultural e contruído. São aldeias de pedra, no meio na natureza, locais rurais e da tradição, que importa preservar e recuperar.

Contudo, esta identidade tem sido destruída. As aldeias têm sido algo de profundas alterações e descaracterizações. O abandono que o interior sofreu nas últimas décadas, leva a que principalmente as aldeias do interior, vejam a sua população ser reduzida drasticamente, o que acarreta enormes problemas para o desenvolvimento sustentável e criterioso da mesma. Sobrevivem os idosos, que com o tempo vão desaparecendo, deixando para trás casas abandonadas.

É necessário criar incentivos à fixação de população mais nova, à criação de emprego e do fomento das atividades tradicionais das mesmas, da agricultura que tanto deu às aldeias no passado, à criação de infraestruturas que permitam todos os anteriores e ao mesmo tempo que permitam usufruir e atrair o turismo na zona.

Com o turismo rural em crescimento, e com o valor turístico que estas aldeias apresentam se aproveitado, o mesmo pode e deve ser usado como forma de desenvolvimento sustentado das economias rurais. A capacidade que esta atividade tem para atenuar as assimetrias nas áreas rurais, e combater as causas de atraso económico e social das mesmas, como a desvalorização da atividade agrícola, a emigração, o envelhecimento, deve ser aproveitada, desenvolvendo-se atividades que permitam o mesmo, seja nos locais - Turismo de Habitação, Turismo Rural, Turismo de Aldeia, Casas de Campo, Hotéis Rurais, como nas redondezas - Parques de Campismo, Agroturismo, Turismo de natureza.

Desta forma, e de maneira de melhor responder as necessidades das Aldeias, mostrou-se necessário um estudo mais elaborado dos elementos que constituem estes espaços. Foram elaborados estudos necessários à caracterização das aldeias. Foram elaboradas fichas de levantamento do edificado, e do não edificado, como forma de melhor conhecer as aldeias e

os seus elementos, visíveis nos anexos 4 e na Figura 51, num total de 673 fichas de levantamento de edificado e aproximadamente 950 levantamentos fotográficos (dos quais 673 pertencem às fichas de edificado), e 48 fichas de levantamento do não edificado (Fichas Disponíveis em formato digital). Após a elaboração das fichas de levantamento, foram elaboradas tabelas estatísticas que reúnem toda a informação pertinente para análise estatística, que pode ser encontrada no anexo 1, 2 e 3.

### 5.5.1 Espaço não Edificado

As aldeias de montanha sempre apresentaram um traço urbanístico caracterizado pela concentração de habitações, e Salgueirais, Figueiró da Serra e Melo não fogem à regra. São aldeias que se desenvolvem predominantemente em torno de uma rua principal, alargando na zona do largo da igreja ou capela. Além destes espaços, e dependentemente do sua importância, surgem outros locais, dependendo do seu carácter, como o largo do pelourinho, o largo da feira, o jardim público, da fonte. Estas ruas principais pouco inclinadas, são cortadas por pequenas travessas, por vezes tão estreitas, que qualquer circulação automóvel é impossível. Nestes núcleos das aldeias, as construções fazem-se seguindo uma ordem de banda, quer pela economia enérgica resultando da mesma, como pela económica construtiva e espacial, apenas fugindo à regra edifícios mais importantes, como igrejas, capelas e casas senhoriais.



Figura 35 - Ruas e Quelhos. A - Salgueirais, B - Figueiró da Serra, C - Melo (Autor, 2018)

## Não edificado - Salgueirais



Figura 36 - Ruas e Quelhas de Salgueirais (Autor, 2018)

Em Salgueirais, a aldeia é atravessada no seu limite mais a ESTE pela nacional 555, que interceta a rua principal que atravessa toda a aldeia, em torno da qual se desenvolve a maioria da aldeia, com exceção das pequenas travessas. A ribeira é canalizada, surgindo uma fonte e uma escadaria na zona da canalização. Facilmente observamos a existência de vários tanques públicos, locais privilegiados para a reunião das “Mulheres da Aldeia” enquanto lavam as suas roupas, em pleno séc. XXI. Contudo, os locais mais povoados, desta despovoada aldeia localizam-se junto ao largo da junta, da igreja e da capela. As ruas, em toda a extensão da aldeia são calcetadas, não existindo uma distinção entre o espaço pedonal e o espaço viário (figura 36).

Com exceção do largo da junta, do largo da capela, e de um pequeno parque infantil localizado nos limites da aldeia, longe do núcleo da mesma, não existe uma preocupação pelo espaço não contruído da aldeia, nem da melhoria das condições de circulação de uma aldeia tão envelhecida.

Os principais largos, como se pode observar na figura 35-A, na figura 39-A e na figura 42-A e na figura 46, não apresentam praticamente qualquer mobiliário urbano, com exceção de pequenos bancos em pedra ou em ferro e madeira, fontanários. Estes amplos espaços são usados como estacionamento, sem qualquer delimitação para o efeito. Não existe qualquer separação entre o espaço viário e o espaço pedonal. As pessoas e os veículos movem-se livremente em qualquer sentido. São espaços desaproveitados no núcleo da aldeia.

## Não edificado - Figueiró da Serra



Figura 37 - Ruas e Quelhas de Figueiró da Serra (Autor, 2018)

Figueiró da Serra, assim como Melo e Salgueirais, é atravessada por uma estrada nacional que interceta com a estada principal da aldeia, em torno da qual a maioria da aldeia se localiza. Ao contrário de Salgueirais e Melo, Figueiró da Serra não é atravessado por nenhuma ribeira, contudo, é na mesma um lugar rico em água. São inúmeras as fontes espalhadas por toda a aldeia, elementos arquitetónicos de referência, sendo um dos locais escolhidos para a população se reunir.

Ao contrário de outras aldeias, em Figueiró da serra, a Igreja localiza-se junto da periferia da mesma, aliado ao pequeno largo, escuro e húmido em redor da mesma, faz com que ao contrário de outros lugares, a igreja não seja um ponto de reunião da povoação.

Os espaços públicos em Figueiró, com alguma definição, localizam-se junto ao largo da capela, e junto ao largo do cruzeiro. Estes espaços são marcados pela sua amplitude, contudo estes espaços são alvo de pouca utilização pela população, provocado pela utilização da maioria destes espaços para estacionamento automóvel.

É perceptível que a população prefere-se reunir junto à sua casa, nas escadas de entrada e em pequenos bancos que aparecem espalhados pelas ruas e quelhas. Os espaços públicos bem definidos são praticamente inexistentes, e quando os há, não são dotados das infraestruturas necessárias para a sua boa fruição.

Recentemente, deu-se a construção de um complexo desportivo e as respetivas infraestruturas para a utilização do mesmo, assim como a criação de locais de descanso à sombra e um pequeno local para preparação de refeições, contudo, a população alvo deste investimento não existe em Figueiró da Serra.

## Não edificado - Melo



Figura 38 - Ruas e Quelhas de Melo (Autor, 2018)

A aldeia de Melo, assim como as aldeias já mencionadas, é atravessada por uma estrada nacional, a mesma que atravessa Figueiró da Serra, contudo, em Melo, a mesma estrada faz o atravessamento da aldeia sob a forma de calçada de granito, em oposto ao alcatrão utilizado na aldeia de Figueiró. Esta forma de pavimento é de certa forma explicada pela localização em que esta estrada atravessa a aldeia, mais central do que acontece em Figueiró da Serra.

Assim como em Salgueirais e em oposição ao que acontece em Figueiró, Melo é delimitada por duas ribeiras, uma a nascente e outra a poente, sendo estes os locais onde se efetua a troca de pavimento entre o betuminoso e a calçada de granito.

A existência de duas ribeiras em Melo é marcada pela presença de duas pontes romanas, e pela existência de várias fontes e tanques públicos, locais escolhidos, assim como Salgueirais para o convívio entre a população em detrimento dos largos e outros locais de lazer.

As ruas, ao contrário das duas aldeias anteriores, tomam uma proporção maior, mais ampla, que permite a circulação de veículos em dois sentidos, contudo, esta circulação leva a que a população tenha que ter mais cuidado ao andar na rua, apesar da velocidade reduzida provocada pela utilização da calçada de granito. Assim como nas aldeias anteriores, no núcleo da aldeia não existe qualquer diferenciação entre o espaço pedonal e o espaço viário.

Ao contrário de Figueiró da Serra e Salgueirais, os principais espaços públicos desenvolvem-se em torno dos edifícios religiosos e no largo junto ao edifício de interesse público da Câmara de Melo. Estas localizações, associadas ao elevado número de edifícios de cariz religioso da aldeia de Melo, que foi antiga sede do bispado da Guarda, mostram a importância da igreja como referência para a história e desenvolvimento de Melo.

Apesar do largo da igreja principal não se localizar no núcleo da Aldeia, o mesmo, devido às suas características, com sombra nos locais de descanso, faz com que o mesmo seja utilizado pela população. Contudo ainda assim, a larga maioria da população prefere, assim como Figueiró e Salgueirais, reunir-se junto à porta de casa, em pequenos bancos que se localizam

junto as mesmas, junto aos dois cafés existentes na aldeia, ou junto às fontes e tanques que se encontram pela aldeia.

Recentemente, foi contruída em Melo, junto ao núcleo habitacional, uma grande praça, contudo a elaboração da mesma não foi a mais correta, tendo cerca de 85% da sua superfície em exposição solar direta, existindo poucos locais de descanso com proteção solar, e sendo toda a sua superfície totalmente impermeabilizada.



Figura 39 - A - Largo da Capela Salgueirais, B - Largo da Capela Figueiró da Serra, C - Largo da Igreja Melo, D- Largo da Igreja Melo (Autor, 2018)



Figura 40 - A - Parque Infantil Salgueirais, B - Parque Infantil Melo



Figura 41 - A - Zona de estar Melo, B - Zona de estar junto à fonte Melo, C - Zona de estar junto à fonte Salgueirais, D - Zona de estar junto ao polidesportivo Figueiró da Serra (Autor, 2018)



Figura 42 - A - Largo da junta Salgueirais, B - Largo do Pelourinho Figueiró da Serra, C - Praça de Melo, D - Largo do Pelourinho Melo (Autor, 2018)

### Tipo de Pavimento não edificado - Salgueirais

Como se pode observar no seguinte esquema, praticamente todo o núcleo da aldeia de Salgueirais manteve a calçada granítica como principal elemento. Em alguns pontos ainda existem os típicos caminhos de terra batida, contudo, já é possível observar algumas intrusões de espaços cobertos por cimento.

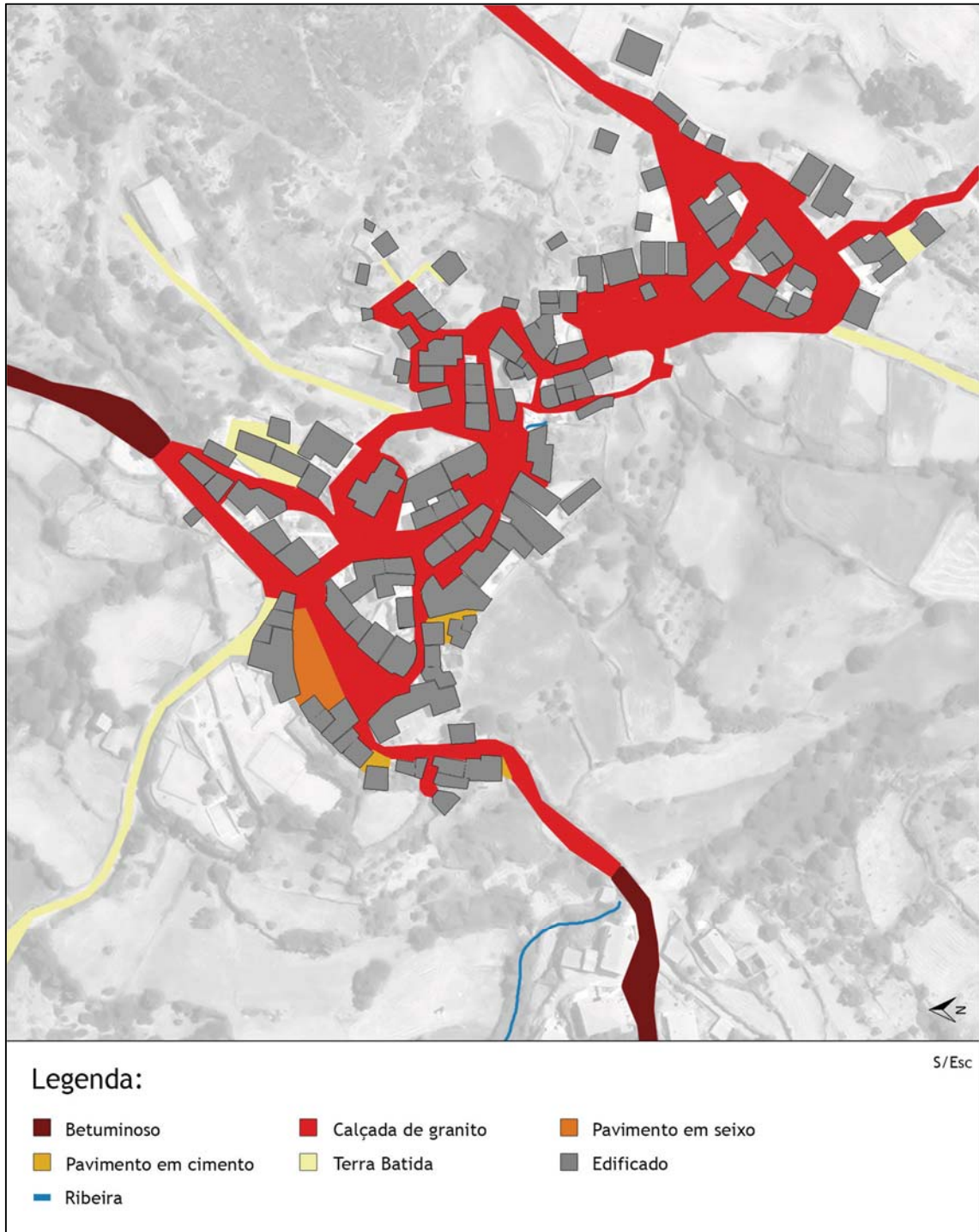


Figura 43 - Tipo de pavimento não edificado - Salgueirais (Autor, 2018)

## Tipo de Pavimento não edificado - Figueiró da Serra

Ao contrário do que acontece em Salgueirais e Melo, Figueiró é atravessada por uma estrada em alcatrão, contudo todo o seu núcleo e estrada principal mantém-se fiéis à sua origem, utilizando calçada granita por toda a sua extensão, excetuando-se pequenos elementos em cimento de acesso a algumas habitações, efetuados pela maior facilidade e rapidez de execução, que devem, contudo, ser corrigidos assim que possível.

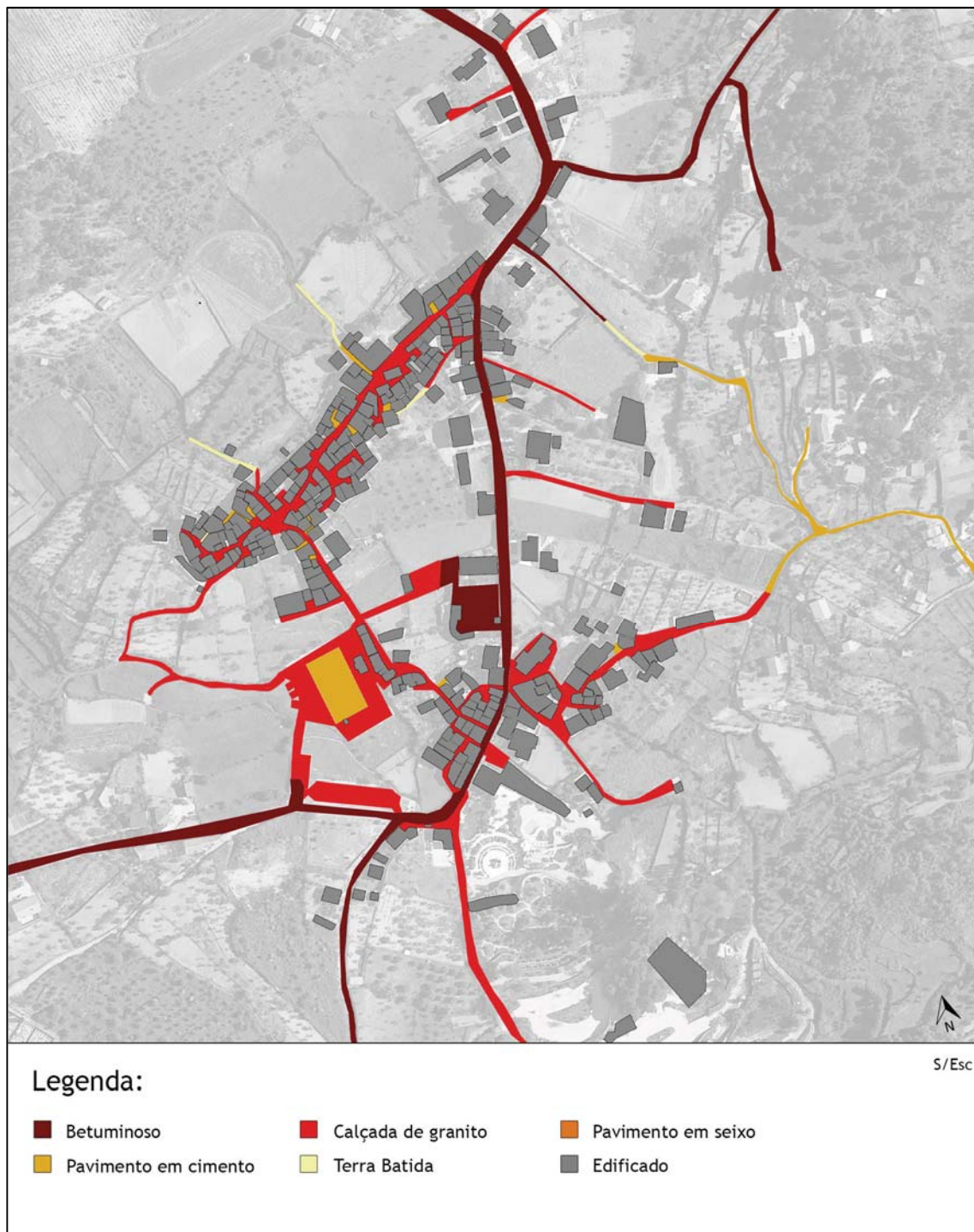


Figura 44 - Tipo de pavimento não edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

### Tipo de Pavimento não edificado - Melo

Assim como em Salgueirais, Melo, é uma aldeia predominantemente de calçada granítica. As estradas em betuminoso limitam-se a atuar nos limites da aldeia, não interferindo com a imagem da mesma. Existem ainda alguns locais em que a calçada original predominante ainda é o seixo, mais irregular, que deve ser preservado, pois revela a identidade tradicional do local. É comum encontrar, alguns locais, efetuados em cimento, que devem, assim que possível, ser substituídos por calçada granítica.

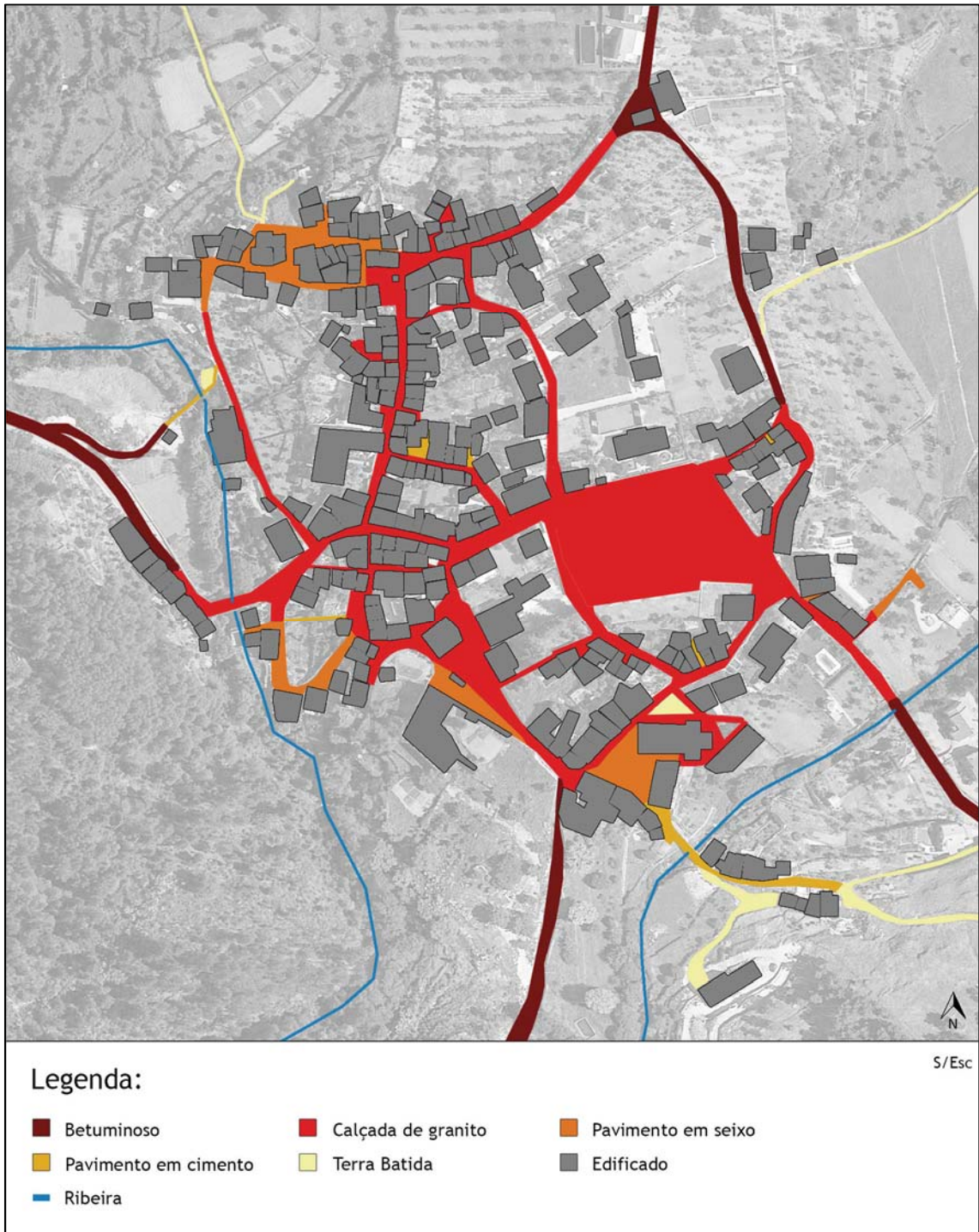


Figura 45 - Tipo de pavimento não edificado - Melo (Autor, 2018)

## Principais espaços públicos / Não Edificado - Salgueirais

Seguidamente apresentam-se os principais espaços não contruídos analisados na aldeia de Salgueirais (figura 46), na sua maioria resultam de interceções de umas ruas com outras, ou de largos junto a edifícios de maior interesse como capelas ou administrativos.

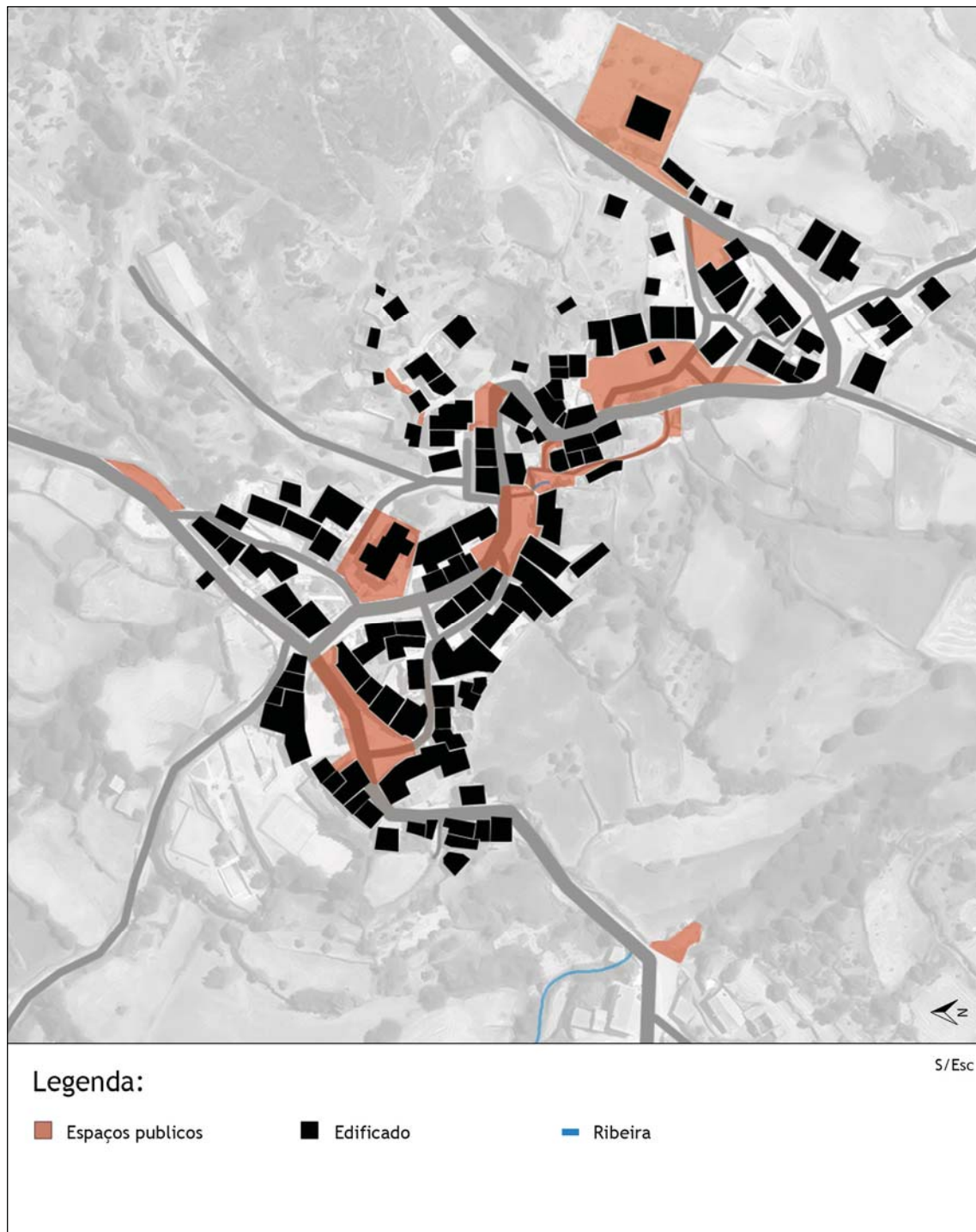


Figura 46 - Não edificado - Salgueirais (Autor, 2018)

## Principais espaços públicos / Não Edificado - Figueiró da Serra

Seguidamente apresentam-se os principais espaços não contruídos analisados na aldeia de Figueiró da Serra (figura 47), na sua maioria resultam de interceções de umas ruas com outras, ou de largos junto a edificios de maior interesse, sejam capelas, pelourinhos, ou espaços de desporto.

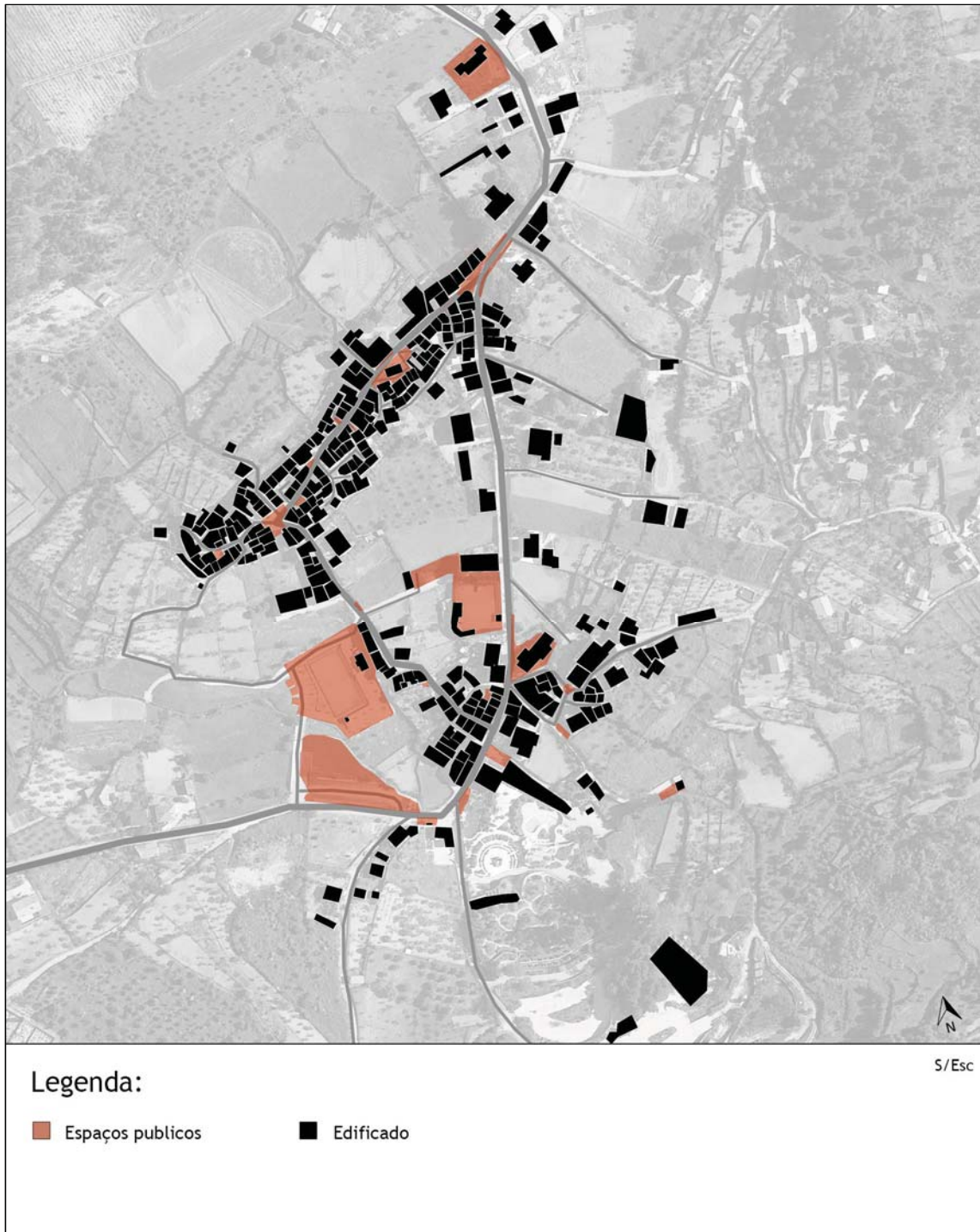


Figura 47 - Não edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

## Principais espaços públicos / Não Edificado- Melo

Seguidamente apresentam-se os principais espaços não contruídos analisados na aldeia de Melo (figura 48), na sua maioria aparecem junto a largos resultantes da intercessão ruas, ou junto a edificios de maior interesse. Existe também uma grande praça central, de génese recente no seu interior, contudo distante do seu centro.

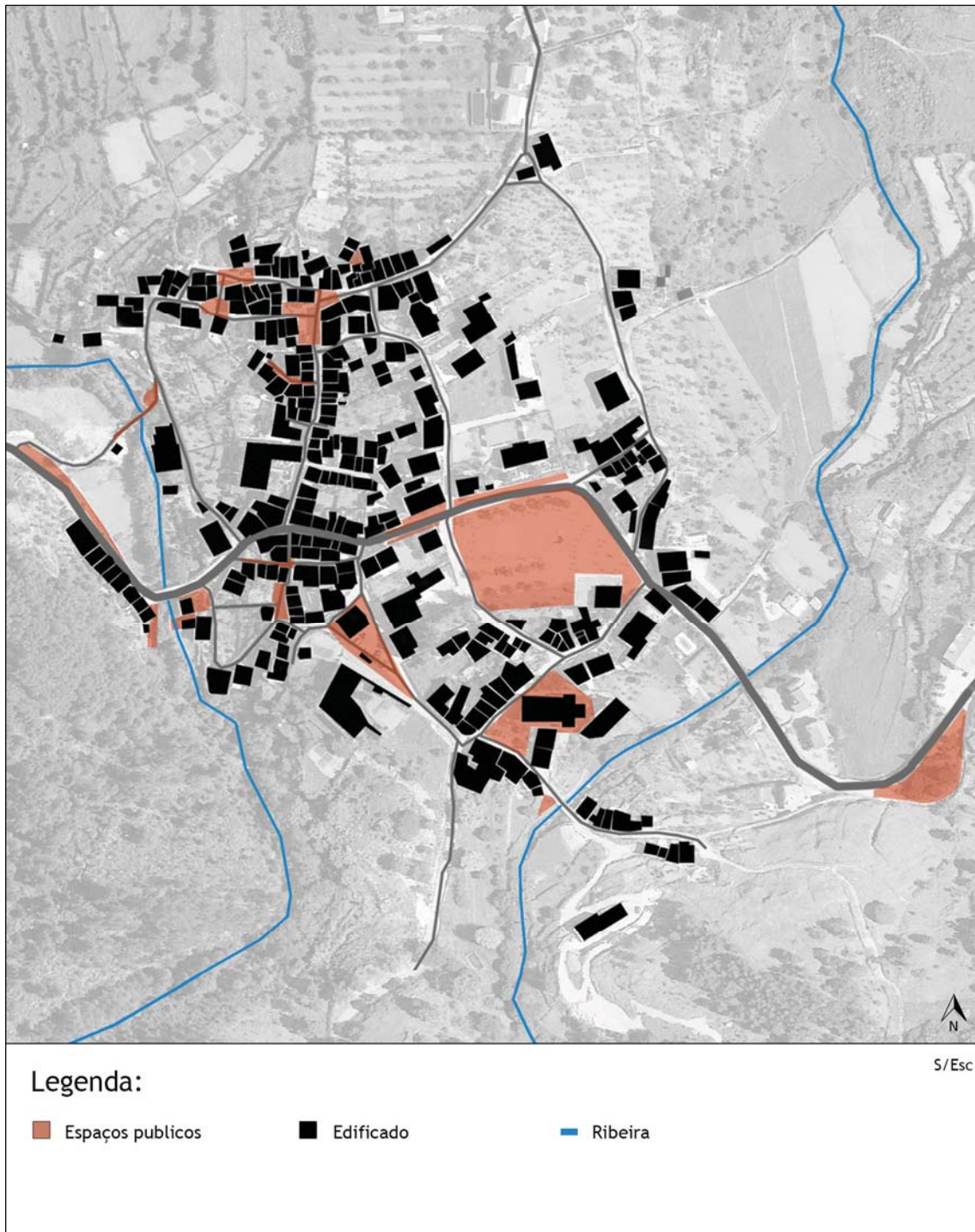


Figura 48 - Não edificado - Melo (Autor, 2018)

### 5.5.2 Estado atual do não Edificado

Devido à necessidade de estacionamento, o espaço público tem sido tomado pelo automóvel, sem que nada seja feito a seu respeito. O automóvel ocupa o espaço onde antigamente as pessoas se reuniam. Os largos, são atualmente locais para estacionamento. As pessoas reúnem-se nas pequenas travessas, em bancos que por lá existem, em cafés, apesar dos mesmos serem praticamente inexistentes, contando-se apenas quatro na totalidade das aldeias.

O espaço público viu-se obrigado a adaptar-se às necessidades da população, reconvertendo-se em locais de estacionamento. Apesar da existência de alguns locais para crianças e jovens da aldeia, principalmente em Figueiró da Serra, com o seu complexo desportivo, Melo e Salgueirais, apenas oferecem um pequeno parque infantil. Algo que do ponto de vista demográfico é suficiente, devido à prática inexistência de crianças nestas aldeias. Por outro lado, a inexistência de crianças e jovens nestas aldeias, pode-se justificar pelo desinvestimento neste tipo de população.

De salientar, que se nota alguma preocupação, mesmo que pouca, na criação de espaços públicos para a população, contudo os mesmos acabam por ser mal elaborados, apenas se pensando na imagem, esquecendo-se o utilizador. Em Melo por exemplo, existe uma larga praça, em que a presença de arborização que permita a sua usufruição à sombra é inexistente, estando cerca de 85% da praça em exposição solar.

Em Figueiró da Serra criou-se um complexo desportivo e as respetivas instalações para utilização do mesmo, contudo, não existem utilizadores para o mesmo, ficando a ideia que o espaço poderia e devia ter tido outra utilização.

Da análise do espaço não contruído destas aldeias, conclui-se:

- Os espaços de estar públicos existentes nos núcleos das aldeias ainda são usados pela população residente mais idosa.
- Os limites dos largos não podem ser definidos rigorosamente, uma vez que as aldeias têm uma origem orgânica.
- Os parques infantis, quando existentes, encontram-se sem manutenção aparente
- Os largos da igreja, de Melo e Figueiró, localizam-se longe do núcleo das aldeias.
- Não existe preocupação em renovar os espaços existentes, mas apenas contruir novos.
- Existência de arborização nos espaços de lazer é muito reduzida.

### 5.5.3 O Edificado

Através da análise efetuada nas aldeias em estudo, averiguou-se que em ambos os casos, ainda existem um grande número de edifícios de carácter tradicional nos seus núcleos (figura 49), reduzindo-se em número à medida que se aproximava das periferias das mesmas. As periferias são o local eleito para a edificação da casa de “emigrante”.

Durante esta análise, percebe-se que apesar da maioria dos edifícios de carácter tradicional se encontrarem nos núcleos de cada aldeia, existe, ainda assim, um número considerável de habitações que não respeitam os materiais e as tipologias tradicionais de cada aldeia, quebrando a identidade da aldeia momentaneamente naquele espaço. Apesar das periferias serem o local eleito para a edificação da construção “moderna”, algumas conseguem edificar-se no núcleo central de cada aldeia, destruindo a imagem antiga e tradicional que as mesmas apresentam. (Figura 50)

Destas novas construções “modernas” surgem inevitavelmente os edifícios reconstruídos. Estes edifícios, por vezes, apenas se reparam as juntas, deixando aquela marca que se vê pela maioria das aldeias do país, de cimento entre as pedras de granito, ou os casos em que se optou por rebocar todo o edifício, de forma a seguir a tendência da época, ou coberta de azulejo, ou até mesmo cobrir a mesma a chapa metálica. Além dos casos em que procede à demolição do edifício para a posterior construção de um novo edifício, que por vezes, não segue a traça urbanística do edifício demolido, e apenas se constrói a casa “moderna”, observa-se também, a construção de um novo piso sobre os existentes, o qual, na maioria dos casos, é feito, utilizando materiais e acabamentos diferentes do edifício preexistente.

A modernização desmedida destes espaços, evidenciada pela liberdade construtiva como demonstrada nas imagens seguidamente apresentadas, é permitida pela inexistência de regras concretas, como planos de ordenamento mais rigorosos, para este tipo de núcleos rurais, leva à descaracterização destas aldeias, modificando a perceção do espaço, da identidade e da tradição, quando estes lugares, deviam fazer destes mesmos elementos, como formas de valorização e promoção da aldeia, por exemplo, através do turismo.

A evolução temporal, provoca a necessidade de adaptação à época corrente, acaba por ser menos evidenciada na aldeia de Salgueirais, de certa forma explicada pela faixa etária dos residentes e pelo menor número de população, que acaba por se contentar com o que tem, não esperando melhorias do existente. Este menor número de população residente, explica também o facto de não se investir Salgueirais, uma vez que não existe população a que possa usufruir dos investimentos e gerar retorno dos mesmos.



Figura 49 - Edifícios de carácter tradicional, A- Salgueirais; B- Figueiró da Serra; C- Melo (Autor, 2018)



Figura 50 - Edifícios de carácter dissonante, A- Salgueirais; B- Figueiró da Serra; C- Melo (Autor, 2018)

Como já referido, a inexistência de planos de ordenamento para estes locais mais rurais, leva a que se criem as situações expostas, um número pequeno, dentro do leque existente. A tentativa de seguir as tendências das zonas mais urbanas, mais recentes, e com menos história, leva a que estas aldeias, intrinsecamente rurais e interiores, percam aos poucos a sua identidade e tradição arquitetónica.

Seguidamente, apresenta-se um exemplo das fichas de levantamento do edificado, onde se pode observar os parâmetros estabelecidos para a avaliação dos edifícios.

FICHA DE LEVANTAMENTO DA ESTRUTURA EDIFICADA

Nº1

LOCALIZAÇÃO	
FREGUESIA	MELO
LUGAR	MELO
RUA	RUA DA PONTE
Nº POLÍCIA	21/23
EDIFÍCIO. PRIVADO	<input checked="" type="checkbox"/> EDIFÍCIO. PÚBLICO

IMPLANTAÇÃO	
ISOLADO	<input type="checkbox"/> GEMINADO
AGRUPADO	<input checked="" type="checkbox"/> GAVETO
LOGRADOURO	<input checked="" type="checkbox"/> ESTACIONAMENTO
ACESSÍVEL DE AUTOMÓVEL	<input checked="" type="checkbox"/>

UTILIZAÇÃO / Uso			
Nº TOTAL DE PISOS	2	Nº DE FOGOS	1
HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	<input checked="" type="checkbox"/>	HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR	<input type="checkbox"/>
GARAGEM	<input type="checkbox"/>	COMERCIO	<input type="checkbox"/>
SERVIÇOS	<input checked="" type="checkbox"/>	INDÚSTRIA	<input type="checkbox"/>
ARMAZÉM	<input type="checkbox"/>	ARRUMOS	<input type="checkbox"/>
RUÍNA	<input type="checkbox"/>	OUTRO	<input type="checkbox"/>

INSOLAÇÃO		
BOA	<input type="checkbox"/> RAZOÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/>
MÁ	<input type="checkbox"/> INSALUBRE	<input type="checkbox"/>

VALOR ARQUITETÓNICO		
MONUMENTO NACIONAL	<input type="checkbox"/> EDIFÍCIO DE INTERESSE PÚBLICO	<input type="checkbox"/>
EXCEPCIONAL	<input type="checkbox"/> DE QUALIDADE	<input type="checkbox"/>
NEUTRO	<input type="checkbox"/> DISSONANTE	<input checked="" type="checkbox"/>

CONSERVAÇÃO	B	R	M	R
ESTRUTURA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
COBERTURA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
FACHADAS	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
VÃOS	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
MUROS	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

PROCESSO CONSTRUTIVO		
ESTRUTURA	REVESTIMENTO	
ESTRUTURA EM BETÃO ARMADO	COBERTURA	TELHA CERAMICA
ALVENARIA DE TIJOLO	FACHADA	REBOCADA E PINTADA
	VÃOS	ALUMINIO
	ANEXOS	

OBSERVAÇÕES:

FOTOGRAFIA

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO / IMPLANTAÇÃO (s/esc)



Figura 51 - Exemplo de uma Ficha de Levantamento da Estrutura Edificada (Autor, 2018)

### 5.5.3.1 Uso/Função dos Edifícios Analisados

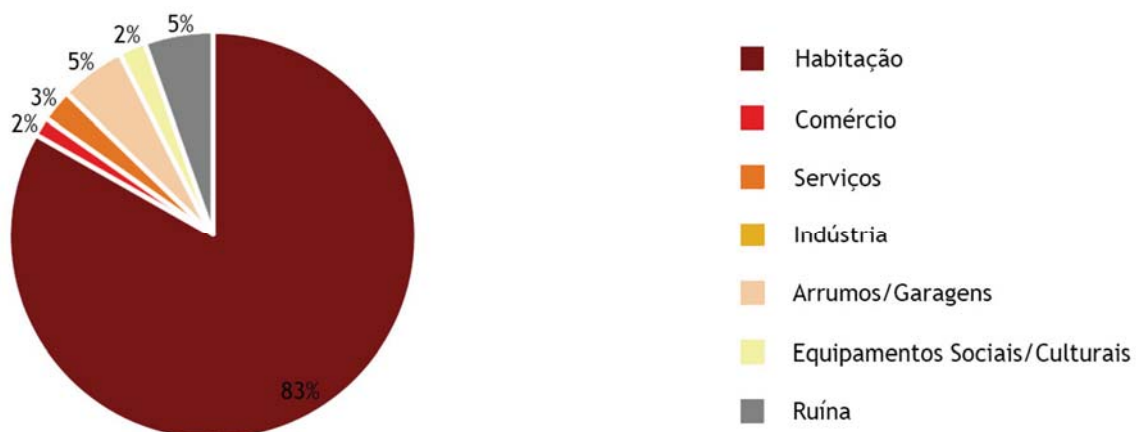
Inicialmente, estabeleceu-se o uso do edificado, podendo este ser do âmbito, habitacional, comercio, serviços, indústria, armazém/arrumos/garagem, ruínas, entre outros.

Face aos dados obtidos (Gráfico 4, Figura 52, 53 e 54), e como seria de esperar, a grande maioria dos edifícios apresenta apenas o uso habitacional, com um total de 83% dos edifícios. Sendo que na maioria dos casos, edifícios com a função de comercio (2%) e serviços (3%), o mesmo é efetuado nos rês do chão da habitação.

A relação entre a habitação e os restantes indicadores, permite perceber a imagem morta das aldeias. Como os próprios habitantes afirmam “Não existe onde fazer compras”, “se precisar de alguma coisa tenho que me deslocar a “Gouveia ou a Celorico”. Não existem atividades económicas, e as existentes, como pequenos cafés, pequenas lojas, poucos retornos produzem. Não existem condições para que a vida seja efetuada dignamente.

Face aos resultados obtidos, conclui-se a necessidade de criar condições para a criação de novas atividades nestes locais, que permitam a abertura de novos comércios, de novos serviços, que revitalizem as aldeias, que levem à criação postos de trabalho, que criem condições que permitam a fixação de população, pois sem a fixação de população, não existe quem usufrua destas novas valências, com a exceção do turismo.

Gráfico 4 - Uso/Função dos Edifícios analisados (Autor, 2018)



## Relação Uso/Função - Salgueirais

Gráfico 5 - Relação Uso/Função dos Edifícios - Salgueirais (Autor, 2018)

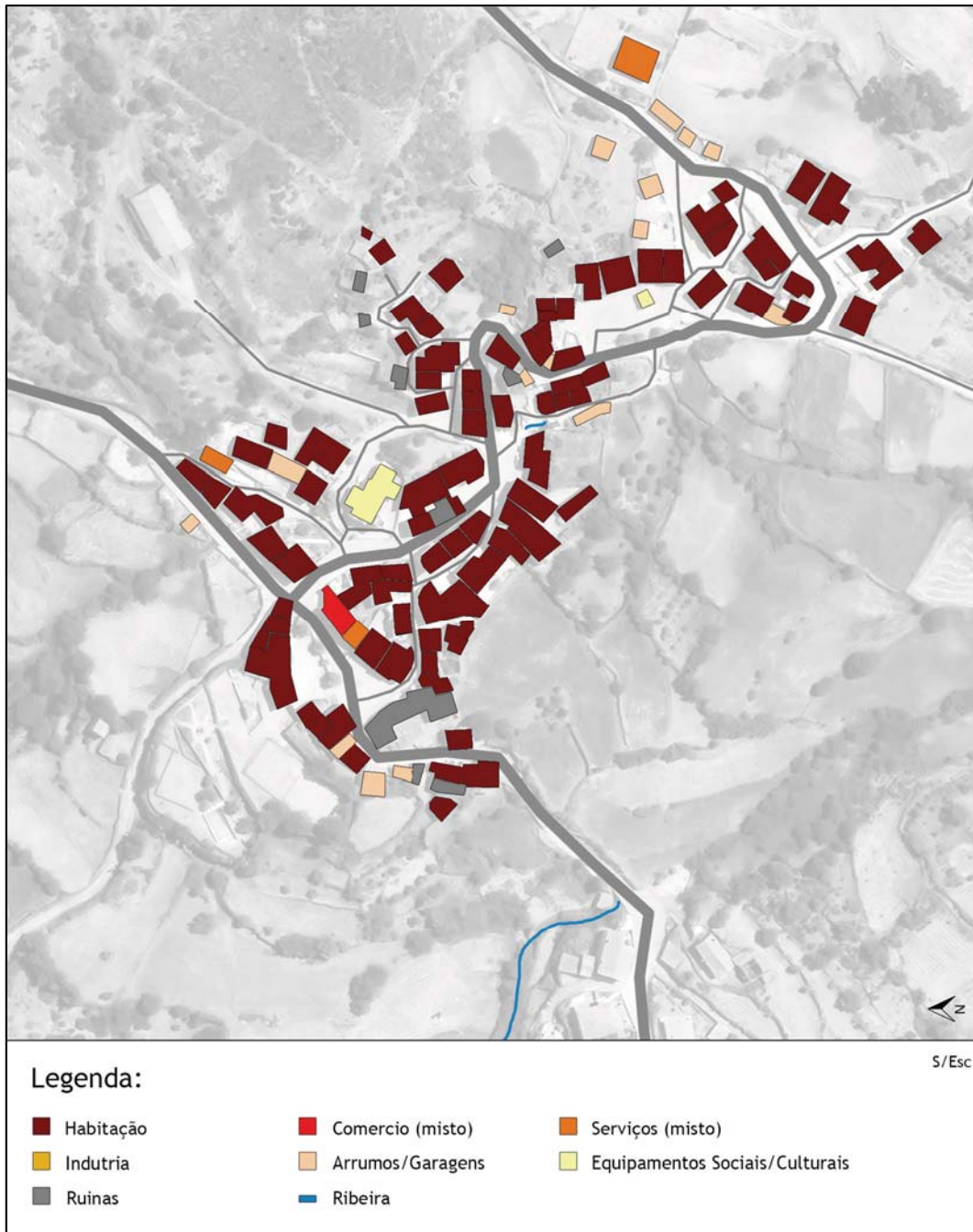
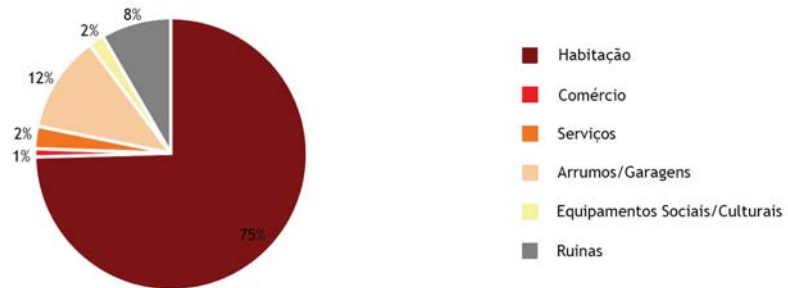


Figura 52 - Uso/Função dos edifícios da aldeia de Melo. (Autor, 2018).

## Relação Uso/Função - Figueiró da Serra

Gráfico 6 - Relação Uso/Função dos Edifícios - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

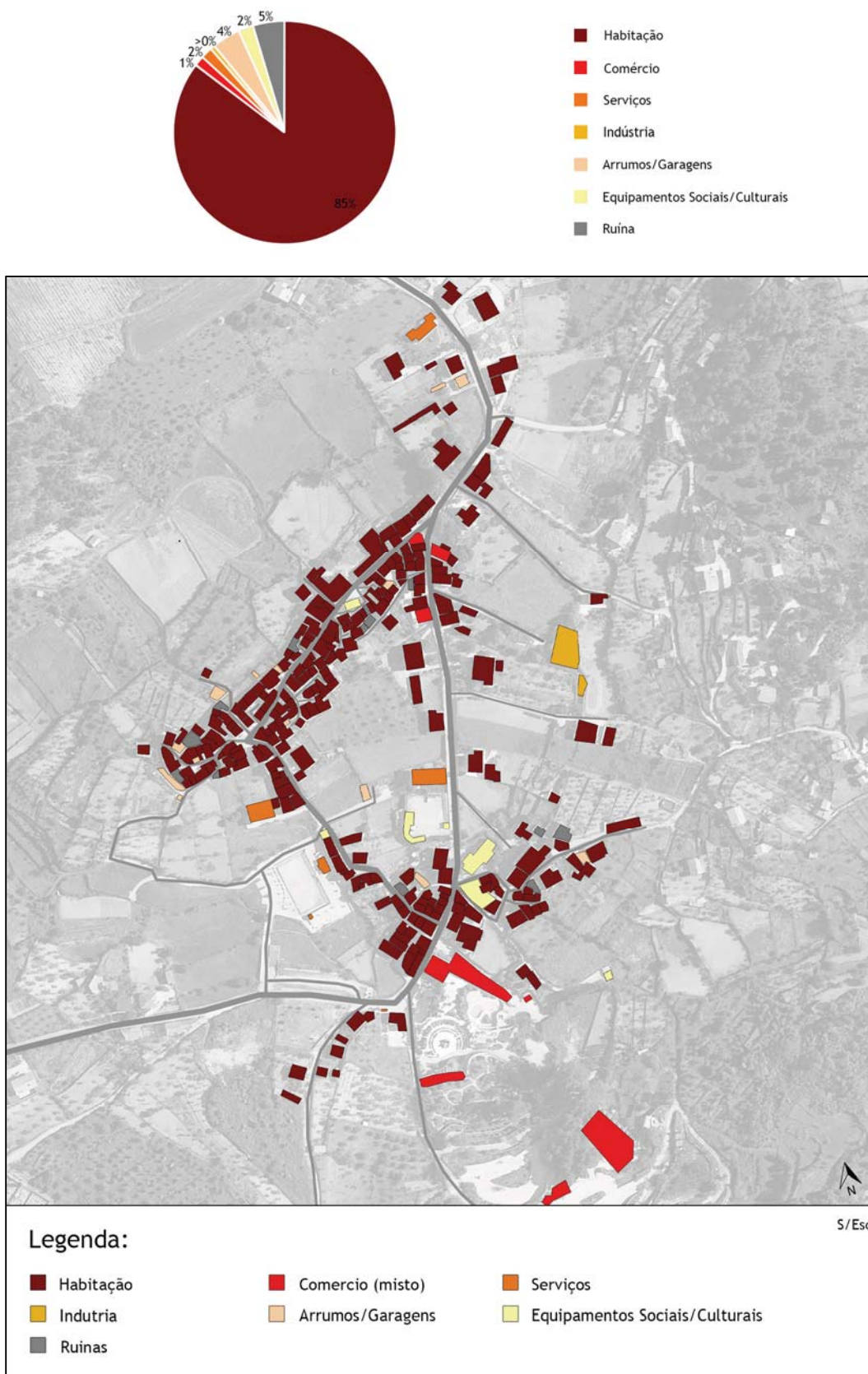


Figura 53 - Uso/Função dos edificios da aldeia de Figueiró da Serra. (Autor, 2018).

## Relação Uso/Função - Melo

Gráfico 7 - Relação Uso/Função dos Edifícios - Melo (Autor, 2018)

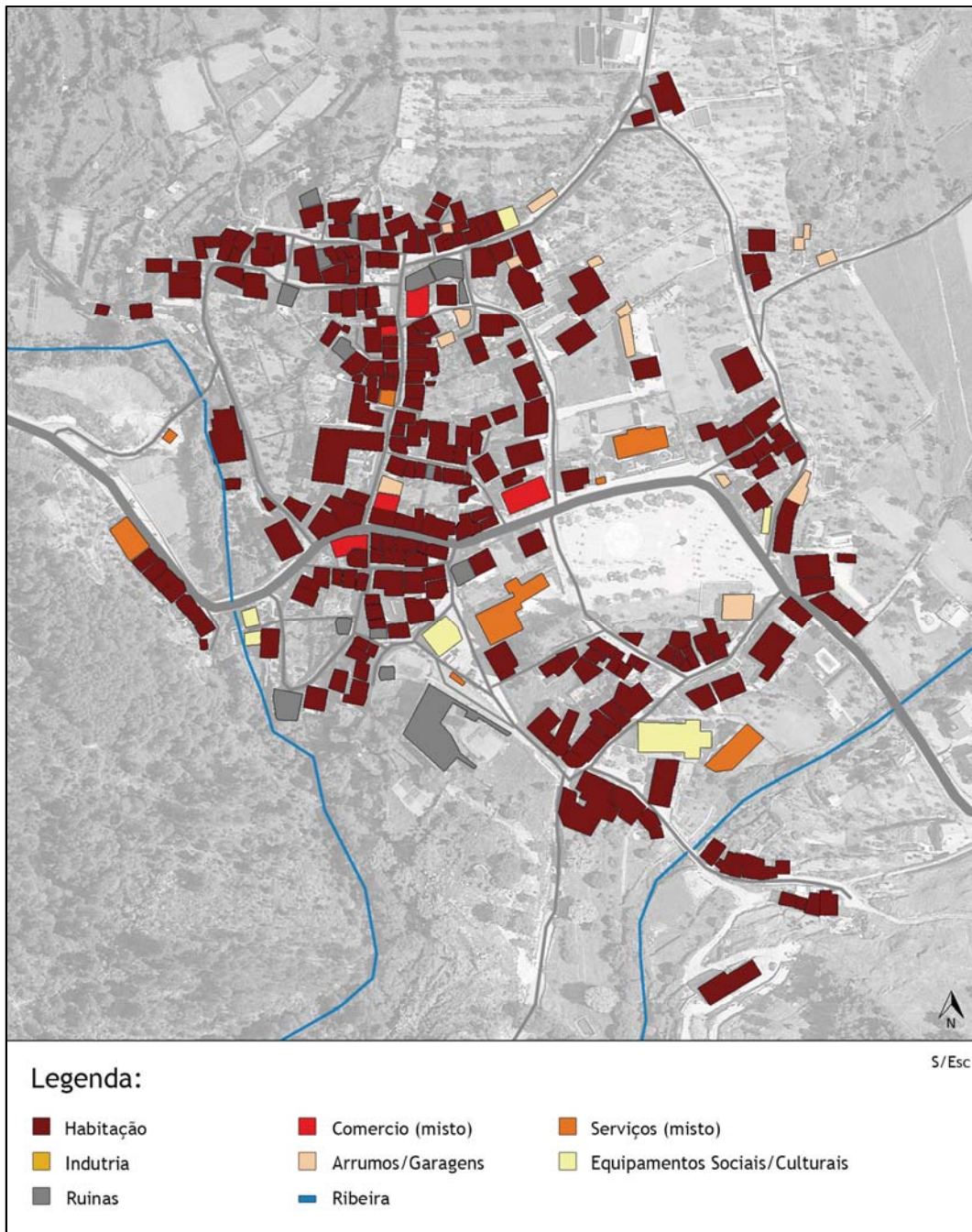
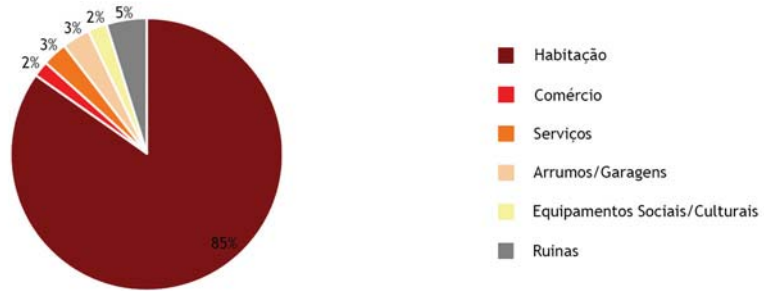


Figura 54 - Uso/Função dos edifícios da aldeia de Melo (Autor, 2018)

### 5.5.3.2 Altura do Edificado

Apos a averiguação do uso do edificado, analisou-se a altura do edificado.

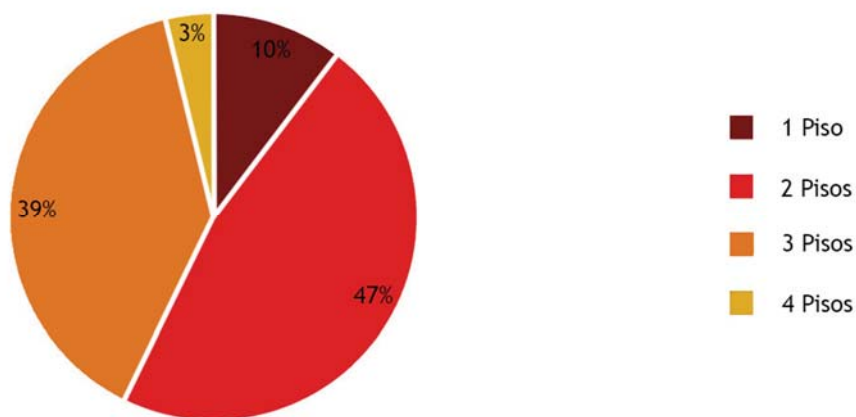
Como se pode observar nas figuras 55,56 e 57, correspondentes respetivamente a Salgueirais, Figueiró da Serra e Melo, a grande maioria dos edifícios situa-se entre os 2 e os 3 pisos, algo expectável dado a natureza granítica das aldeias, não sendo impossível a construção de edifícios de maior porte, mas de dificuldade acrescida.

Durante a análise in loco das aldeias, foi possível observar a existência de trapeiras na cobertura num número elevado de edifícios. Observa-se também, que na sua maioria, os edifícios novos ou reconstruídos junto ao núcleo da aldeia ou nas proximidades imediatas, apresentam três pisos, existindo uma homogeneidade entre os edifícios de 2 e 3 pisos pelas três aldeias.

Nas três aldeias, a larga maioria dos edifícios desenvolve-se em profundidade, apresentando uma frente mais estreita, como forma de aproveitar o espaço em contacto com a rua para um maior número de edificações.

Na totalidade das três aldeias, perfazendo 673 edifícios analisados, e como se pode observar no gráfico 8, a cêrcea mais comum nas três aldeias é a de 2 pisos, seguida pelas tipologias de 3 pisos com um total de 39%. Contudo, em Salgueirais, apesar da cêrcea mais comum continuar a ser os 2 pisos, este abrange um total de 60% do edificado.

Gráfico 8 - Relação entre o número de pisos na totalidade das Aldeias analisadas (Autor, 2018)



## Número de pisos - Salgueirais

Gráfico 9 - Relação entre o número de Pisos - Salgueirais (Autor, 2018)

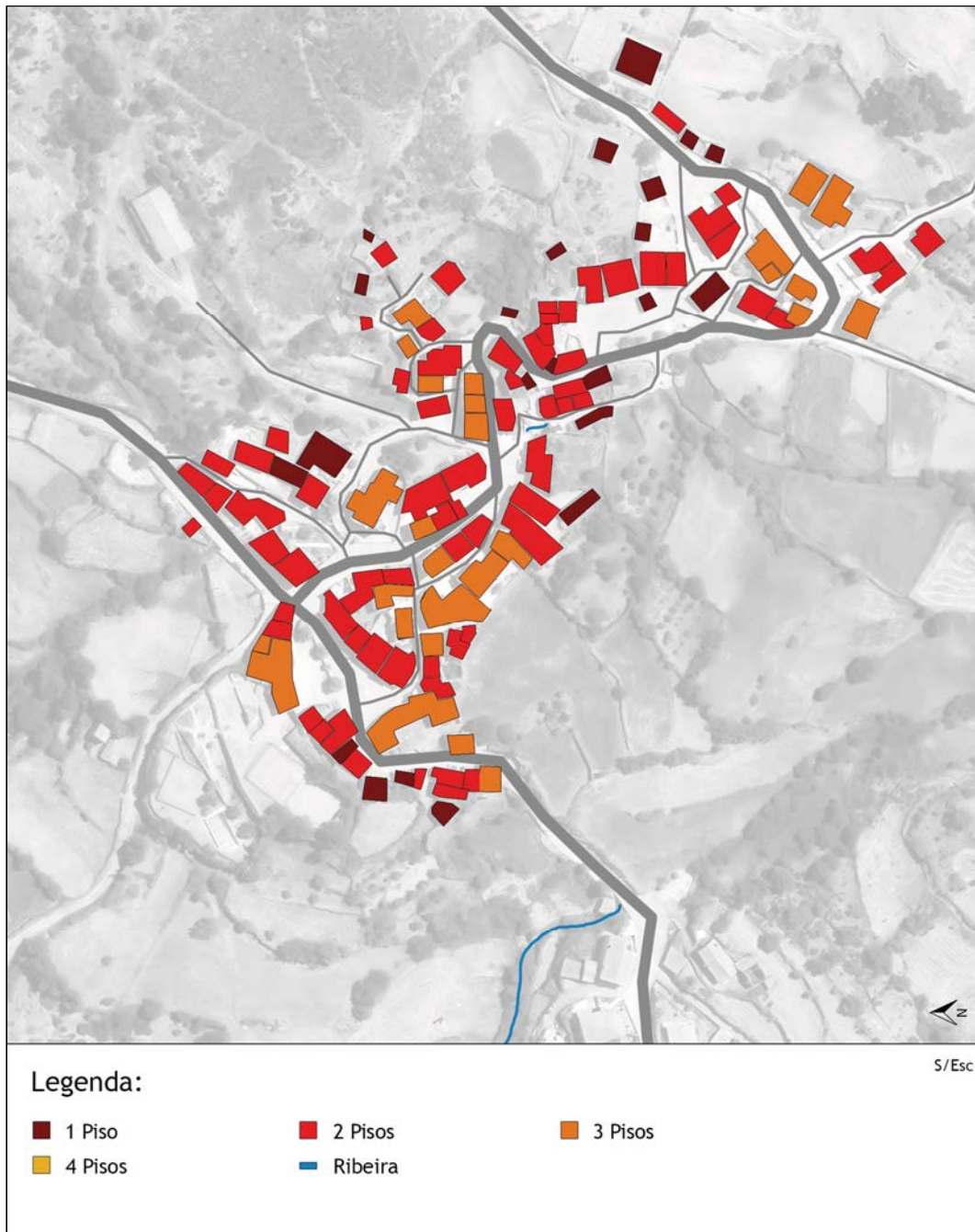
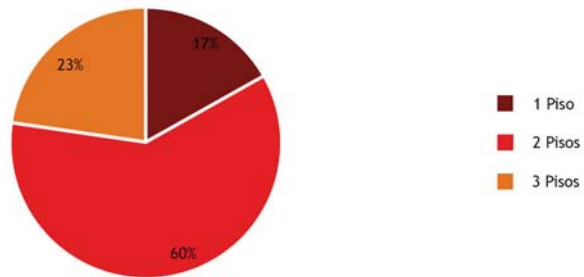


Figura 55 - Número de pisos do edificado - Salgueirais (Autor, 2018)

## Número de pisos - Figueiró da Serra

Gráfico 10 - Relação entre o número de Pisos - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

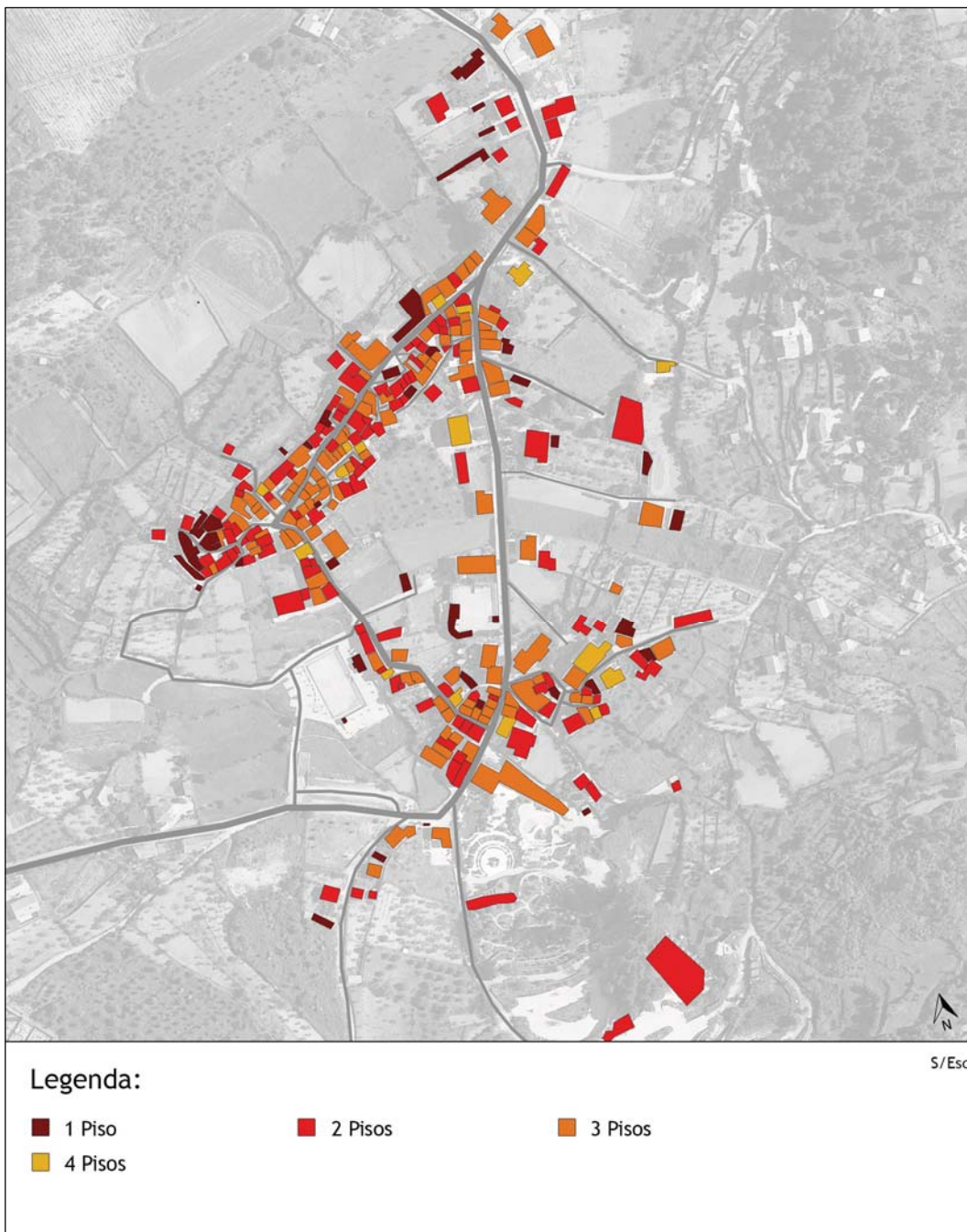
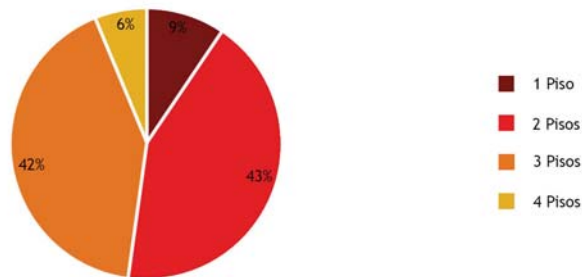


Figura 56 - Número de pisos do edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

## Número de pisos - Melo

Gráfico 11 - Relação entre o número de Pisos - Melo (Autor, 2018)

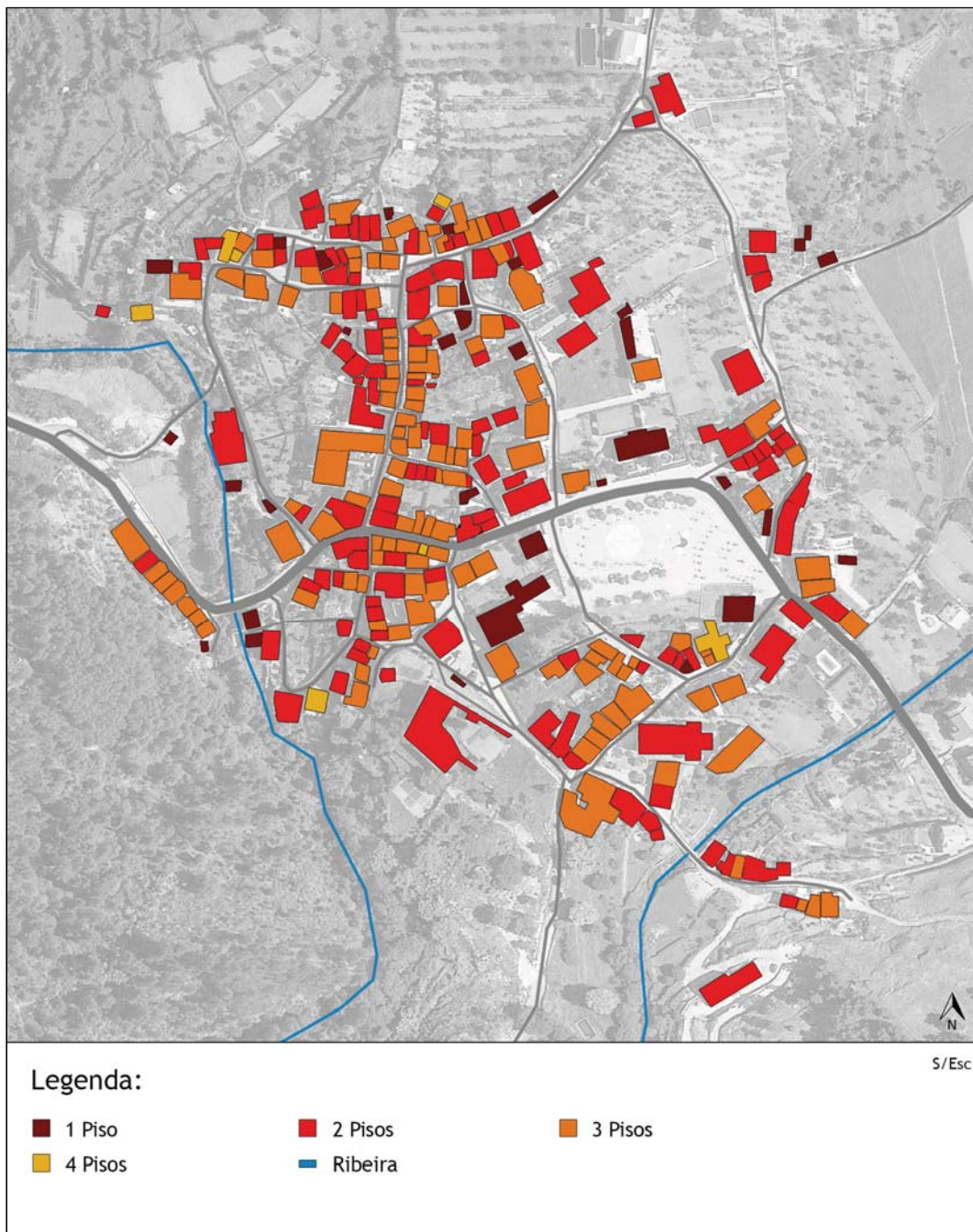
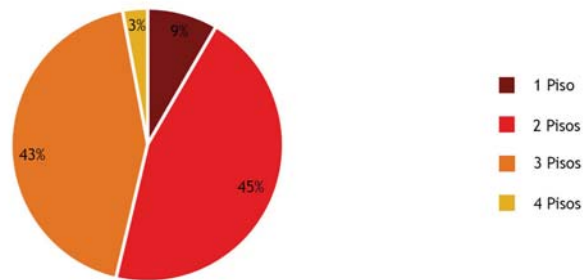


Figura 57 - Número de pisos do edificado - Melo (Autor, 2018)

### 5.5.3.3 Principal Material de Construção

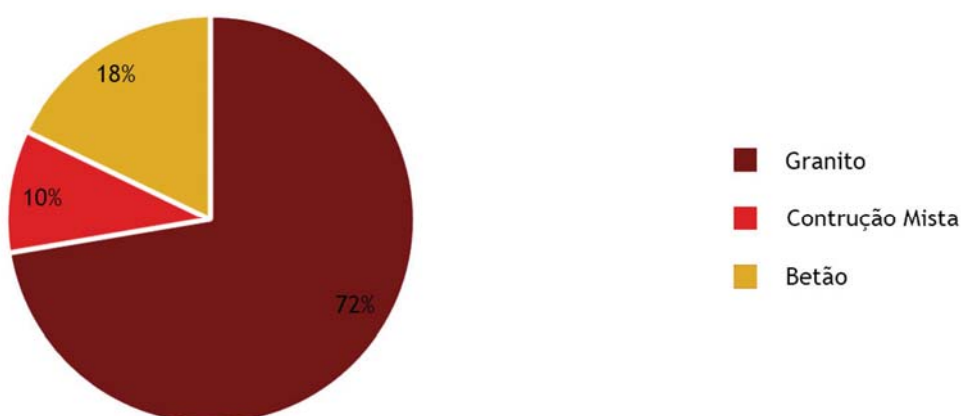
A localização destas aldeias, no limite nordeste do Parque Natural da Serra da Estrela, uma zona rica em granito, permite que sejam de génese predominantemente granítica. Contudo com o passar do tempo, e com a procura pela modernidade, este tipo de identidade granítica foi-se desvanecendo.

As novas construções, em praticamente todos os casos, já não utilizam o granito como elemento principal de construção, nem como forma de identificar a casa como algo pertencente à identidade do local. Constrói-se com o que se quiser, como se quiser, sem qualquer preocupação com a envolvente e com a identidade da aldeia.

Não existe a obrigação de utilizar as técnicas antigas de construção, mas deve-se pelo menos tentar enquadrar a nova construção em relação à antiga, e não o oposto. O património contruído tem o seu valor pelo que é, e não pelo que podia ser, a sua imagem é referente à sua história, à sua arquitetura, à sua cultura e tradição, e a mesma deve ser preservada e valorizada, e não alterada.

Como se pode observar no seguinte gráfico 12, na totalidade das aldeias, a maioria dos edifícios 72% continua a ter uma estrutura profundamente granítica, contudo o número de construções em betão armado 18%, ou mistas 10%, neste caso, resultantes na sua maioria de reconstruções de edifícios antigos, ou ampliações do mesmo, tem vindo a aumentar nos últimos anos, resultante das novas construções e reabilitações que vão surgindo por estes locais.

Gráfico 12 - Relação entre o Material de construção na totalidade das Aldeias Analisadas (Autor, 2018)



## Material de Construção - Salgueirais

Gráfico 13 - Relação entre o Material de construção - Salgueirais (Autor, 2018)

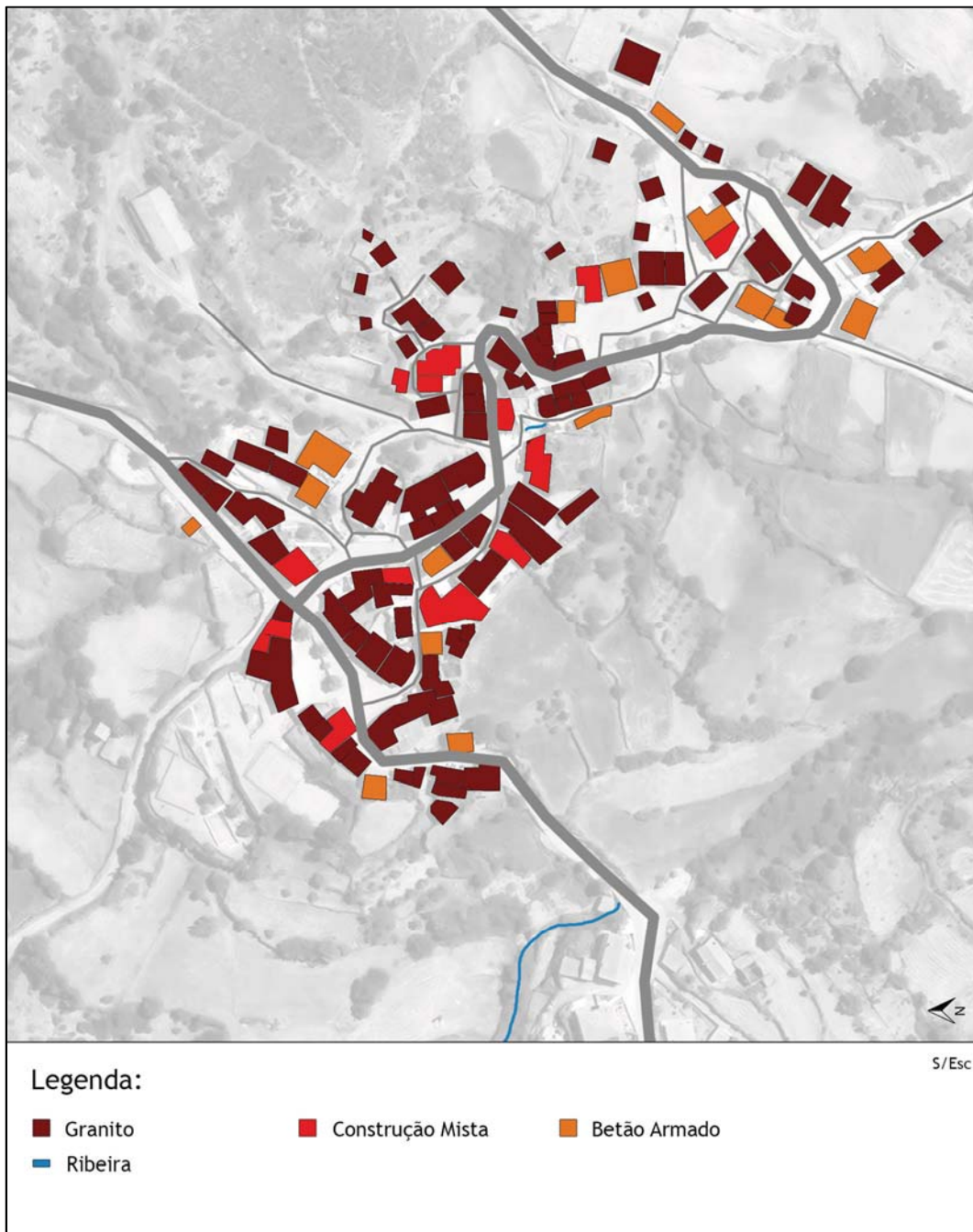
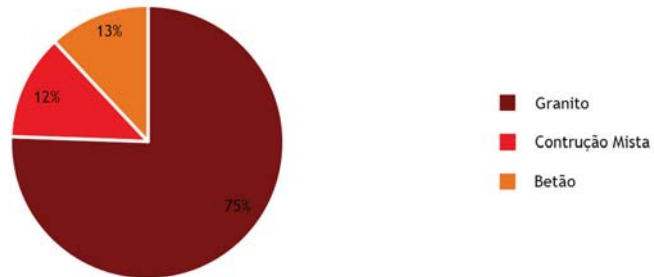


Figura 58 - Principal material de construção do edificado - Salgueirais (Autor, 2018)

## Material de Construção - Figueiró da Serra

Gráfico 14 - Relação entre o Material de construção - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

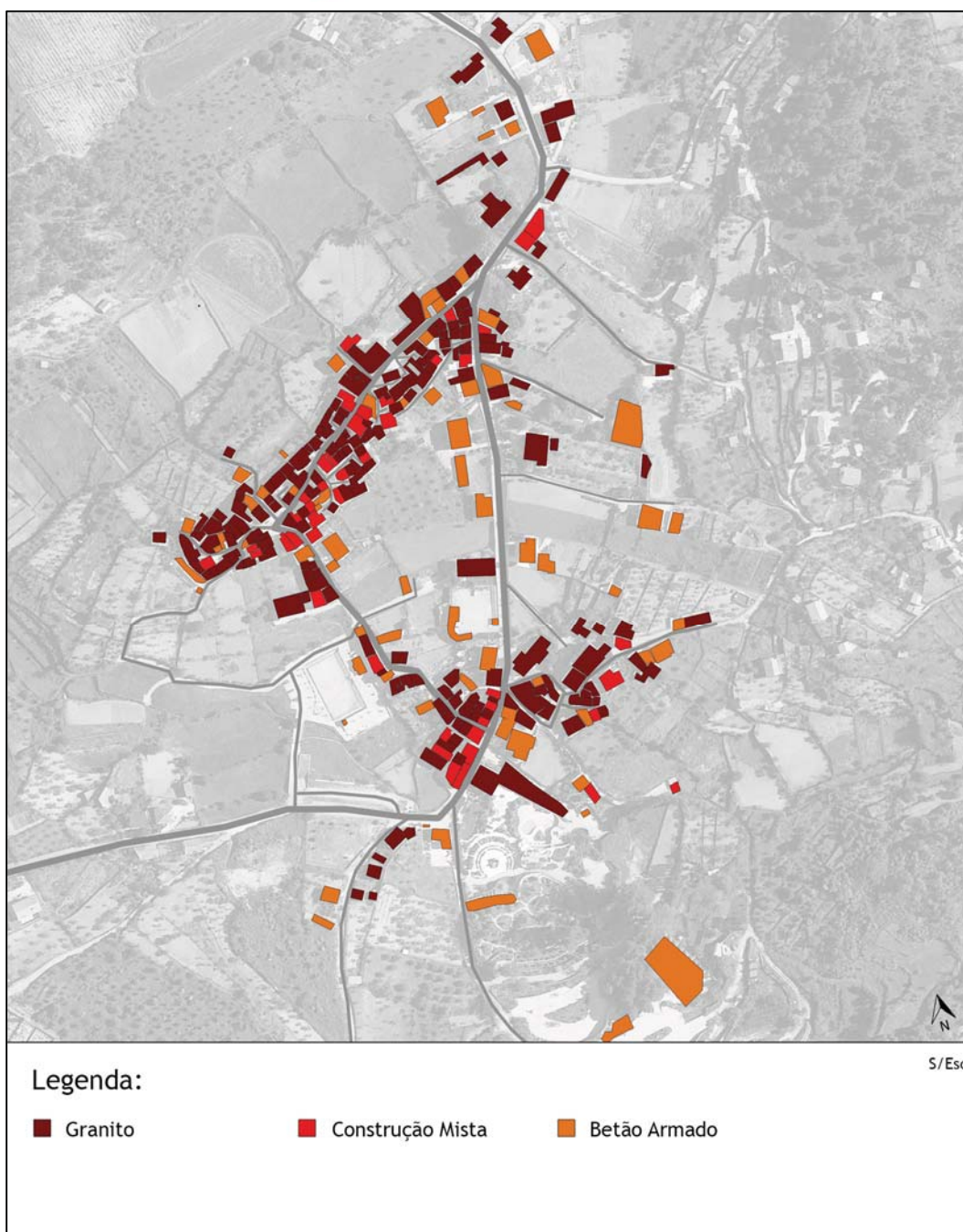
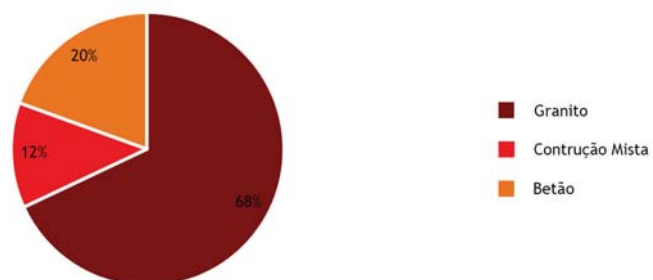


Figura 59 - Principal material de construção do edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

## Material de Construção - Melo

Gráfico 15 - Relação entre o Material de construção - Melo (Autor, 2018)

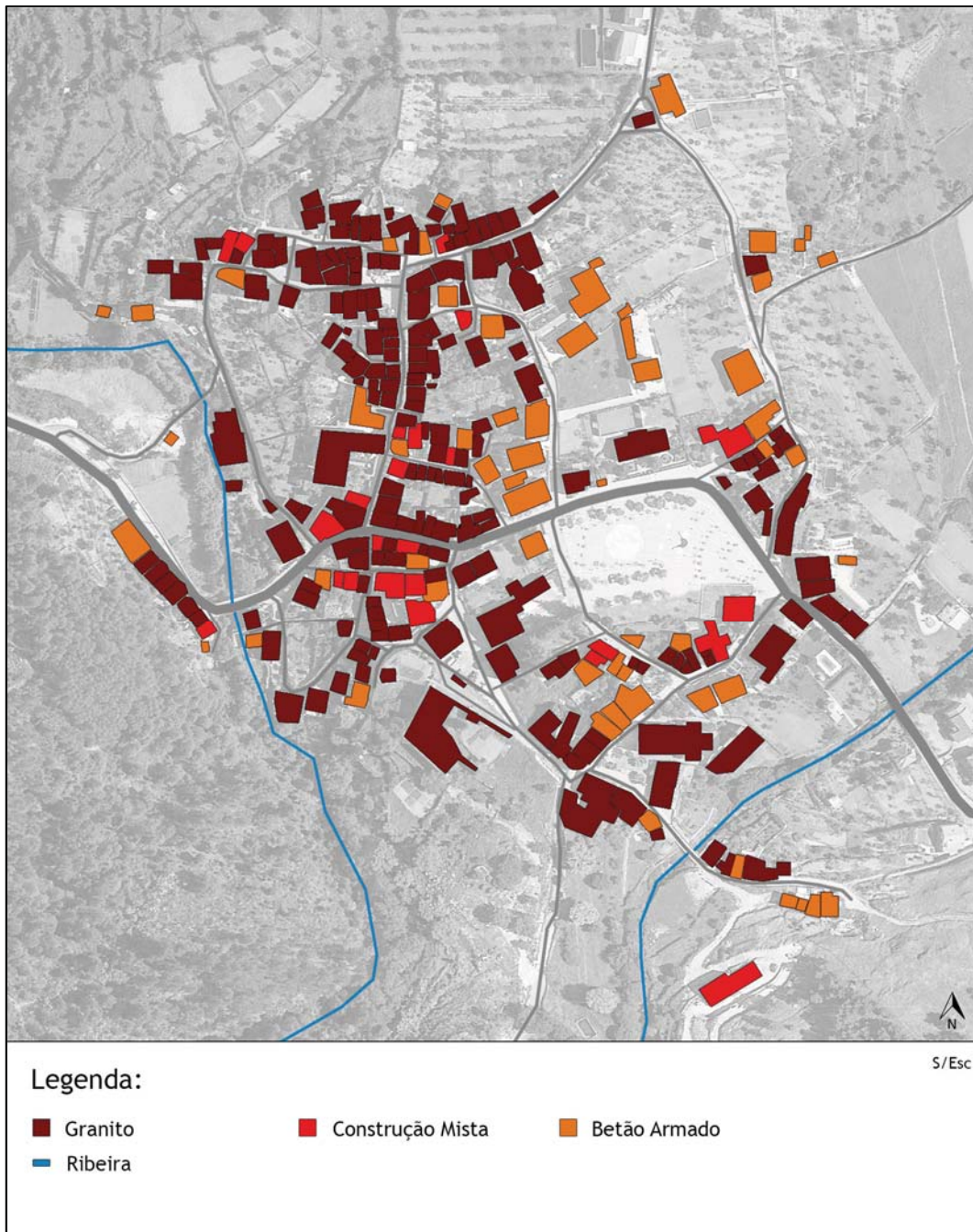
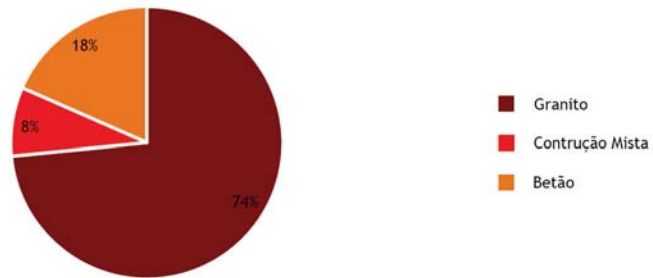


Figura 60 - Principal material de construção do edificado - Melo (Autor, 2018)

### 5.5.3.4 Estado de conservação

Assim como os materiais de construção, o estado de conservação de todo o edifício, seja das fachadas, dos vãos, da estrutura ou da cobertura é um ponto relevante de análise. A análise destes parâmetros foi feita segundo quatro níveis: Bom, razoável, mau ou ruína. A inexistência de fatores de análise do interior das construções deve-se à impossibilidade de entrar em todas as edificações para análise.

Tabela 6 - Níveis de conservação do edificado (Autor, 2018)

Análise/ Classificação	Bom	Razoável	Mau estado	Ruína
<b>Estrutura</b>	Estrutura em bom estado	A necessitar manutenção	Estrutura danificada	Estrutura em ruína
<b>Cobertura</b>	Cobertura em bom estado	A necessitar manutenção e conservação	Cobertura em mau estado, permeável à água	Permeabilidade à água, e estrutura em ruína
<b>Fachada</b>	Fachada em bom estado	A necessitar manutenção	Fachada em mau, com fissuras evidentes	Fachada em ruína
<b>Vãos</b>	Vãos em bom estado	A necessitar manutenção e conservação	Mau estado e a ligação á fachada com fissuras evidentes	Inexistente ou muito danificada

Partindo do modelo de análise existente na tabela 6, foi possível verificar, como mostram as Figuras 61,62 e 63, que a grande maioria dos edifícios em análise, apresenta um bom estado de conservação. O resultado obtido é explicado tanto pelas reconstruções, como pelas obras de requalificação e/ou ampliação, assim como pela nova construção efetuada nas últimas décadas.

Contudo, ainda é possível observar várias edificações em mau estado, explicado pelo fraco poder económico dos habitantes, a maioria deles de idade, que acabam por deixar a edificação chegar ao estado que chega, não por vontade própria, mas por força económica. Assim como os edifícios em mau estado, existem também vários exemplos de edifícios em ruína, resultantes

do abandono, como da falta de investimento nos mesmos, assim como por motivos naturais, como os casos de casas dizimadas pelo fogo em Melo.

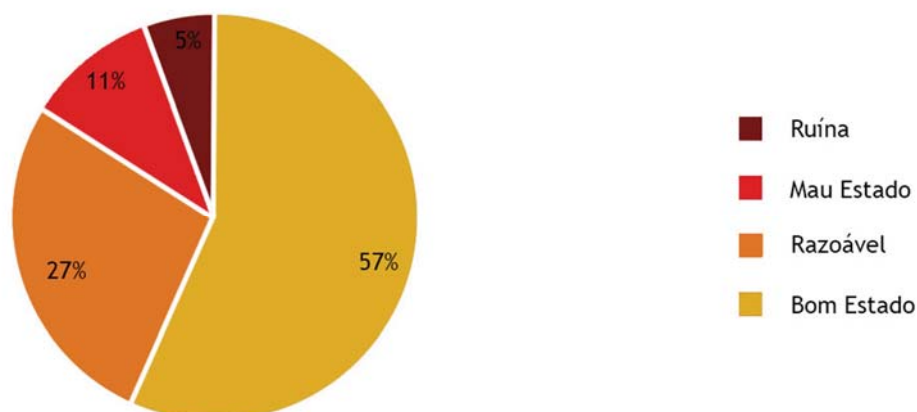
Contudo, apesar da grande maioria dos edifícios se encontrar em bom estado, o bom estado dos mesmos, em grande parte dos casos deve-se a obras de reconstrução ou reabilitação que não se optou por manter a identidade inicial do edifício, rebocando-se por completo a edificação, substituindo-se elementos tradicionais, como portas, janelas, varandas e respetivas ferragens, por elementos mais modernos, que em nada se relacionam com os originais, acabando por danificar a imagem tradicional das três aldeias.

Esta modernização é em certa parte permitida pela inexistência de regras para o efeito que visem a proteção da identidade rural em Portugal. Esta procura pela modernidade no espaço rural, é de certa forma explicada pela sensação de que o urbano é superior ao rural, e como tal, os habitantes tendem a trazer aos poucos, elementos urbanos para o espaço rural.

De forma a apresentar mais sucintamente os valores obtidos, fez-se uma média dos principais pontos de qualificação do estado de conservação: Estrutura, Cobertura, Fachada e Vãos, excluindo-se os muros, justificando-se pela sua menor importância ao nível arquitetónico, quer pela maior facilidade de melhoramento dos mesmos.

No conjunto total das três aldeias como se observa no gráfico 16, 57% dos edifícios apresentam um bom estado de conservação, assim como 27% dos edifícios um estado razoável.

Gráfico 16 - Relação do estado de conservação na totalidade das Aldeias Analisadas (Autor, 2018)



## Estado de conservação - Salgueirais

Gráfico 17 - Relação do estado de conservação - Salgueirais (Autor, 2018)

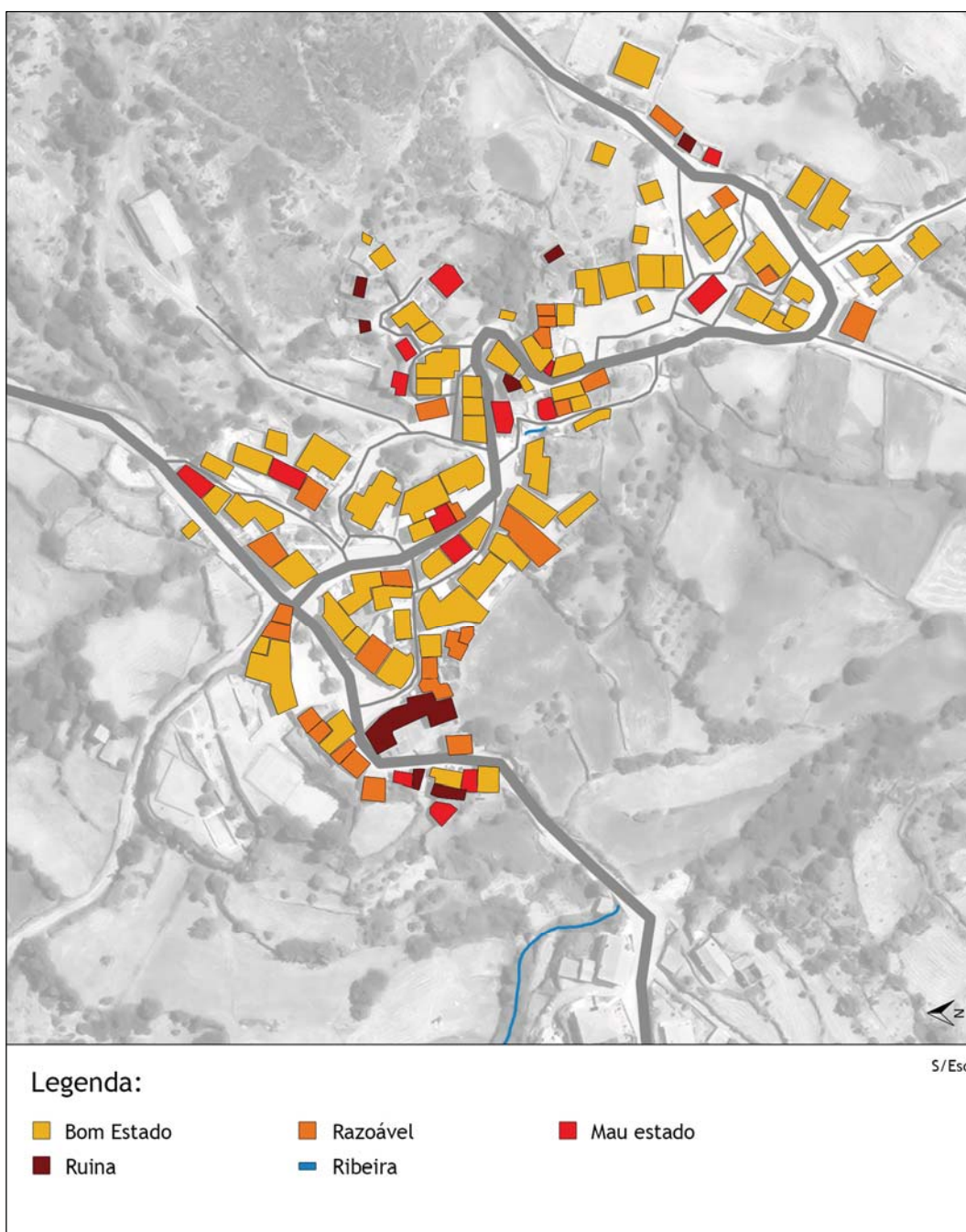
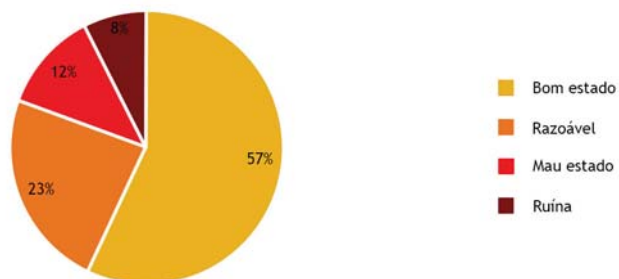


Figura 61 - Estado de conservação do edificado - Salgueirais (Autor, 2018)

## Estado de conservação - Figueiró da Serra

Gráfico 18 - Relação do estado de conservação - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

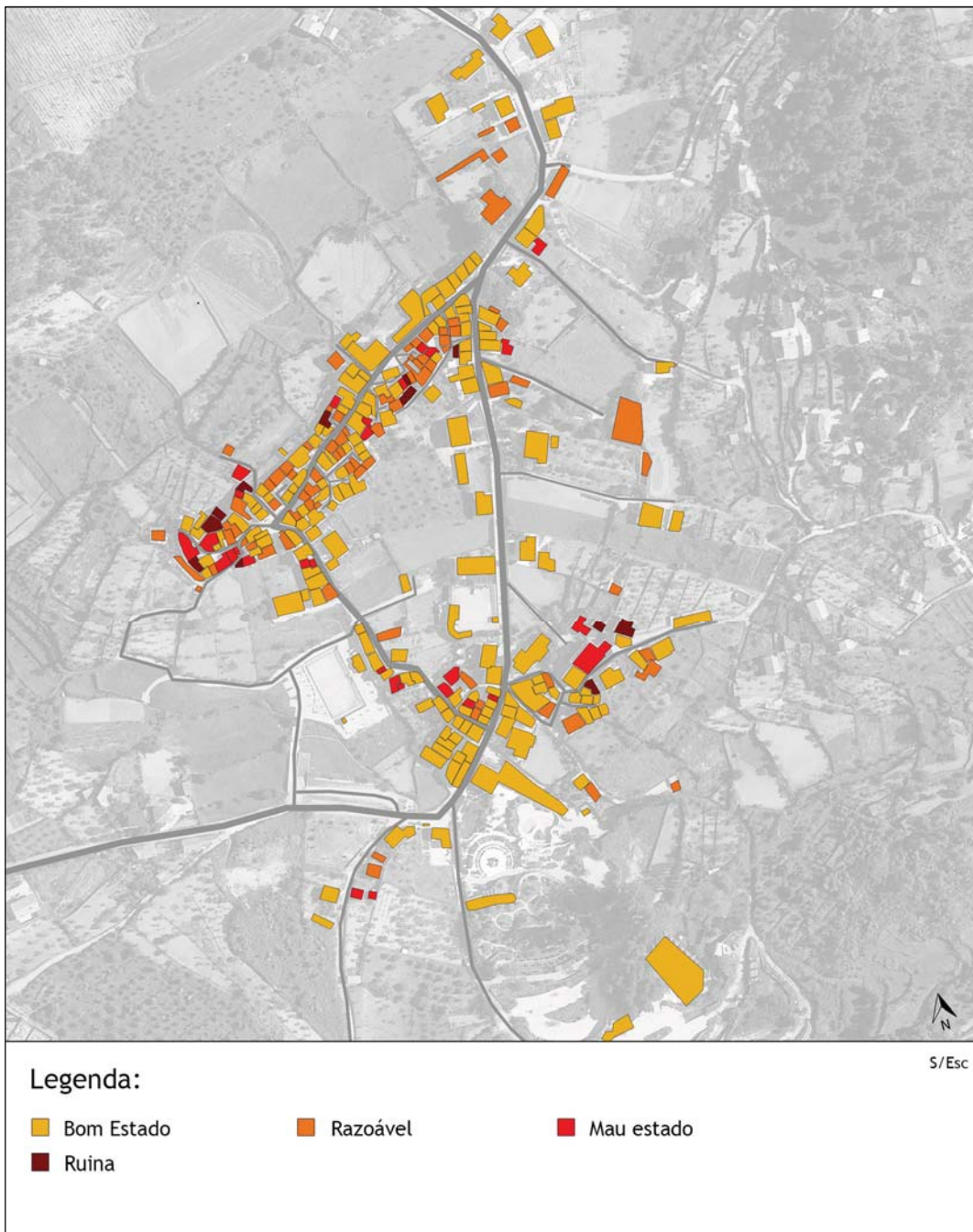
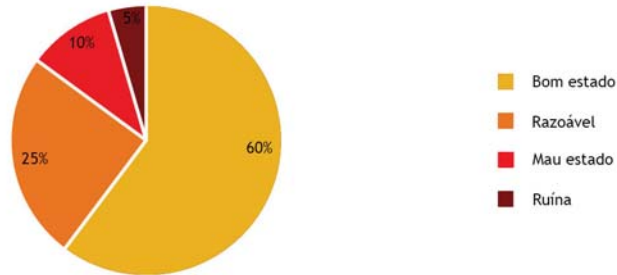


Figura 62 - Estado de conservação do edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

## Estado de conservação - Melo

Gráfico 19 - Relação do estado de conservação - Melo (Autor, 2018)

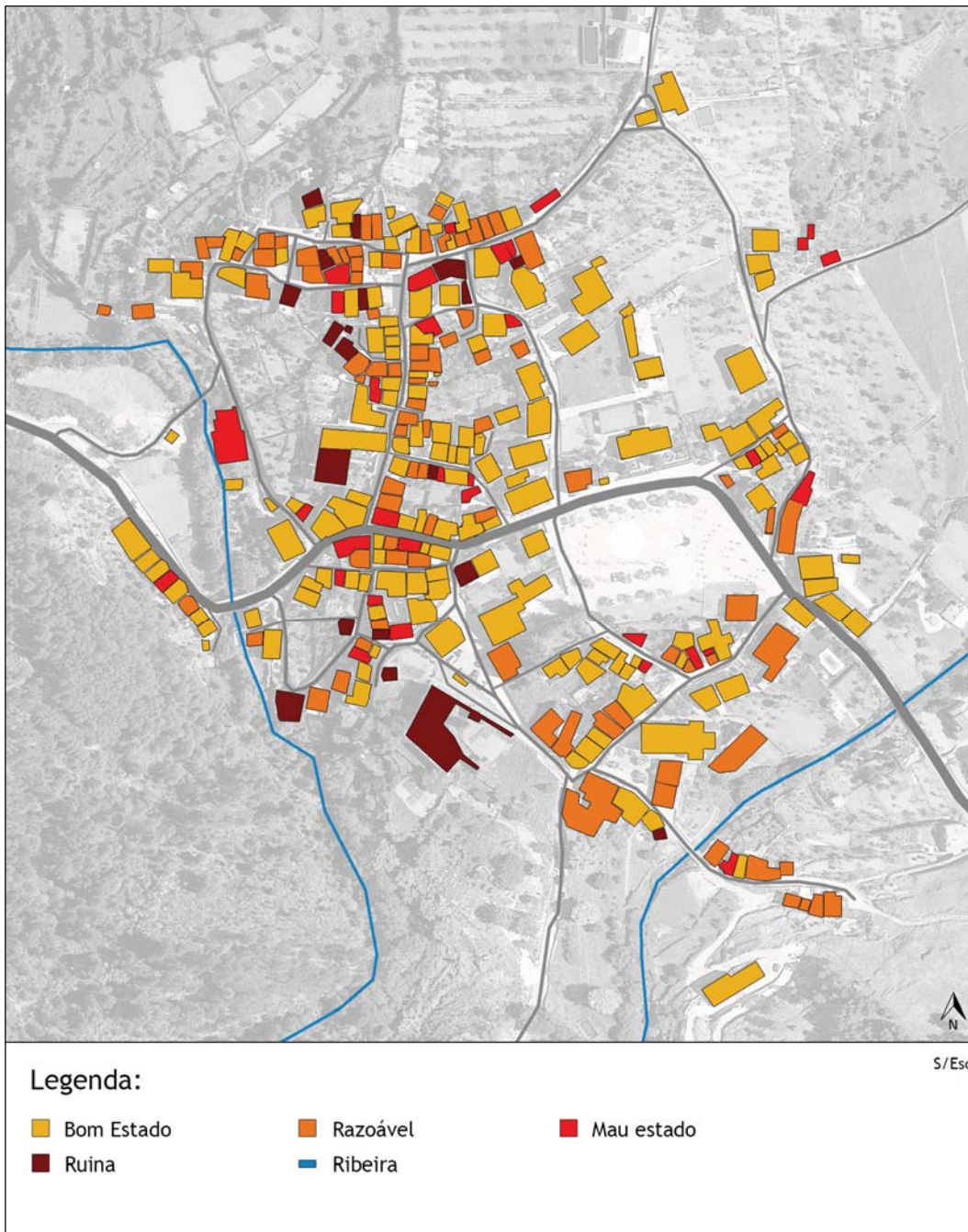
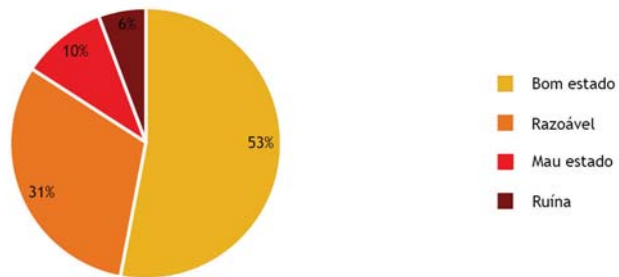


Figura 63 - Estado de conservação do edificado - Melo (Autor, 2018)

### 5.5.3.5 Valor Arquitetónico

Por fim, e de extrema importância, procedeu-se à classificação dos edifícios relativamente ao seu valor arquitetónico. Para tal, foi necessário a elaboração de critérios que permitissem classificar os edifícios, quer como unidade, quer como conjunto patrimonial, quer pelos valores sociais, culturais e materiais que os mesmos apresentam, segundo uma ideia de identidade de aldeia de montanha granítica.

O edifício é uma marca da população, da época e do modo de vida, do seu construtor, do seu dono, da tradição, e como tal deve ser preservado segundo a sua identidade original, caso seja justificado, justificação essa, se apresentar os critérios que permitam atestar o seu valor arquitetónico em quanto elemento de identidade da aldeia.

Tabela 7 - Critérios de classificação do Valor arquitetónico para as aldeias em análise (Autor, 2018)

Valor arquitetónico	
Monumento Nacional	Edifício com carácter histórico/cultural/social de enorme valorização para uma nação.
Interesse publico	Edifício com carácter histórico/cultural/social de interesse para o público, mas não representativo de valorização nacional.
Excecional	Edifício com valor arquitetónico intrínseco, mas que em alguns casos não vai ao encontro à tradição arquitetónica do local.
Qualidade	Edifício cujo valor advém da relação entre a finalidade e tipologia de construção, dos materiais construtivos, da arquitetura tradicional, ou da contemporânea, quando aplicada de forma harmoniosa com a envolvência e tradição.
Neutro	Edifício que se encontra em sintonia com a envolvente, com a tradição, quer ao nível arquitetónico quer material, mas que necessita de algumas obras de adaptação ou reabilitação
Dissonante	Edifício, ou parte do mesmo, em desarmonia com o resto do conjunto edificado, quer ao nível dos materiais utilizados, das tipologias, da arquitetura tradicional local, e sobretudo dos acabamentos exteriores.

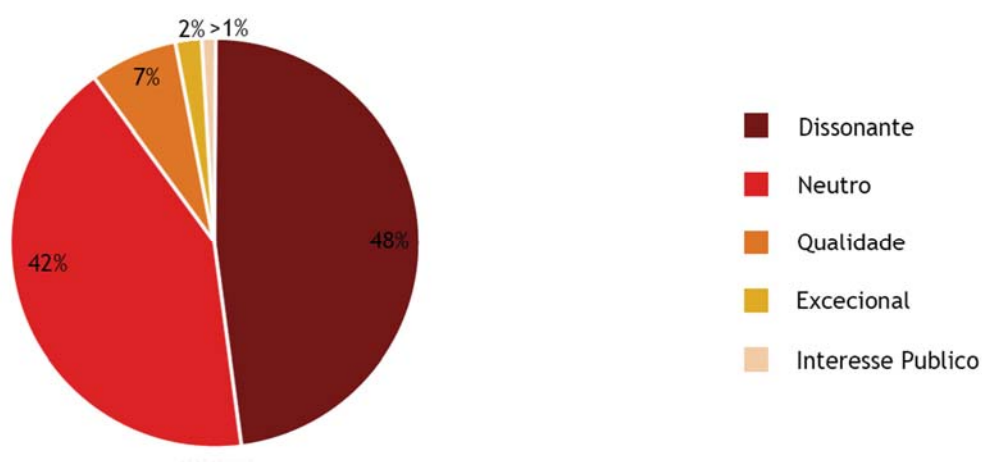
Para um melhor entendimento, define-se a casa típica de aldeia de montanha, como uma construção totalmente em granito, cobertura em telha, tradicionalmente de canudo, portas tradicionais em madeira ou ferro fundido, janelas em madeira com aros pintados de cor diferente, podendo apresentar pormenores tradicionais, como uma pequena varanda em granito e ferragens em ferro, assim como uma escadaria exterior. Junto ao centro do núcleo, estas construções podem chegar a atingir 3 pisos, e desenvolvem-se em profundidade.

Apos a elaboração destes critérios mais genéricos, foi necessário a elaboração de uma ficha de aplicação, constituída por vários elementos, desde o acabamento da sua fachada, portas e janelas, tipo de cobertura, presença de elementos tradicionais, assim como volumetria e a relação com a envolvente, estado de conservação, de forma a atribuir um valor numérico, que depois seria convertido para os critérios apresentados a cima. Um exemplo parcial de uma ficha de classificação pode ser observado no anexo 2.

Contudo, é preciso ter em atenção, que o valor final resumido a apenas seis critérios, não apresenta o valor mais correto possível. É possível observar vários edificios neutros, uns que se situam no limiar no neutro/dissonante, assim como outros se situam no limite do neutro/qualidade. (O resultado numérico, mais preciso, é apresentado nos anexos acima referidos). Todavia, a presença de um edificio no patamar do neutro, infere que o mesmo, enquanto elemento identitário da aldeia, se encontra em harmonia com a mesma, contudo, pode-se e deve-se fazer pequenas alterações para que o mesmo atinga um nível de qualidade superior, existindo edificios que as alterações a efetuar serão mais profundas que noutros (ver anexo 2).

Como se pode observar nas figuras 64,65 e 66 e no gráfico 20, na totalidade das aldeias metade dos edificios são de valor arquitetónico dissonante segundo os critérios usados, surgindo logo de seguida 42% de edificios de valor neutro, e apenas 10% de qualidade superior.

Gráfico 20 - Valor Arquitetónico na totalidade das Aldeias Analisadas (Autor, 2018)



## Valor Arquitetónico - Salgueirais

Gráfico 21 - Valor Arquitetónico - Salgueirais (Autor, 2018)

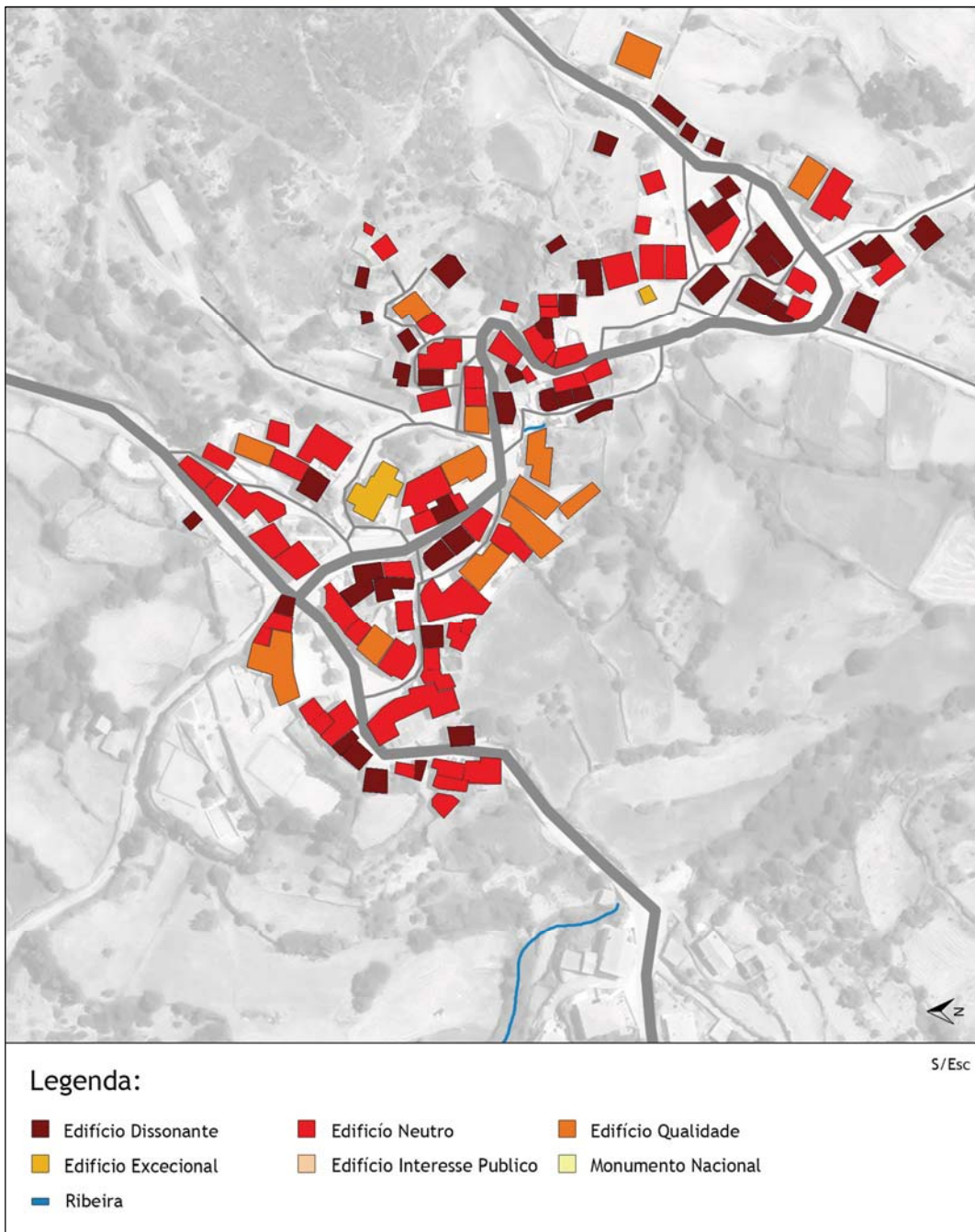
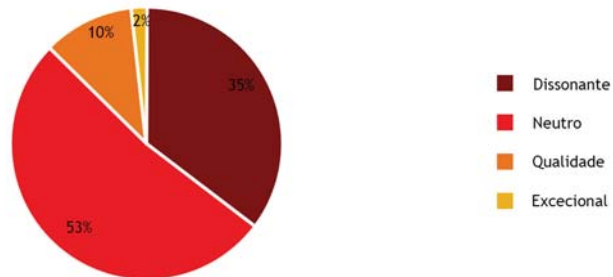


Figura 64 - Levantamento do valor arquitetónico edificado - Salgueirais (Autor, 2018)

## Valor Arquitetónico - Figueiró da Serra

Gráfico 22 - Valor Arquitetónico - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

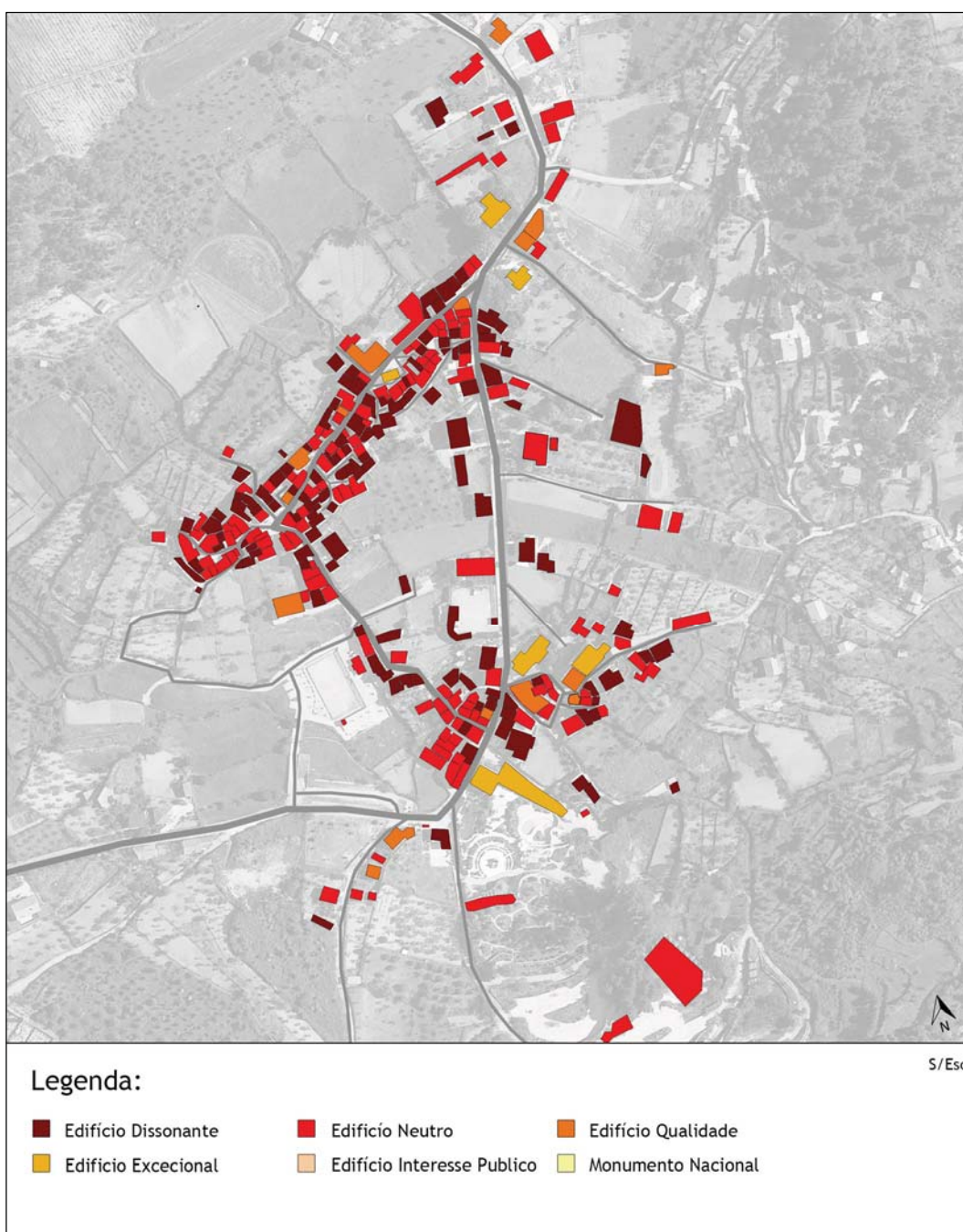
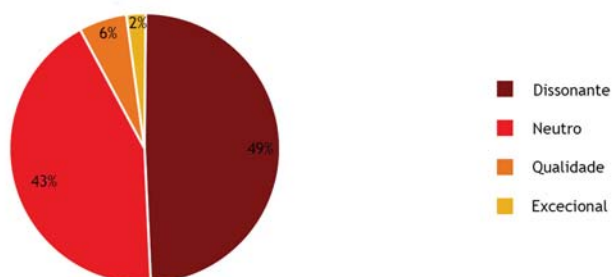


Figura 65 - Levantamento do valor arquitetónico edificado - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

## Valor Arquitetónico - Melo

Gráfico 23 - Valor Arquitetónico - Melo (Autor, 2018)

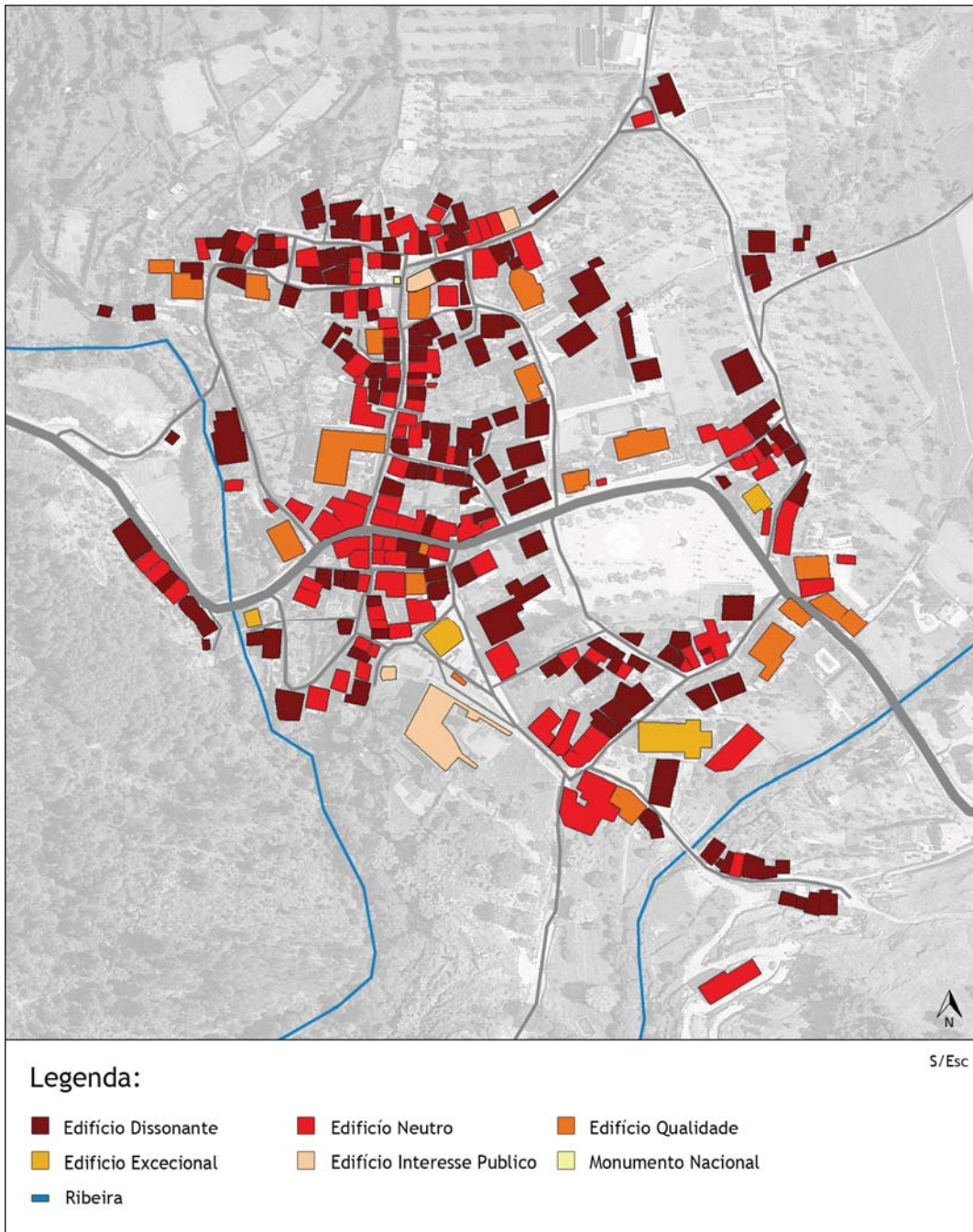
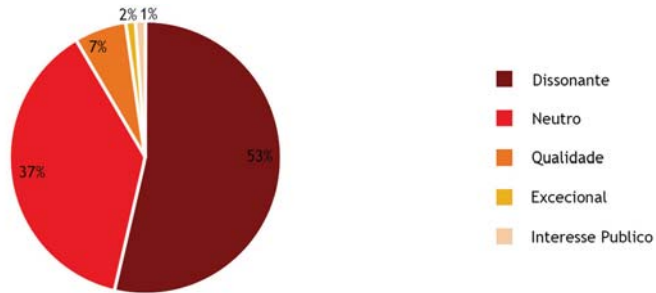


Figura 66 - Levantamento do valor arquitetónico edificado - Melo (Autor, 2018)

No caso de Salgueirais, a aldeia mais pequena das três, a relação entre os neutros e os dissonantes tende a favor dos neutros (Gráfico 21 e figura 64), algo que não acontece nas restantes aldeias. Junto ao núcleo de salgueirais, nota-se a tendência para a existência de edifícios neutros e de qualidade, aumentando o número de edifícios dissonantes à medida que nos afastamos do núcleo e nos aproximamos de novas construções que foram efetuadas sem qualquer respeito pela envolvente. Contudo, a presença de duas novas construções em betão armado e, em altura no núcleo da aldeia, descaracterizam completamente a imagem da mesma. Salgueirais, apresenta no entretanto a imagem mais característica das três aldeias.

Em Figueiró (Gráfico 22 e figura 65), a relação entre os neutros e a dissonante, tende a favor dos dissonantes. Junto ao núcleo da aldeia, a quantidade de edifícios dissonantes atinge números preocupantes. A maioria dos edifícios abandona a sua identidade granítica, optando pelo reboco texturado e pintado com as cores que o dono assim deseja, leva a uma descaracterização do edifício e da imagem da própria aldeia. Ainda assim, é possível observar alguns casos em que já se nota a procura pelo regresso às origens, notavelmente nos edifícios reconstruídos ou reabilitados. Contudo, estas reabilitações não são perfeitas. Existe a procura pela devolução do característico granito à vista, no entanto, outros elementos deixam a desejar, como a introdução de portadas exteriores, janelas contrastantes com tradicionais, assim como portas de entradas em cores e materiais dissonantes e contrastantes com o tradicional. Assim como em Salgueirais, existem edifícios intrusivos no núcleo na aldeia, em betão, contruídos em altura, que em nada se preocupam em uniformizar as cêrceas existentes.

A sul, junto à igreja de Figueiró desenvolve-se outro núcleo habitacional, de edifícios de carácter mais tradicional, que, contudo, não escaparam a tendência rebocadora das décadas passadas, no entanto, assim como acontece junto à entrada norte de Figueiró, a sul, junto à igreja desenvolvem-se edifícios de elevado interesse arquitetónico, em locais de maior declive.

Em Melo (Gráfico 23 e figura 66), e assim como acontece em Figueiró da Serra, a presença de edifícios dissonantes representa um problema de identidade que deve ser resolvido. Junto á entrada este, os edifícios ainda apresentam um carácter minimamente granítico, contudo à medida que nos deslocamos para norte, esta imagem granítica perde-se para dar lugar a uma aldeia rebocada, com cores aleatórias. Os edifícios de betão, ao contrário do que acontece nos casos anteriores, relegam-se mais para a periferia do núcleo, contudo, existe um edifício junto à plena praça de melo, que em nada se relaciona com o resto da aldeia. Assim, como acontece em Figueiró, os edifícios de maior interesse arquitetónico, localizam-se no limite do núcleo. São edifícios graníticos na sua maioria, casas senhoriais, muitas resultantes da aldeia ter sido durante muitos anos, sede de concelho, e sede do bispado da Guarda nos inícios do séc. XIX.

#### 5.5.4 Estado atual do edificado

As aldeias rurais, foram locais que permaneceram intactos, devido à sua localização, à ausência de meios de transporte e comunicação- Eram marcas contruídas do que o homem sabia fazer com o que tinha à mão, da tradição, da cultura, e resultado de século de aprendizagem dos seus antepassados.

Contudo esta identidade rústica e tradicional, com o tempo, foi sendo algo de alterações. A evolução mundial levou à criação de novos meios de transporte, permitindo a deslocação, de materiais, de ideias, de pessoas. Esta deslocação trouxe novas influências, que se fizeram sentir também ao nível das aldeias, locais considerados inferiores aos grandes núcleos habitacionais da época. Estas influências entravam em contradição com a identidade da aldeia, que, devido à inexistência de regras para o efeito: contruíam-se como se queria e o que se queria, sem ter em conta a envolvência.

Este tipo de construções, ou reconstruções, são feitas sem qualquer auxílio a nível urbanístico e arquitetónico (Figura 50). Pinta-se o que não se deve pintar, como o granito, que é rebocado na maioria das casas por vezes utilizando-se cores inadequadas. As janelas tradicionais, em vez de recuperadas, opta-se quase sempre pela substituição por umas mais modernas em Alumínio lacado. Insere-se caixas de exatores exteriores, portadas exteriores. Tudo o que se pode afixar na fachada é afixado. Este tipo de opções leva a uma descaracterização completa dos edifícios, e consequentemente dos locais.

A contemporaneidade, provoca a mudança nos pensamentos e nas necessidades da população. Se no passado uma casa com 50m<sup>2</sup> era o suficiente, nos tempos de hoje necessita-se de 75m<sup>2</sup>. Esta mudança de pensamento, leva a que, por vezes, as tipologias antigas já não satisfaçam as necessidades dos residentes, desencadeando-se uma mudança, por vezes efetuada simplesmente pela demolição do edifício em questão para a construção de um outro, sem qualquer critério e medida, com uma tipologia, forma e tradição, diferentes do modelo típico da casa de aldeia, feita em pedra, de um ou dois pisos. Nos casos em que o edifício não é demolido, na maioria das vezes, o mesmo é descaracterizado completamente da sua imagem inicial.

O desprezo mostrado pela arquitetura vernacular, no passado, como no presente, é evidenciado nos exemplos já mostrados, de casas tradicionais em ruínas, de reconstruções sem qualquer respeito, em que o objetivo não é reafirmar a arquitetura tradicional, mas sim cobrir a mesma com um ar moderno, atual. Estas ideias levam á completa descaracterização das aldeias, deixando a mesma de ser “A Aldeia” passando a ser mais “uma aldeia”. Estes lugares devem afirmar-se pelas suas qualidades arquitetónicas, culturais e paisagísticas, são uma janela para o passado, para o campo, para a natureza, para a simbiose entre o natural e o construído.

É importante tomar medidas que permitam a conservação e revitalização destes pequenos aglomerados populacionais e da envolvente natural que os rodeia, recuperando e preservando o existente, e corrigindo as dissonâncias encontradas.

## 5.6 Análise SWOT - Aldeias em análise

A partir da análise in loco, em conjunto com os elementos recolhidos, os levantamentos do edificado e não edificado das três aldeias, assim como a análise das condicionantes e potencialidades da aldeia, procedeu-se à análise SWOT:

### Pontos fracos

- Interioridade
- Acessibilidades rodoviárias em mau estado
- Elevada taxa de envelhecimento
- Acentuado decréscimo populacional
- Taxa de natalidade inferior á de mortalidade
- Baixos índices de escolaridade e qualificação profissional
- Falta de oportunidades de emprego
- Suscetibilidade a riscos naturais (incêndios florestais)
- Abandono das habitações, levando á degradação do património
- Economia local fraca ou inexistente
- Infraestrutura de transportes deficiente
- Atividades tradicionais em decadência (agricultura, pastorícia...)
- Falta de equipamentos, e infraestruturas de lazer, que permitam a atividade turística
- Défice de oferta de alojamento turístico
- Inexistência de oferta de serviços de guias turísticos de conhecimento da região
- Fraca notoriedade das potencialidades da região.
- Recursos naturais e culturais com pouca exploração
- Investimento elevado para a realização de obras de requalificação e reabilitação do património
- Proximidade de núcleos populacionais mais desenvolvidos (Gouveia, Celorico da beira, Guarda...)

### Ameaças

- Tendência para o despovoamento dos espaços rurais
- Fraca dinâmica demográfica e estrutura etária envelhecida
- Debilidade dos sectores económicos tradicionais (agricultura, pastorícia, artesanato...)
- Forte dependência exterior
- Falta de manutenção das áreas envolventes das aldeias
- Dificuldade em concorrer com outros territórios pela atração de novos residentes e investidores
- Proximidade de núcleos populacionais mais desenvolvidos (Gouveia, Celorico da beira, Guarda...)
- Dificuldade na fixação e atracão de recursos humanos qualificados

### **Pontos fortes**

- Enquadramento regional
- Elevado nível de qualidade ambiental e paisagística
- Arquitetura de granito de grande qualidade
- Património construído e tradição arquitetónica
- Património natural
- História e tradição das aldeias
- As próprias populações, de carácter rural.
- Produtos regionais
- Gastronomia
- Atividades tradicionais com potencial turístico
- Locais de excelência para a prática de turismo rural, turismo cultural, turismo de natureza, turismo de aldeia
- Localização privilegiada no PNSE, permitindo o acesso rápido à serra da estrela, para a prática de desportos de inverno ou de natureza.
- Proximidade de núcleos populacionais mais desenvolvidos (Gouveia, Celorico da beira, Guarda...)
- Inserção na rede das “Aldeias de Montanha”
- Caracter inovador do Programa das “Aldeias de Montanha”
- Existência de locais para investimento
- Revalorização da imagem territorial.

### **Oportunidades**

- Aposta nacional no sector do turismo
- Procura crescente pelo turismo rural, turismo cultural, turismo de natureza, turismo de aldeia
- Atração de novos residentes
- Crescente procura pelos produtos regionais
- Aposta nacional e internacional em estratégias dirigidas para o viver saudável
- Incentivo à realização e implementação de eventos relacionados com a promoção, divulgação e valorização de produtos endógenos
- Utilização das novas tecnologias (TICs) como ferramentas promocionais e de divulgação
- Recuperação e adaptação de edifícios de interesse patrimonial a novas funcionalidades.
- Implementação de serviços de transportes
- O turismo como gerador de postos de trabalho e o aparecimento de novos serviços a ele associados.

### **Objetivos estratégicos**

- Promover desenvolvimento sustentado do território
- Incentivos a criação de emprego e a fixação da população,
- Reforço e diversificação das atividades económicas locais e tradicionais,
- Valorização dos recursos endógenos
- Dinamização da atividade turística
- Recuperar e preservar o Património Cultural, Natural e Contruído de cada Aldeia.

## 5.7 Principais Espaços e Construções - Guia turístico

Após toda a análise, procedeu-se à criação de pequenos guias turísticos para cada uma das aldeias, identificando cada um dos elementos de maior importância turística.

### 5.7.1 Guia turístico - Salgueirais

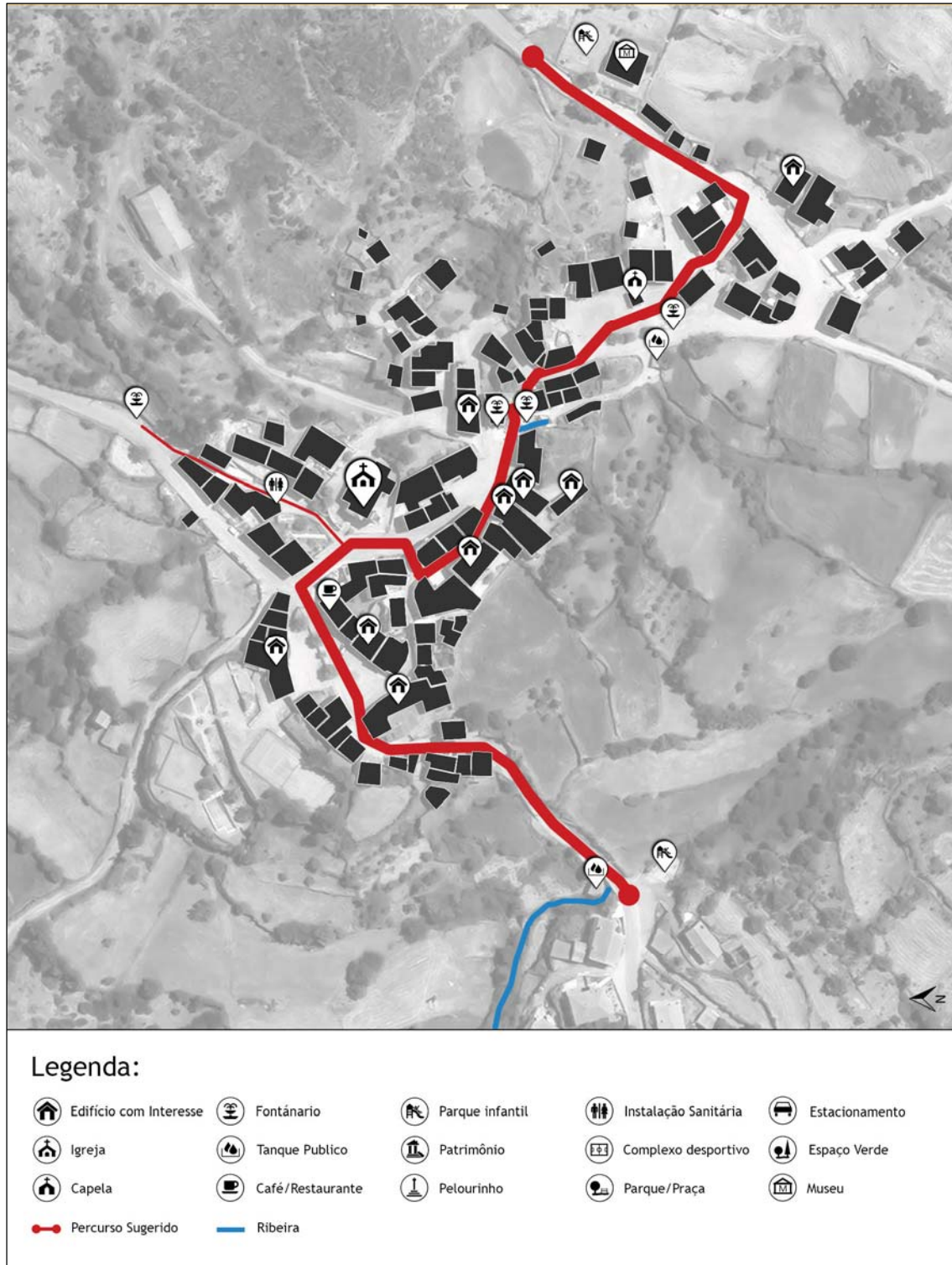


Figura 67 - Mapa turístico - Salgueirais (Autor, 2018)

### 5.7.2 Guia turístico - Figueiró da Serra

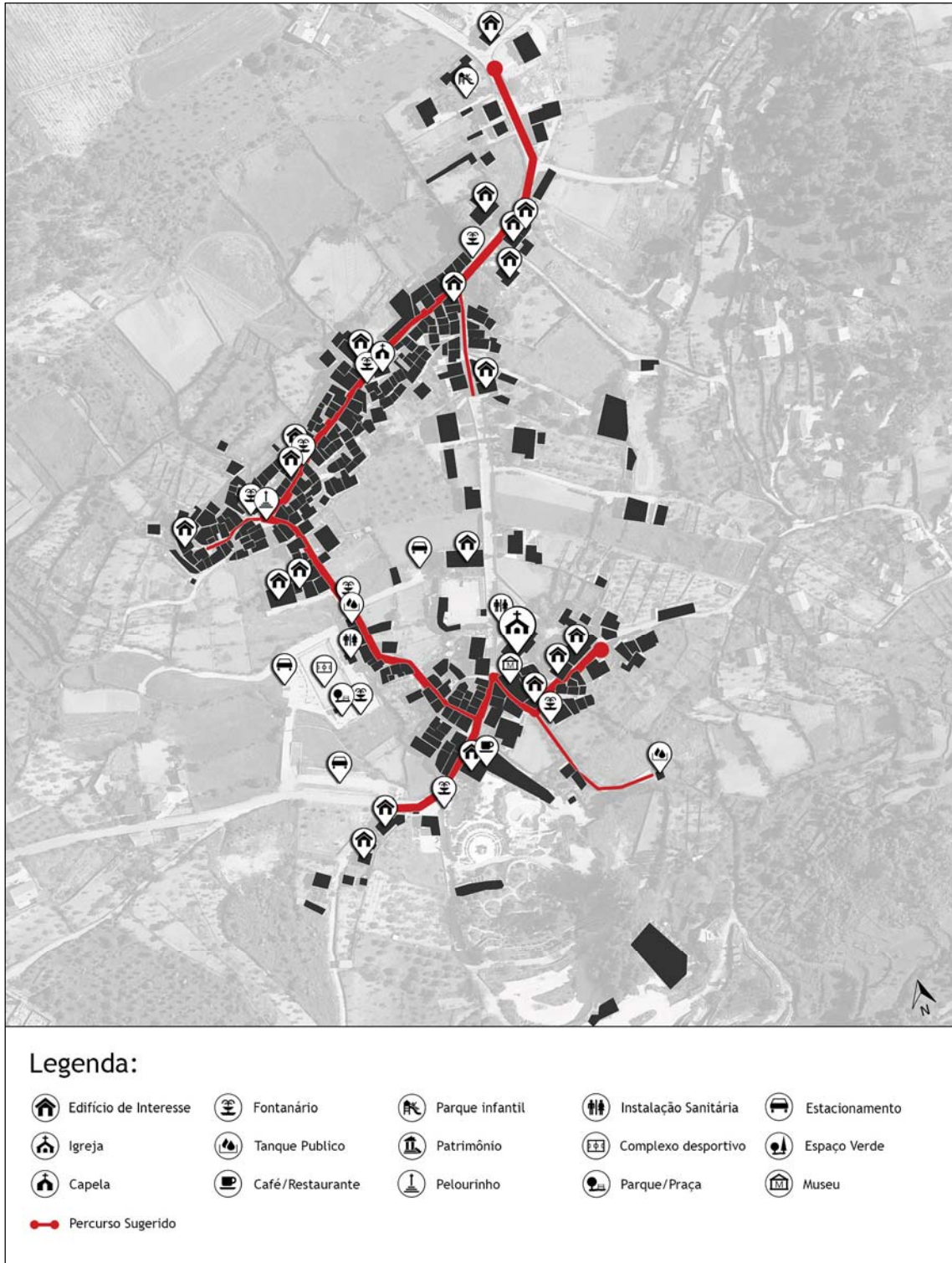


Figura 68 - Mapa turístico - Figueiró da Serra (Autor, 2018)

### 5.7.3 Guia turístico - Melo

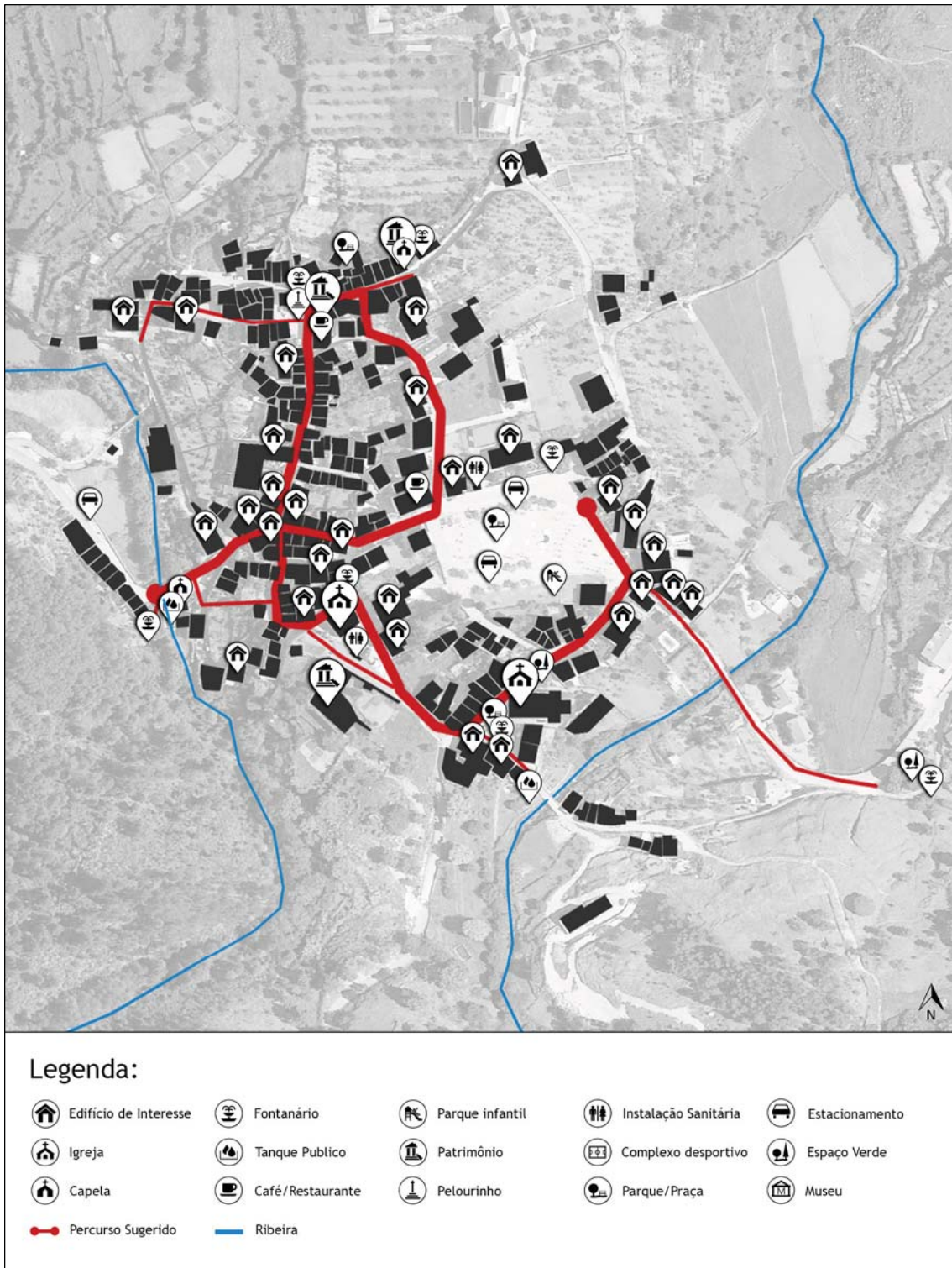


Figura 69 - Mapa turístico - Melo (Autor, 2018)

## 5.8 Reflexão crítica sobre o estado atual das aldeias

As aldeias já não vestem o que vestiam...

As aldeias nos dias de hoje, são locais pacatos, sem a fogueira dos tempos antigos, onde as pessoas se sentavam na soleira das portas, nos largos a falar umas com as outras e preto e branco. Hoje, a população fica dentro de casa a ver televisão, as crianças não brincam na rua, ninguém usa a rua, além dos automóveis e dos próprios sapatos.

A rua que antigamente era local de trocas comerciais, de lazer, de festas, de tudo, hoje em dia é apenas um caminho, que leva de um ponto a outro. Dos poucos que se ousam a usar a rua, cingem-se ao pequeno espaço junto a soleira da sua porta, na soleira da porta do vizinho, em pequenos bancos exteriores junto da sua habitação.

As suas habitações em pedra, que tanto orgulho ao dono dava aquando da sua construção, são vítimas da evolução dos tempos. Os proprietários não querem deixar de seguir as últimas tendências, por vezes inseridas pelo vizinho do lado, acabando por rebocar todas as fachadas. Como se não bastasse, surge por vezes a ideia, elaborada por uns, permitida por outros, que se deve contruir prédios junto destes aglomerados rurais, construções em altura, para várias famílias, que apesar de serem elementos pontuais, não apresentam qualquer lógica que permita compreender a necessidade do mesmo, quando inúmeros edifícios nas proximidades podiam servir o mesmo efeito, aproveitando o investimento feito, na reabilitação de antigas construções.

O campo, espaço que alimentou centenas de gerações durante os séculos, entra em decadência: não existe quem o queira trabalhar, nem existe quem queira investir numa agricultura tradicional ultrapassada. A base da economia rural destrói-se e com ela, destroem-se as aldeias. Sobram as pessoas de idade que não conseguiram escapar destes espaços meio esquecidos no interior do país, que independentemente das regras e programas criados, nunca voltam a ser o que já foram.

Contudo, devem as aldeias ser os espaços que já foram?

As aldeias são importantes elementos da tradição e cultura de cada país, são o berço da maioria da população, e deste ponto de vista as mesmas devem manter estas características. No entanto, estas características encontram-se deficitárias em relação as condições de vida atuais, e não são sustentáveis do ponto de vista da população a atrair. Ninguém procura viver em locais com as mínimas condições. Deste ponto de vista, as aldeias que se desenvolvam no sentido de preservar a cultura e tradições originais, vão depender em larga da escala do turismo, seja rural seja cultural, como principal motor da sua economia e de desenvolvimento. Pois estes serão os maiores investidores nestes espaços e os promotores do seu desenvolvimento total na direção da cultura patrimonial do local.

Ainda assim, é preciso compreender que esta não é uma solução universal. Não se pode esperar que o turismo seja o salvador de todas as aldeias. Muitas das aldeias espalhadas pelo país, não apresentam grandes motivos turísticos, são apenas aglomerados de pedras, segundo regras construtivas tradicionais.

É preciso mentalizar-se que nem tudo pode ser recuperado, e que por vezes não existe qualquer necessidade de recuperar tudo o que existe. Por vezes a qualidade de uma coisa existe pelo simples facto de a mesma ser rara. A conservação de dezenas ou centenas de aldeias “iguais” segundo este prisma, não pode ser feita da mesma forma para todas, pois o que resulta inicialmente numa, já será um critério gasto nas restantes. Se todas as aldeias dependerem do turismo como principal elemento de sustentação das economias, o valor residual resultante para cada aldeia, não será suficiente para a sustentabilidade económica de todas. É preciso analisar o que se vai desenvolver, e não focalizar numa única solução, passível de falha.

É necessário investir nas aldeias, contudo, o principal investimento que deve ser feito, deve ser feito do ponto de vista de melhorar as condições de quem lá vive, de forma a que queira permanecer, e que o passa-a-palavra funcione de motor de atração populacional. Sem melhorar as condições de vida das populações residentes, não se pode pensar em conservar o património. O património é conservado para quem vive e por quem vive, e como tal, é preciso preservar primeiro quem vive, pois só assim, se pode esperar que estes locais sobrevivam.

Nesta linha de raciocínio, o principal mecanismo para a salvaguarda da aldeia passa pela melhoria das condições de vida dos residentes, seja na fomentação e participação das obras de requalificação, controladas, e de forma a reaver a identidade da aldeia em edifícios já degradados, na atração de população que preencha a aldeia durante todo o ano, ficando a Recuperação histórica e patrimonial para segundo plano, não menos importante, mas do ponto de vista social, de menor importância que assegurar a qualidade de vida das populações.

Por exemplo, em Abinen, Suíça, é oferecido 21.000€ a quem se comprometer a mudar para a aldeia, e ficar lá pelo menos 10 anos, assim como emprego garantido, de forma a que a aldeia no interior rural suíço, não fique reduzida a 100 habitantes durante a época baixa do turismo neste espaço. As condições de vida estão asseguradas, o segundo passo, foi procurar preencher a aldeia, de modo a que a mesma seja autossustentável, e que a sua economia não viva exclusivamente do turismo. Contudo todo este investimento, apenas é efetuado, porque é uma aldeia com características históricas, culturais e turísticas que assim o justificam, e não apenas mais uma aldeia.

Para salvaguardar o futuro das aldeias em estudo, muito deve ser feito, começando pela melhoria das condições de vida dos principais usufruidores da aldeia, os residentes, e secundariamente os turistas. Criando novas praças, novos locais de convívio, novos comércio, novos serviços.

Uma das possíveis soluções para muitas das aldeias, de carácter mais rural e conciso, a ideia de “lar rural”. Da mesma forma que existe, aldeias que são vendidas na sua totalidade para a prática turística, como a criação de resorts rurais, hotéis rurais, a criação de aldeias que funcionassem como uma espécie de “lar difuso”, em que as pessoas poderiam ter a “sua casa”, contrastando com o principal entrave apresentado pela população mais idosa em abandonar o seu lar: ir viver para uma espécie de “hotel”, contudo sem sua privacidade. Com esta ideia, cria-se uma nova economia, e ao mesmo tempo, salvaguarda-se o património, criar-se emprego, comercio e serviços necessários desta prática.

Na Suíça, em Corippo por exemplo, existe o caso de uma aldeia em abandono, que no seu pico demográfico albergava 300 habitantes, valor que nos dias de hoje se vê reduzido a 12, com uma media de idades compreendida nos 75 anos, em que a solução proposta para o local passa pela transformação da aldeia numa espécie de “hotel difuso”, transformando toda a aldeia numa espécie de hotel, em que as pessoas possam reviver as praticas do local, presenciar a arquitetura local, e todas as restantes características do meio. Este exemplo, contudo não é caso isolado, uma vez que o mesmo foi precedido em Itália, em três aldeias distintas, como o caso de *Castello di Gargonza*, *Corte della Maestà* e em *Castello di Postignano*.



Figura 70 - Aldeia de Corippo, Suíça (In Telegraph, 2018)

Outra solução passa pelo fomento da agricultura tradicional, orgânica, que aos poucos vai surgindo, em oposição à agricultura intensiva, química e com produtos geneticamente alterados. Este tipo de agricultura vive nas aldeias, para as aldeias, e para o mundo. Este retomar às origens permite recuperar o património, recuperando praticas tradicionais, recuperar a imagem agrícola das aldeias, recuperar a economia das mesmas, criar postos de emprego, e ao mesmo tempo criar novas formas de turismo que devem ser aproveitadas, principalmente ligadas ao turismo em espaço rural, mais especificamente o Agroturismo.

Assim, apos a salvaguarda da economia local e das condições de vida dignas da população residente, deve-se pensar em devolver a imagem tradicional ao local, como forma de fomentar a atração turística e populacional, desenvolvendo ainda mais a economia.

Neste ponto, é preciso encarar as aldeias como elas o são, umas mais que outras, vítimas das alterações pontuais que foram ocorrendo durante os anos. A criação do manual de boas praticas

tem como objetivo o auxílio à recuperação da imagem destas aldeias graníticas, segundo princípios tradicionais. Deve-se recuperar o que deve ser recuperado, e demolir o que deve ser demolido. Há casos e casos de edifícios dissonantes em relação à imagem da aldeia, e uns casos podem facilmente ser resolvidos, apenas substituindo o acabamento da fachada, ou apenas o removendo, expondo o granito que tanto deu a estas aldeias. Noutros casos, tem que se ser pragmático, levando à demolição do edifício, sem qualquer interesse arquitetónico para a aldeia, como os prédios e grandes edifícios em granito contruídos no núcleo de cada uma destas aldeias.

A imagem destas aldeias depende muito dos seus edifícios e da forma como estes se desenvolvem e apresentam na paisagem, são pedras de montanha, das características das suas populações, que aos poucos se perdem, esquecendo-se costumes, tradições, artifícios.

É extrema importância que a população residente se empenhe em manter a imagem das suas aldeias, nas discussões sobre a evolução da aldeia, das necessidades das mesmas, pois, ninguém melhor que os próprios residentes para mencionar os problemas existentes, e não apenas quem por motivos profissionais é incumbido de avaliar os problemas existentes nas aldeias. Por vezes, com pouco se pode fazer muito, contudo é preciso ouvir as pessoas corretas.

É preciso pensar globalmente, interagir regionalmente e atuar localmente.

## **CAPÍTULO 6 - Guia de Boas Práticas para Revitalização das Aldeias de Montanha**

Manual de Boas Práticas e regras, acessível e de fácil leitura e aplicação



# Índice

<b>CAPÍTULO 1 - Enquadramento</b>	<b>153</b>
1.1 Introdução	155
1.2 Enquadramento legal	156
<b>CAPÍTULO 2 - Manual de Boas Praticas: O Edificado</b>	<b>159</b>
2.1 Vãos	161
2.1.1 Janelas e caixilharias	161
2.1.2 Portas	162
2.1.3 Molduras de vãos	164
2.1.4 Obscurecimento de vãos	166
2.1.5 Portões	167
2.2 Elementos de ferro	168
2.2.1 Guarda-Corpos	168
2.2.2 Pinhas decorativas e corrimão	169
2.2.3 Ferragens - Batentes, fechaduras, puxadores e campainhas	170
2.3 Coberturas	171
2.3.1 Telhas	171
2.3.2 Beirados	172
2.3.3 Trapeiras	173
2.3.4 Caleiras e tubos de queda	175
2.3.5 Chaminés	176
2.4 Fachadas	177
2.4.1 Acabamentos	177
2.4.2 Embasamentos	179
2.4.3 Varandas	180
2.4.4 Caixas de correio	181
2.4.5 Números de polícia	183
2.4.6 Caixas técnicas de eletricidade, gaz e água	184
2.4.7 Aparelhos de ar condicionado	185
2.4.8 Cabos elétricos e telefone	186
2.5 Operações construtivas	187
2.5.1 Demolições	187
2.5.2 Reconstruções	187
2.5.3 Ampliações	187
2.5.4 Construções de raiz	188

2.6	Recomendações finais de intervenção no edificado	189
<b>CAPÍTULO 3 - Manual de Boas Praticas: Não Edificado</b>		<b>191</b>
3.1	Espaços públicos	193
3.1.1	Praças / Espaços Verdes	193
3.1.2	Ruas e Quelhas	194
3.1.3	Valas de passagem de água / Ligação entre a rua e a habitação	195
3.1.4	Espaços de estacionamento	196
3.1.5	Passeios	197
3.2	Mobiliário Urbano	199
3.2.1	Caixas técnicas de telecomunicações, águas e elétricas	199
3.2.2	Fios de eletricidade e telefónicos	200
3.2.3	Nomes e numeração das ruas	201
3.2.4	Candeeiros de iluminação publica	202
3.2.5	Bancos e encostos	203
3.2.6	Paragens de autocarro	205
3.2.7	Fontes, bebedouros e lavadouros	206
3.2.8	Elementos de ornamentação.	207
3.2.9	Infraestruturas de recolha de lixo, papeleiras	208
3.2.10.	Sinalética	209
3.3	Resumo final Não edificado	210
3.3.1	Património Paisagístico	210
3.3.2	Património Urbanístico	210
3.3.3	Mobilidade reduzida	212
<b>CAPÍTULO 4 - Propostas</b>		<b>213</b>
4.1	Peças Elaboradas	215
Mobiliário Urbano		
	Folha 1 - Proposta Paragem de Autocarro	217
	Folha 2 - Proposta Sofá de Pedra	219
	Folha 3 - Proposta Banco e arrumo de bicicleta	221
	Folha 4 - Proposta Recolha do lixo - 1	223
	Folha 5 - Proposta Recolha do lixo - 2	225
	Folha 6 - Proposta Sinalética	227
Edificado		
	Folha 7 - Proposta Caixa do Correio	229
	Folha 8 - Proposta Ar Condicionado - 1 (Zona janela)	231
	Folha 9 - Proposta Ar Condicionado - 2 (Zona porta)	233

## **CAPÍTULO 1 - Enquadramento**



## 1.1 Introdução

O objetivo deste guia, é disponibilizar aos proprietários, construtores ou outros intervenientes nos processos de reabilitação dos edifícios das aldeias de montanha, mais propriamente para aldeias de montanha exclusivamente graníticas, os conhecimentos mínimos para intervenção nos edifícios antigos, evitando erros que, embora possam parecer de pormenor, são por vezes responsáveis pela adulteração dos edifícios e pela sua desvalorização enquanto património arquitetónico, cultural e histórico.

Com a preservação da imagem, associada ao turismo e ao comércio, privilegia-se a arquitetura tradicional e a envolvente paisagística, podendo fomentar estas aldeias, numa perspetiva dinâmica de desenvolvimento socioeconómico, contribuindo para a revitalização da aldeia, da melhoria da qualidade de vida dos residentes, e para quem a visita.

Como base para a elaboração deste manual de boas práticas, esteve o levantamento de elementos construtivos e arquitetónicos característicos de edifícios antigos dos centros históricos destas aldeias, representados por ilustrações e fotografias, tendo sido agrupados em quatro áreas: Vãos, elementos em Ferro, Coberturas, e elementos nas fachadas.

Serão apresentados vários exemplos de boas e más práticas de reabilitação, sendo um mau exemplo, considerada uma má solução, e um bom exemplo, uma boa solução.

Objetivos principais do manual de boas práticas:

- Salvar as preexistências do tecido urbano e os edifícios tradicionais.
- Valorizar e preservar o tradicional preexistente.
- Corrigir dissonâncias.
- Valorizar, preservar, e se necessário, adaptar o espaço público não construído.
- Assegurar a ligação da aldeia à paisagem envolvente.
- Devolver a identidade de “Aldeia de Montanha” às aldeias.

## 1.2 Enquadramento legal

A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável e a garantia, para todos, de uma habitação condigna. Contudo as políticas desenvolvidas apenas se direcionam à zona mais litoral e às grandes cidades do país, esquecendo todo o interior rural. Contudo, e apesar do esquecimento em relação as zonas rurais, em Portugal, a reabilitação do edificado apenas representa 6.5% do total da atividade do setor da construção, aquém da média europeia, que se situa nos 37%. De acordo com os censos de 2011, existem cerca de dois milhões de fogos a necessitar de recuperação, representando 34% do edificado nacional. (Decreto-Lei. nº54/2014).

Ao longo das últimas décadas, e como forma de agilizar todo o processo de reabilitação, foram surgindo vários decretos leis, que se destacam:

- O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de Agosto, que visa flexibilizar e simplificar os procedimentos de criação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e regular a reabilitação urbana de edifícios ou frações, ainda que localizados fora de áreas de reabilitação urbana, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique uma intervenção de reabilitação destinada a conferir-lhes adequadas características de desempenho e de segurança. (Decreto-Lei nº32/2012).
- O Regime Excecional para a Reabilitação Urbana, Decreto-Lei n.º 53/2014 de 8 de abril, em que constitui um regime excecional e temporário, em vigor até 9 de abril de 2021 aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional. Evidenciam-se os artigos n.º 3 a 8 do Decreto-Lei, onde dispensa de aplicação, quando devidamente justificada, de alguns requisitos legais, particularmente: (Decreto-Lei n.º 54/2014).
  - Dispensa de aplicação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas
  - Dispensa de aplicação do regime legal de acessibilidades
  - Dispensa de aplicação de requisitos acústicos
  - Requisitos de eficiência energética e qualidade térmica
  - Instalação de infraestrutura de gás e telecomunicações

As aldeias em estudo inserem-se, no perímetro do Parque Natural da Serra da Estrela - Perímetros Urbanos, conforme estabelecido no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (Figura 20), na área de intervenção do POPNSE, a realização de qualquer operação urbanística deve obedecer ao regime de proteção definido em cada tipo de área, atendendo a critérios de qualidade ambiental e de integração paisagística, contudo, de acordo com o artigo 25º do regulamento do POPNSE excetuam-se:

1. As áreas não abrangidas pelo regime de proteção, que se encontram assinaladas na planta de síntese, são aquelas em que não é aplicado qualquer nível de proteção previsto no presente Regulamento.
2. As áreas referidas no número anterior coincidem com os perímetros urbanos definidos nos planos municipais de ordenamento do território e com os aglomerados rurais identificados na planta de síntese.
3. Nas áreas não abrangidas por regimes de proteção são aplicáveis os parâmetros de edificabilidade definidos nos planos municipais de ordenamento do território.
4. A ampliação dos perímetros urbanos existentes à data de entrada em vigor do POPNSE ou a criação de áreas industriais que incida sobre áreas sujeitas a regime de proteção está sujeita a parecer do ICNB, I. P., não podendo resultar em diminuição das áreas de proteção parcial.
5. Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 75.º-C do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, na área de intervenção do POPNSE, o ICNB, I. P., é considerado uma entidade à qual interessam os efeitos ambientais resultantes da aprovação de planos de urbanização ou de planos de pormenor.

Contudo, segundo o Artigo 30.º do presente documento, as edificações:

1. Na área de intervenção do POPNSE, a realização de quaisquer edificações deve obedecer ao regime de proteção definido em cada tipo de área, atendendo a critérios de qualidade ambiental e de integração paisagística.
2. Os projetos das edificações devem respeitar os valores paisagísticos do local em que se inserem.
3. São obrigatórios a recuperação e o tratamento paisagístico das áreas alteradas pelas obras de edificação.
4. Os projetos são acompanhados, além do disposto na legislação aplicável, dos seguintes elementos:
  - A. Inventariação dos valores naturais afetados com a execução dos trabalhos;

B. Estudo de integração paisagística à escala adequada.

5. As novas edificações fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, as regras definidas no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios respetivo ou, se este não existir, a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.

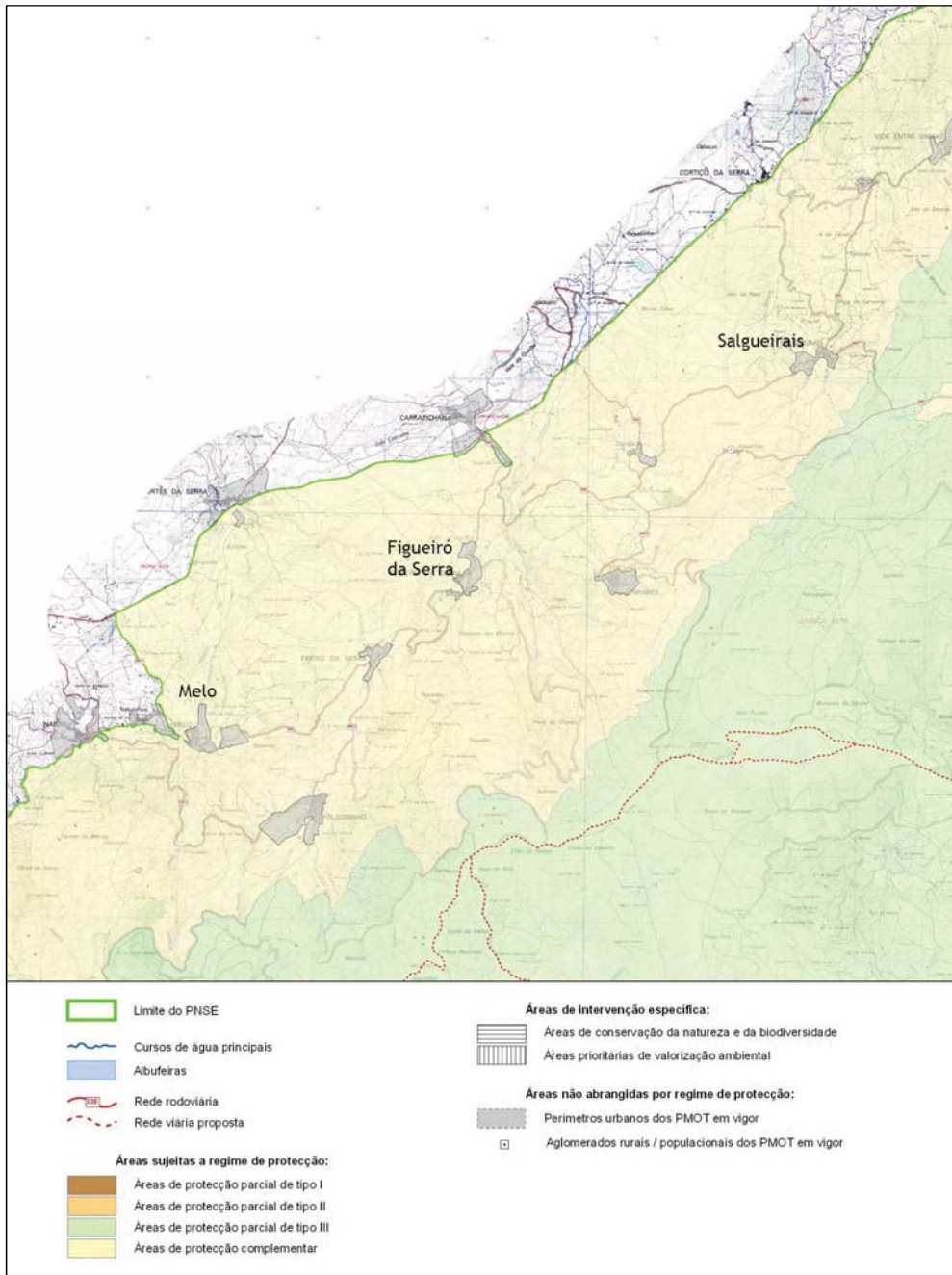


Figura 71 - Extrato adaptado da Planta de Síntese do POPNSE (ICNF, 2008)

## **CAPÍTULO 2 - Manual de Boas Práticas:**

### **O Edificado**



## 2.1 Vãos

### 2.1.1 Janelas e Caixilharias

Nos edifícios dos centros históricos das “aldeias de montanha”, a caixilharia original é em madeira, de diferentes cores, tipos e desenhos, e colocada à face exterior das paredes.

#### Maus exemplos



Caixilharia em alumínio, afastamento da janela em relação ao exterior da parede, janelas de correr.

#### Bons exemplos



Caixilharia tradicional em madeira, com aros pintados de cores diferentes, ou, apenas cor madeira, colocados junto à face exterior da parede.

## 2.1.2 Portas

Nos edifícios dos centros históricos das “aldeias de montanha”, as portas tradicionais são em madeira, de diferentes cores, tipos e desenhos. E colocadas pelo interior da parede.

### Maus exemplos



Utilização de portas em Aço ou Alumínio lacado, por vezes envidraçada e em alumínio adonizado à cor que o proprietário assim escolha.

### Bons exemplos



Portas tradicionais em madeira.

### **Diretrizes a ter em conta:**

- Nas recuperações as portas e caixilharias existentes, manter as mesmas com a cor original da mesma. No caso da necessidade de substituir a mesma, deve-se utilizar madeira e refazer o desenho original.
- Nas renovações, deve-se recuperar o tipo e desenho das portas e janelas existentes.
- Não é permitido utilizar janelas ou portas de correr, salvo os casos que as casas originais as tenham.
- Não substituir as portas e/ou janelas por outras de outro material e de desenho incorreto.
- O vidro não deve ser espelhado.
- Não se deve utilizar portas e janelas de alumínio anodizado à cor natural, preto, bronze ou verde. Os caixilhos, bem como as portadas e postigos interiores devem ser mantidos. Não se deve utilizar janelas de correr, salvo casos que a original já o seja, bem como portadas exteriores, estores e gradeamentos a não ser os tradicionais.

### 2.1.3 Molduras de vãos

Nos edifícios dos centros históricos das “aldeias de montanha”, não existe qualquer tipo de moldura nos vãos, sendo a própria fachada a englobar a janela, apenas existindo uma pedra maciça por cima da mesma, sendo assim, não se deve usar qualquer moldura nos vãos, salvo casos em que a casa original já a possua.

#### Maus exemplos



Molduras inexistentes adicionadas posteriori / Molduras pintadas.

#### Bons exemplos



Cantaria inexistente, ou em pedra maciça.

#### Diretrizes a ter em conta:

- Não sendo possível recuperar as cantarias, as mesmas deveram ser substituídas por outras em granito, segundo o esquema, dimensões e o desenho original.
- Não é permitido a utilização material diferente do original.
- Não se pode revestir ou pintar as cantarias.

- Em caso de existência, as molduras originais em madeira devem ser tratadas e pintadas com a cor original. Em caso de ser preciso a sua substituição, devem ser substituídas por umas de material igual.
- Não se deve alterar o desenho e proporção das molduras dos vãos.
- Deve-se manter as molduras originais, sempre que possível, mesmo que apresentem imperfeições, devidas ao desgaste provocado pelo tempo.

### 2.1.4 Obscurecimento de vãos

Nos edifícios dos centros históricos das “aldeias de montanha”, os dispositivos de obscurecimento de vãos, se existentes eram utilizados pelo interior, assim sendo, qualquer estore ou portada exterior não é permitida, e se existente deve ser substituída por uma portada interior em madeira.

#### Maus exemplos



Portadas e estores exteriores.

#### Bons exemplos



Obscurecimento feito por portadas interiores.

#### Diretrizes a ter em conta:

- Nas recuperações, as portadas interiores devem ser mantidas, e de preferência em madeira.
- Não se deve utilizar estores ou portadas exteriores.

### 2.1.5 Portões

Nos edifícios dos centros históricos das “aldeias de montanha”, a existência de portões era muito diminuta, uma vez que as casas desenvolviam em profundidade, e o uso dos mesmos era relegado, geralmente, para edifícios de maiores dimensões e importância, para acesso a viaturas de tração animal. Contudo, com a necessidade de adaptar esses portões a garagens, deve-se manter o desenho original dos mesmos, em ferro ou madeira.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



Portões de desenho tradicional em madeira ou ferro.

#### Diretrizes a ter em conta:

- Os portões originais devem ser preservados, mantendo o material, configuração desenho e cor original.
- Não se deve utilizar portões de enrolar ou seccionados.

## 2.2 Elementos em ferro

### 2.2.1 Guarda Corpos

Os guarda-corpos, são elementos funcionais e decorativos que contribuem para a definição e imagem e individualidade dos edifícios. A sua beleza pode resultar da sua simplicidade, como de um desenho mais elaborado, como acontece em várias casas pelas aldeias analisadas. Os guarda-corpos, quando degradados, tendem a perder os elementos mais frágeis, como as peças em madeira que os rematam superiormente, ou as pinhas em vidro ou ferro, colocadas nos cantos, ao recuperar os mesmos, deve-se tentar repor estes elementos.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- Preservar as guardas em ferro e não alterar a sua imagem original.
- Pintar as guardas de acordo com a cor original.
- Não se deve substituir os Guarda-Corpos por elementos de betão.

### 2.2.2 Pinhas decorativas e corrimão

Os guarda-corpos, quando degradados, tendem a perder os elementos mais frágeis, como as pinhas em vidro ou ferro, colocadas nos cantos. Ao recuperar os guarda-corpos devem-se procurar repor-se estes elementos característicos.

#### Exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- Preservar as pinhas decorativas e guardas de ferro originais.
- Quando reabilitadas os guarda-corpos, deve-se procurar repor os elementos decorativos, caso os mesmos existam originalmente.

### 2.2.3 Ferragens - Batentes, fechaduras, puxadores e Campainhas

As fachadas destes edifícios mais antigos, caracterizam-se pela existência de alguns elementos como ferragens de portas e janelas, batentes, puxadores, entre outros. Estes elementos tendem a desaparecer quando os edifícios são reabilitados.

A ausência ou a substituição destes elementos por outros mais comuns, contribuem para a descaracterização dos edifícios, e em coletivo para a perda de identidade da aldeia.

#### Exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- Utilizar ou reutilizar sempre que possível os batentes tradicionais como forma de individualizar as diferentes construções.
- Ao utilizar campainhas, as mesmas devem ter um desenho simples e cuidado, e contruídas com materiais de qualidade.
- As fechaduras e puxadores devem tentar inserir-se num carácter mais tradicional, se não for possível, o desenho das mesmas deve ser simples e cuidado, e contruídas com materiais de qualidade.

## 2.3 - Coberturas

No centro destas aldeias de montanha, praticamente em todos os edifícios, a cobertura é constituída por telha cerâmica. Os telhados apresentam-se com beirados.

### 2.3.1 Telhas

A maior parte das coberturas dos edifícios antigos, a telha utilizada é a telha canudo, de dimensões e coloração irregular, resultado do modo de produção artesanal. A partir do início do século XX, surgem outro tipo de telhas, como a marselha, ou a telha lusa, que se baseia no desenho da telha de canudo.



Telha canudo



Telha lusa



Telha marselha

#### Diretrizes a ter em conta:

- Nas coberturas deve ser mantido o tipo de telha original.
- Nunca se devera trocar o tipo de telha por uma outra.

### 2.3.2 Beirados

Os beirados são elementos fundamentais na finalização do edificado. Como tal, devem-se promover os beirados tradicionais, em telha de canudo, podendo existir uma sub-beira simples.

#### Maus exemplos



Beirados em Chapa metálica / Beirados em telha de canudo com pouca projeção / Beirados em telha marselha e cimalha ornamental / Beirados com telha lusa / Beirados em Telha marselha.

#### Bons exemplos



Beirados em telha de canudo / Beirado com sub-beira simples.

#### Diretrizes a ter em conta:

- Os beirados devem ser mantidos de acordo com a sua forma original.
- As telhas não devem ser pintadas.
- Em caso de desgaste das telhas, as mesmas devem ser substituídas por umas da mesma cor e estilo.
- Nos edifícios com beirados, não se deve introduzir cimalthas ou platibandas.

### 2.3.3 Trapeiras

Em vários telhados das aldeias, existem janelas que se designam por trapeiras, que podem ser de vários tipos:

Relativamente ao tipo de cobertura apresentam-se:

- Trapeiras com cobertura em telha de canudo.
- Trapeiras com cobertura em telha Marselha com ou sem lambrequins.
- Trapeiras com frontão e cimalha.

Quanto às paredes, as trapeiras podem apresentar:

- Parede de alvenaria rebocada e pintada.
- Parede revestida em lousa, formando escamas.
- Parede revestida em telha de canudo.
- Parede revestida em chapa ondulada, pintada.
- Parede revestida em chapa zincada.

## Maus exemplos



## Bons exemplos



## Diretrizes a ter em conta:

- A trapeira deve ser inserida corretamente na cobertura.
- A trapeira deve manter a mesma forma, o tipo de telha, os revestimentos e as caixilharias originais.

### 2.3.4 Caleiras e tubos de queda

Nos edifícios do centro histórico destas aldeias, o escoamento das águas pluviais proveniente dos telhados é feito, na sua maioria, diretamente do telhado para o espaço público. Contudo com o tempo alguns edifícios foram optando pela utilização de caleiras e tubos de queda para o efeito, devendo as mesmas ser em forma de meia cana, em chapa de zinco, apoiada com um suporte em ferro. Os tubos de queda, são também em zinco, e de secção circular.

#### Maus exemplos



Caleiras nervuradas / Tubos de queda de secção retangular / Caleira e tubo de queda em Cores diferentes.

#### Bons exemplos



Caleiras em meia-cana com tudo de queda de secção circular, ambos da mesma cor.

#### Diretrizes a ter em conta:

- Não se deve colocar caleiras em chapa nervurada e tubos de queda de secção que não seja circular.
- A cor das caleiras e do tubo de queda, devem ser pintadas na cor original ou tradicional, ou manter a cor natural do zinco, e ambos os elementos devem apresentar a mesma cor.

### 2.3.5 Chaminés

As chaminés são um elemento característico de cada casa, podem apresentar várias formas, mais simples, ou mais trabalhadas, dependendo da época em que a construção foi feita, contribuindo para a identidade individual do edifício. É importante que as mesmas sejam preservadas, mesmo quando há a necessidade de reconstruir as coberturas.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- A chaminé existente deve ser preservada.
- Não sendo possível a preservação ou recuperação, a mesma deve ser reproduzida, desde a forma original à dimensão e respetivos remates.
- Não se deve utilizar chaminés pre-contruídas.
- Não se deve utilizar chaminés com topo plano.

## 2.4 - Fachadas

### 2.4.1 Acabamentos

No centro destas aldeias de montanha, praticamente em todos os edifícios ainda com a traça arquitetónica tradicional as fachadas são em pedra de granito à vista. Esta identidade granítica e vernacular deve ser mantida, sempre que possível.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- As características arquitetónicas das fachadas devem ser mantidas e preservadas.
- Deve-se manter e/ou recuperar sempre que possível, as paredes exteriores em granito, quando fazem parte da construção original.
- No revestimento exterior das fachadas devese evitar:
  - I. Materiais cerâmicos ou azulejos.
  - II. Rebocos texturados.

- III. Imitações de pedra.
- IV. Aglomerados ou outros materiais sintéticos.
- V. Aplicação de pedras ornamentais polidas nas fachadas..

## 2.4.2 Embasamentos

Os edifícios destas aldeias, tradicionalmente não apresentam qualquer tipo de embasamento, como tal, os edifícios em granito, devem manter o granito em toda a sua fachada sem qualquer tipo de embasamento. No entanto nos edifícios que apresentam embasamento, deve-se utilizar embasamentos em pedra, ou a cor tradicional.

### Maus exemplos



### Bons exemplos



### Diretrizes a ter em conta:

- Manter os embasamentos em pedra, e recuperá-los.
- Não substituir os embasamentos em pedra, por outro material.
- Manter os embasamentos pintados, se existentes, nas cores originais.
- Em caso de pintura, não utilizar tintas plásticas ou texturadas.

### 2.4.3 Varandas

Nestas aldeias de montanha, no caso de existência de varanda, a mesma é sempre feita em granito, notando-se a sua ligação com a fachada, como tal esta varanda deve ser preservada, porque faz parte da identidade do edifício. Na necessidade de construção de uma varanda em granito, a mesma deve ser efetuada de forma a imitar a varanda granítica.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- Manter as varandas em granito, e preservá-las.
- Não rebocar a varanda granítica nem utilizar elementos de betão nas mesmas.
- Quando a varanda não reúne as condições de segurança, a mesma deve ser reconstruída, utilizando os materiais originais.

## 2.4.4 Caixas de correio

Em edifícios antigos, a entrega do correio era efetuada através de ranhuras colocadas nas portas de entrada, que geralmente tinham no seu interior, a caixa do correio. Quando reabilitados, e na maioria dos casos, este tipo de ranhura é esquecida, acabando-se por colocar a caixa de correio na fachada do edifício.

A colocação desta caixa é feita, geralmente, sem qualquer critério, aparecendo por vezes, no mesmo edifício várias caixas de correio, de vários modelos e cores, contribuindo para a descaracterização da fachada.

### Maus exemplos



### Bons exemplos



### Sugestões (Autoria própria)



**Diretrizes a ter em conta:**

- Não fixar caixas de correio nas fachadas do edifício.
- Embutir as caixas de correio nas paredes do edifício ou no interior das portas, com acesso através de ranhuras feitas pelo exterior da porta.

## 2.4.5 Número de polícia

Os números de polícia, na sua maioria, são colocados por cima da porta, e ao centro do lintel.

Nas construções e intervenções mais recetes, os números de polícia são executados sem qualquer critério, e com desenhos desadequados, utilizando peças normalizadas, devendo estes casos serem corrigidos assim que possível, de forma a uniformizar a informação por todas as aldeias.

### Maus exemplos



Evitar a utilização de números de desenho normalizado.

### Bons exemplos



### Diretrizes a ter em conta:

- Na reabilitação dos edifícios deve-se preservar, caso seja possível, as chapas de identificação com o número de polícia.
- Caso haja alteração do número de polícia ou a preservação do mesmo seja impossível, deve-se optar por uma chapa com números recortados em aço inox.

### 2.4.6 Caixas técnicas de eletricidade, gás e água

Nos dias de hoje é imprescindível a introdução de elementos nos edifícios antigo que na sua génese não existiam. As caixas técnicas de eletricidade, gás e água, devem ser integradas e compatibilizadas com os restantes elementos da fachada.

Quanto maior o número de fogos, mais elementos são colocados nas fachadas, desvirtuando a imagem do edifício.

#### Exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- Deve-se procurar embutir as caixas das infraestruturas nas paredes, e colocando uma porta de acesso á face da parede, e pintada à cor da mesma ou em chapa metálica.
- Em casos de edifícios de granito, deve-se optar por uma porta revestida a granito.

## 2.4.7 Aparelhos de ar condicionado

Apesar de serem poucos os casos existentes nas aldeias, se for necessário a instalação de ar condicionado, o mesmo deve ser instalado em zonas em que a visibilidade do mesmo seja reduzida ou nula.

### Exemplos



### Sugestões (Autoria própria)



### Diretrizes a ter em conta:

- A instalação de ar condicionado deve ser feita em zonas não visíveis dos edifícios.
- Caso não seja possível a instalação do ar condicionado em locais ocultos à vista dos espaços públicos, os mesmos devem ser ocultados na parede ou num vão com uma grelha discreta.
- Criação de zonas específicas para a instalação dos mesmos, como nos exemplos sugeridos.

### 2.4.8 Cabos elétricos e de telefone

Os cabos elétricos e/ou de telefone, são elementos dissonantes, descaracterizando os edifícios. Deve-se ocultar a mesma, de forma a limpar a imagem do alçado do edifício.

#### Exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- Promover a passagem subterrânea dos cabos elétricos e de telefone.
- Caso não seja possível, os mesmos devem ser agregados, ou criar tubos técnicos nas paredes para passagem do mesmo pelos locais mais ocultos.

## 2.5 - Operações Construtivas

### 2.5.1 Demolições

Não demolir edifícios de arquitetura tradicional, salvo casos em que o edifício não é passível de recuperação ou articulação as necessidades do proprietário.

Poderá proceder-se à demolição de:

- Construções abarracadas ou anexos em dissonância com a envolvente.
- Edifícios, ou parte destes, quando o mesmo apresente estado de derrocada iminente e não seja possível salvaguardar o mesmo de imediato, constituindo um problema de segurança pública.
- Edifícios em ruína e sem viabilidade de recuperação confirmada.

### 2.5.2 Reconstruções

Os edifícios tradicionais alvo de obras de reabilitação devem:

- Cumprir com a volumetria e forma pré-existente.
- Utilizar o mesmo tipo de cobertura do edifício tradicional.
- Repetir a fachada inicial, se a mesma for alvo de obras de reabilitação, mantendo todos os elementos a esta inerentes, iguais ou semelhantes aos originais, e segundo os critérios definidos inicialmente no manual de boas praticas.
- Na possibilidade da existência de elementos dissonantes, e se os mesmos não forem um pormenor notável do edifício, o mesmo deve ser removido ou enquadrado.

### 2.5.3 Ampliações

Os edifícios tradicionais e alvo de obras de reabilitação e ampliação que se justifiquem, devem:

- Tentar integrar os elementos estruturais e formas construtivas do original, sempre que possível.
- Na impossibilidade de repetição das formas construtivas iniciais, deve-se proceder à ampliação de forma a que a traça tradicional do edifício não seja comprometida, mas sim valorizada.

#### 2.5.4 Construções de raiz

As construções de raiz se contruídas em no núcleo histórico, ou onde se procedeu à demolição de um edifício recriar a traça original do edifício, caso não seja possível, estas construções devem procurar inserir-se o mais harmoniosamente possível na envolvente, utilizando preferencialmente materiais do local, assim como técnicas tradicionais e contemporâneas.

Estes edifícios como tal, devem:

- Seguir os alinhamentos definidos pelas construções existentes.
- Ter a mesma altura, ou uma altura que se justifique na envolvente em que se insere.
- Apresentar uma volumetria semelhante à envolvente, ou que se enquadre na mesma.
- Utilizar materiais locais, neste caso o granito como elemento principal.

Ao nível das coberturas devem:

- Apresentar um tipo de coberturas igual à envolvente, neste caso, cobertura inclinada em telha cerâmica.
- As chaminés devem seguir um esquema simples e harmonioso.

As fachadas devem:

- Manter o esquema predominante em toda a aldeia, e em coerência com a envolvente.
- Se possível, serem contruídas em granito, ou o acabamento da mesma em granito, e o mesmo não deve ser polido.
- Caso não seja possível a construção em granito ou o acabamento granítico, a fachada deve optar por um esquema simples, utilizando para isso, uma paleta de cores simples e em harmonia com a envolvente.
- Não devem existir cunhais, socos ou pilastras, uma vez que estes elementos não fazem parte da arquitetura tradicional destas aldeias.

Os vãos devem:

- Manter o esquema e formato predominante em toda a aldeia, e em coerência com a envolvente.
- Não se deve utilizar portadas ou estares exteriores.
- Utilizar portadas interiores em madeira.
- Na existência de peitoril, o mesmo deve ser feito em granito.

- A guarda dos vãos, se existente, deve ser feita de acordo com as existentes na envolvente
- A guarda dos vãos deve ser feita utilizando os materiais tradicionais da aldeia.

As portas e janelas devem:

- Ser de abrir e não de correr
- Ser de madeira, ou em alumínio Termolacado castanho ou uma cor que não destoe na envolvente.
- Não se deve utilizar um vidro espelhado, rugoso ou martelado.

Equipamentos exteriores de aquecimento/arrefecimento devem:

- Ser colocadas em locais fora da vista pública, nos locais obrigatoriamente já previstos.

Equipamentos de energia solar devem:

- Ser colocados em locais em que a sua visibilidade seja reduzida e em contacto com a cobertura.

Instalação eletrónica e Telefónica deve:

- Ser colocada subterraneamente, para que a mesma não seja visível do espaço público.

## **2.6 Recomendações finais de intervenção no edificado**

A história e a tradição do edifício, e da aldeia são elementos de extrema importância, como tal, a intervenção deve ter em conta estes critérios, e fomentar a identidade da mesma. Deve-se procurar manter a identidade e autenticidade de cada edifício. Como tal deve-se:

- Observar e interiorizar antes de intervir;
- Respeitar a autenticidade do objeto a intervir;
- As intervenções devem afetar o mínimo possível o existente;
- Respeitar as características únicas de cada edifício;
- Reparar em vez de substituir.



## **CAPÍTULO 3 - Manual de Boas Práticas:**

### **Não Edificado**



## 3.1 Espaços Públicos

### 3.1.1 Praças / Espaços verdes

Os jardins são elementos importantes para a imagem de qualquer local. São elementos de ligação à natureza, que apesar de estas aldeias se localizarem em pleno Parque Natural da Serra, são importantes elementos para o lazer público. Contudo, nem sempre são pensados da melhor maneira, introduzem-se espécies que não pertencem ao local. Impermeabiliza-se grande parte do espaço, com excepção dos pequenos canteiros.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- Deve-se utilizar espécies arbóreas do local.
- Evitar a impermeabilização do espaço.
- Preservar e manter o espaço em bom estado.
- Os elementos naturais que ponham em causa a segurança pública devem ser removidas. (exemplo: perigo de queda ou obstrução da circulação).
- Os locais devem ser de fácil manutenção, e utilizar plantas que perfumem o local.

### 3.1.2 Ruas e Quelhas

As ruas assim como o resto dos elementos que compõem a aldeia, sejam pedonais, ou viárias, contribuem para a imagem do próprio local, e como tal devem ser tratadas como um elemento importante para a caracterização da aldeia. Como tal, deve-se utilizar a calçada de granito por toda a aldeia, independente da dimensão da rua.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- Todo o tipo de ruas, deve manter o pavimento original. No caso destas aldeias, a utilização de cubo de granito, emprega-lhe o ar antigo, e essa mesma imagem deve ser preservada.
- Na existência de ruas, em que o pavimento original tenha sido substituído por um outro qualquer, se o mesmo não se enquadrar na imagem do local, deve ser removido e substituído por um que se enquadre.
- Manter as tampas de esgoto, se tradicionais, evitar a abertura de novas, e direcionar as mesmas para locais de menor impacto visual.
- Nas quelhas de acesso á habitação, deve-se utilizar calçada granítica, contudo de pequena dimensão, para facilitar a deslocação das pessoas de maior idade.

### 3.1.3 Valas de passagem de água / ligação entre a rua e a habitação

A ligação das ruas com as contrações deve ser feita em calçada de granito, e caso não o seja, deve ser feita de forma a não destoar do resto do pavimento. Contudo, devido á necessidade de instalação de valas de escoamento de água, por vezes a elaboração da mesma não é a melhor. Utilizando-se na maioria das vezes cimento nestes locais, criando manchas visuais desagradáveis que devem ser corrigidas. Estes locais são de elevada importância, uma vez que devido ao clima destes locais, as intempéries, deve existir um bom sistema de escoação de águas. Contudo deve ser efetuada de forma que não ponha em risco a população mais idosa.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- A ligação entre a rua e a casa deve ser a mais homogénea possível.
- A ligação entre a construção e a rua, deve, sempre que possível, ser efetuada no mesmo material do pavimento da rua.
- A vala de escoamento deve ser efetuada de forma disfarçada, aproveitando o espaçamento entre a calçada de granito para o efeito.

### 3.1.4 Espaços de estacionamento

As aldeias na sua génese, não imaginavam a existência do automóvel, como tal, não foi previsto locais para a circulação e estacionamento dos mesmos. Com o aparecimento do automóvel, os maiores espaços das aldeias, como largos e praças, antigamente utilizados como local de reunião das populações, são usados como parque de estacionamento, juntamente, com a ausência de marcações para o efeito, cria problemas de segurança no local. É preciso devolver estes espaços às aldeias, de forma a remover o automóvel da paisagem rural, tradicional, criando espaços, próprios e bem definidos para o efeito.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- Os espaços de estacionamento devem estar bem definidos e sinalizados.
- Criação de zonas de estacionamento fora dos núcleos antigos, de forma a reduzir tanto o tráfego viário no local, como a poluição visual causada pelas viaturas paradas.
- Utilização de ruínas, se existentes, como forma de estacionamento, sem que esta operação implique a destruição da mesma, mas a sua valorização.
- Na criação de estacionamento prever a criação de locais próprios para pessoas com mobilidade reduzida.

### 3.1.5 Passeios

Apesar da inexistência de passeios no núcleo das aldeias, junto à sua periferia Melo e Figueiró apresentam passeios. Contudo, a execução dos mesmos não é a mais adequada. Não existe preocupação com a utilização do mesmo. Existem árvores e postes de iluminação no meio do mesmo, e sendo o mesmo de dimensões reduzidas, necessita-se de entrar em espaço viário para fazer a transposição destes obstáculos. A circulação por partes de pessoas com mobilidade reduzida, é impossível e nem sequer foi pensada na altura da sua construção.

É necessário corrigir estes problemas, assim como ao fazer os mesmos, que sejam feitos utilizando um material tradicional, como a calçada em bloco de granito de dimensões inferiores à do pavimento automóvel.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- Remoção dos obstáculos à circulação pedonal.
- Criar rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida.
- Nos passeios existentes, utilizar calçada tradicional, caso não seja, a mesma deve ser removida e substituída por calçada de granito de menores dimensões.

- Na criação de novos passeios, ter em conta a localização dos mesmos, e cumprir com os critérios a cima definidos.
- Utilização dos passeios como local para a passagem de infraestruturas relativas à água, luz e telefone.
- A pavimentação do passeio deve ser suave, de forma a facilitar a circulação de pessoas com mobilidade reduzida.

## 3.2 Mobiliário Urbano

### 3.2.1 Caixas técnicas de telecomunicações, águas e elétricas

Todas as aldeias e locais necessitam das infraestruturas mais básicas, contudo a mesmas devem ser inseridas de forma que a sua presença não cause desconforto visual e destoe na imagem da própria aldeia, devendo-se procurar formas de integrar as mesmas.

#### Maus exemplos



#### Sugestão (Autoria própria)



#### Diretrizes a ter em conta:

- Procurar a instalação das caixas técnicas necessárias em locais de pouca visibilidade da via pública.
- Procurar integrar as mesmas na imagem granítica da aldeia, utilizando materiais diferentes do geralmente utilizados.
- Utilização de ruínas como locais de instalação das caixas técnicas.
- Utilização de Mobiliário urbano como forma de ocultação e instalação destes elementos.

### 3.2.2 Fios de eletricidade e telefónicos

Com o aparecimento da eletricidade e do telefone, as aldeias tiveram que se adaptar, criando as infraestruturas necessárias. Estas instalações funcionavam e funcionam à base de uma rede de fios interminável, e como na altura da sua instalação, não existia uma preocupação com a integração destes elementos na paisagem do local, os mesmos foram colocados da forma mais fácil possível, seja nas fachadas, seja em postes de madeira, ou mais recentemente em betão, destoando completamente a imagem da aldeia. É necessário esconder este emaranhado de fios e ligações por meios subterrâneos, e caso não o seja possível efetuá-lo da maneira menos visível da via pública, de forma a limpar as fachadas e a paisagem destes locais.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- A instalação elétrica e telefónica dos novos edifícios deve ser subterrânea, e caso não seja possível, de forma que não seja visível da via pública.
- Os fios existentes nas fachadas dos edifícios devem ser, se possível, removidos e feitas instalações subterrâneas, caso não seja possível, deve optar por agrupar os fios numa pequena calha técnica, de forma a que o seu impacto visual seja diminuído.

### 3.2.3 Nomes e numeração das ruas

Assim como os próprios edifícios e ruas, a forma como o nome das ruas é apresentado também contribui para a identidade da própria aldeia. Estes elementos culturais, decorativos e informativos, quando tradicionais devem ser preservados e conservados.

#### Exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- A numeração e identificação tradicional deve ser recuperada e preservada.
- Os painéis existentes que não apresentem um estilo tradicional devem ser minimalistas.
- A instalação de novos painéis deve optar por painéis minimalistas.
- A sua instalação deve ser feita em locais que permita a sua visibilidade direta, contudo não deve sobressair em demasia na envolvente.
- Devem ser instalados a uma altura estipulada pela câmara municipal.
- Devem ser perfeitamente legíveis à distância regulamentada.

### 3.2.4 Candeeiros de iluminação pública

Os candeeiros de iluminação pública, assim como os próprios edifícios fazem parte da imagem de cada aldeia, são um pequeno elemento identitário, mas que deve ser preservado e recuperado caso exista na sua forma tradicional.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- A iluminação pública deve ser harmonizada, não existindo vários tipos de candeeiros espalhados pela aldeia.
- Contudo, os candeeiros de iluminação pública tradicionais, devem ser mantidos e preservados.
- Cabos necessários ao funcionamento elétrico da cidade, devem estar enterrados, sempre que possível.
- Por questões de segurança e maior comodidade, as ruas devem ser todas iluminadas.
- Deve-se dar prioridade a soluções que apliquem sistemas de sustentabilidade, como sensores, energia solar, entre outros.

### 3.2.5 Bancos e encostos

Os bancos existentes nos espaços públicos, quando de carácter tradicional devem ser mantidos, preservados e recuperados, pois fazem parte da história e imagem da aldeia. Contudo e devido à criação de novos espaços públicos, a necessidade de instalação de novos bancos, deve-se utilizar uma tipologia que não entre em conflito com o mobiliário urbano já existente. A colocação destes elementos, deve ser feita de forma a não impedir a circulação pedonal.

#### Maus exemplos



#### Bons exemplos



#### Sugestões (Autoria própria)



**Diretrizes a ter em conta:**

- Deve-se preservar e manter este mobiliário urbano, quando o mesmo apresenta características tradicionais, ou que valorizem o local em que se inserem.
- A instalação de novo mobiliário urbano deste tipo, deve respeitar os materiais preexistentes no espaço público.
- A sua instalação não deve inviabilizar a circulação viária nem pedonal.
- Se possível a instalação do mesmo, deve ser feita em locais passíveis de sombra.
- Os mesmos devem ser confortáveis para o utilizador, tanto do ponto de vista do local onde é instalado, assim como do ponto de vista ergonómico.

### 3.2.6 Paragens de autocarro

As paragens de autocarro, como elementos do mobiliário urbano devem inserir-se em conformidade com a envolvente.

#### Exemplos



#### Sugestões (Autoria própria)



#### Diretrizes a ter em conta:

- Devem inserir-se em locais de fácil acesso.
- Permitir a utilização por pessoas com mobilidade reduzida.
- Serem feitas utilizando uma tipologia que não entre em conflito com o mobiliário urbano já existente. (utilizando materiais já existentes no local, como granito, madeira, ferro, telha cerâmica.)
- Na sugestão apresentada, pode ser adicionado um pequeno banco tradicional, assim como a aplicação de um painel em acrílico rebatível, caso o local de instalação assim o justifique, como forma de proteção ao vento e ao frio.

### 3.2.7 Fontes, bebedouros e lavadouros

Devido à sua localização, estas aldeias são ricas em água. É notável por todas as aldeias a existência de várias fontes e lavadouros públicos. Estes elementos identitários das aldeias, e como tal, devem ser preservados e valorizados. Contudo os lavadouros, a estrutura contruída em seu entorno, nem sempre apresenta a melhor imagem e estado, e como tal devem ser reabilitados de forma a ter a sua imagem harmonizada em relação à envolvente.

#### Exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- As fontes e lavadouros são elementos a preservar, conservar e valorizar.
- As construções que envolvem os lavadouros são a reabilitar de forma a serem integrados na imagem da envolvente.
- Os bebedouros espalhados pelas aldeias, de carácter tradicional são elementos a preservar e conservar.
- Os bebedouros existentes que não apresentem uma imagem integrada na envolvente devem ser removidos e substituídos por outros que se enquadrem com o local.

### 3.2.8 Elementos de ornamentação

Os elementos de ornamentação, os quais também podemos considerar as fontes já mencionadas, são elementos identitários de cada aldeia. Os pelourinhos, as alminhas, estátuas, são elementos a conservar, preservar e valorizar.

#### Exemplos



#### Diretrizes a ter em conta:

- Os elementos de ornamentação são a preservar, conservar e valorizar.
- As contrações que envolvem os lavadouros são a reabilitar de forma a serem integrados na imagem da envolvente.
- As alminhas e elementos do género, não devem ser ocultos.
- Os novos elementos de decoração, que possam a vir ser inseridos nestes locais, devem utilizar materiais do local, e seguir as tipologias já existentes.

### 3.2.9 Infraestruturas de recolha de lixo, papelarias

As infraestruturas de recolha de lixo devem estar em locais de visão reduzida da via pública, utilizando para o efeito caixões do lixo enterrados, e/ou em que a zona de descarga seja a mais discreta e harmoniosa possível, ou na utilização de pequenas ruínas se existentes para a instalação das mesmas, de forma a integrar estes locais na paisagem da aldeia.

#### Maus exemplos



#### Sugestões (Autoria própria)



#### Diretrizes a ter em conta:

- Ter em conta a local de instalação dos mesmos.
- Não utilizar o típico caixote do lixo verde.

### 3.2.10 Sinalética

A sinalética existente e necessária deve apresentar um estado de conservação impecável. A sinalética existente pode ser dividida em três grupos: Trânsito, Publicidade e turística. A primeira, tem um layout predefinido e não deve ser alterada, e apenas utilizada nos locais de devida necessidade. As restantes devem apresentar um critério bem definido por toda a aldeia de forma a que a sua presença não destoe do resto da envolvente.

#### Exemplos



#### Sugestões (Autoria própria)



#### Diretrizes a ter em conta:

- A sinalética de trânsito, deve ser utilizada apenas nos locais necessários, e deve ser colocada de forma a não condicionar o trânsito pedonal e viário.
- A restante sinalética deve apresentar um esquema harmonioso com o resto da envolvente e ser constante por toda a aldeia.
- A sinalética turística deve encontrar-se junto ao elemento em questão, junto à sua fachada/lado principal.

## **3.3 Resumo final Não edificado**

### **3.3.1 Património Paisagístico**

- A paisagem natural e envolvente das aldeias, constituem um elemento essencial e privilegiado das aldeias, que se inserem no POPNSE, onde se assegura a proteção e a conservação dos mesmos.
- As construções nestas zonas, sem carácter arquitetónico ou histórico, construções abarracadas ou temporárias devem ser demolidas.
- As construções existentes e com significado histórico, cultural ou arquitetónico, devem ser protegidas, preservadas e valorizadas.
- A paisagem deve ser aproveitada como recurso turístico, mas salvaguardada.

### **3.3.2 Património urbanístico**

#### **Ruas**

- Todo o tipo de ruas, deve manter o pavimento original. No caso destas aldeias, a utilização de cubo de granito, emprega-lhe o ar antigo, e essa mesma imagem deve ser preservada.
- Na existência de ruas, em que o pavimento original tenha sido substituído por um outro qualquer, se o mesmo não se enquadrar na imagem do local, deve ser removido e substituído por um que se enquadre.

#### **Espaço de estacionamento**

- Criação de zonas de estacionamento fora dos núcleos antigos, de forma a reduzir tanto o tráfego viário no local, como a poluição visual causada pelas viaturas paradas.
- Utilização de ruínas, se existentes, como forma de estacionamento, sem que esta operação implique a destruição da mesma, mas a sua valorização.

#### **Espaços públicos**

- Deve-se recuperar e revitalizar os espaços públicos existentes, não esquecendo a tradição e identidade do local.
- Na criação de novos espaços, deve-se respeitar a tradição e identidade do tecido.

- Os materiais utilizados devem obedecer à identidade da aldeia em que se inserem. (Mau Exemplo de melo)
- O mobiliário urbano deve corresponder às necessidades e dimensão da aldeia, mas não deve impedir tanto a circulação viária como pedonal.
- Fontes, tanques, lavadouros e bebedouros devem ser preservados.
- Os espaços públicos devem, se possível conter sombra dos locais de descanso.
- Devem ainda ter papeleiras integradas na imagem do local, e não como um marco visual.

### **Iluminação pública**

- A iluminação pública deve ser harmonizada, não existindo vários tipos de candeeiros espalhados pela aldeia.
- Contudo, os candeeiros de iluminação pública tradicionais, devem ser mantidos e preservados.
- Cabos necessários ao funcionamento elétrico da cidade, devem estar enterrados, sempre que possível.

### **Espaços verdes**

- As espécies locais devem ser mantidas, preservadas, e assegurada a manutenção necessária.
- A pavimentação nestes locais deve ser permeável.
- As construções nestes locais devem única e exclusivamente servir no apoio à sua utilização.
- Devido à localização destes espaços, devem se tomar medidas contra incêndios.

### **Infraestruturas**

- As infraestruturas necessárias devem se integrar na imagem da aldeia.
- Locais de recolha de lixo devem integrar-se na imagem da aldeia, e não ser um marco visual. (Exemplo: caixotes do lixo enterrados ou pouco visíveis.)

### **3.3.3 Mobilidade reduzida**

- A calçada de granito não é um elemento favorável à circulação de pessoas com mobilidade reduzida, contudo faz parte da imagem das aldeias. Em caso da circulação em algum local seja de dificuldade acrescida devido ao estado demasiado irregular do pavimento, o mesmo deve ser solucionado de forma a permitir uma melhor circulação.
- O acesso aos passeios junto a passadeiras deve ser feito sob a forma de rampa, de forma a permitir a melhor circulação de pessoas com mobilidade reduzida.
- Os obstáculos nas vias de circulação pedonal devem ser removidos se os mesmos impedirem ou limitarem a circulação de pessoas com mobilidade reduzida.

## **CAPÍTULO 4 - Propostas**



## 4.1 Peças elaboradas

Seguidamente serao apresentadas as peças de mobiliario urbano desenhadas, ou para a aplicação em construções, no caso das caixas de correio, ou formas de ocultar a vista direta das instalações de arrefecimento/aquecimento, apresentadas anteriormente sob o topico “Sugestões”.

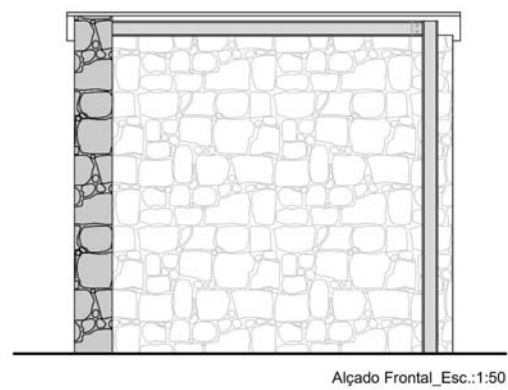
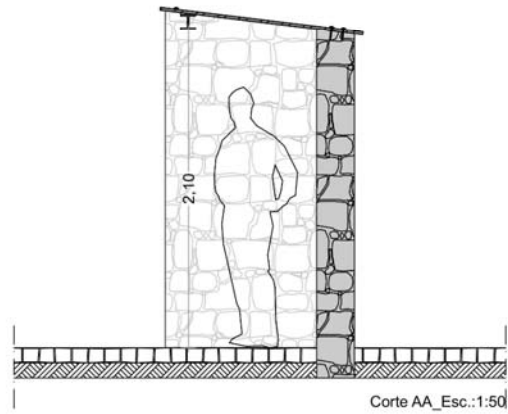
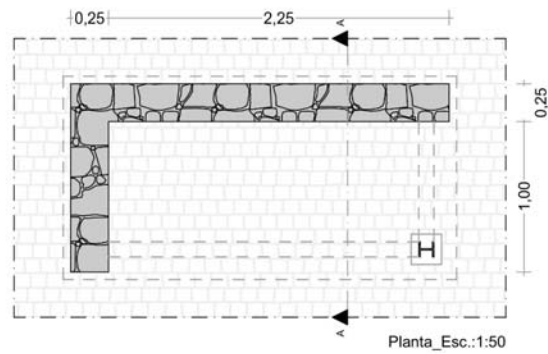
### **Mobiliário Urbano**

Folha 1 - Proposta Paragem de Autocarro	217
Folha 2 - Proposta Sofa de Pedra	219
Folha 3 - Proposta Banco e Arrumo de Bicicleta	221
Folha 4 - Proposta Recolha do Lixo - 1	223
Folha 5 - Proposta Recolha do Lixo - 2	225
Folha 6 - Proposta Sinaletica	227

### **Construções**

Folha 7 - Proposta Caixa do Correio	229
Folha 8 - Proposta Ar Condicionado - 1 (Zona Janela)	231
Folha 9 - Proposta Ar Condicionado - 2 (Zona Porta)	233





Legenda:

	Cota Planimetrica
	Terra
	Pedra
	Calçada
	Betão Armado
	Metal
	Gravilha

ANDRÉ EMANUEL REBELO SOUSA | N° 32334

"ALDEIAS DE MONTANHA"  
Promoção da Qualidade Urbanística, Arquitetónica, Paisagística  
e Turística

Manual de Boas Práticas - Não Edificado

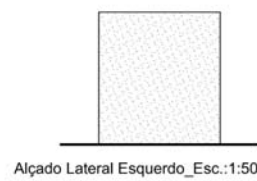
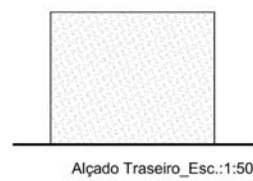
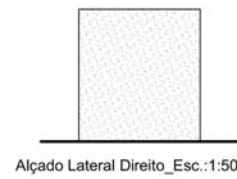
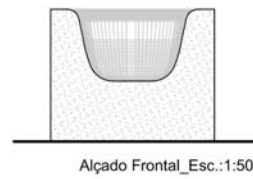
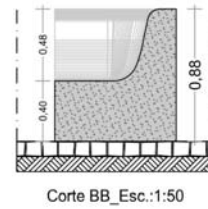
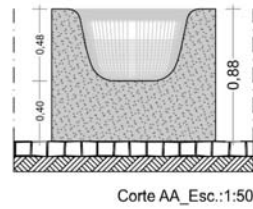
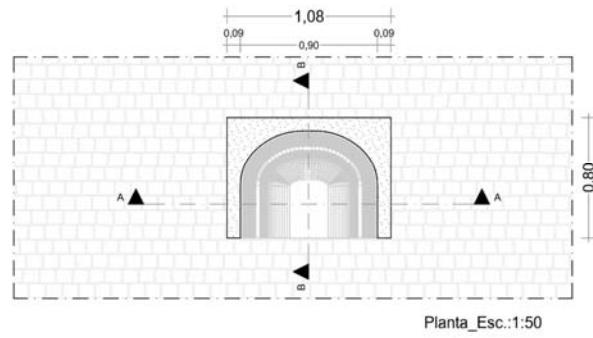
Proposta - Paragem de Autocarro

Planta, Corte e Alçado | Esc.: 1:50

FOLHA: 1

10 de Setembro de 2018





Legenda:

- Cota Planimetrica
- Terra
- Pedra
- Calçada
- Betão Armado
- Metal
- Gravilha

ANDRÉ EMANUEL REBELO SOUSA | N° 32334

"ALDEIAS DE MONTANHA"  
 Promoção da Qualidade Urbanística, Arquitetónica, Paisagística  
 e Turística

Manual de Boas Praticas - Não Edificado

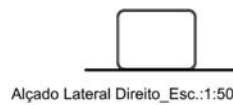
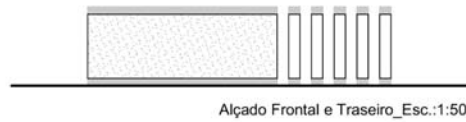
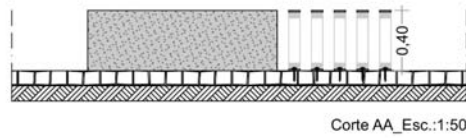
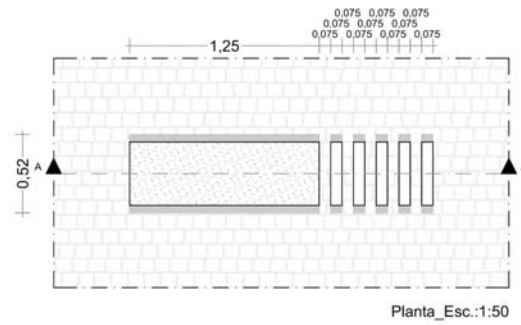
Proposta - Sofa de Pedra

Planta, Cortes e Alçados | Esc.: 1:50

FOLHA: 2

10 de Setembro de 2018





Legenda:

	Cota Planimetrica
	Terra
	Pedra
	Calçada
	Betão Armado
	Metal
	Gravelha

ANDRÉ EMANUEL REBELO SOUSA | N° 32334

"ALDEIAS DE MONTANHA"  
 Promoção da Qualidade Urbanística, Arquitetónica, Paisagística  
 e Turística

Manual de Boas Praticas - Não Edificado

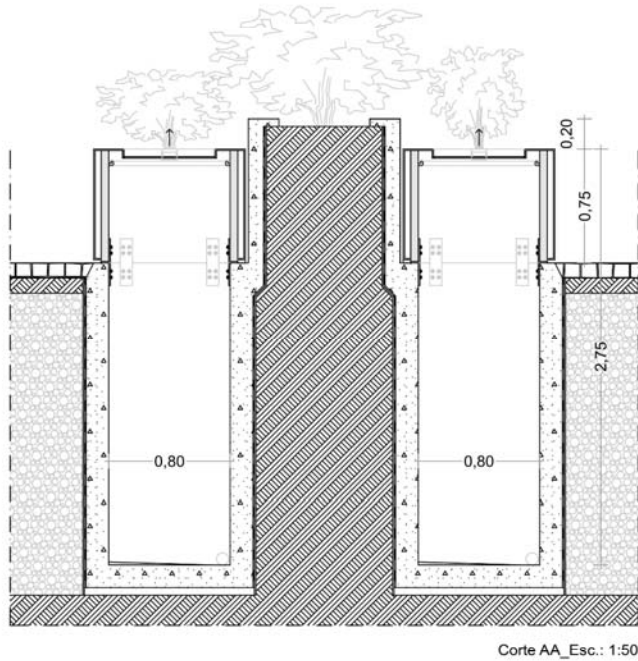
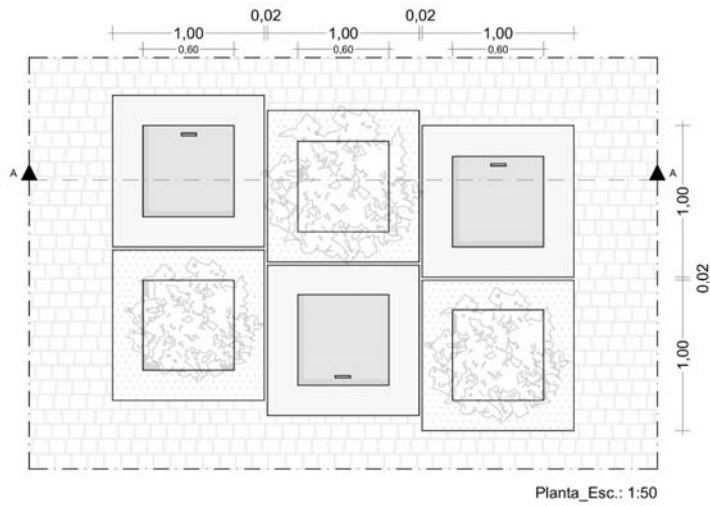
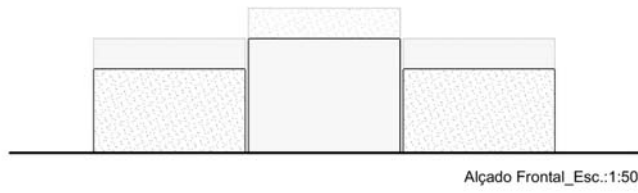
Proposta - Banco em Pedra

Planta, Cortes e Alçados | Esc.: 1:50

FOLHA: 3

10 de Setembro de 2018





Legenda:

	Cota Planimétrica
	Terra
	Pedra
	Calçada
	Betão Armado
	Metal
	Gravelha

ANDRÉ EMANUEL REBELO SOUSA | Nº 32334

"ALDEIAS DE MONTANHA"  
 Promoção da Qualidade Urbanística, Arquitetónica, Paisagística  
 e Turística

Manual de Boas Práticas - Não Edificado

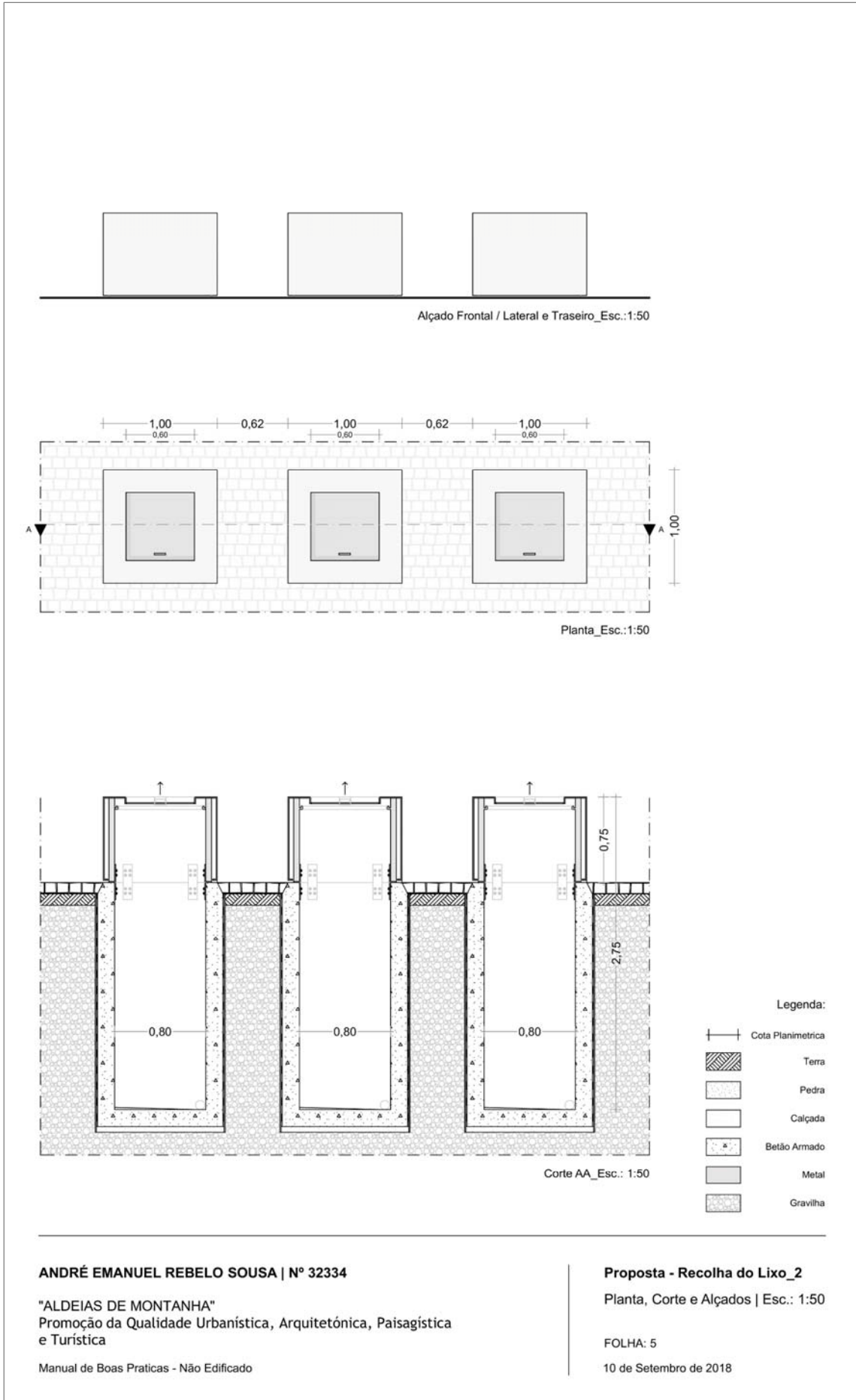
Proposta - Recolha do lixo - 1

Planta, Corte e Alçado | Esc.: 1:50

FOLHA: 4

10 de Setembro de 2018





ANDRÉ EMANUEL REBELO SOUSA | N° 32334

"ALDEIAS DE MONTANHA"  
 Promoção da Qualidade Urbanística, Arquitetónica, Paisagística  
 e Turística

Manual de Boas Praticas - Não Edificado

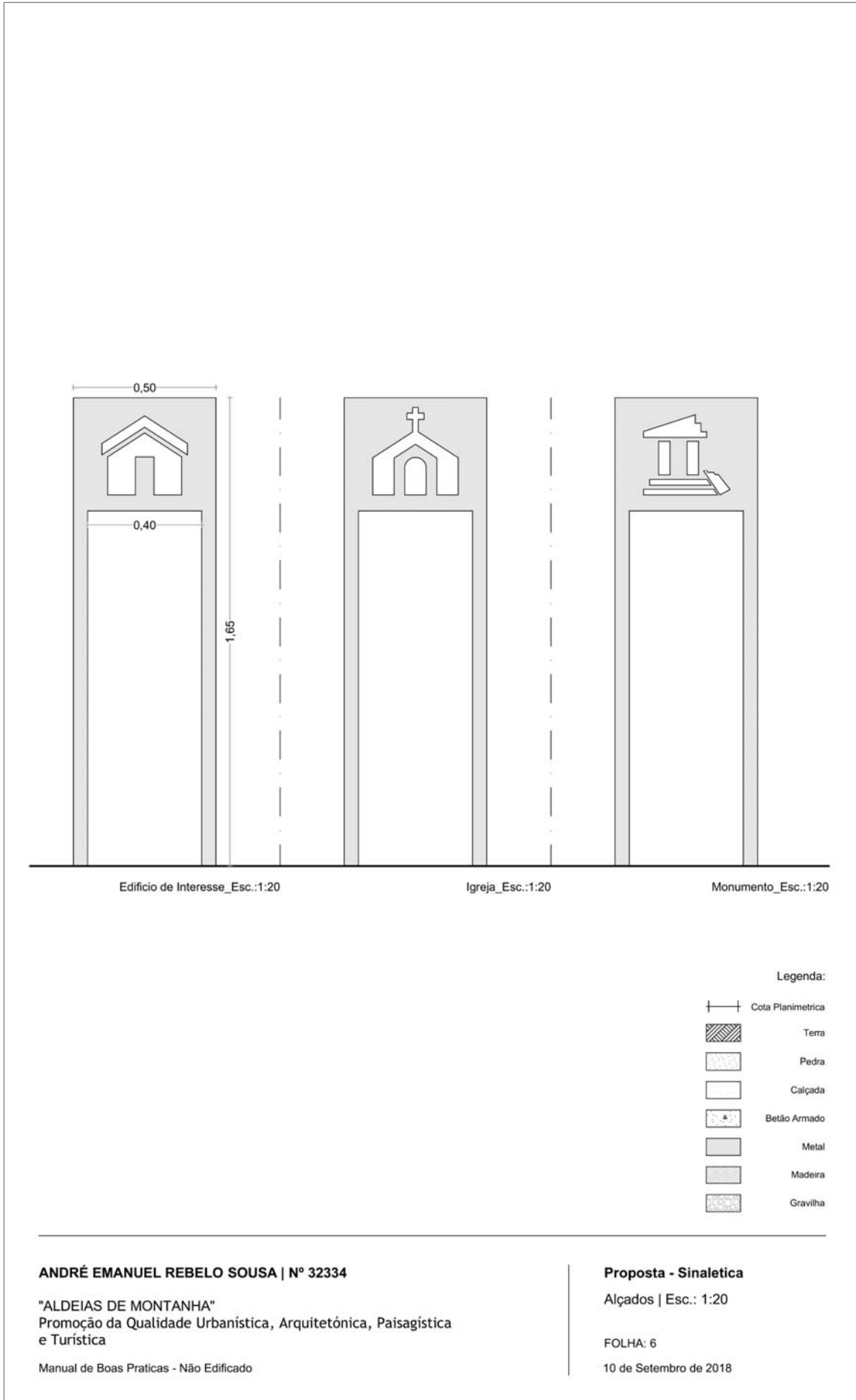
Proposta - Recolha do Lixo\_2

Planta, Corte e Alçados | Esc.: 1:50

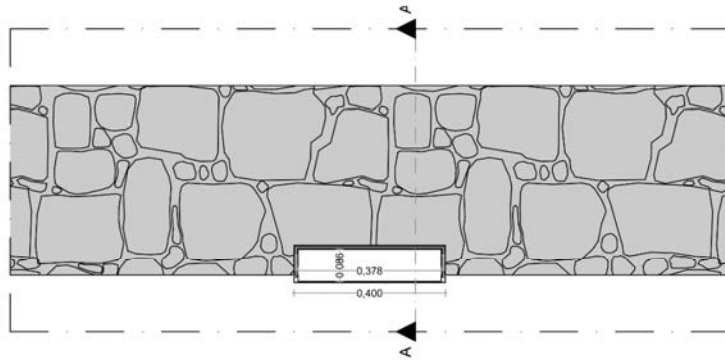
FOLHA: 5

10 de Setembro de 2018

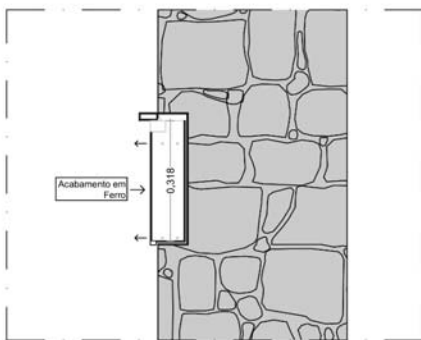




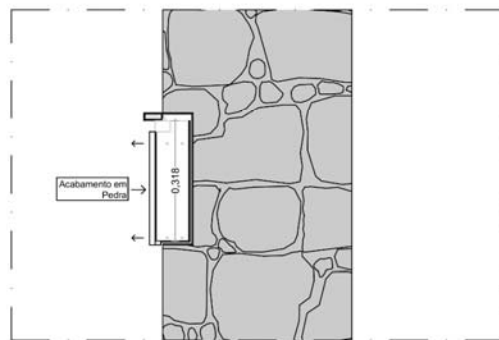




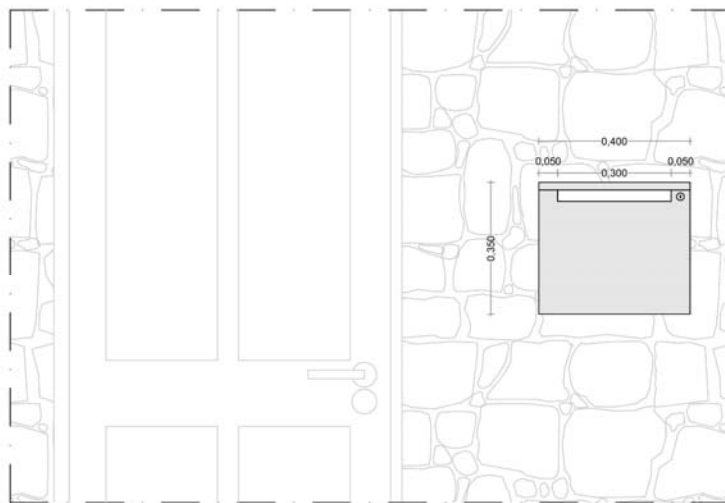
Planta\_Esc.:1:20



Corte AA, sem Acabamento\_Esc.:1:20



Corte AA, com Acabamento\_Esc.:1:20



Alçado Frontal\_Esc.:1:20

Legenda:

- Cota Planimetrica
- Terra
- Pedra
- Calçada
- Betão Armado
- Metal
- Madeira
- Gravelha

ANDRÉ EMANUEL REBELO SOUSA | N° 32334

"ALDEIAS DE MONTANHA"  
 Promoção da Qualidade Urbanística, Arquitetónica, Paisagística  
 e Turística

Manual de Boas Praticas - Edificado

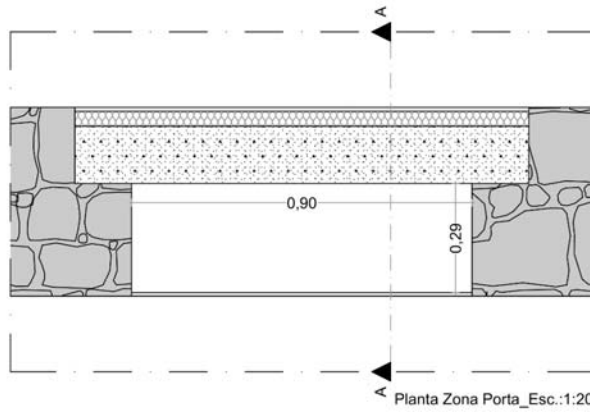
Proposta - Caixa do Correio

Planta, Corte e Alçado | Esc.: 1:20

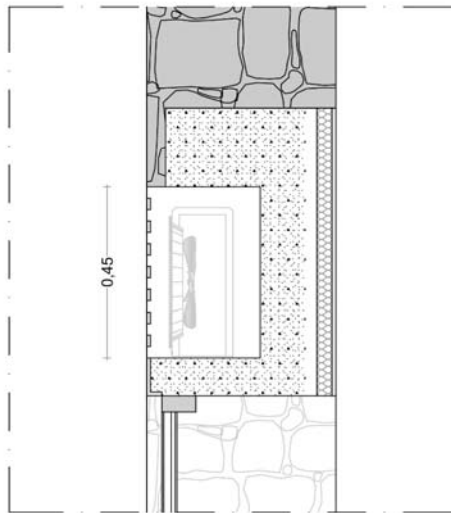
FOLHA: 7

10 de Setembro de 2018

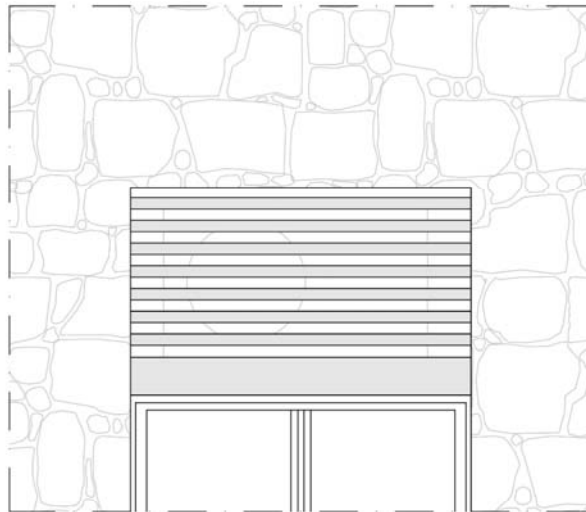




A A  
Planta Zona Porta\_Esc.:1:20



Corte AA\_Esc.:1:20



Alçado Zona Janela\_Esc.:1:20

**Legenda:**

	Cota Planimetrica
	Terra
	Pedra
	Calçada
	Betão Armado
	Metal
	Madeira
	Gravelha

**ANDRÉ EMANUEL REBELO SOUSA | Nº 32334**

"ALDEIAS DE MONTANHA"  
Promoção da Qualidade Urbanística, Arquitetónica, Paisagística  
e Turística

Manual de Boas Práticas - Edificado

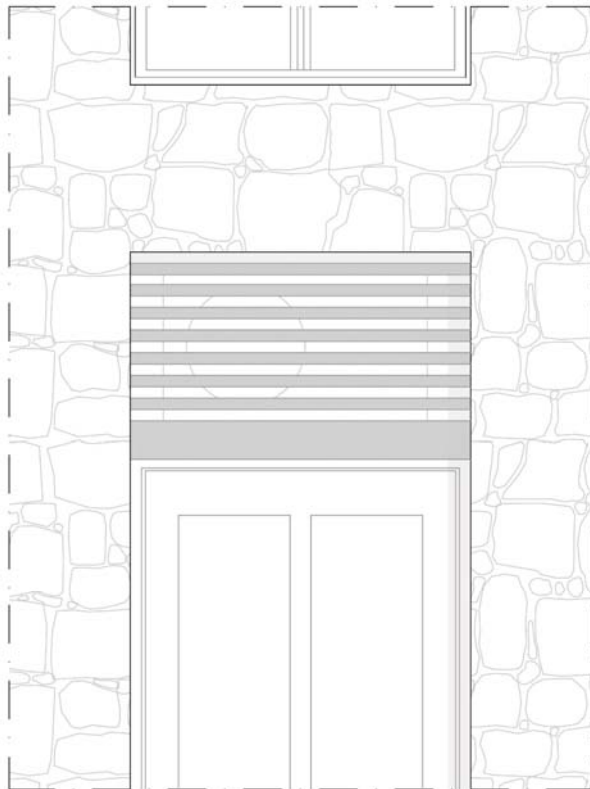
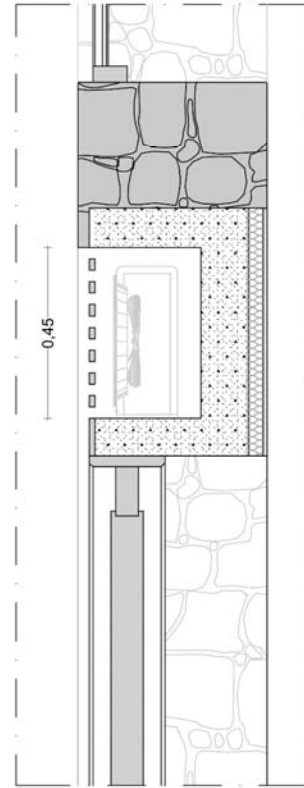
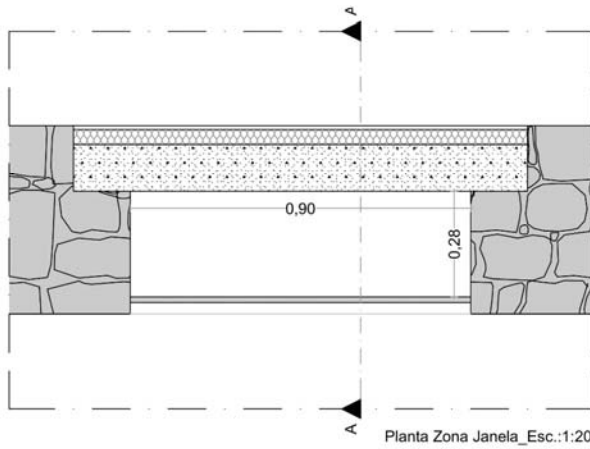
**Proposta - Ar Condicionado - 1**

Planta, Cortes e Alçados | Esc.: 1:20

FOLHA: 8

10 de Setembro de 2018





Legenda:

	Cota Planimetrica
	Terra
	Pedra
	Calçada
	Betão Armado
	Metal
	Madeira
	Gravelha

ANDRÉ EMANUEL REBELO SOUSA | Nº 32334

"ALDEIAS DE MONTANHA"  
 Promoção da Qualidade Urbanística, Arquitetónica, Paisagística  
 e Turística

Manual de Boas Praticas - Edificado

Proposta - Ar Condicionado - 2  
 Planta, Corte e Alçado | Esc.: 1:20

FOLHA: 9

10 de Setembro de 2018



## Conclusão

O tema explorado neste trabalho, é um tema bastante complexo, apresentando diversos problemas em áreas de especificidades muitas diversas, desde a geografia, física e humana, à economia, o urbanismo, à arquitetura e construção, mas também ao Turismo e a Estratégias Políticas baseadas em critérios de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável.

O património rural existente no nosso país varia de local para local, sendo impossível num só trabalho, criar uma metodologia geral que permita a intervenção bem integrada de todos as regiões do país, uma vez que cada local apresenta as suas especificidades, resultando em diferentes formas de intervenção. Assim, aproveitando o projeto lançado pela ADIRAM, com base de intervenção nas aldeias do PNSE, foram escolhidas para este trabalho as aldeias de Salgueirais, de Figueiró da Serra e Melo, aldeias profundamente graníticas, como base para este trabalho, e com o objetivo da criação de um manual que permita corrigir as dissonâncias encontradas e como referência para futuras intervenções nestas e noutras aldeias, que apresentem o mesmo tipo de especificidades.

As intervenções na reabilitação e correção no património rural são de elevada complexidade relativamente às intervenções em construções recentes. A existência de diversas condicionantes ao nível da pré-existência do património edificado, em que é de extrema importância preservar o passado e a identidade dos lugares e das construções, preservar os materiais existentes e respeitar a cultura arquitetónica.

As aldeias de montanha são locais ricos em património histórico, cultural, natural que representa a herança da comunidade que a habita. Torna-se imperial preservar todo o leque cultural que esta subjacente a estes lugares, as construções, os saberes, os modos de vida, os vestígios de toda a existência.

Contudo, as aldeias que ao longo dos séculos eram regidas pelas necessidades, pelo meio, pela função e pela tradição, crescendo de forma justificada, foram vítimas da evolução sem planos para o efeito, perdendo aos poucos a sua identidade, provocadas pela evolução do homem, das sociedades, das necessidades e dos padrões culturais, pela diminuição da atividade agrícola, principal economia do meio rural, pelo êxodo rural e emigração, pela reconstrução de edifícios antigos e pela construção sem qualquer regras de casas mais recentes, sem qualquer valor arquitetónico, e que não se enquadram na paisagem e no urbanismo característico de cada aldeia, e que se se misturam no seio da aldeia, junto com casas mais antigas e com valor.

O objetivo da elaboração deste documento é identificar as dissonâncias existentes, assim como criar um manual que permita a nova construção assim como a reabilitação a efetuar nestas aldeias, seja integrada e justificada, respeitando a identidade da aldeia.

Reabilitar o património rural é um grande desafio para a presente época, que apesar do crescente interesse pela recuperação dos espaços rurais, por vezes o mesmo não é feito de forma correta, não apresentando resultados ao nível da sustentabilidade e do desenvolvimento destes espaços.

Neste último ponto, surge inevitavelmente o Turismo em Espaço Rural, que devido a localização estratégica destas aldeias, junto ao Parque Natural da Serra da Estrela e ao seu inventário patrimonial, deve ser aproveitado como forma de desenvolvimento sustentado das aldeias. Apesar de o turismo rural representar uma pequena percentagem da totalidade do turismo, a focalização do mesmo nestes espaços, permite que o mesmo seja uma arma de desenvolvimento que deva ser utilizada, e que ao mesmo tempo, devido às suas necessidades promove a preservação do património, da cultura, da tradição. As aldeias deixam assim, de estar dependentes exclusivamente da economia agricultura e artesanal para a sua sobrevivência. A transformação, controlada, destes espaços, pode ser utilizada como uma solução para os problemas destas áreas rurais.

Ainda assim, é necessário entender o período que nos encontramos, na época da aldeia global e no mundo da informação, as aldeias são locais atrasados tecnologicamente e infraestruturalmente, que não atraem população mais jovem a fixar-se, levando a que as aldeias apresentem a imagem apática da sua principal população. É preciso aceitar, que a população mais favorável a se fixar nestes locais, é na sua maioria turistas, à procura de conhecer as tradições e saberes do local, na procura pelo turismo rural, assim como população mais idosa, que inicialmente viveu nestes locais, fez a sua vida noutra local, mas que procura finalizar o resto na sua vida no local em que nasceu. No entanto, é preciso, ainda assim, dotar estes locais das infraestruturas, serviços e comércio, algo em escassez nas três aldeias em análise, e na maioria das aldeias portuguesas, necessários para que este tipo de população tenha uma vida digna, e não seja dependente de terceiros para o dia-à-dia.

O principal objetivo, passa por preservar o vasto património rural, com a missão de superar os efeitos negativos provocados pela degradação, destruição, desconfiguração do património, assim como a desertificação destes locais, contribuindo para a reafirmação destes territórios, e para o reforço da autoestima e fixação de população, valorizando o património existente, e promovendo as aldeias como locais de visita, integradas na Rede de Aldeias de Montanha da Serra da Estrela, fazendo destes espaços, locais com população residente estável e com uma economia estável e sustentável, mas também com turistas que procuram vivenciar o melhor se faz nestas aldeias, e usufruir destes espaços calmos e integrados na natureza.





## Referencias bibliográficas

**ADXTUR.** (2009). *EEC Rede das Aldeias do Xisto*.

**Archdaily.** (2017). *Vernacular Building Techniques That Are Disappearing*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com/805415/11-vernacular-building-techniques-that-are-disappearing/>. Consultado em Setembro de 2018.

**Associação dos Arquitetos Portugueses (Eds.).** (1988). *Arquitetura Popular em Portugal, V1*. Lisboa.

**Associação dos Arquitetos Portugueses (Eds.).** (1988). *Arquitetura Popular em Portugal, V2*. Lisboa.

**Beato, C. S.** (2008). *Planeamento do Sector do Turismo em Centros Urbanos*. Tese de Doutoramento. Universidade de Aveiro, Aveiro.

**CCRC.** (1998). *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*. Comissão de Coordenação da Região Centro. Coimbra.

**CISE.** (s.d.). Centro de Interpretação da Serra da Estrela. Obtido de <http://www.cise.pt/pt/index.php/serra-da-estrela/parque-natural>. Consultado em Junho de 2018.

**CM-Covilhã.** (s.d.). Câmara Municipal Covilhã. Obtido de <http://www.cm-covilha.pt>. Consultado em Maio de 2018.

**Camara municipal de Celorico da Beira.** (s.d.). Freguesia de Salgueirais. Obtido de Câmara municipal de Celorico da Beira: <http://www.cm-celoricodabeira.pt/concelho/freguesias/salgueirais/Paginas/default.aspx>. Consultado em Junho de 2018.

**Cavaco, C.** (1999). *Mundo rural português: desafios e futuros*, in Cavaco, Carminda, (Coord.) *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*. Lisboa: CEG.

**Cavaco, C.** (2004). *Desafios de Desenvolvimento Rural*. Finisterra.

**Cenicacelaya, J., & Baganha, J.** (2004). *Arquitetura tradicional e Sustentabilidade*. Lisboa: Bilbao.

**Comissão Europeia (Eds.).** (2016). *Declaração de Cork 2.0: Uma vida melhor nas zonas rurais*.

**Cunha, L.** (2010). *A definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário*. Lisboa: Lusofona

- Cunha, L. (2013). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Lidel.
- Cunha, L., & Abrantes, A. (2013). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Lidel.
- DGADR. (2009). *Guia de Observação do Património Rural*. Lisboa: Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- Decreto Regulamentar n.º 83/2007. (2007) *Diário da República n.º 195/2007, Série I de 2007-10-10*. Lisboa
- Decreto-Lei n.º 169/97. (1997). *Diário da República n.º 152/1997, Série I-A de 1997-07-04*. Lisboa
- Decreto-Lei n.º 307/2009. (2009). *Diário da República n.º 206/2009, Série I de 2009-10-23*. Lisboa
- Decreto-Lei n.º 53/2014. (2014). *Diário da República n.º 69/2014, Série I de 2014-04-08*. Lisboa
- Decreto-Lei n.º 54/2002. (2002). *Diário da República n.º 59/2002, Série I-A de 2002-03-11*. Lisboa
- Decreto-Lei n.º 54/2014. (2014). *Diário da República n.º 70/2014, Série I de 2014-04-09*. Lisboa
- Decreto-Lei n.º 167/79. (1979). *Diário da República n.º 300/1979, 16º Suplemento, Série I de 1979-12-31*. Lisboa
- Decreto-Lei n.º 23/96. (1996). *Diário da República n.º 172/1996, Série I-A de 1996-07-26*. Lisboa
- Decreto-Lei n.º 557/79. (1976). *Diário da República n.º 292/1999, Série I-A de 1999-12-17*. Lisboa
- Diário da República. (2000). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000*. Lisboa.
- Dias, R. (2003). *Sociologia do Turismo*. São Paulo: Editora Atlas.
- ENDS. (2006). *Estratégia nacional de Desenvolvimento Sustentável*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa
- Fathy, H. (1982). *Contruindo com o povo. Arquitetura para os pobres*. São Paulo: Forense Universitária.
- Fernandes, J., & Mateus, R. (2011). *Arquitetura Vernacular: Uma lição de Sustentabilidade*. Guimarães: Universidade do Minho.

- Ferrão, J.** (2000). *Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro*. Em ISCTE, *Sociologia, Problemas e Práticas* (pp. 44-54). Lisboa: ISCTE.
- Figueiredo, E. M.** (2003). *Um Rural para viver, outro para visitar - O ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Tese de Doutoramento. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Figueiró da Serra** (2018). Figueiró da serra. Obtido de Figueiró da serra: <http://www.figueirodaserra.com/>. Consultado em Junho de 2018.
- Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D., & Wanhill, S.** (2013). *Tourism principles and practice 5ªed.* Harlow: Pearson.
- Fraga, J. B.** (2003). *Melo na Historia e na Genealogia*. Lisboa.
- Fratucci, C.** (2008). *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. Tese de Doutoramento. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- ICNF.** (s.d.). Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Obtido de <http://www2.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse/hist-cult>. Consultado em Junho de 2018.
- Ianni, O.** (2004). *Teorias da Globalização*. Civilização Brasileira.
- INE.** (2018). *Estatísticas do turismo 2017*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I. P.
- Junior, J. B.** (2008). *O turismo na Periferia do Capitalismo: A revelação de um cartão postal*. São Paulo.
- Kastenholz, E.** (2002). *O papel da imagem do destino no comportamento do turista e implicações em termos de marketing: o caso do Norte de Portugal*. Tese de Doutoramento. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Leal, C. M.** (2001). *O Turismo Rural e a União Europeia*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Lei n.º 11-A/2013** (2013). *Diário da República, 1.ª série – N.º 19 – 28 de janeiro de 2013*. Lisboa
- Lobo, S. L.** (2012). *Arquitetura e Turismo: Planos e Projetos, as cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª república à democracia, parte 1*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Marijuan, J. C.** (2014). *A Arquitetura de José Baganha, Tradição e Contemporaneidade*. Edições 70.

- Martins, C. I.** (2012). *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável - O Papel da Arquitetura Vernacular*. Tese de Mestrado. Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Martínez, A. d.** (2005). *Aproximação à conceituação do turismo a partir da teoria geral*. São Paulo: Roca.
- Mathieson, Alister e Wall, Geoffrey.** (1990). *Tourism: economic, physical and social impacts, Longman Scientific e Technical*. New York.
- Mesquita, A. M.** (2009). *Sistemas de Distribuição no Turismo em Espaço Rural: A Região de Trás-os-Montes*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Minhaterra.** (s.d.). *Dicionário Enciclopédico das Freguesias*.
- Ministério do Ambiente (Eds.).** (2015). *Compromisso para o Crescimento Verde*. Lisboa.
- Ministério do Turismo, Brasil.** (2007). *Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 8*. Brasília.
- Ministério da Economia e da Inovação (Eds.).** (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Lisboa.
- Oliveira, M. R.** (1997). *Celorigo da Beira e o seu concelho, Através da história e da tradição*.
- Oliver, P.** (2003). *Dwellings. The vernacular house worldwide*. New York: Phaidon press.
- PAX.** (s.d.). Aldeias do Xisto. Obtido de Aldeias do Xisto: <https://aldeiasdoxisto.pt/>. Consultado em Junho de 2018.
- Page, S. J., & Connell, J.** (2006). *Tourism: A Modern Synthesis*. London: Thompson Learning.
- Pedroso, P.** (1998). *Formação e Desenvolvimento Rural*. Oeiras: Celta Editores.
- Pereira, L. d.** (2002). *Turismo no Espaço Rural: o contributo histórico-geográfico do concelho de Lamego no desenvolvimento da região demarcada do Douro*. Tese de Mestrado, ISCTE/ISP, Viseu.
- Pina, P.** (1988). *Portugal - O Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus.
- Portaria nº 409/79.** (1979). *Diário da República n.º 182/1979, Série I de 1979-08-08*. Lisboa
- Portaria nº 583/90.** (1990). *Diário da República n.º 170/1990, Série I de 1990-07-25*. Lisboa
- Rushmann, D.** (1997). *Turismo e Planeamento Sustentável - A proteção do meio ambiente*. Papyrus Editora.
- Santana, A.** (2003). *Patrimónios culturales y turistas: unos leen lo que otros miran*. Universidad de La Laguna. Tenerife.

- Silvano, M. J.** (2006). *O turismo em áreas rurais como fator de desenvolvimento. O caso do Parque Natural de Montesinho*. Tese de Mestrado. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Sirgado, J. R.** (1996). *Dinâmicas do turismo e sustentabilidade do desenvolvimento Local / Regional*, em Cavaco, Carminda (Coord.), *Turismo e Lazere*. CEG-UL: Lisboa.
- Stock, M.** (2003). *Le tourisme: Acteurs, lieux et enjeux*. Paris: Belin.
- Teixeira, R. B.** (2017). *Arquitetura Vernacular, em busca de uma definição*.
- Telegraph.** (2018). *Swiss village's plan to avoid extinction? Become a hotel*. Obtido de The Telegraph:  
<https://www.telegraph.co.uk/travel/destinations/europe/switzerland/articles/the-swiss-village-that-wants-to-become-a-hotel>. Consultado em Setembro de 2018.
- Terluin, I. J.** (2003). *Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories*. Journal of Rural Studies, 327-344.
- Turismo centro Portugal.** (2017). Aldeias de Montanha. Obtido de Turismo centro Portugal:  
<https://turismodocentro.pt/artigo/aldeias-de-montanha/>. Consultado em Junho de 2018.
- Turismo de Portugal (Eds.).** (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Lisboa.
- Woff, R.** (1999). *The Ancient Greek Olympics*. London: Oxford University Press.
- Yelles, N. B.** (1999). *Le tourisme en France*. Paris: Armand Colin.



# Anexos

Anexo 1 - Estatísticas gerais das Aldeias	247
Anexo 2 - Exemplo de uma Tabela de Levantamento Valor Arquitetónico	249
Anexo 3 - Exemplo de uma Tabela de Resumo do Edificado	251
Anexo 4 - Ficha levantamento Não Edificado	253



Anexo 1 - Estatísticas gerais das Aldeias

Dados estatísticos Totais Resumidos

Tipologias	Habituação	Comercio	Serviços	Industria	Arrumos/Garagens	Equipamentos	Ruina
Salgueirais	89	1	3	0	14	2	10
Figueiro	241	4	5	1	12	6	13
Melo	231	5	8	0	9	6	13
<b>Total</b>	<b>561</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>14</b>	<b>36</b>
	83%	1%	2%	0%	5%	2%	5%

Numero de pisos	1 piso	2 pisos	3 pisos	4 pisos
Salgueirais	20	72	27	0
Figueiro	27	120	118	17
Melo	23	123	118	8
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>315</b>	<b>263</b>	<b>25</b>
	10%	47%	39%	4%

Material de construção	granito	Misto	Betão
Salgueirais	90	15	14
Figueiro	192	35	55
Melo	200	22	50
<b>Total</b>	<b>482</b>	<b>72</b>	<b>119</b>
	72%	11%	18%

Estado de conservação	Bom	Razoavel	Mau	Ruina
Salgueirais	9	14	28	68
Figueiro	13	29	70	170
Melo	15	28	85	144
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>71</b>	<b>183</b>	<b>382</b>
	5%	11%	27%	57%

Valor arquitetónico	Dissonante	Neutro	Qualidade	Excepcional	Edifício de interesse	Monumento nacional
Salgueirais	42	63	12	2	0	0
Figueiro	139	121	16	6	0	0
Melo	146	100	19	4	3	0
<b>Total</b>	<b>327</b>	<b>284</b>	<b>47</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
	48%	42%	7%	2%	0%	0%



Anexo 2 - Exemplo de uma Tabela de Levantamento Valor Arquitetónico (Figura rodada 90°)

Ficha classificação do Valor Arquitetónico - Figueiró da Serra												
12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	<b>Edifício</b>
												<b>Fachadas</b>
												Fachada em Granito à vista +2
												Fachada granítica, parcialmente rebocada a branco +1
												Fachadas com acabamento dissonante -2
												Inexistência de caleiras +1
												Caleiras dissonantes -1 (Cores diferentes da fachada)
												<b>Portas e janelas</b>
												Portas tradicionais em madeira +1
												Portas em alumínio/Ferro ao natural / Dissonantes -1
												Janelas tradicionais em madeira +1
												Janelas em Alumínio/Ferro ao natural / Dissonantes -1
												Caixa de persiana invisível ou inexistente/ Sem Portadas exteriores +1
												<b>Cobertura</b>
												Cobertura em telha +1
												Telha tipo Canudo +1
												Cobertura em chapa metálica -1
												<b>Pormenores tradicionais</b>
												Escadaria em granito +1
												Varanda em granito e ferragem tradicional +1
												Outros pormenores tradicionais +1
												<b>Extras</b>
												Infraestruturas invisíveis +1
												Ruína -5
												Mau estado -3
												Volumetria tradicional +1
												Bom enquadramento +1
												Mau enquadramento -1
												Reconstrução com respeito pelo existente +1
												Qualidade construtiva +1
												<b>Ponderações</b>
												Ruína histórica +10
												Edifício Com valor arquitetónico intrínseco +10
												Igrejas e Capelas +4
												Edifício de interesse público +20
												<b>Total</b>
												<b>Resultado</b>
												2 dissonante
												3 neutro
												3 neutro
												7 neutro
												9 Qualidade
												2 dissonante
												-3 dissonante
												3 neutro
												0 dissonante
												14 Excepcional
												6 neutro
												5 neutro



Anexo 3 - Exemplo de uma Tabela de Resumo do Edificado


Resumo do Levantamento do Edificado na aldeia de - Figueiró da Serra																									
Edifício	Occupação	Habitación	Comercio	Servicios	Industria	Almacen/Arquivos	Equipamentos Sociais/Culturais	Ruins	Numero de pisos				Material			Estado de conservação				Valor arquitetónico					
									1	2	3	4	Grouto	Betão	Misto	Bom	Razoavel	Mau	Ruins	Monumento nacional	Edifício de interesse publico	Excepcional	Qualidade	Neutro	Dissonante
1		1																							1
2		1								1								1							1
3		1								1								1							1
4		1									1						1								1
5		1									1												1		
6				1					1								1								1
7		1									1						1								1
8		1								1						1								1	
9		1									1					1									1
10			1								1						1				1				
11		1								1						1									1
12		1								1						1									1
13		1									1					1									1
14		1									1					1									1
15		1							1							1									1
16		1								1						1									1
17		1								1						1									1
18		1								1						1									1
19		1								1						1									1
20		1								1						1									1
21		1								1						1									1
22		1								1						1									1
23		1								1						1									1
24		1								1						1			1						1
25		1								1						1									1
26		1								1						1									1
27		1							1						1										1
28		1								1						1			1						1
29		1								1					1										1
30		1								1					1							1			
31		1									1				1										1
32		1								1					1										1
33		1								1					1										1
34						1			1						1			1							1
35		1									1				1										1
36		1								1					1										1
37		1								1					1										1
38		1								1					1										1
39							1			1					1			1							1
40		1								1					1			1							1
41		1								1					1			1							1
42		1								1					1										1
43		1								1					1										1
44		1								1					1			1							1
45		1								1					1									1	
46		1									1				1										1
47		1								1					1				1						1
48		1								1					1										1
49		1								1					1									1	
50							1			1					1										1
51		1								1					1			1							1
52				1						1					1										1
53										1					1										1



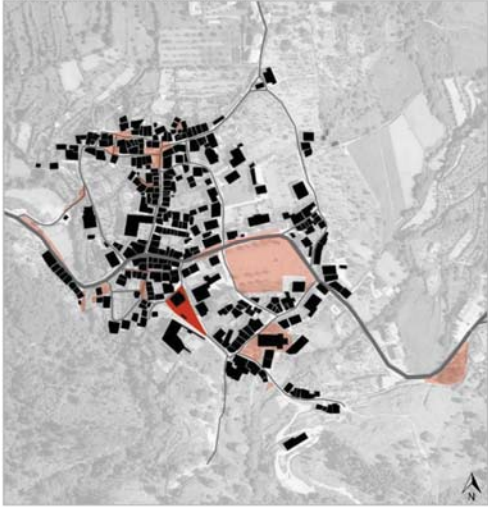
Anexo 4 - Exemplo de uma Ficha levantamento do Não Edificado

FICHA DE LEVANTAMENTO NÃO EDIFICADO				Nº8
<b>LOCALIZAÇÃO</b>				
NOME	LARGO DA IGREJA			
LUGAR	MELO			
ÁREA APROXIMADA	1020M2			
DATA	15/07/2018			
<b>TIPOLOGIA</b>				
ESPAÇO VERDE	ESPAÇO MISTO			X
ESPAÇO IMPERMEABILIZADO	ESPAÇO EM TERRA BATIDA			
ESPAÇO TRATADO	X	ESPAÇO ABANDONADO		
<b>SUB-TIPOLOGIA</b>				
JARDIM	X	PARQUE		
PRAÇA		PRACETA		
PARQUE INFANTIL		LARGO		X
ESTACIONAMENTO		RUA PEDONAL		
ESPAÇO COM SOMBRA		LOTE MAL DEFINIDO		
<b>PAVIMENTAÇÃO</b>				
CUBOS DE GRANITO	X	BETUMINOSO		
SEIXO		XISTO		
TERRA BATIDA	X	OUTRO		
<b>ENTORNO</b>				
ÁREA CENTRAL	X	MEIO NATURAL		
ÁREA RESIDENCIAL	X	ÁREA MISTA		
<b>INTEGRAÇÃO NO TECIDO URBANO ENVOLVENTE</b>				
MUITO BOM	X	BOM		
MEDIO		MAU		
<b>EXPOSIÇÃO SOLAR</b>				
BOA		RAZOÁVEL		X
MÁ		INSALUBRE		
<b>UTILIZADORES PREFERENCIAIS</b>				
CRIANÇAS		JOVENS		
POPULAÇÃO ATIVA		ÍDOSOS		
PUBLICO EM GERAL	X	TURISTA		X
<b>ESTADO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DO ESPAÇO</b>				
MUITO BOM	X	BOM		
MEDIO		MAU		
<b>EDIFICADO</b>				
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA		IGREJA / CAPELA		X
HABITAÇÃO		SERVIÇOS / COMERCIO		
<b>HISTÓRIA</b>				
ESPAÇO À VOLTA DA IGREJA, DA MESMA ÉPOCA DA MESMA, MAS RESTAURADO À POUCOS ANOS.				
<b>CARÁTER SIMBÓLICO</b>				
CARACTER RELIGIOSO NO PASSADO E NO PRESENTE.				

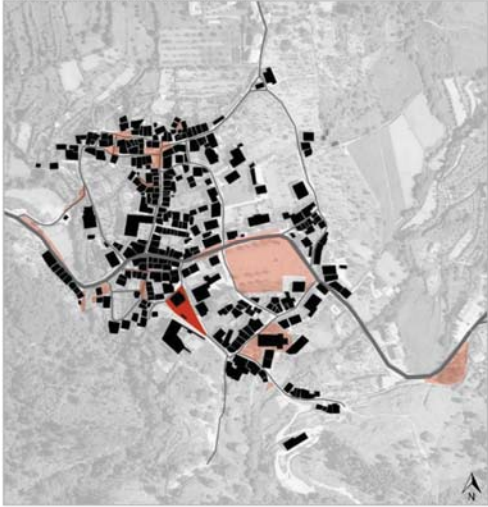
**FOTOGRAFIA**



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO / IMPLANTAÇÃO (s/esc.)



**PLANTA DE LOCALIZAÇÃO / IMPLANTAÇÃO (s/esc.)**



# FICHA DE LEVANTAMENTO NÃO EDIFICADO

Nº8.1

## CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

	GRAU DE ADEQUAÇÃO	ADEQUADO	PARCIALMENTE ADEQUADO	NÃO ADEQUADO
CRIANÇAS		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
IDOSOS		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CARRINHOS DE BEBÉ		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
UTILIZADORES DE CADEIRAS DE RODAS		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
INVISUAIS		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO URBANO

	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	MUITO BOM	BOM	MÉDIO	MAU
BANCOS		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAPELEIRA		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
BEBEDOURO		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CHAFARIZ / FONTE		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CORETO		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
TELEFONE PÚBLICO		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
MESAS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
QUIOSQUE		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ESPLANADA		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ECOPONTOS		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PUBLICIDADE		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SINALÉTICA		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ESTATUAS / ELEMENTOS DE DECORAÇÃO		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EQUIPAMENTOS DE RECREIO PARA CRIANÇAS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EQUIPAMENTO PARA PRÁTICAS DESPORTIVAS		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## ELEMENTOS NATURAIS

	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	MUITO BOM	BOM	MÉDIO	MAU
ÁRVORES / ARBUSTOS		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
RELVADOS		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CANTEIROS DE FLORES		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PLANO DE ÁGUA		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CURSO DE ÁGUA		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## PERCEÇÃO GERAL

	MUITO BOM	BOM	MÉDIO	MAU
COR	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ATMOSFERA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CHEIROS	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ATRATIVIDADE	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
VISTA	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
OUTROS:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## ATIVIDADES

DESPORTIVA	RECREIO / LAZER	
EVENTOS CULTURAIS	EVENTOS RELIGIOSOS	<input checked="" type="checkbox"/>
FEIRAS	OUTROS:	

## ELEMENTOS COMPLEMENTARES

ESTACIONAMENTO AUTOMÓVEL	SUPERFÍCIE	SOLO
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
RELVA, PODE-SE PISAR	SIM <input checked="" type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
SOMBRA, NOS LOCAIS DE DESCANSO	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>

## SEGURANÇA NO ESPAÇO

MUITO BOM	
BOM	<input checked="" type="checkbox"/>
MÉDIO	
MAU	